



Documento 1/100

023.3.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2009-14:26

Publ.: DCD - 04/03/2009 - 6038 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Saudações às Deputadas Rita Camata e Janete Capiberibe ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conclusão do relatório final da Campanha de Vacinação contra a Rubéola. Anúncio da produção de cristais de insulina no Distrito Federal.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados - e saúdo especialmente as Deputadas Rita Camata e Janete Capiberibe, porque este é o mês da mulher -, registro que queremos mais mulheres no poder e mais poder para as mulheres.

O dia 8 de março vem aí, e peço ampla divulgação para a data. Aliás, Sr. Presidente, estou de lilás, a cor que representa as tecelãs que, nos Estados Unidos, morreram lutando pela redução da jornada de trabalho e por melhores condições de vida.

Há 3 dias, em minha cidade, estive com mulheres que recebem uniforme escolar para seus filhos, ocasião em que enfatizei a necessidade de empreendermos uma grande batalha para enfrentar a atual crise sem que a mulher perca seu emprego, mas, ao contrário, seja valorizada.



Aproveito para abordar 2 outros assuntos. Primeiro, a cerimônia de entrega do relatório final da Campanha de Vacinação contra a Rubéola, evento realizado hoje, dia 3 de março, no Palácio do Planalto.

A Campanha Nacional de Vacinação Contra a Rubéola, dirigida para pessoas de 20 a 39 anos, teve como objetivo erradicar definitivamente essa doença, que é causada por um vírus altamente transmissível.

Vale ressaltar que a rubéola é mais perigosa em mulheres grávidas, isso porque se o vírus pode causar má formação do feto, aborto espontâneo ou a morte da criança ao nascer.

Por tudo isso, quero ressaltar a importância da Campanha e parabenizar o Ministério da Saúde pela iniciativa.

Segundo, o anúncio de que o Distrito Federal passará a fabricar cristais de insulina, matéria-prima do hormônio usado no tratamento do diabetes. Essa iniciativa colocará o Brasil entre os países que detém tal tecnologia. Portanto, regozijo-me com os passos dados nessa área de saúde pública, os quais, certamente, acarretarão melhoria no tratamento daqueles que sofrem dessa doença.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 2/100

023.3.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2009-16:32

Publ.: DCD - 04/03/2009 - 6102 MAGELA-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância do combate à desigualdade de gênero no País. Necessidade de registro, no Panteão da Pátria, do nome de mulheres brasileiras com destaque histórico no cenário nacional.

O SR. MAGELA (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna fazer uma reflexão sobre o tratamento dispensado ao gênero feminino, já que se aproxima o Dia Internacional da Mulher, quanto ao reconhecimento histórico dos seus feitos e propor uma nova abordagem nas homenagens dispensadas aos grandes cidadãos brasileiros.

Segundo dados do IBGE, em 2008, para uma população de aproximadamente 190 milhões de brasileiros, o número de mulheres excedia o de homens em quase 3,5 milhões (96 milhões 528 mil 226 mulheres para 93 milhões 84 mil 588 homens).

No entanto, no mercado de trabalho, na representação política, enfim, no reconhecimento nacional, as mulheres ainda são discriminadas. Mesmo a representação feminina na Câmara dos Deputados não reflete a importância das mulheres na sociedade brasileira, a despeito da atuação aguerrida das nossas colegas, que tanto honram a história desta Casa. Menos de 9% das vagas da



Câmara são ocupadas por mulheres; temos apenas 44 Deputadas, em um universo de 513 deputados.

Já está mais do que na hora de repararmos essa injustiça histórica. A luta por maior igualdade de remuneração e de representação política deve ser uma bandeira diária do Parlamento. No entanto, há outra maneira de promover a igualdade de gênero na sociedade brasileira: reconhecer a contribuição de mulheres notáveis na nossa história.

Nos livros de história e nas homenagens aos personagens que construíram o que o Brasil é hoje, praticamente não se encontram nomes femininos. A desigualdade entre gêneros começa pelo esquecimento da contribuição de grandes mulheres que mudaram os rumos do País.

Dentre outras, cito o caso de Anita Garibaldi, exemplo de luta, de coragem e de dedicação. Sua bravura e compromisso com a liberdade e a igualdade são conhecidos no Brasil e na Itália. Heroína da Revolução Farroupilha, Anita teve como homenagem apenas o nome de 2 Municípios no Estado em que nasceu, Santa Catarina: Anita Garibaldi e Anitápolis. No entanto, não há, no nível federal, reconhecimento à altura da importância de brasileira tão ilustre.

No Nordeste, em Pernambuco, há outro exemplo de brasileira engajada e revolucionária: Bárbara de Alencar. A heroína republicana lutou na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824. Da mesma forma que para Anita, faltam homenagens a essa grande brasileira.

O Brasil produziu grandes cidadãos de outra estirpe que não a revolucionária. Ao livrar o País da vergonha da escravidão, a Princesa Isabel merece reconhecimento do povo brasileiro. Mesmo correndo o risco, depois confirmado, de enfrentar uma oposição capaz de derrubar a monarquia, foi a princesa, e não o Imperador, quem correspondeu às lutas anti-escravocratas e aboliu essa prática tão nefasta. Enfim, eu poderia continuar discorrendo sobre a história de verdadeiras heroínas, como Ana Néri, Olga Benário e tantas outras.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados e, principalmente, Sras. Deputadas, chamo a atenção para uma injustiça que está muito próxima desta Casa. No coração da Capital Federal, na Praça dos Três Poderes, o Panteão da Pátria homenageia



aqueles que se destacaram em prol da pátria brasileira sem que apareça um único nome feminino.

A revista *Persona Mulher*, em sua edição de número 99, cobra da sociedade brasileira reflexão sobre tão lamentável lapso, em interessante artigo intitulado *Panteão da Pátria*.

Portanto, pergunto: não seria hoje, no *Panteão*, a hora e lugar de reconhecer e homenagear as grandes brasileiras que tanto contribuíram para a construção da *Pátria*?

Para concluir, gostaria de lembrar aos nobres colegas que, segundo o mesmo IBGE, nas suas projeções de população para o ano 2050, o predomínio feminino se ampliará: para uma população de 215 milhões de brasileiros, o número de mulheres excederá o de homens em quase 7 milhões (111 milhões 55 mil 155 mulheres para 104 milhões 232 mil 308 homens). Quantas destas mulheres não se perguntarão daqui a 40 anos, ou mais, por que brasileiras que dedicaram suas vidas e suas melhores energias para causas que enobrecem a história brasileira não mereceram um lugar de honra no *Panteão da Pátria*?

Nesta semana em que comemoramos mais um Dia Internacional da Mulher, em homenagem àquelas operárias que foram assassinadas na luta por uma justa jornada de trabalho, espero que no Brasil possamos corrigir as injustiças históricas feitas contra mulheres que tanto lutaram por este País, abrindo o *Panteão da Pátria* para que ali também fique registrada a contribuição delas à história do Brasil.

Muito obrigado.



Documento 3/100

023.3.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2009-15:16

Publ.: DCD - 04/03/2009 - 6071 SOLANGE ALMEIDA-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. SOLANGE ALMEIDA (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antecipo-me às comemorações do Dia Internacional da Mulher, para transmitir a todas as mulheres os meus parabéns, as minhas saudações e a minha solidariedade. Parabenizo igualmente os homens que sabem reconhecer, na figura de sua mãe, companheira, filhas, subordinadas ou chefes, a mulher que luta e se empenha para se desenvolver e melhorar a sociedade.

A celebração do Dia Internacional da Mulher, a transcorrer em 8 de março próximo, constitui oportunidade para se prestar justo tributo de reconhecimento às mulheres pela luta que empreendem com coragem e determinação em defesa de seus direitos, suas vitórias e conquistas, tais como: o direito de votar e ser votada, direitos iguais na família, no trabalho e na sociedade, o direito à instrução e o direito à igualdade na relação de gênero, entre tantos outros.



Hoje, as mulheres estão presentes em todas as esferas do Poder Público, da Presidência da República aos altos escalões do Judiciário, ocupando cargos antes exercidos somente por homens.

É certo que os avanços são visíveis, as conquistas se multiplicam, e isso conta com a decisiva participação desta Casa, a partir de proposições que visam promover as mudanças necessárias em favor das mulheres.

Assim, foram instituídos órgãos, benefícios e medidas de proteção fundamentais em diversas áreas. Vale citar, entre outros exemplos, o texto da Constituição Federal, o Código Civil, a Lei Maria da Penha, a criação e o trabalho das delegacias da mulher, tudo isso reflexo e fator de maior consciência da sociedade, dos indivíduos em geral - homens e mulheres - a respeito dos problemas, das necessidades e expectativas, dos desafios e dos direitos específicos inerentes à condição feminina.

Parabenizo, assim, mais uma vez, as mulheres por suas lutas e conquistas, pelos sacrifícios, pela sensibilidade, pela força de vontade e disposição permanente em prol do bem da humanidade e pela extraordinária contribuição prestada em favor da justiça, da igualdade de direitos e do aperfeiçoamento das instituições.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 4/100

023.3.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2009-14:34

Publ.: DCD - 04/03/2009 - 6043 RITA CAMATA-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Extensão às servidoras militares do benefício da licença-maternidade de 180 dias. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expectativa quanto à votação de proposta de emenda à Constituição concernente a recomposição numérica das Câmaras Municipais brasileiras.

A SRA. RITA CAMATA (Bloco/PMDB-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho recebido em meu gabinete diversas mensagens de mulheres solicitando que a regulamentação da licença-maternidade de 180 dias para as servidoras públicas federais seja estendida às mulheres militares. Entendo como um grande avanço que o Poder Executivo tenha prontamente atendido a justa demanda de garantir às suas servidoras a ampliação dessa licença. Ocorre que as Forças Armadas mantêm o entendimento de que tal ampliação não se aplica às servidoras militares, apenas às civis.

Sabemos que o próprio Ministério da Saúde indica que o recém-nascido deve alimentar-se exclusivamente de leite materno até os 6 meses de vida. Apesar de regimes distintos, civil e militar, não deveria haver distinção na concessão desse



direito, que não é especificamente para a mãe, é fundamental para o bebê nos primeiros meses de vida.

Nesse sentido, encaminhei ofício à Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, solicitando manifestação por parte da Secretaria se há em curso alguma iniciativa para que esse vácuo na regulamentação seja corrigido.

Faço este registro, Sr. Presidente, como Relatora do projeto de lei que criou o Programa Empresa Cidadã, concedendo a ampliação de 120 para 180 dias do período da licença-maternidade para as trabalhadoras que estejam vinculadas a empresas que tenham optado pela adesão ao programa.

O debate para a aprovação da proposição - hoje, Lei nº 11.770, de 2008 - foi a origem de norma editada pelo Poder Executivo estendendo esse direito às servidoras públicas federais.

Nada mais justo, Sr. Presidente, que esses 180 dias sejam também garantidos às militares. Apelo, pois, ao Presidente da República para que atenda a essa justa demanda das militares, a fim de que possamos comemorar mais esse avanço ainda este mês, quando celebramos o Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordo agora outro tema. Faço um apelo também aos Líderes para que seja analisada a PEC dos Vereadores. Caravanas de suplentes de Vereadores pedem uma decisão. Os Vereadores querem saber se vai ser votado o segundo turno ou não, para que evitem dispêndio, pois saem dos seus Estados, vêm para Brasília, e não têm uma posição da Câmara dos Deputados.

São os apelos que faço aos Líderes do meu partido e ao Presidente da República. Temos possibilidade de comemorar o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, com a ampliação da licença-maternidade às trabalhadoras das Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica. Essa conquista é importante para a criança e para a mulher brasileira.

Muito obrigada.



Documento 5/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-14:36

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6301 DR. TALMIR-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Oportunidade de realização de debate sobre o aborto.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

E registro que foi publicado agora, no portal de notícias da Globo (<http://g1.globo.com/>), que a menina de 9 anos de idade que foi estuprada pelo padrasto passou pelo procedimento cirúrgico do aborto.

Então, no dia 8 de março, precisamos realmente analisar esse problema crucial do Brasil que é o aborto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rafael Guerra) - Pois não.



Documento 6/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-18:56

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6393 THELMA DE OLIVEIRA-PSDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Descumprimento de promessas da campanha eleitoral pelo Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, no tocante à redução do ICMS e de tarifas de energia elétrica e telefonia. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, 2 assuntos nos trazem a esta tribuna. O primeiro deles é que eu desejo juntar a minha voz à de 10 Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que cobram que o Governador Blairo Maggi cumpra a promessa que fez durante a campanha eleitoral - aliás, foi por essa razão que venceu as eleições -, a redução o ICMS.

Sr. Presidente, o ICMS de Mato Grosso é o mais caro do País. Estados vizinhos já reduziram a alíquota do ICMS sobre o óleo diesel. E, em consequência, como Mato Grosso continua com o ICMS mais alto do País, enfrentamos problemas no transporte dos nossos produtos que encarecem e perdem competitividade.

O Governador Blairo Maggi, além de não reduzir a alíquota, já afirmou que também não vai reduzir o imposto da energia elétrica e da telefonia, que oneram e



sacrificam o cidadão que votou e que acreditou nas promessas que esse Governador fez durante a campanha.

Então, venho a esta tribuna apresentar o meu protesto porque acho que o Governador deveria cumprir as promessas que fez ao povo do Estado do Mato Grosso durante a campanha.

O segundo assunto, Sr. Presidente, trata do Dia Internacional da Mulher, o dia 8 de março. Amanhã teremos uma sessão solene comemorativa. Assim, quero saudar todas as mulheres do Brasil, em particular as mulheres mato-grossenses, as nossas Prefeitas, Deputadas, Vereadoras, dirigentes partidárias, secretárias e presidentas de diretórios, que, durante esta semana, se mobilizarão não apenas para comemorar as nossas grandes vitórias almejadas durante todos esses anos de muita luta e sacrifício de todas as mulheres deste País e do mundo, como também para reafirmar que precisamos ocupar ainda mais os espaços dentro da política porque é só através da política que garantiremos a igualdade e a democracia em nosso País.

Quero dizer que em Cuiabá, na sexta-feira, teremos sessão solene na Câmara Municipal, coordenada pela nossa Vereadora do PSDB Lueci Ramos, e, à tarde, a Marcha das Violetas, de todas as mulheres cuiabanas, coordenada por uma comissão e principalmente pela nossa ex-Prefeita Jacy Proença, além de outros eventos que acontecerão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 7/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-19:54

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6410 FLÁVIO BEZERRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Maior fiscalização da pesca de lagosta no Estado do Ceará. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, quero pedir uma fiscalização melhorada da pesca da lagosta no Ceará, pois a pesca clandestina continua sendo executada, e a lagosta, entregue por 15 ou 20 reais o quilo, nas nossas praias. Precisamos de mais fiscalização.

Domingo próximo, dia 8 de março, é o Dia Internacional da Mulher. Por isso quero parabenizar todas as mulheres brasileiras e todas as marisqueiras! Parabéns às marisqueiras, que trabalham no mangue.

Em especial no nosso Ceará, há mulheres à frente das comunidades e das colônias, algumas das quais ressalto: Dona Maria, da Colônia de Pescadores de Fortim; Rivânia, Presidente da Colônia de Pescadores de Icapuí; Helena, Presidente da Colônia de Pescadores de Barra Nova; Lucineide, Presidente da Colônia de Pescadores do Pecém; Lidiara, Presidente da Colônia dos Pescadores



do Acaraú; e Glais, de Itarema. Todas essas mulheres lutam com os pescadores e as marisqueiras por uma vida melhor.

Quero também parabenizar a rendeira e a tapioqueira que fazem com que o Ceará seja um Estado maravilhoso, tão visitado por todos do Brasil.

Destaco, ainda, as empreendedoras, as empresárias, homenageando todas elas na pessoa de Dona Helisa Bezerra, essa grande empresária fortalezense.

Esta é a minha homenagem a toda mulher cearense, à mulher do Brasil, à mulher de todo o mundo.

Por fim, peço novamente a fiscalização da pesca clandestina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 8/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-14:12

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6286 DR. PAULO CÉSAR-PR -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 1975, as Nações Unidas decidiram consagrar o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. Esse dia comemora a longa jornada pela igualdade, rompe preconceitos e luta por avanços na vida de cada mulher que transforma diariamente este País.

Aproveitamos essa data para lembrar sua história: abordar o amor, o casamento, a família e todos os sentimentos que envolvem a existência da mulher.

No âmbito das conquistas, reconhecemos a lenta evolução dos direitos da mulher no tortuoso caminho pela igualdade de gêneros. Aplaudimos, no entanto, a Lei Maria da Penha, que tem encorajado muitas mulheres a denunciar a violência doméstica.

Lembramos a triste estatística: a cada minuto, 4 mulheres são agredidas no Brasil. No mundo, milhares são espancadas, humilhadas, surrupiadas de sua dignidade.



Para marcar o Dia Internacional da Mulher, o tema da campanha global da ONU deste ano é "Mulheres e homens unidos para acabar com a violência contra meninas e mulheres".

Eternize esse dia, rompendo mentalidades preconcebidas.

Parabéns a todas as mulheres!



Documento 9/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-15:12

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6324 IRAN BARBOSA-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Relançamento, pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, da Campanha por igualdade de oportunidades: na vida, no trabalho e no movimento sindical. Homenagem a mulheres sergipanas. Avaliação de dados relativos à educação no Estado de Sergipe. Suspensão do repasse de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE a Municípios sergipanos em face da não renovação do mandato dos membros dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAE.

O SR. IRAN BARBOSA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que ocupo esta tribuna para, antecipadamente, homenagear as mulheres e parabenizá-las pela marca que empreendem na resistência à desigualdade ainda existente em nossa sociedade. O próximo domingo, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, instituído oficialmente pela Organização das Nações Unidas em 1975, está longe de ser apenas uma data comemorativa. Na verdade, é uma data para avaliar os avanços e retrocessos da luta das mulheres e os desafios que devem ser assumidos na construção de um mundo mais justo, especialmente para as mulheres.



Neste sentido, somo-me a luta da Central Única dos Trabalhadores, que decidiu, este ano, relançar nacionalmente a Campanha por igualdade de oportunidades: na vida, no trabalho e no movimento sindical. Além de reivindicar políticas públicas e condições que estruturam a persecução dessa igualdade em cada uma das esferas - como é o caso das creches públicas e a garantia de cotas de participação para mulheres nas instâncias decisórias e espaços de formação sindical -, um dos eixos principais da campanha é a igualdade salarial. Igualdade que, todos sabemos, é um desafio a ser superado, pois as mulheres assalariadas, por mais absurdo que isso possa parecer, ainda recebem, em média, 70% do valor pago aos homens pelo exercício de idêntica tarefa, mesmo quando o grau de instrução é igual, o que demonstra a existência de uma discriminação concreta, em especial contra as mulheres negras.

Recente pesquisa realizada por uma instituição ligada ao Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento - PNUD, em parceria com o Governo brasileiro, aponta a desigualdade salarial entre homens e mulheres como uma das causas determinantes da pobreza na América Latina. A pesquisa mostra que se os 2 gêneros tivessem seus salários equiparados a proporção de pobres no Brasil cairia 20%.

Mas, para que isso aconteça na vida real, precisamos superar a cultura machista e patriarcal que define o lar como único espaço de protagonismo feminino. Cabe a nós, Parlamentares, Governadores, Prefeitos e a cada cidadão deste País, lutar para romper as barreiras dessas desigualdades.

As diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, no entanto, vão além da desigualdade salarial. No Brasil e em diversos outros países da América Latina, as mulheres continuam tendo menor participação nas atividades econômicas, são maioria no trabalho informal e entre a população desempregada e continuam sendo as maiores vítimas de assédio moral e sexual e das doenças laborais. Isso sem dizer que, coagidas socialmente a assumir o papel de mãe e dona-de-casa, muitas vezes só lhes restam duas opções: depender economicamente de seus pais, irmãos ou maridos ou aceitar trabalhos precarizados, sem nenhuma garantia trabalhista, para poder conciliar o trabalho



produtivo com as tarefas domésticas. Esse arranjo entre o trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres faz com que a jornada de trabalho feminina seja aproximadamente 13% mais extensa que a masculina.

Dessa forma, a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais, como defendemos, torna-se uma bandeira central para as mulheres, tanto pela possibilidade de gerar vagas no mercado formal quanto por permitir uma redução em sua jornada total de trabalho, que poderia ser convertida em tempo de estudo, lazer etc.

Portanto, a luta por igualdade salarial não está descolada da luta por políticas públicas que possibilitem à mulher condições de acesso ao mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens. Entre essas políticas estão a ampliação da licença-maternidade para todas as trabalhadoras, a ampliação das vagas em creches públicas - para que o Estado também assuma sua parcela de responsabilidade sobre a reprodução social e a já referida redução da jornada de trabalho -, o que impactaria prioritariamente na vida das mulheres.

Quero aproveitar este espaço para citar a luta das professoras brasileiras, que travam, neste momento, em cada Município e em cada Estado deste País, com os trabalhadores da educação, a batalha pelo efetivo cumprimento da lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público. Sem a força e a presença marcante das mulheres no magistério, tenho certeza, essa luta que se arrasta há décadas não teria sido vencida. Sem a coragem e o esforço dessas mulheres, não tenho dúvida, não teríamos conquistado o Piso Salarial.

Quero aproveitar ainda esta oportunidade para dizer que no meu Estado, Sergipe, as mulheres seguem firmes não só na luta pelo cumprimento da Lei do Piso, pela valorização da carreira do magistério público, pela educação pública de qualidade, mas também na luta contra a violência e a desigualdade. São educadoras, médicas, camponesas, advogadas, secretárias, gestoras públicas, domésticas, parlamentares, entre tantas outras, que no dia-a-dia estão conquistando espaços antes reservados aos homens.

Igualmente, Sr. Presidente, quero parabenizar as companheiras Maria do Rosário, do PT do Rio Grande do Sul, Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte, e



Alice Portugal, do PCdoB da Bahia, pela eleição, nesta quarta-feira, dia 4 de março, para Presidente, 1ª Vice-Presidente e 3ª Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Educação e Cultura, da qual sou titular. Tenho certeza de que a CEC e a educação pública só têm a ganhar com a condução daquele órgão por essas mulheres.

No contexto de tantas lutas, neste Dia Internacional da Mulher, quero voltar a homenagear as mulheres brasileiras na figura de 6 sergipanas que simbolizam a garra e a coragem feminina de transpor limites.

São elas:

Núbia Nascimento Marques, assistente social, professora da Universidade Federal de Sergipe, romancista, jornalista e poetisa. Com vários livros publicados em diversos gêneros, Núbia Marques foi a primeira mulher acadêmica de Sergipe, vencendo um tabu da Academia Sergipana de Letras.

Maria Thétis Nunes, nascida em Itabaiana, formou-se em Geografia e História na primeira turma da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e em Museologia no Museu Histórico Nacional, em ambas na primeira colocação. Professora de Geografia e História, foi a primeira mulher a dirigir o Colégio Estadual Atheneu Sergipense. Fundadora da Faculdade Católica de Filosofia, tornou-se, em 1951, a primeira mulher sergipana a ingressar no magistério superior. Foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico por 30 anos e Vice-Reitora da UFS, além de ter sido a primeira mulher a assumir o cargo de Reitora em exercício.

Ilma Fontes é outra mulher que dignifica meu Estado. Jornalista nascida em Aracaju, foi produtora de cultura, poetisa e formou-se em Medicina, especializando-se em Psiquiatria e Medicina Legal. Sua grande paixão, porém, sempre foi o jornalismo. É também apaixonada por cinema, tendo produzido roteiros de destaques, como Cigarras do Ócio.

Ítala Silva de Oliveira foi a primeira sergipana a se formar em Medicina, em 1927. Nascida em Aracaju, foi a décima primeira médica a se formar Faculdade de Medicina da Bahia. Foi uma desbravadora, uma pioneira, que teve de enfrentar duros caminhos para alcançar o título de médica naquela época. Dra. Ítala foi



também professora e militou no meio jornalístico, escrevendo para jornais sergipanos da época; enfim, uma mulher com vida intelectual muito ativa.

Erundina Nobre dos Santos, a Mãe Nanã, como era conhecida a lalorixá fundadora do Abaçá São Jorge, foi uma grande batalhadora na defesa da preservação da cultura africana em Sergipe, mais particularmente em Aracaju. Enfrentou muito preconceito e discriminação para praticar sua crença religiosa.

Não posso deixar de lembrar, ainda, de um dos maiores símbolos de garra, de trabalho e de compromisso com a construção de uma sociedade socialista: a companheira Ana Lúcia Vieira Menezes. Pedagoga com mais de 34 anos dedicados ao magistério em educação básica na rede estadual de ensino, Ana Lúcia destaca-se como uma das maiores autoridades em educação do meu Estado. Foi Presidenta, por duas gestões, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe - SINTESE e Secretária de Educação do Município de Aracaju. Em 2002 e 2006, Ana Lúcia elegeu-se Deputada Estadual e, hoje, é Secretária de Inclusão e Desenvolvimento Social de Sergipe, cargo em que desenvolve ações que só reforçam o seu compromisso com o povo oprimido.

A trajetória e a coragem dessas mulheres são exemplos de luta e de sadia transgressão num mundo que ainda privilegia os homens em muitos aspectos.

Ainda na tribuna, Sr. Presidente, aproveito para trazer a esta Casa alguns dados relativos à educação no Estado de Sergipe que me deixam extremamente preocupado e que apontam para o nível de desafios que precisam ser enfrentados pelo Governo do nosso partido, que sempre teve como plataforma política prioritária a construção de avanços no setor educacional.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com números referentes a 2007 e divulgados pelo Movimento Todos pela Educação, indicam que apenas 20,5% dos jovens sergipanos com 19 anos de idade concluíram o ensino médio. É um índice extremamente baixo, e, no caso de Sergipe, representa menos da metade do percentual de conclusão comparativamente à média nacional, que ficou



em 44,9%. E está abaixo também do nível - 28,8% - dos Estados da Região Nordeste.

Esse baixo índice de conclusão do ensino médio pode ser entendido quando se analisa outro dado relevante: em Sergipe, segundo levantamento do Ministério da Educação, o percentual de distorção idade-série entre os alunos do 3º ano do ensino médio é de 63%, enquanto no Brasil a taxa de alunos com idade inadequada para essa série é de 42,6%. E esses números se referem a alunos de escolas das redes públicas e privadas, sem distinção.

Outro número que chama a atenção é referente aos adolescentes de 16 anos: o percentual de sergipanos que concluíram o ensino fundamental com essa idade também é muito baixo: 37,4%, inferior ao do Brasil (60,5%) e ao da Região Nordeste (42%).

Percebe-se, com esses últimos números, um "efeito-funil", em que o percentual vai caindo, com o passar das séries. Ou seja, a cada passo no sentido de concluir o ensino médio para chegar às portas do ensino superior o índice de conclusão é cada vez menor no Estado, o que provoca enormes preocupações, porque significa que cada vez mais os jovens sergipanos desistem da escola, não vendo nela um instrumento para o seu crescimento social e profissional.

Esses números, Sras. e Srs. Deputados, são extremamente desafiadores para todos nós, educadores, Parlamentares e gestores públicos, porque mostram que não ainda conseguimos oferecer às crianças, jovens e adultos um projeto de educação que realmente faça com que elas encontrem nas respectivas escolas espaços de crescimento intelectual e humano que as prepare para viver o presente e para enfrentar o futuro com conhecimento e segurança.

Insisto em que grande parte desses problemas está associada à falta de investimentos maciços em educação e também à ausência de valorização do magistério. Já enfatizei isso muito claramente em outros pronunciamentos nesta Casa, mas continuarei a insistir nessa afirmativa: não vamos mudar este País com o atual nível de investimento em educação. O Brasil investe apenas 4,4% do seu Produto Interno Bruto em educação, segundo dados de 2007. Melhorou em relação a 2005, quando investíamos 3,9%, mas ainda é muito pouco! Com esse



nível de investimento, Sr. Presidente, não será possível superar o atraso histórico existente na educação pública por conta de anos e anos de Governos que procuraram dismantlar a escola pública para vê-la substituída pela escola privada, em que o cidadão paga duplamente para ter acesso à educação.

Senão, vejamos. De acordo com o relatório Educação Num Olhar 2007, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, de 36 países desenvolvidos e em desenvolvimento pesquisados pela entidade, o Brasil é o que menos emprega recursos na área. Em relação ao investimento por estudante, ficamos em último lugar, com US\$1.303 investidos por ano. A quantia equivale a 17,2% da média dos gastos dos países da OCDE, de US\$7.572 anuais por aluno. O Chile, único país sul-americano além do Brasil incluído no levantamento, investe US\$2.864 e ficou em 32º lugar. Nos investimentos por aluno no ensino médio, o Brasil também está em último lugar, com US\$1.033, e em penúltimo nos investimentos em ensino fundamental, com US\$1.159, à frente apenas da Turquia.

Essas comparações servem para mostrar que continuamos no caminho inverso ao de muitas das nações que chegaram ao desenvolvimento nas últimas décadas investindo pesado em educação, como a Coreia do Sul e a Irlanda, que investem 8% do PIB, provando que desenvolvimento social e econômico estão intrinsecamente associados a maiores investimentos nessa área. É uma grande ilusão crer que existe outra saída para a superação da desigualdade social que não seja investir maciçamente em educação. Não há!

Sendo assim, tenho certeza de que, diante dos lamentáveis números que o IBGE detectou na educação do Estado de Sergipe, o Governo do companheiro Marcelo Déda irá atuar, urgentemente, para revertê-los.

Portanto, é preciso buscar um outro caminho desde já, instituindo um novo projeto de educação para o Estado, abolindo de vez todos os pacotes e programas educacionais dos Governos de Direita que deixaram resultados tão negativos na educação dos sergipanos, como bem mostram os números do PNAD. É preciso seguir em outra direção, o que implica ampliação de investimentos na educação e adoção de um projeto educacional consistente e autônomo, o que, por sua vez,



exige ampla mobilização para a elaboração democrática e participativa do Plano Estadual de Educação de Sergipe, estímulo à elaboração e implantação dos projetos pedagógicos escolares e institucionalização do Sistema Estadual de Ensino de Sergipe, corrigindo distorções estruturais históricas, além, é claro, de atenção à democratização ampla da gestão do sistema e à adequada estruturação física do seu funcionamento, passando, principalmente, pela valorização dos trabalhadores em educação nos seus 4 principais aspectos, a saber: garantia de condições de trabalho, salário, formação e carreira.

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito o ensejo registrar outro dado lamentável. Chega-me a informação de que 12 Municípios sergipanos devem ficar sem o repasse financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, do Ministério da Educação. E isso porque o mandato dos conselheiros dos Conselhos de Alimentação Escolar desses Municípios está vencido e não houve como apresentar a prestação de contas referente a 2008 até a data limite, 28 de fevereiro.

Registro os Municípios que ficarão sem o repasse do PNAE: Boquim, Frei Paulo, Graccho Cardoso, Itaporanga D'Ajuda, Lagarto, Muribeca, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, São Francisco, Simão Dias e Siriri. É lamentável, pois quem lida com gestão educacional sabe que, a cada início de ano, Estados e Municípios devem enviar a correspondente prestação de contas ao CAE, que faz o acompanhamento dos recursos para a merenda escolar. Os documentos deveriam ter sido entregues até o dia 15 de janeiro para que os conselhos analisassem e encaminhassem um parecer conclusivo ao FNDE até o dia 28 de fevereiro.

Espero que os Prefeitos e os Secretários de Educação desses Municípios promovam o mais rapidamente possível eleições para a composição dos conselhos, a fim de que os novos conselheiros possam analisar as prestações de contas e enviar os pareceres ao FNDE, para que o repasse das verbas da alimentação escolar possa ser restabelecido o quanto antes. Na verdade, os alunos não podem pagar essa conta de responsabilidade dos gestores, que



deveriam inclusive receber algum tipo de punição por essa falta de atenção às exigências legais.

Era o que tinha a tratar no dia de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Documento 10/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-15:12

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6328 SABINO CASTELO BRANCO-PTB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Aumento da participação feminina na política. Importância da luta pelos direitos das mulheres. Eleição do orador para Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (Bloco/PTB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo domingo, dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher, um dia repleto de significado histórico e inspirativo de permanente reflexão sobre tudo o que a mulher representa na nossa sociedade como mãe, esposa, filha, profissional, cidadã.

As mulheres, com sua competência natural, vêm transpondo barreiras culturais limitadoras do seu crescimento na sociedade. Hoje, nos países democráticos, as mulheres aumentam sua participação efetiva em praticamente todas as profissões e setores, rompendo bastiões masculinos e sedimentando um caminho de igualdade de gêneros.

E o fazem com louvor. Por exemplo, não causa mais espanto ver mulher na prática do futebol. A estranheza deu lugar à admiração e ao respeito pelo alto



nível técnico que o futebol feminino alcançou. Na política, embora com participação ainda modesta, as mulheres consolidaram sua presença condignamente.

Faço a seguir um breve relato da situação da mulher na política e o quanto é difícil transpor barreiras restritivas, mesmo dispondo de leis a favor.

Em 2006, as mulheres conquistaram 11,1% dos Governos Estaduais, 14,8% das cadeiras do Senado, 8,7% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 11,6% das vagas nas Assembléias Legislativas.

Em 2008, foram eleitas 6.508 mulheres para os Legislativos municipais (12,52% das vagas em disputa) e 45.457 homens (87,48% das vagas). Às Prefeituras, foram eleitas 504 mulheres (9,07% do total de eleitos) e 5.051 homens (90,93%), registrando ligeiro aumento em relação às eleições municipais passadas.

Curiosamente, nas regiões mais pobres, tidas como bolsões de machismo, as mulheres tiveram maior percentual de aceitação. As Regiões Nordeste e Norte foram as mais pródigas com 14,82% e 13,58%, respectivamente, contra surpreendentes 10,61% da Região Sudeste e 11,46% da Região Sul, o que confirma que o desenvolvimento não pode prescindir de sistemática campanha de valorização da mulher na política.

Segundo o TSE, para o último pleito, nenhum dos partidos atingiu os números propostos pela Lei 9.504/97, destinando às mulheres percentual de 30% das vagas a que o partido têm direito. Mas essa sub-representação das mulheres na política é marcante em praticamente todos os países. E apesar dos esforços, da excelência das Deputadas e da perspectiva midiática, não foi possível, mais uma vez, eleger uma Deputada para a Mesa da Casa. Isso consiste apenas num item cuja projeção nos permite ver com bastante clareza as dificuldades de rompermos estruturas discriminatórias.

A educação figura como o maior propulsor social, independentemente de gênero. E as mulheres têm avançado mais que os homens em escolaridade. Contudo, as pesquisas indicam que os benefícios salariais não são automaticamente agregados à formação acadêmica, apesar de todos os benefícios sociais da educação feminina.



O IBGE confirma redução da taxa de fecundidade e de mortalidade infantil onde se constata o aumento da escolaridade das mulheres. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) comprovou, motivada pela educação, melhora acentuada no caminho da igualdade salarial entre homens e mulheres para a mesma função. Em 2006, a diferença de salário caiu para 30%. Essa realidade reveste-se de particular importância, em função de a mulher assumir sozinha, cada vez mais, o sustento da família.

Educação e participação político-social são duas armas contundentes contra os entraves à projeção adequada e merecida da mulher nos setores de decisão do nosso País. Precisamos fazer valer os ditames da Lei 9.504/97 e envidar todos os esforços legais para consolidar a igualdade social. A mulher merece.

Concomitantemente, é preciso avançar no combate à violência contra a mulher, um câncer que, vergonhosamente, ainda assola o País. Apesar de a Lei Maria da Penha ter trazido avanço legal, necessário se faz desconstruir as estruturas de uma cultura machista e agressiva contra a mulher.

Outro ponto a ser tratado com a mesma urgência e empenho diz respeito à saúde feminina, provendo hospitais e postos de saúde de condições que permitam o acompanhamento adequado à mulher, como pré-natal e parto. Muitas mulheres ainda morrem de parto ou em consequência dele no Brasil, fato inaceitável.

Muito mais poderia ser dito, com justa razão e merecimento, mas aproveito o ensejo para parabenizar todas as mulheres do meu Brasil, em especial as amazonenses, combativas, fortes, inteligentes, perspicazes. São dignas do nosso mais sincero apoio e consideração. Que os valores implícitos no Dia da Mulher se espriem nas consciências do conjunto da sociedade e produzam todos os frutos da igualdade e da dignidade.

Passo a abordar outro assunto Sr. Presidente. Comunico a esta Casa e ao povo brasileiro que, na manhã deste dia 4 de março, fui eleito por unanimidade e empossado Presidente da Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Se não é imodesto, tenho a honra de ser o primeiro amazonense a presidir a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. Tomei posse com o firme



propósito de honrar a política de trabalho e a longa e profícua tradição do meu partido, o PTB, nesta Comissão. Para Primeiro Vice-Presidente, foi eleito o Deputado gaúcho Sérgio Moraes, também do PTB.

Agradeço ao meu partido, o PTB, e aos demais membros da Comissão pela confiança depositada em mim, e a Deus, que me tem capacitado para assumir e enfrentar a contento novos desafios.

Aproveito também para agradecer a todos os que prestigiaram o evento de posse, autoridades civis, eclesiásticas, militares, representações sindicais, funcionários e tantos que não conseguimos nominar.

Assumo a Comissão de Trabalho cômico dos desafios peculiares à natureza da função, desafios que só podem ser levados a bom termo com o apoio dos Deputados membros da Comissão. Ato contínuo à posse, a fala dos colegas delinearam o perfil deste mandato, estimando a maioria das sessões protagonizadas pela crise mundial, sem, contudo, esquecer outros temas relevantes, como o combate ao trabalho infantil e escravo, dentre tantos.

Também deverei valer-me da experiência de ter, em 2007, exercido o cargo de Vice-Presidente daquela Comissão, sob a presidência do ilustre e competente Deputado Nelson Marquezelli.

Mantereí com os Parlamentares membros da Comissão e com as representações trabalhistas, sem esquecer o pleito solitário, um diálogo franco e aberto, sempre estimando o bom andamento da Comissão, em favor da construção de leis justas e factíveis.

Assumo uma das mais importantes Comissões desta Casa, num momento delicado das relações de trabalho, em função da crise financeira internacional que ronda o nosso País. Embora o Brasil não esteja no epicentro da crise, seus efeitos deletérios vêm fustigando determinados setores, principalmente os que dependem de vendas externas, como é o caso da EMBRAER. As principais vítimas são sempre os trabalhadores. E não nos furtaremos dessa luta, como mediadores, conselheiros, legisladores. Os Deputados membros da Comissão demonstraram disposição e compromisso para enfrentarmos de forma intransigente esse dragão.



Criada em 1936, com a designação Comissão de Legislação Social, a Comissão teve alterada sua nomenclatura por diversas vezes, até chegar à forma atual de Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, mas sempre com o mesmo objetivo de dar atenção especial ao trabalhador brasileiro e promover o bem comum. Assim será.

Muito obrigado.



Documento 11/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-15:12

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6331 JEFFERSON CAMPOS-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de combate às desigualdades de gênero. Contribuição feminina para o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 1945, 51 países que lutaram juntos contra o nazismo na Alemanha resolveram criar a Organização das Nações Unidas - ONU, com o primeiro documento internacional de direitos humanos, em nome de todos os povos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que o direito à vida é essencial e inalienável, que não pode ser ultrapassado, nem retirado em nenhuma hipótese, porque até então, crianças foram maltratadas, jovens discriminados, adultos escravizados e idosos abandonados, e particularmente mulheres eram subjugadas em diferentes nações.

É importante registrar que o movimento de mulheres, graças a seus esforços e interesse de justiça, alcançou nas últimas décadas enormes conquistas e grandes



transformações em todo o mundo, alterando as condições de vida das cidadãs e a conduta da sociedade.

Com a constante busca de posicionamentos mais dignos e justos, as mulheres desbravaram territórios exclusivamente de homens, conquistando diretrizes, legislações, normas e resoluções e espaços de atuação política e no mercado de trabalho.

A participação feminina na vida pública tem trazido notável contribuição para a sociedade contemporânea, ora influenciando a formulação de programas, ora implementando ações construtivas, mas sempre disponível para melhorar o mundo ao lado dos homens.

Assim, elas vêm lutando e conseguindo livre acesso à educação, saúde, alimentação, moradia, segurança, trabalho; vitórias no combate à discriminação, ao excesso de tarefas familiares; na obtenção de empréstimos bancários, com dificuldades - para domésticas, artesãs, lavadeiras, trabalhadoras rurais, garimpeiras e outras que estão na informalidade -; na superação de obstáculos para participar de atividades de recreação e lazer; no combate à violência; no respeito a sua integridade física, sexual, mental, social e moral, pois a mulher é submetida a maus-tratos, que nem sempre são denunciados.

A Constituição Federal de 1988 estabelece como dever do Estado reduzir as desigualdades que ainda existem, de fato, no Brasil. Desigualdades que são observadas na vida econômica, cultural e social das mulheres, embora se reconheça ter havido inúmeros avanços positivos no mundo feminino em solo pátrio.

Creio que as diferenças de gênero não são, nem devem ser sinônimo de desigualdades sociais e econômicas.

Homens e mulheres têm direitos iguais, ainda que homens e mulheres sejam diferentes conforme escolha divina.

Espero que este Poder Legislativo continue cumprindo o seu papel de decidir por normas penais, civis, administrativas e de qualquer outra natureza para prevenir, punir e erradicar a discriminação e a violência contra o gênero feminino.



E nesta oportunidade, cumprimento as mulheres paulistas e brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, verdadeiras heroínas que no dia-a-dia lutam em favor da sua família e enaltecem as virtudes humanas.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa e no Programa Á Voz do Brasil.

Muito obrigado.



Documento 12/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-16:32

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6372 INOCÊNCIO OLIVEIRA (PRESIDENTE)-PR -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA FALA DO PRESIDENTE OU NO
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Congratulações às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Quero fazer minhas as palavras de V.Exa. e também parabenizar as mulheres brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher.

A mulher tem hoje importante participação em todas as atividades. Infelizmente, em alguns setores, ainda não é devidamente valorizada, como na política.

Apesar de V.Exa. ter destacado o nome de importantes mulheres que ocupam cargos de destaque na vida política do Brasil, é preciso que elas tenham participação muito maior. Sabemos que, quando as mulheres assumem cargos, elas desempenham muito bem seu papel.

Tenho absoluta certeza de que a mulher terá sempre relevante participação em qualquer setor de atividade do nosso País.

Meu abraço fraterno e minhas homenagens a todas as mulheres.



Documento 13/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-20:00

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6411 RODOVALHO-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Assunção pelo orador da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.

O SR. RODOVALHO (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para, primeiramente, parabenizar as mulheres deste País.

Domingo é o Dia Internacional da Mulher, das mulheres guerreiras e companheiras que Deus colocou ao nosso lado, sempre para construirmos um mundo melhor, uma sociedade mais justa. As mulheres estão desempenhando seus papéis com excelência e nos surpreendendo.

Sr. Presidente, hoje deve ser meu último dia na Câmara dos Deputados. Amanhã me licencio para assumir a Secretaria do Trabalho do Distrito Federal.

Com o Governador Arruda, estamos desenhando um projeto para especialmente capacitar as mulheres. O projeto será lançado no próximo domingo sob o título Mulher Trabalhadora.

As mulheres querem entrar no mercado de trabalho. As empresas descobriram a capacidade delas - o foco, a responsabilidade, as batalhas.



Documento 14/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-18:02

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6383 IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana, comemora-se mais um dia internacional de luta das mulheres. Mais um 8 de março em que companheiras feministas, dos movimentos sociais, populares e de defesa dos direitos das mulheres sairão às ruas não para comemorar o dia que lhes é dedicado, mas para marcá-lo com suas bandeiras de luta e para mostrar à sociedade brasileira o quanto nosso País ainda é desigual.

Vivemos uma realidade, característica do capitalismo, em que as mulheres são consideradas inferiores e propriedade dos homens. É esta realidade que explica o fato de uma mulher ser agredida a cada 15 segundos no Brasil. Ainda hoje, mulheres são assassinadas pelo simples fato de romperem um relacionamento amoroso, como vimos no caso Eloá, a jovem adolescente sequestrada em Santo André, na Grande São Paulo, que teve um desfecho trágico diante das câmeras de TV.



Esta violência contra as mulheres tem o apoio e a cumplicidade, através do silêncio e da omissão, da sociedade e do Estado. É em busca de uma mudança de paradigma que as mulheres seguem lutando por políticas públicas de enfrentamento à violência que sofrem cotidianamente.

Faz-se, assim, urgente a efetivação plena da Lei Maria da Penha, para punir os agressores e garantir proteção e autonomia às mulheres vítimas de agressões. Não há crise econômica que justifique o corte de recursos destinado a essa área por parte do Governo Lula. Da mesma forma, é fundamental a implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, por tanto tempo ignorado pelo Governador José Serra em meu Estado.

Também gostaria de registrar meu protesto, Sr. Presidente, contra a instituição da CPI do aborto, recém-aprovada nesta Casa. Nosso partido tem uma resolução clara e contundente em defesa da legalização do aborto e a bancada do PSOL não assinou o requerimento de constituição dessa CPI.

No momento em que tantas mulheres, em diferentes Estados, têm sido humilhadas e até condenadas criminalmente por terem interrompido uma gravidez indesejada, a instalação dessa CPI terá como resultado apenas mais perseguições às mulheres. Nenhuma mulher deve ser impedida de ser mãe, mas nenhuma mulher deve ser obrigada a ser mãe. Manter o aborto na ilegalidade condena as mais pobres, sobretudo jovens e negras, a se submeterem a práticas inseguras e arriscadas. Por isso, somos solidários e apoiamos as mulheres na luta por sua autonomia.

Mas neste 8 de março as mulheres também levarão às ruas um protesto contra as medidas que vêm sendo adotadas no enfrentamento à crise econômica. Enquanto assistimos a demissões em massa, retirada e flexibilização de direitos, o IBGE constata que o desemprego, em tempos de crise, atinge mais duramente as mulheres jovens, negras ou pardas e com menor escolaridade.

Nesse quadro, infelizmente, centrais sindicais, como a CUT e a Força Sindical, estão aceitando propostas como a diminuição da jornada de trabalho com redução de salários, justificando-as como respostas negociadas à crise, dentro da lógica de que todos devem sacrificar-se um pouco até que o momento seja superado. Mas



como falar em sacrifício de todos quando o Governo Lula gasta bilhões para salvar os bancos e as grandes empresas e corta verbas das políticas sociais?

A Previdência e a Seguridade Social, por exemplo, estão ameaçadas de sofrer um corte de 24 bilhões de reais se a proposta enviada pelo Governo ao Congresso for aprovada. Hoje, existem no Brasil mais de 40 milhões de pessoas fora da Previdência Social. Dessas, 30 milhões são mulheres. A proposta de desvincular todo o sistema de Seguridade Social de suas fontes de financiamento será mais um crime praticado contra as mulheres.

É importante lembrar, Sras. e Srs. Deputados, que quando o Estado deixa de garantir direitos sociais como a assistência social, esse trabalho acaba recaindo sobre as mulheres. Afinal, na divisão sexual do trabalho construída ao longo da história, coube às mulheres cuidar dos doentes, crianças e idosos.

Por fim, para conquistar a igualdade em nosso País, é preciso ampliar serviços públicos e parar imediatamente com a privatização de unidades de saúde e das creches municipais, impulsionadas por governos neoliberais, como acontece em São Paulo, com a coligação DEM/PSDB. Sem a garantia de tais serviços públicos, segue a superexploração do trabalho e a violação dos direitos das mulheres.

Neste domingo, vamos todos e todas às ruas protestar contra esta sociedade machista e capitalista e nos colocarmos ao lado das mulheres em sua luta por um mundo livre da violência, das desigualdades e de todas as formas de discriminação.

Muito obrigado.



Documento 15/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-15:12

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6320 LUIZ CARLOS HAULY-PSDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Avanços da legislação brasileira de proteção e amparo à mulher.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna destacar a passagem do Dia Internacional da mulher, a ser comemorado no próximo dia 8 de março.

O primeiro Dia Internacional da Mulher ocorreu em 28 de fevereiro de 1909, nos Estados Unidos da América.

A partir de então, gradativamente as mulheres foram alcançando maior participação na vida social, econômica e política da sociedade.

O ar. 5º da Constituição do País assegura que homens e mulheres são iguais perante as leis. E, pouco a pouco, o Congresso Nacional tem feito o seu papel de tornar efetiva a aplicação desse artigo.

Um retrato do avanço na legislação brasileira foi à edição da Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, assegura um rol de medidas protetivas e de amparo à mulher, inclusive com a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e,



principalmente, define as medidas de assistência e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Além disso, uma série de outras providências foi adotada com o intuito de assegurar à mulher um tratamento digno e compatível com as responsabilidades que a cada dia assume no seio da sociedade.

Por exemplo, o Código Civil estabelece que o planejamento familiar é uma decisão do casal e cabe ao Estado prover recursos para sua execução.

Por outro lado, leis específicas trataram tanto da ampliação da licença-maternidade para 6 meses, bem como estabeleceram critérios para a guarda compartilhada.

No âmbito da política, em que a participação das mulheres cresce gradativamente, cada partido ou coligação deve reservar para as mulheres 30% das vagas dos candidatos ao Legislativo.

Ressalto, ainda, em relação a esse aspecto, que hoje as mulheres representam 51,7% do eleitorado brasileiro.

Muitas das medidas adotadas tiveram como origem a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, denominada Convenção de Belém do Pará, que reafirma os regulamentos existentes contra toda a classe de discriminação baseada no gênero, assim como repudia os delitos sexuais e reprodutivos.

Em minha atuação parlamentar, bem como na condição de Presidente do Fórum Parlamentar das Américas - FIPA, sempre me dediquei à questão da igualdade de gênero.

Neste sentido, apresentei na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 205, de 2007, que fixa reserva de vaga na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para mulheres e dá outras providências.

No âmbito do FIPA, através do Grupo de Mulheres, coordenado pela Senadora Cecília Lopes, representante do Parlamento colombiano, buscamos a integração dos países da América, visando aperfeiçoar a legislação de todos eles e resgatando e implementando a igualdade de gênero em nosso continente.



Sr. Presidente, quero registrar meus cumprimentos a todas as mulheres pelo dia 8 de março, que simboliza uma ocasião especial para refletirmos sobre a questão da igualdade da mulher e de sua importância na sociedade.

E isso porque todos os dias devemos atuar de modo pró-ativo para que as mulheres não sofram discriminação, violência e tenham as mesmas oportunidades de trabalho e renda e de ascensão social, de modo que o princípio da igualdade de gênero seja respeitado, diuturnamente.

Quero fazer uma homenagem especial à minha saudosa mãe, Jamile Ayub Haully - a primeira mãe oficial de Londrina, pois a minha irmã mais velha Nagila deu à nossa família a honra maior de ser a primeira criança registrada no Cartório de Registro Civil de Londrina - e também à minha querida companheira, esposa e amor da minha vida Maria Célia, que me deu 2 filhos maravilhosos, Lucas e Luiz Renato.

Muito obrigado.



Documento 16/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-15:12

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6309 LEONARDO MONTEIRO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Lançamento, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, da Campanha da Fraternidade de 2009, com o tema Fraternidade e Segurança Pública e com o lema A Paz é Fruto da Justiça. Lançamento, pelo Governo Federal, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos Gabinetes Parlamentares, ouvintes da Rádio Câmara, telespectadores da TV Câmara, o dia 25 de fevereiro marcou o início da Quaresma, tempo litúrgico da Igreja Católica, que pede mudança de vida.

Para uma reflexão mais profunda sobre nossas realidades, a Igreja, por meio da CNBB, lançou a Campanha da Fraternidade 2009, que trouxe como tema Fraternidade e Segurança Pública e como lema A Paz é Fruto da Justiça.

O objetivo geral dessa campanha é suscitar o debate sobre segurança pública e contribuir para uma cultura de paz para as pessoas na família, nas comunidades e na sociedade. A preocupação da Igreja é criar condições necessárias para que o



debate sobre o tema se transforme em ações práticas e mude a vida dos cidadãos.

Para debater melhor o assunto, busquemos conhecer o vasto material informativo disponibilizado pela CNBB e outros setores da Igreja.

A segurança pública é um tema que nos remete às raízes dos muitos problemas sociais que temos. Todas as pessoas clamam por segurança.

É do conhecimento de todos que a segurança pública é dever do Estado, mas também direito e responsabilidade de todos. A segurança deve ser exercida para preservação da ordem pública, da integridade das pessoas e de seus bens. A visão do Estado Democrático de Direito é o modelo político adotado pelo nosso País, portanto, ao reconhecer que a construção da ordem pública é função exclusiva do Estado, isolada ou coletivamente. A Constituição Federal expressa o compromisso com a garantia do exercício pleno da cidadania.

O Brasil, cuja formação histórica é pontuada por episódios de violência e discriminação com os povos indígenas e africanos, base cultural e social da Nação, possui vários desafios nesse novo concerto humano.

Definir parâmetros para implementação das garantias fundamentais, colocando em prática o que já prevê a Constituição de 1988, que elenca todos os direitos fundamentais do ser humano, é nossa missão inadiável.

Cabe-nos lembrar que as Campanhas da Fraternidade, até 1973, abordavam temas que diziam respeito apenas à Igreja. A partir dessa data, a Igreja abriu as discussões e passou a mostrar maior preocupação com a realidade social. Os temas começaram a dar destaque à promoção da justiça e a situações existenciais do povo brasileiro, como a realidade social, econômica e política, marcada pela injustiça, pela exclusão.

Ao abordar esse tema, a CNBB convida toda a sociedade a refletir sobre uma das questões mais graves do momento: o combate a todos os tipos de violência. É hora de achar caminhos que levem ao encontro de uma solução. Entendemos que o Poder Público e a sociedade civil organizada devem se empenhar na busca compartilhada desse propósito de construção da justiça social.



O tema da Campanha da Fraternidade de 2009 deve ser a causa de todos nós. O assunto é urgente e vital, uma vez que a falta de segurança é freqüente e recorrente no dia-a-dia de cada cidadão, em todo o País.

Essa é a preocupação da Igreja, que nos mostra que o caminho é a conscientização da sociedade para o combate coletivo da insegurança.

Compreendo que é nosso dever e desafio assegurar condições sociais, político-jurídicas e institucionais para revisitar as páginas desse constructo; assumir e reconhecer os passivos que se encontram latentes na sociedade brasileira à espera de uma caminhada que possa dar expressão à dignidade humana e viabilizar protagonismo às minorias.

Nesse sentido, podemos considerar a implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, como compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada.

Ao mesmo tempo em que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH agrega aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário, reunindo demandas antigas e atuais de nossa sociedade pela construção de uma cultura de paz, da democracia, do desenvolvimento e da justiça social.

Podemos considerar, senhoras e senhores, a existência de várias tipologias de violência em nossa sociedade que exemplificam a problemática aqui exposta. Muitas delas transcendem a violência física, que se mostra tão aparente. Os aspectos mais gritantes dizem respeito à falta de moradia, alimentação digna, saúde, educação e emprego, para ficar nas necessidades mais elementares do ser humano, embora estejam resguardadas em nossa Carta Magna.

A busca incessante da redução das desigualdades sociais tem sido o alvo permanente do Governo Lula no sentido de contribuir para a gradativa e consolidada inserção das pessoas no terreno da cidadania e da dignidade, como forma de construir um país melhor e mais fraterno.

Assim, entendo a dimensão da nossa responsabilidade neste momento tão especial por que passa o mundo, em seus aspectos de sustentabilidade



ambiental, sociocultural e econômica. Devemos empreender ações imediatas para o resgate da justiça, da cidadania e da cultura da paz.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, presto minha homenagem às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Oito de março não é apenas uma data comemorativa. É também, e principalmente, uma oportunidade para refletirmos sobre os problemas que as mulheres enfrentam em seu cotidiano. Mais do que isso, devemos discutir o papel da mulher na sociedade e trabalhar para a diminuição do preconceito e da desvalorização feminina.

A data nos remete a 1857, quando centenas de mulheres morreram sob o jugo daqueles que tinham poder sobre uma fábrica de tecidos em Nova York. Cento e trinta operárias foram queimadas vivas por terem ousado se organizar e promover uma greve por melhores condições de trabalho.

O martírio dessas mulheres foi reconhecido em 1910, numa conferência realizada na Dinamarca. Foi definido que o 8 de março passaria a chamar-se Dia Internacional da Mulher, data oficializada pela ONU em 1975.

O grande objetivo da criação do Dia Internacional da Mulher, além de comemorar as conquistas já obtidas, é aprofundar a discussão sobre a igualdade de gêneros.

Sr. Presidente, destaco o dia 24 de fevereiro de 1932 como um marco na história da mulher brasileira. Nessa data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistaram, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo.

Compreender as lutas da mulher neste milênio é observar os avanços já tornados realidade, como a melhoria do nível educacional e profissional, na linha de proteção dos direitos da mulher, a Lei Maria da Penha e o percentual de participação das mulheres nos partidos políticos. Na esfera político-eleitoral, podemos destacar o grande número de mulheres assumindo postos de liderança nos 3 níveis da Federação, como Vereadoras, Prefeitas, Governadoras, Deputadas ou Senadoras.



Há espaço para mais conquistas, senhoras e senhores. O universo da mulher em sua multiplicidade de afazeres diários e a complexidade de sua inserção em uma sociedade historicamente patriarcal demanda continuados esforços na aplicação de políticas públicas.

Mesmo com todos os avanços, as mulheres ainda sofrem com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

E é esse caminho que queremos trilhar a cada novo dia, que deve inspirar-nos, como inspira este momento especial em que homenageio as Deputadas que integram esta Casa legislativa, as servidoras e todas as mulheres que superam barreiras, eliminam tabus e constroem um mundo que, muito em breve, tenho certeza, será bem mais justo e melhor para todos nós.

Muito obrigado.



Documento 17/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-16:18

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6348 GORETE PEREIRA-PR -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de criação de Delegacias da Mulher em Municípios com mais de 60 mil habitantes. Conveniência de rejeição da Medida Provisória nº 451, de 2008.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao lembrar o Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo dia 8, domingo, gostaria de dizer que precisamos comemorar, no próximo ano, 2010, a diminuição da criminalidade.

Parabenizo neste momento as mulheres, principalmente as do meu Estado, o Ceará, onde há um nível de criminalidade muito grande. Agora mesmo, na semana passada, foram mortas mais 2 mulheres.

Precisamos nos valer das leis para implantar delegacias de mulheres em todos os municípios que têm mais de 60 mil habitantes, e assim diminuir realmente a impunidade. Dessa forma, poderemos chegar ao Dia Internacional da Mulher em condições de comemorar, estatisticamente, a diminuição da criminalidade e o aumento da valorização da mulher no poder, em todos os segmentos.

Que possamos ter um Dia Internacional da Mulher condizente com a amplitude que tem o nosso movimento.



Gostaria também de dizer a todos os nossos pares presentes que a Medida Provisória 451, que chegará a esta Casa, penaliza os hospitais credenciados pelo Sistema Único de Saúde a não receber o DPVAT. A quem interessa uma medida dessas? Nem ao Governo, nem à população. Precisamos saber a quem interessa, porque penaliza o SUS e deixa muito vulneráveis tanto os cidadãos quanto os hospitais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 18/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-16:24

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6349 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Comemoração do aniversário do Município de Queluz, Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Manifesto em Defesa dos Direitos Sociais Básicos sob Ameaça na Reforma Tributária, subscrito por entidades da sociedade civil organizada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero mandar um abraço à cidade de Queluz, que está comemorando aniversário hoje, ao Prefeito José Celso e à população.

Registro ainda o transcurso do Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo domingo, e cumprimento todas as mulheres.

Peço ainda seja registrado nos Anais da Casa o Manifesto em Defesa dos Direitos Sociais Básicos sob Ameaça na Reforma Tributária. Cerca de 240 bilhões de reais estão em risco e colocarão, sem dúvida nenhuma, todos os benefícios da Seguridade Social em dúvida.

Agradeço à Deputada Vanessa Grazziotin a compreensão.

MANIFESTO A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 19/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-19:38

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6402 LUIZ CARLOS SETIM-DEM -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ousamos nos oportunizar deste momento para trazer à tona um assunto que sempre nos causou espanto na sociedade brasileira. Talvez, desconfortavelmente, confessamos que reservar um único dia, tido como especial, para comemorarmos o Dia Internacional da Mulher é algo que poderia ser questionável.

Mesmo sabedores dos valores que levaram o 8 de Março para a marcação da data do Dia Internacional da Mulher, o nosso ensejo é, em especial, o de enobrecer a presença igualitária da mulher no mundo contemporâneo e de revalidar a idéia de que se tivermos de comemorar de fato, faríamos isso todos os dias, pois de nada resultaria o mundo se não fossem elas.

Sob diversificado número de chamadas publicitárias pela mídia, que se solidariza com esse momento de comemoração, constantemente nos deparamos com o conceito como sendo a presença da mulher na sociedade algo inusitado ou



possível de acontecer sem que essa mesma presença não fosse, muito pelo contrário, tão essencial quanto a do homem - nem mais nem menos importante.

A mulher é fonte de evidente maior sensibilidade, entre a grande maioria dos seres humanos. Daí se destacam sua interminável reserva de criatividade, produtividade, sabedoria, sensatez e tantos outros adjetivos que fazem da natureza feminina próxima do limiar do que se possa compreender a beleza como um todo e o amor indispensável à felicidade.

A mulher mulher, a mulher mãe, a mulher amante, a mulher companheira, a mulher filha, a mulher profissional, a mulher poeta, a mulher família, a mulher, enfim, mulher.

Mulher: será possível resumir a sua presença na sociedade e destinar apenas 1 dia a ela?

No dia 8 de março, domingo, comemora-se o Dia Internacional da Mulher, mas, na minha opinião, deveria haver uma comemoração um tanto maior.

Os meus cumprimentos a todas as nossas colegas Parlamentares pelo dia 8 de março.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 20/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-19:46

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6408 ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Participação feminina na Mesa Diretora da Comissão de Educação e Cultura. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de amplo debate pela Casa acerca do impacto da crise econômica no mercado de trabalho.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero registrar que hoje a Comissão de Educação foi agraciada. Com a anuência de seus membros, elegemos uma Mesa feminina, uma das mais ativas da Câmara dos Deputados, que trouxe para este plenário a votação da criação do FUNDEB e do piso salarial nacional do professor, depois de profundo debate acerca de diretrizes curriculares e de muitas fronteiras profissionais.

Parabenizo, então, a Deputada Maria do Rosário, que assume a Presidência da Comissão de Educação, e a Deputada Fátima Bezerra, a Primeira Vice-Presidência. Eu assumi a Terceira Vice. Com muita honra, serei parceira dessas valorosas companheiras nessa Comissão.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, registro que o Dia Internacional da Mulher foi definido pela ONU em razão de um massacre ocorrido nos Estados Unidos da



América, quando operárias têxteis foram queimadas em uma fábrica. Amanhã farei pronunciamento específico sobre a matéria.

Sem dúvida, hoje as mulheres representam enorme mão-de-obra, são a maioria dos servidores públicos, mas ainda percebem 40% do salário dos homens e são a maioria dos pobres e dos analfabetos em nosso País.

Precisamos abordar nesta Casa - apesar das grandes vitórias que obtivemos, com esta Mesa Diretora honrando sua palavra - o impacto da crise sobre o trabalho da mulher. Que tipo de impacto a crise econômica trará para o trabalho das mulheres, já que hoje 40% dos lares brasileiros são gerenciados por elas? As mulheres são arrimos de família em quase 40% dos lares brasileiros. Esse é o debate que precisaremos travar na Câmara dos Deputados, neste momento de crise.

Viva o 8 de Março, as mulheres brasileiras e a Câmara dos Deputados!



Documento 21/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-17:56

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6381 JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas alcançadas pelas mulheres nos últimos anos. Necessidade de maior participação feminina na política. Urgente votação de projeto de lei sobre a regulamentação das atividades das parceiras.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parabeno as brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, no próximo domingo, dia 8, e dou parabéns especiais às mulheres do meu Estado, o Amapá.

Nos últimos anos, alcançamos conquistas importantes, como a Lei Maria da Penha, que protege a mulher da violência e pune os agressores. No caso das mulheres vítimas de escarpelamento, especialmente as do Amapá, as quais, com muito esforço e dedicação, tiramos da invisibilidade e trouxemos para a esfera do Poder Público, é preciso destacar uma grande vitória: agora elas podem fazer cirurgias reparadoras pelo Sistema Único de Saúde e, já a partir deste ano, por meio da Defensoria Pública da União, pleitear uma indenização.



Esses, nobres colegas, são exemplos recentes de nossas conquistas, que não vêm sem esforço. Precisamos, porém, fazer muito mais, como eleger mais mulheres para o Parlamento e garantir nossa representação na Mesa Diretora desta Casa. O Presidente Michel Temer, aliás, sinaliza positivamente nesse sentido, mas estou certa de que isso não ocorrerá sem nosso empenho.

As mudanças que precisamos implementar na sociedade brasileira em favor da igualdade de gênero passam por esta Casa. Por isso se torna ainda mais essencial uma participação maior das mulheres no Parlamento.

Particularmente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar as parteiras, mulheres que, do extremo norte ao extremo sul, de leste a oeste deste País, amparam as crianças que vêm ao mundo.

Aproveito para registrar que 80% - talvez até mais - dos Parlamentares desta Casa vieram ao mundo pelas benditas mãos de parteiras. E, mais uma vez, peço à Casa que aprecie de uma vez por todas o projeto que apresentei em 2003, para que a atividade de parteira passe a ser reconhecida pelo Sistema Único de Saúde. Por fim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.



Documento 22/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-14:18

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6289 SEBASTIÃO BALA ROCHA-PDT -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Declamação de poema em homenagem às mulheres.

O SR. SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, às vésperas do Dia da Mulher, quero homenagear a mulher do Brasil inteiro com esta linda poesia de autoria de Elizanete de Paula:

"A Você Mulher

O M DE MULHER SE ESCREVE COM M MAIÚSCULO

Olho para a palma da minha mão e vejo o M de mulher, vejo o M de Mãe,

M das Marias que carregam o milagre de gerar,

M das magníficas Marias que vencem os obstáculos transformando-os, como as ostras, em madrepérolas;

M das Maravilhosas Marias que foram à luta e viraram Vereadoras, Prefeitas, Governadoras, Ministras e Presidentas;

M das Majestosas Marias que inconformadas quebraram tabus, venceram os preconceitos, para que no futuro as outras companheiras tivessem vez.



M das Marias Mártires que corajosamente perderam as suas vidas balançando a bandeira da igualdade, que marcaram suas gerações e entraram pra história, ficando não apenas no calendário, mas nos nossos corações o valor do M de Mulher.

M de Mulher Mais bela que o diamante - teu brilho por muito tempo foi ofuscado, bravamente guerreaste pra gritar teu valor, que excede em muito o de diamantes. Esses se formam na rocha e viram enfeites, Tu, Mulher, lutastes e lutas pra mostrar que não és adorno, e provastes que és forte como a rocha e mais bela que seu fruto.

És merecedora de aplausos de pé e digna de medalhas de ouro".

Parabéns, Mulheres.



Documento 23/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-15:12

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6337 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Convite à Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, para participação em audiência pública no Estado do Rio Grande do Norte destinada ao debate sobre o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Promoção do Seminário Mais Mulheres no Poder: Uma Questão da Democracia, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, associando-me à Deputada Vanessa Grazziotin, quero dizer que na ocasião entreguei à Ministra Nilcéa Freire o convite, formulado pela Governadora do nosso Estado, especialmente pela coordenadoria de mulheres, para que se faça presente, na próxima quinta-feira, numa audiência pública que será realizada no nosso Estado, quando iremos discutir, dentre outros temas, o Plano Nacional de Combate à Violência, bem como parabenizar a Ministra e a Secretaria pelo Seminário "Mais mulheres no poder: uma questão da democracia", que será realizado nessa segunda e terça-feira e vai contar com a presença do Presidente Lula.



Aproveito a oportunidade para informar que amanhã será realizada sessão solene conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados alusiva ao Dia Internacional da Mulher.



Documento 24/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-18:38

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6391 JORGINHO MALULY-DEM -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às Deputadas, às servidoras da Casa e familiares do orador. Realização da Feira de Negócios do Setor de Energia - FEICANA/FEIBIO 2009, no Município de Araçatuba, Estado de São Paulo. Anúncio da realização de seminário sobre projetos governamentais, em Araçatuba.

O SR. JORGINHO MALULY (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, em primeiro lugar, embora já tenha sido dito por alguns colegas, não custa ressaltar que, no próximo dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher.

Em nome da Deputada Cida Diogo, que faz parte da Mesa neste momento, saúdo todas as Deputadas da Casa e também as nossas funcionárias, colaboradoras da Taquigrafia, das Comissões e das assessorias parlamentares, pela importante contribuição da mulher.

Sem dúvida alguma, a figura principal na vida de todos nós é a nossa mãe. Eu, que tenho a felicidade de ter a minha mãe viva, tenho duas filhas e a minha esposa, também presto essa homenagem em nome delas.



Mas venho à tribuna para registrar que, na semana que vem, nos dias 10, 11 e 12, a minha querida cidade de Araçatuba realizará mais uma edição da FEICANA/FEIBIO. Trata-se de uma feira cujo objetivo principal, Presidente Inocêncio Oliveira, é divulgar energias limpas, novas formas de energia, principalmente aquelas ligadas ao setor sucroalcooleiro.

Neste momento de crise, Sr. Presidente, o interior de São Paulo, Araçatuba, que tinha no passado a imagem de capital do boi gordo, com o passar dos anos está-se transformando em um dos mais importantes pólos do setor sucroalcooleiro do Brasil. A geração de emprego passa pelo investimento, pela capacitação. A implantação desse pólo levou para a região uma FATEC do Governo do Estado e também está levando uma Escola Técnica Federal.

É nessa feira que as empresas do ramo fazem os seus negócios, apresentam os seus projetos e os seus equipamentos e, dessa maneira, propiciam a geração de empregos. Quando colocamos uma empresa em funcionamento, estamos gerando empregos e tributos.

Participarão da abertura do evento um representante do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a quem agradeço o apoio que tem dado à região, e também um representante do Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Luiz Elias, Secretário-Executivo do Ministério, a quem também agradeço todo o carinho e apoio.

Também quero registrar, Presidente Inocêncio Oliveira, que no próximo dia 3 de abril o Dr. Marcos Lima e o Dr. Janderson, da Presidência da República, a quem quero agradecer, estarão em um seminário para falar sobre os projetos do Governo Federal em Araçatuba.

Obrigado.



Documento 25/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-19:38

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6403 LÉO ALCÂNTARA-PR -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do centenário de nascimento do poeta popular Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. LEO ALCÂNTARA (PR-CE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em 2009, o Estado e o povo do Ceará festejam o centenário do nascimento de Patativa do Assaré, uma das maiores e mais significativas expressões da poesia popular brasileira. Antônio Gonçalves da Silva era o nome desse gênio, que veio ao mundo em Assaré, na região do Cariri, aos 5 de março de 1909, e morreu em 2002, aos 93 anos de idade.

Mais do que poeta, repentista e cantador, Patativa foi um notável cearense, merecedor da admiração e do respeito a que fazem jus, e tantos outros que, pela grandeza humana e pelo fulgor da inteligência, dignificam a terra em que nasceram. Justas, pois, são as homenagens com que o nosso povo comemora o centenário desse brilhante artista, que nos deixou um legado de sabedoria, emoção e beleza.



Como José Albano, outro magnífico bardo cearense, Patativa do Assaré também poderia dizer: "Poeta fui, e do áspero destino/ senti bem cedo a mão pesada e dura".

Filho de um modesto agricultor, já na primeira infância perde a visão do olho direito, como Camões. Aos 8 anos, torna-se órfão de pai e começa a lavrar a terra, para sobreviver; aos 12, alfabetiza-se durante os 4 meses em que frequenta a escola, à qual jamais voltaria; 1 ano depois, compõe os primeiros versos; com 16 anos, compra uma viola e começa a cantar de improviso, em feiras e programas de rádio. Logo recebe a alcunha de Patativa do Assaré, pela poesia que lembra a beleza do canto dessa ave.

Apenas alfabetizado, não escrevia os poemas que compunha, às vezes com centenas de versos: guardava-os de cor, dono que era de uma impressionante memória. A vida inteira morou em Assaré, orgulhoso da roça que plantava anualmente, enquanto sua obra era estudada até em Paris, na Universidade de Sorbonne.

Na caudalosa poesia com que nos fala ao coração e à razão, Patativa valeu-se dos elementos de que se constitui a realidade do sertanejo: o amor, as festas, a chuva, a fé religiosa, mas também a seca, a fome, a pobreza econômica e as injustiças sociais. Com a linguagem arrevesada de quem mal escrevia, humildemente cantou: "Meu verso rastêro, singelo e sem graça/ não entra na praça, no rico salão./ Meu verso só entra no campo e na roça,/ Na pobre paioça, da serra ao sertão".

Muito embora as poucas letras, revelava Patativa uma aguda percepção política, uma lúcida consciência social, como no poema Eu quero: "Quero paz e liberdade,/ Sossego e fraternidade/ Na nossa pátria natal./ Desde a cidade ao deserto,/ Quero o operário liberto/ Da exploração patronal".

Imune às paixões partidárias, declarou certa vez: "Não tenho tendência política; sou apenas revoltado contra as injustiças que venho notando desde que tomei algum conhecimento das coisas, provenientes talvez da política falsa (...)."

A pesquisadores cearenses ocorreu a feliz ideia de pôr em letra de forma o que Patativa guardava na memória. Assim, publicaram-se os livros Inspiração



nordestina, Cante lá que eu canto cá, Ispinho e Fulô, Digo e não peço segredo e Aqui tem coisa.

Esse, o registro com que, em nome do Ceará e do povo cearense, saudamos Patativa do Assaré, pelo centenário do seu nascimento. A esse gênio brasileiro, o nosso respeito e a nossa homenagem pela inspiração com que soube transformar em poesia a realidade social do Nordeste e a grandeza humana do homem nordestino.

Outro assunto do qual não podemos deixar de fazer um registro, é o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Nesse contexto, ocupo esta tribuna para prestar um tributo especial a todas as mulheres brasileiras que lutam bravamente no dia a dia, assegurando a sobrevivência e a defesa intransigente de sua dignidade.

No conjunto de destaques femininos, marco aqui a minha profunda admiração por 3 mulheres que suavizam a minha vida: Beatriz Alcântara, minha mãe; Ane Alcântara, minha esposa e companheira de lutas; e minha filha Amanda.

O Dia Internacional da Mulher está intimamente ligado aos movimentos feministas que buscavam respeito para as mulheres e sociedades mais igualitárias. É a partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, que essas reivindicações tomaram maior vulto com a exigência de melhores condições de trabalho e equilíbrio entre os sexos.

Não era incomum as operárias dessa época serem submetidas a um sistema desumano de trabalho, com jornadas de até 16 horas diárias, espancamentos e ameaças sexuais. Foi justamente por causa de precárias condições de trabalho que 130 tecelãs da fábrica de tecidos Cotton, de Nova York, decidiram paralisar seus trabalhos, reivindicando o direito à jornada de 10 horas. Era 8 de março de 1857, data da primeira greve norte-americana conduzida somente por mulheres.

A partir daí, o que a história registraria seriam cenas de terror. A polícia reprimiu violentamente a manifestação, fazendo com que as operárias se refugiassem dentro da fábrica. Os donos da empresa, junto com os policiais, trancaram-nas no local e atearam fogo, matando carbonizadas todas as tecelãs.

Em 1910, durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres, realizada na Dinamarca, foi proposto que o dia 8 de março fosse declarado Dia Internacional da



Mulher, em homenagem às operárias de Nova York. No ano de 1975, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas.

Desde então, essa data começou a ser comemorada no mundo como homenagem às mulheres, remetendo todos, a cada ano, à celebração dos feitos econômicos, políticos e sociais alcançados pela mulher ao longo do tempo, às lutas que lhes têm permitido, gradativamente, conquistar direitos e livrar-se de malditos estigmas. Essa data nos permite contabilizar o progresso e os desafios a serem enfrentados por todos, no sentido de esboçar os caminhos que ainda precisam ser percorridos até que se possa alcançar a efetiva igualdade do gênero humano; a igualdade em direitos e oportunidades entre homens e mulheres; a igualdade em direitos e obrigações preconizada em nossa Carta constitucional.

Embora as lutas das mulheres tenham obtido importantes conquistas democráticas nas últimas décadas - como regulamentação da jornada de trabalho, direito ao voto, direito ao divórcio, etc. -, é mais do que evidente que elas ainda permanecem, como gênero feminino, em condição de inferioridade ao homem.

Recebem pelo mesmo trabalho salários menores aos dos homens, possuem dupla jornada de trabalho (a mulher não abandonou o seu papel de gestora da casa e da prole), muitas vezes são forçadas a alimentar o mercado da prostituição, são alvos da violência doméstica crescente. Isso sem mencionar que em alguns países da Ásia e da África, as mulheres, sem nenhum direito, são tuteladas pelo pai, que as mutila (com a amputação do clitóris) e as vende como mercadorias.

Relatório da Anistia Internacional mostra que 1 bilhão de mulheres, ou 1 em cada 3 do planeta, já foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais ou submetidas a algum outro tipo de abuso. No Brasil, a cada 15 segundos, uma mulher é espancada por um homem.

Por essa razão, justas são as comemorações e homenagens estimuladas pelo Dia Internacional da Mulher, e importantes são as palavras que repercutem, porque estão a mostrar uma verdade fundamental que se contrapõe a milênios de opressão e de injustiça, pois todos somos iguais.



Concluo este pronunciamento prestando uma homenagem às Deputadas que compõem esta Câmara, pelo padrão de eficiência na defesa das conquistas e dos direitos da mulher.

Ao homenagear minhas companheiras Deputadas, tenho a certeza de que, pelo mandato produtor e edificante que elas têm exercido, estarei homenageando todas as mulheres do Brasil. Elas são exemplos das conquistas árduas, longas, da chamada "cidadania feminina".

Faço apenas uma ressalva para lamentar o fato de esta Casa ter perdido, novamente, a oportunidade de promover o aumento da representatividade das mulheres no processo político, ao não ter assegurado a sua participação em um dos 7 cargos titulares da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Em mais de 1 século de história, nunca uma mulher exerceu um cargo de direção na Mesa da Casa - houve apenas Deputadas em cargos de suplência. É hora, portanto, de superar essa barreira, permitindo maior participação da mulher nesta Casa, na Mesa Diretora, nos cargos diretivos das Comissões e nas relatorias dos projetos de maior visibilidade.

Apesar de um processo mundial de maturação em curso, apesar de elementos que apontam para uma progressiva superação do preconceito, apesar do destaque de mulheres que disputam e, em alguns casos, ganham o poder em seus países, a mulher brasileira conta ainda com pouco espaço político.

A mulher brasileira quer mais espaço de poder para avançar na luta por seus direitos. É preciso garantir o aumento da sua representatividade em todos os níveis de decisões, sejam instituições nacionais, sejam regionais ou internacionais, e em mecanismos para prevenção, gerenciamento e resolução de conflitos. A presença da mulher na política é essencial para dar novas cores à democracia.

Portanto, a minha homenagem à mulher brasileira porque a sua política busca uma nova etapa da vida política do País: combater a escandalosa injustiça social que martiriza a vida cotidiana dos brasileiros e da esmagadora maioria das mulheres brasileiras.

Era o que tinha a dizer.



Muito obrigado.



Documento 26/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-17:40

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6378 MÁRIO DE OLIVEIRA-PSC -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (Bloco/PSC-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher, e eu não poderia deixar de vir a esta tribuna homenagear mães e esposas, filhas e colegas, profissionais, guerreiras e sobretudo companheiras de todas as horas, amigas queridas com que tenho o prazer de compartilhar as lutas e as conquistas de todos os dias.

O Dia Internacional da Mulher é comemorado em 8 de março em homenagem a 129 tecelãs nova-iorquinas que morreram durante a primeira greve norte-americana conduzida apenas por trabalhadoras, em 1857. Entre as reivindicações estavam alguma espécie de licença-maternidade, a redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas diárias e a equiparação de salários com os homens - as mulheres chegavam a receber até um terço do salário pago a um homem para executar o mesmo tipo de trabalho.

De lá para cá, muito se avançou na garantia dos direitos às mulheres, no Brasil e no mundo, graças sobretudo à iniciativa e ao espírito combativo delas próprias,



que, a despeito de todas as dificuldades, se têm organizado e conquistado espaço crescente na sociedade.

Há 77 anos, no dia 24 de fevereiro de 1932, a mulher brasileira ganhava o direito de votar nas eleições nacionais, por meio do Código Eleitoral Provisório. A conquista, no entanto, não foi completa, porque o código permitia apenas que mulheres casadas, viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar.

As restrições ao pleno exercício do voto pelas mulheres só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, e o voto feminino passou a ser obrigatório em 1946. Em 3 de maio de 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz tornou-se a primeira Deputada Federal eleita.

A primeira mulher a ocupar um lugar no Senado foi Eunice Michiles, em 1979, ao assumir o posto com a morte do titular do cargo. Só em 1990 foram eleitas as primeiras Senadoras, Júnia Marise e Marluce Pinto. Em 1994, Roseana Sarney tornou-se a primeira Governadora eleita, no Maranhão.

A primeira Ministra de Estado foi Maria Esther de Figueredo Ferraz, nomeada em 1982 para chefiar a pasta da Educação. De lá para cá, as mulheres já estiveram à frente de vários Ministérios e hoje existe uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, chefiada pela Ministra-Chefe Nilcéa Freire.

Em 1996, o Congresso instituiu na legislação eleitoral o sistema de cotas, que obrigava os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado e o mínimo passou a ser de 30%.

Fiz essa breve cronologia para mostrar que a ampliação do espaço feminino na política nacional tem sido constante. Nos últimos anos a mulher brasileira obteve importantes conquistas, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para que ela ocupe o lugar que lhe é devido na vida política e nas posições de liderança.

Exemplo claro da desproporção entre a parcela de mulheres na sociedade e sua representação política é a situação que vivemos aqui na Câmara, em que temos somente 46 colegas mulheres entre os 513 mandatos, embora a parcela feminina do eleitorado já seja superior à dos homens.



Também observa-se um desequilíbrio entre a escolaridade feminina e sua remuneração média no mercado de trabalho. As mulheres já têm a maioria das matrículas no nível médio, dominam a graduação e obtêm o maior número de bolsas de mestrado e doutorado. Isso acontece porque elas estudam, trabalham, cuidam dos filhos e muitas vezes sustentam a casa sozinhas. Mesmo assim recebem, em média, salário 30% menor que o dos homens.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou convencido de que o Brasil só será verdadeiramente democrático quando as políticas e as legislações nacionais forem decididas conjuntamente por homens e mulheres na proporção em que eles coexistem na sociedade, com igualdade na defesa dos interesses de um e de outros.

Cabe a nós, legisladores, trabalhar para que esse equilíbrio seja alcançado com a maior brevidade possível. Temos o dever de estudar, com urgência, formas de tornar mais efetiva a Lei de Cotas, possibilitando não apenas a candidatura como a eleição de maior número de mulheres.

As condições para que as mulheres ocupem o espaço que lhes cabe estão cada vez mais favoráveis. Pesquisa recente revelou que 67% dos brasileiros acreditam que uma maior presença feminina em posições de poder melhoraria o nível da política no País.

Esse é um indício de que a sociedade brasileira já está pronta para alçar mais mulheres a postos de liderança política, basta aperfeiçoarmos os instrumentos institucionais para que isso ocorra.

Há muito o que se ganhar com uma maior paridade na representação de homens e mulheres nos 3 Poderes da República. Ganha-se o equilíbrio entre o olhar feminino e o olhar masculino sobre todas as coisas. Ganha-se a qualidade do convívio social pelo maior respeito conquistado pelas mulheres. Ganha-se, enfim, a preciosa sensação de realizarmos, juntos, de mãos dadas, a longa e muitas vezes árdua tarefa de construirmos uma nação próspera, justa e solidária.

Quero, pois, fazer uma especial homenagem às minhas 46 nobres colegas Deputadas, que com seriedade, empenho e competência muito se têm empenhado para tornar esse sonho realidade.



Obrigado.



Documento 27/100

024.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2009-14:26

Publ.: DCD - 05/03/2009 - 6292 DÉCIO LIMA-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Resultados positivos da implementação de políticas públicas para as mulheres. Apresentação de projeto de lei sobre a substituição de veículos utilizados em atividades de apoio operacional em aeroportos.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no domingo, dia 8 de março, se comemora o Dia Internacional da Mulher, um dia de luta e reflexão sobre a condição feminina em todo o mundo. No Brasil, infelizmente, a discriminação e a violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico, ainda é manchete de jornais e noticiários de televisão. Em pleno século XXI, com a tecnologia e a informação cada vez mais rápida, muitos setores da sociedade ainda delegam à mulher um papel secundário.

Felizmente as coisas estão mudando. Por isso venho à tribuna desta Casa hoje para falar às mulheres e aos homens brasileiros sobre os avanços conquistados com as políticas públicas do Governo Lula, que com um olhar carinhoso e corajoso tem trazido à tona esse debate.



A criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, no primeiro dia de Governo do Presidente Lula, em janeiro de 2003, foi uma marco. Sob a coordenação da Ministra Nilcéia Freire, pela primeira vez na história deste País o Governo Federal passou a desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania.

Gostaria de aqui destacar algumas ações inovadoras da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e da atuação integrada com toda a esfera governamental. No Governo Lula, mais de 500 mil trabalhadoras rurais foram atendidas com documentação civil. Mais de 1,5 milhão de trabalhadoras rurais tiveram acesso ao crédito, totalizando R\$ 4 bilhões e 200 milhões de reais. E a participação das mulheres no PRONAF aumentou 35%.

A Lei Maria da Penha, sancionada pelo Presidente Lula em agosto de 2006, é fruto desse debate e desse olhar diferenciado da condição feminina. Da violência sofrida pela brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, agredida pelo próprio marido durante 6 anos, mas que teve a coragem de denunciar sua situação, nasceu uma das legislações mais modernas e ousadas no combate à violência contra a mulher.

A lei define que a violência doméstica e familiar contra as mulheres é crime e que os agressores serão punidos, não mais com cestas básicas, como acontecia até então, mas com a reclusão do agressor. Com a Lei Maria da Penha, acabou a história de que mulher gosta de apanhar e marido que bate pode se safar com cesta básica.

Desde 2003, a rede brasileira de assistência às mulheres em situação de violência se expandiu para 96 centros de referência, 65 abrigos e 396 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Desde agosto de 2006, também foram estabelecidos cerca de 140 juizados civis e penais para lidar com a violência doméstica e familiar e 15 postos de defensoria pública para mulheres, que funcionavam em todo o País, provendo defesa legal e serviços de advocacia gratuitos para auxiliar as vítimas nos tribunais.



E para combater a violência doméstica e familiar, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres conta com um orçamento de R\$ 1 bilhão de reais para o período 2008-2011.

Por tudo isso, quero aqui agradecer ao Presidente Lula mais uma vez pela forma carinhosa e corajosa com que tem conduzido as políticas públicas para as mulheres. E saudar a todas as mulheres brasileiras, aqui representadas por 3 mulheres de luta e coragem: as Ministras Nilcéia Freire e Dilma Roussef e a minha querida Ana Paula Lima, Deputada Estadual pelo PT em Santa Catarina, com quem tenho o privilégio de compartilhar a luta pública e um casamento de muita cumplicidade.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Com base em uma preocupação mundial, apresento hoje à Mesa desta Casa um projeto de lei que visa à substituição gradual de veículos utilizados em atividades de apoio operacional em aeroportos, movidos por motores de ciclo diesel e otto, por outros com tração elétrica ou mista.

Os aeroportos, nobres colegas, são grandes focos de emissão de gases causadores do efeito estufa, além de material particulado, como poeira e fuligem, que afetam o meio ambiente e a saúde humana.

As emissões provêm principalmente dos aviões, que, em sua imensa maioria, utilizam o querosene de aviação como combustível. O querosene, por ser um combustível menos nobre do que a gasolina, emite, em sua queima, além de gás carbônico, uma fuligem preta e levemente oleosa, que se deposita sobre edifícios, veículos e vegetação. É essa fuligem o principal fator que torna o ar dos aeroportos carregado e desagradável à respiração.

Outro fator contribui, no entanto, para a poluição do ar nos aeroportos: o intenso trânsito de veículos utilizados em operações de apoio, como ônibus, caminhões, vans, tratores e rebocadores. Boa parte desses veículos utilizam motores movidos a óleo diesel, que emitem material particulado e derivados de enxofre. O emprego de veículos com motorização não poluente, ou menos poluente, reduziria consideravelmente tanto as emissões de gases causadores do efeito estufa, entre



eles o dióxido e o monóxido de carbono, como outros que prejudicam a saúde das pessoas, como os derivados do enxofre.

Além de ser benéfica ao meio ambiente global, a obrigatoriedade de substituição gradual dos veículos utilizados na operação de aeroportos por modelos com motorização elétrica ou híbrida vai forçar o desenvolvimento tecnológico e a busca de soluções de engenharia que contribuirão para o desenvolvimento do Brasil.

Isto posto, conto com o apoio dos colegas Parlamentares para o aprimoramento e a aprovação do projeto de lei que ora submeto ao Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 28/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00
Publ.: DCN - 06/03/2009 - 320 EMÍLIA FERNANDES-PT -RS
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a EMILIA FERNANDES (PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr^a Presidenta, companheira Senadora Serys, nossa Ministra Nilcéa, demais companheiras que compõem a Mesa, Srs. Senadores e Srs. Deputados, Sr^{as}. Senadoras e Sr^{as} Deputadas, serei breve, porque aqui muito já foi dito. Mas, com orgulho, volto a ocupar a tribuna desta Casa, onde, nos idos de 1998, aqui estava como Senadora da República pelo Estado do Rio Grande do Sul e tive a inspiração - e digo sempre "inspiração" - de buscar colocar na pauta da Casa um tema que muito mexeu com os nossos sentimentos e com os nossos compromissos não apenas de mulher, mas de cidadã, de educadora, de sindicalista, de pessoa que realmente acredita que a democracia que defendemos, a liberdade e o respeito só serão completos e que a construção desta Nação maravilhosa que é o nosso País, o Brasil, só será melhor e mais justa, à medida que as mulheres realmente forem protagonistas das grandes transformações.

Por isso, naquele momento, pensei e apresentei um projeto que se tornou uma resolução desta Casa, para que, todos os anos, por ocasião do mês de março, do



Dia Internacional da Mulher - e também durante o ano inteiro -, tivéssemos a oportunidade de olhar de uma forma mais atenta e buscar reconhecer e valorizar a trajetória de mulheres deste nosso País.

Considero que o Senado da República, a partir daquela nossa inspiração, da aprovação da Casa, do apoio que nos deram, da Resolução que o Presidente de então tornou realidade, não é mais o mesmo.

Não é por acaso que as sessões se realizam dessa forma, nesse momento e que para cá se voltam os olhares do Brasil todo, e eu digo até do mundo, porque aqui nós sabemos que hoje não apenas a luta das mulheres brasileiras, mas a das mulheres do Mercosul, das mulheres da América Latina, das mulheres de todo o mundo, se une numa só voz contra a violência, contra a discriminação, pela igualdade de direitos no trabalho, na saúde, na educação, na presença mais efetiva de mulheres nos espaços de poder e de decisão.

Este Diploma, que está guardado no fundo do meu coração e da minha consciência, como a semente que aqui coloquei como Senadora do Rio Grande, que é irrigada, é cuidada a partir de todo este trabalho que esta Casa faz, do que a Senadora Serys vem fazendo e das mulheres que por aqui já passaram e hoje estão sendo homenageadas fizeram, queridas homenageadas de ontem, de hoje e certamente de amanhã, mulheres do campo, da luta, indígenas, mulheres negras, mulheres brancas, mulheres que representam a alta sociedade brasileira

...

(Interrupção do som.)

A SR^a EMILIA FERNANDES - Aqui a gente sabe que a coisa funciona, principalmente quando as mulheres estão presidindo.

Aquelas mulheres maravilhosas, que representam a luta da resistência deste povo brasileiro e da maioria das mulheres que sofrem a exploração e a discriminação.

Quero dizer que hoje, estando na Câmara Federal, como Deputada Federal pelo meu Estado, Rio Grande do Sul, a nossa luta continua, porque cada um fazendo a sua parte, buscando a transformação do seu espaço, da sua casa, da sua família, no espaço em que milita, faremos a diferença.



Parabéns, nossas homenageadas. Que este Diploma seja inspirador para aquelas mulheres que ainda sofrem sozinhas, silenciosas, muitas vezes chorando todas as formas de violência, e que essas manchetes não precisem mais ser colocadas. Sonhamos com isso. A cada segundo, oito mulheres são submetidas ao tráfico sexual internacional. É uma vergonha, é uma luta que não tem fim. Nós, mulheres, pagamos caro pela crise, mas estamos aí enfrentando. Meninas são estupradas, violentadas e desrespeitadas. Sonhamos com o dia em que a justiça, com homens e mulheres, se fará ouvir além da voz das mulheres determinadas, atuantes e amantes da liberdade, que já se faz.

Obrigada, parabéns e boa luta! (Palmas.)



Documento 29/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-14:51

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6572 LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Artigo Um Péssimo Exemplo para a Juventude Brasileira, do jornalista Leopoldo Vieira, veiculado pela Internet.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero homenagear as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, que se comemora no próximo domingo e dizer que achamos importante a modificação na legislação, para que as mulheres tenham direito a compor a Mesa Diretora da Casa. E isso tem sido motivo de muita luta.

A violência ainda é muito grande, mas temos de enfrentá-la. As mulheres têm dado bom exemplo de sensibilidade e de luta. Parabenizo todas as mulheres, em especial as lutadoras e trabalhadoras mulheres da Paraíba!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa de artigo do jornalista Leopoldo Vieira, que tem como título Um Péssimo Exemplo para a Juventude Brasileira.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 30/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6584 ANGELA PORTELA-PT -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. ANGELA PORTELA (PT-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo domingo, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher. A data tem um grande significado na luta das mulheres por uma posição mais justa na sociedade, luta que está muito longe do seu fim, diante de todos os indicadores econômicos e sociais que colocam as mulheres em desvantagem no mercado de trabalho, na política e mesmo na distribuição do poder familiar.

Para ilustrar, basta lembrar por que essa data foi escolhida. Em 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, redução na carga diária para 10 horas, equiparação de salários com os homens e tratamento digno.

Não foram atendidas em suas reivindicações. Pior que isso: a manifestação foi reprimida com violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 morreram no local.



A data marcou o início da luta das mulheres trabalhadoras, mas até hoje suas demandas continuam sendo ignoradas em todo o mundo. Prova disso é o recente levantamento do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) atestando que aumentou a diferença de renda entre homens e mulheres.

Muito embora representem uma maioria de 56,4% dos trabalhadores brasileiros, a remuneração das mulheres representa, em média, apenas 76,4% dos salários pagos aos homens na mesma função.

Vale lembrar que esses dados dizem respeito apenas à Região Metropolitana de São Paulo. Sabemos que, quanto mais distante dos grandes centros urbanos, as desigualdades se acentuam.

O desemprego também é maior entre as mulheres, agravando-se para as que têm filhos pequenos. Mas não é só no mercado de trabalho das grandes regiões metropolitanas que elas encontram dificuldades para ser aceitas.

Este Parlamento é um exemplo oportuno das dificuldades que nós, mulheres, enfrentamos. Embora a lei eleitoral garanta uma margem de 20% para as mulheres nas composições das chapas, a verdade é que poucas conseguem vencer as resistências em seus próprios partidos e, principalmente, o poder econômico das candidaturas tradicionais.

Não poderia ser diferente: mesmo sendo a maioria da população, as mulheres estão sub-representadas na política partidária, no Executivo e no Legislativo.

A Câmara dos Deputados, com apenas 46 Parlamentares, é o exemplo mais veemente. Temos apenas 8% das cadeiras para representar 51% da população brasileira. E o mais grave: as mulheres até hoje não conseguiram ocupar uma posição na Mesa Diretora. Mesmo sendo os representantes da sociedade, ainda estamos muito longe de dar o exemplo na luta pelo fim da discriminação contra as mulheres.

Claro que avanços existem. Quero destacar a presença cada vez mais evidenciada no Poder Executivo, onde pela primeira vez nos vemos diante da real possibilidade de uma mulher vir a ocupar a Presidência da República. Ministras, já



temos várias, assim como Governadoras, Prefeitas e milhares de técnicas qualificadas exercendo funções de chefia em todas as esferas do Poder Público.

Mas nada disso será suficiente enquanto soubermos que a mera condição de gênero é um grave impedimento para o pleno exercício da cidadania.

Não podemos esquecer ainda que a discriminação e o preconceito tornam as mulheres vítimas preferenciais da violência, principalmente no próprio lar, e que condições financeiras desfavoráveis contribuem para índices alarmantes de doenças que poderiam ser evitadas ou tratadas adequadamente, mas que continuam matando milhares de mulheres, todos os anos, por falta de apoio, de informação e de maiores investimentos em saúde pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.



Documento 31/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6587 JEFFERSON CAMPOS-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com satisfação que hoje venho a esta
tribuna trazer minhas mais sinceras homenagens a todas as mulheres que, esta
semana, comemoram seu dia.

O dia 8 de março, sem dúvida, é uma data significativa na defesa dos direitos das
mulheres em todo o mundo. É um dia de afirmação das lutas históricas das
mulheres, como também é um dia de comemoração, onde brindamos as
conquistas e especialmente os avanços que possibilitam antever dias de mais
igualdade e mais respeito à condição da mulher em nosso País.

Inegavelmente há, em nossos tempos, um esforço para tentar diminuir e quem
sabe um dia terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mas é bom
que fiquemos atentos, pois, com todos os avanços, as mulheres ainda sofrem em
muitos locais com baixos salários, violência doméstica, jornada excessiva de



trabalho e outros. Se muito já foi conquistado, muito mais ainda esta por vir nesta história de luta da valorização da mulher.

Neste dia, no ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica, para reivindicarem a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Nas suas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos homens. No entanto, a greve terminou em tragédia, pois os patrões não cederam e, fechando as portas, mandaram atear fogo no prédio onde as mulheres estavam reunidas. Cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Em 1910, numa conferência internacional de mulheres, realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

É importante que esta semana seja também usada para chamar a atenção para o papel da mulher em nossa sociedade, levando a uma tomada de consciência do valor da mulher, percebendo o seu papel importante na sociedade. Para Deus seu valor é reconhecido, pois ela sempre procura aproximar-se mais e mais do papel que seu Criador idealizou para ela, de "Auxiliadora" (Gn 2.18). Ela sabe que deve estar ao lado do homem (não abaixo, nem acima dele) em todas as áreas de atuação.

O papel da mulher na sociedade e na família é inegavelmente de enorme importância. No capítulo 31 de Provérbios, encontramos a verdadeira sabedoria nos lábios de uma mãe, que apresenta uma aula a um único filho, seu jovem filho, o Rei Lemuel, aconselhando-o a respeito da genuína beleza feminina, que vai muito além da beleza exterior, tão cultuada em nossos dias. Essa beleza rara vem de um caráter moldado por Deus que só as mulheres têm.

Isso, de certa forma, explica porque as mulheres foram tão importantes no ministério de Jesus, pois sempre as encontramos servindo-o, prestando-lhe socorro e ajuda em todos os momentos de sua vida terrena. Elas tornaram a vida de Jesus mais agradável, em face de tanta oposição e contrariedade muito comum em seu trabalho.



Foram elas as últimas a deixar a cena da cruz (Mc 15:40). Estavam também ali algumas mulheres, observando de longe; entre elas, Maria Madalena; Maria, mãe de Tiago, o menor, e de José; e Salomé. Foram elas as primeiras a tomarem conhecimento de sua ressurreição, quando foram visitar o túmulo de Jesus, como revela a Bíblia (Mt 28:1-6). No findar do sábado, ao entrar o primeiro dia da semana, Maria Madalena e a outra Maria foram ver o sepulcro. E eis que houve um grande terremoto, porque um anjo do Senhor desceu do céu, chegou-se, removeu a pedra e assentou-se sobre ela. O seu aspecto era como um relâmpago, e a sua veste, alva como a neve. Os guardas tremeram, espavoridos, e ficaram como se estivessem mortos. Mas o anjo, dirigindo-se às mulheres, disse: "Não temais; porque sei que buscais Jesus, que foi crucificado. Ele não está aqui; ressuscitou, como tinha dito. Venha ver onde ele jazia."

Desde os tempos de Jesus que a mulher vem ocupando espaço primordial na sociedade. Superou preconceitos, venceu obstáculos, conquistou novos papéis e agora, mais do que nunca, assume responsabilidades também na igreja. Líderes, educadoras, ministras, pastoras e mãe. Em qualquer de suas funções, sempre estará trazendo à memória o valor que receberam de Deus.

Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, quero finalizar meu pronunciamento fazendo referência a uma valorosa mulher, a fundadora mundial da Igreja do Evangelho Quadrangular, Aimée Semple McPherson, que viveu na metade do século XX, quando mulheres não podiam subir em púlpitos para pregar a palavra de Deus. Mesmo assim, ela liderou reuniões para milhares de pessoas em diversos continentes em um tempo onde a mulher era reprimida e não se podia fazer muita coisa. Sua fama se espalhou por todo o mundo, sendo considerada pela revista Time, junto com Billy Graham, como uma das 100 pessoas mais importantes do mundo durante o século XX. Essa grande figura feminina deixou-nos uma grande herança de vida, cheia de amor e de realizações espirituais, pregando e ensinando com fé o Evangelho completo, o Evangelho Quadrangular.

Solicito, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.



Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.



Documento 32/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-19:15

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6636 WILSON BRAGA-PMDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Erradicação da violência e discriminação contra as mulheres. Encaminhamento de cópia do discurso do orador à Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica da Paraíba.

O SR. WILSON BRAGA (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falo hoje sobre o Dia Internacional da Mulher, que será comemorado no próximo dia 8 do mês em curso.

É tempo de renovar as esperanças numa sociedade sem discriminações.

Ao longo da nossa vida pública, defendemos as minorias. Defendemos os direitos da mulher, que continua sendo violentada em seu espaço, violência que começa em casa e vai às ruas e ao trabalho, em nossa sociedade de ranço machista.

Parabenizamos e homenageamos, neste dia histórico, todas as mulheres, priorizando as mulheres paraibanas, especialmente as mulheres da luta de gênero e as mulheres da periferia e da zona da seca, heroínas anônimas no esforço para criar os seus filhos.



Concluimos parafraseando a ex-Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy:

"Um dos grandes desafios da democracia brasileira é o amadurecimento de uma sociedade em que 2 sexos diferentes, herdeiros de história e cultura diferentes, mas iguais em direitos e deveres, possam, enfim, atuar na sociedade com igualdade de condições."

No entanto, ainda há muito a ser conquistado. A luta da mulher com vistas à ampliação do seu espaço prossegue.

Solicitamos, na oportunidade, que esta nossa homenagem seja encaminhada à Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica na Paraíba, na pessoa da Dra. Luciele Araújo, sito à Rua Rodrigues de Aquino, nº 37, Centro, João Pessoa - Paraíba, CEP 58013-030; e que o nosso pronunciamento conste nos Anais desta Casa e seja enviado aos órgãos de comunicação da Câmara, para a devida divulgação.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.



Documento 33/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6581 MANUELA D'ÁVILA-PCDOB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Contribuição da bancada feminina no Congresso Nacional para o debate político. Importância da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência contra a mulher.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho acompanhado os debates que se fazem nesta Casa sobre os mais variados temas. Debateremos a segurança pública, o desenvolvimento, a situação da saúde, as políticas públicas de juventude e diversos outros temas centrais para o nosso País.

Mas existe um debate, que infelizmente fica confinado ao dia 8 de março, sobre a luta das mulheres.

O dia 8, que todos os anos serve de referência na luta pela igualdade de gênero, é a parte visível de uma luta que se trava cotidianamente e tem muitas facetas.

É a luta contra a violência à mulher, que atinge mulheres de todas as classes sociais e todas as regiões do País.

Sobre essa questão é importante lembrar que esta Casa, o Senado e o Governo Lula elaboraram uma das mais avançadas legislações de combate à violência.



Uma legislação construída com a participação de todos e todas.

É também a luta contra a feminização da pobreza, fenômeno que consta de diversos estudos das Nações Unidas, que apontam a forma aguda como o desemprego, o subemprego e a intensificação do trabalho atingem as mulheres.

Faceta importante que tem de ser lembrada é a luta pela participação política das mulheres.

As Deputadas e Senadoras, e aqui eu destaco a firme e decidida bancada feminina do Congresso, têm contribuído enormemente para o debate político nesta Casa.

Mas neste 8 de março é preciso focar também um debate que se inicia e que pode afetar profundamente a participação das mulheres neste Parlamento.

A próxima luta que se avizinha, trazendo prejuízos ao nosso povo e à nossa democracia é a reforma política.

Digo isso, Sr. Presidente, pois a proposta de reforma política, que chegou fatiada à esta Casa, pode dificultar ainda mais a ocupação de espaço no Congresso pelas mulheres.

Se hoje, nós que somos 52% da população, temos apenas 9% das cadeiras da Câmara, com a proposta enviada poderemos perder ainda mais espaço.

A proposta é excludente, centralizadora e contrária ao conceito de pluralidade que deve ser a base de nossa democracia.

Na sua forma original, é um duro golpe contra a participação política das mulheres.

Castiga e discrimina os pequenos partidos, que neste momento são os que mais têm espaço ocupado pelas mulheres.

Tomo como exemplo o meu partido, o PCdoB, cuja bancada tem 41% de mulheres.

Por fim. Sr. Presidente, minhas colegas e meus colegas, quero saudar às trabalhadoras, empresárias, comerciantes, operárias e donas de casa. Essa não é uma data festiva ou lúdica, é sim um dia de luta e de reconhecimento às batalhadoras de nosso País.



Convido esta Casa para repetir o périplo realizado no debate sobre a Lei Maria da Penha, um avanço da nossa legislação, inclusive porque foi exaustivamente debatida com toda a sociedade.

Muito obrigada e parabéns a todas as mulheres brasileiras.



Documento 34/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-18:06

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6620 FRANCISCO RODRIGUES-DEM -RR
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, pedi a V.Exa., dileto amigo que ora preside esta sessão, apenas um minuto para também dizer que, no Dia Internacional da Mulher, todos nós, homens, parabenizamos aquelas que são a razão da nossa vida e que tanto representam para toda a sociedade.

Infelizmente, as desigualdades ainda dificultam a ascensão das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, com sua competência e capacidade de aglutinação, elas cada vez mais crescerão, e com o aplauso de todos os homens. Dessa forma, registro meu apreço, minha admiração e, acima de tudo, o meu respeito a todas as mulheres deste País.

Por fim, Sr. Presidente, peço a V.Exa. seja este pronunciamento divulgado pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



Documento 35/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6589 SANDRO MABEL-PR -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras.

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

O 8 de março não é apenas um dia para lembrarmos as nossas mães, esposas, professoras, colaboradoras e tudo o mais que elas representam. É um dia para lhes agradecermos tudo o que fazem pelo nosso planeta, afinal, são elas que nos colocam no mundo.

O dia 8 de março foi instituído após um grupo de mulheres, empregadas de fábricas de vestuário e indústria têxtil, serem protagonistas de protestos, em 1857, em Nova Iorque. Elas pediam melhores condições de trabalho e maiores salários. Outro acontecimento trágico que marcou a história para que as mulheres ganhassem um dia em homenagem aos seus feitos políticos e econômicos aconteceu em Nova Iorque, em 25 de março de 1911, quando 146 trabalhadoras morreram queimadas dentro de uma fábrica. Mas não é por isso que devemos



celebrar o Dia Internacional da Mulher, mas sim porque elas fazem parte de nossas vidas imensamente e lutaram muito para chegar onde estão.

Por isso, minha homenagem a todas as mulheres. Sem elas o mundo seria menos florido, menos bonito, menos sensível. Mas preciso dizer - e agora não apenas às mulheres, mas a todos - que, apesar dos avanços em todos os segmentos, ainda é preciso lutar. Lutar por um mundo melhor, por paz, dignidade, igualdade, amizade, fraternidade e por menos tristezas.

É preciso, senhoras e senhores, fazer com que o grito dos desesperados seja ouvido e atendido da melhor e mais rápida maneira possível.

Ofereço às mulheres de todo o País, sejam elas quem forem, onde quer que estejam, o meu agradecimento por tudo o que fazem por nós, homens, pois somos todos filhos e seremos maridos, namorados amigos e colegas de trabalho. Com elas aprendemos, ensinamos, compartilhamos e vivenciamos o cotidiano de nossas vidas. Talvez, por isso, o mundo seja mais florido.

Em 8 de março celebramos o seu dia, mas sabemos que todos os dias são seus.

Obrigado.



Documento 36/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:45

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6593 MÁRIO HERINGER-PDT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Ministro da Defesa. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio à promulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2008, sobre a composição numérica das Câmaras Municipais brasileiras. Descumprimento pelo Banco do Brasil e pelo Ministério da Fazenda da lei referente à renegociação de dívidas dos cafeicultores brasileiros. Expectativa de reexame pelo Tribunal Superior Eleitoral da cassação do mandato do Governador do Estado do Maranhão, Jackson Lago.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a presença do Deputado José Genoíno para informar que concordamos com a exposição feita por S.Exa. neste plenário. Deixo nossa solidariedade ao Ministério da Defesa, uma vez que entendemos ser essa a forma mais moderna para a defesa do Brasil.

Quero parabenizar as mulheres. Assistimos hoje a uma sessão do Congresso Nacional no Senado Federal na qual a Deputada Perpétua Almeida fez um pronunciamento espontâneo e bonito que me sensibilizou.



Quero lhe dizer, Deputada Perpétua Almeida, que abraço as mulheres do Brasil, parablenizo-as e desejo tudo de bom exatamente em nome de V.Exa., que fez um pronunciamento vincado de emoção. Parabéns por isso!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há algum tempo, temos dito e propugnado que se acabe com essa judicialização das nossas posições, mas, quando não as assumimos, às vezes, precisamos do Poder Judiciário.

Na questão da promulgação da PEC nº 20, de 2008, que se iniciou nesta Casa como PEC nº 333, o Senado Federal fez uma ação para decidir. Uma vez que algumas pessoas, alguns veículos de mídia estão aventando a possibilidade de a nova Presidência do Senado Federal retirar a ação, dou ciência à Casa de que estou entrando com um litisconsórcio ativo, referente àquela ação, para que, se houver a retirada, a ação seja julgada.

Precisamos de definição nesse processo. Há 4 anos, estamos nessa luta e não vamos deixar que ela se perca simplesmente porque não fizemos nada.

Sr. Presidente, o que de mais importante me trouxe a esta tribuna hoje foi o tema cafeicultura. Em setembro de 2007, começamos a viver o problema da cafeicultura nas regiões da Zona da Mata e do Triângulo Mineiro. Essa atividade gera 8 milhões de empregos neste País, mas tem sido negligenciada e tratada como de pessoas que estão bem de vida e não são colocadas entre aqueles agricultores e produtores que geram emprego e riqueza para o nosso País.

Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 432 foi votada nesta Casa e aprovada no Senado Federal. O Presidente Lula sancionou uma parcela de 300 milhões de reais para que as dívidas de CPRs fossem renegociadas. São dívidas taxadas na faixa de 30%. E nós a transformávamos em dívida de 7%, da agricultura, dívida essa e dinheiro esse tirado do FUNCAFÉ, dinheiro que não pertence à União, que não pertence aos torrefadores, que não pertence aos exportadores e é oriundo do trabalho dos produtores.

E, hoje, o que ocorre? Com o que nos deparamos? Nós nos deparamos com o Banco do Brasil desobedecendo à norma, desobedecendo à lei; nós nos deparamos com o Ministério da Fazenda, cuja situação não sei em que nível está, mas vamos apurar para ver. Mas quanto a uma lei votada que estabelece 300



milhões, eles pseudoliberaram 100 milhões. E, nas normas que o Banco do Brasil criou para que esses 90 ou 100 milhões possam ser usados, ele incluiu tantos subterfúgios e tantas armadilhas que ninguém consegue utilizar o dinheiro. Então, ele está mantendo o produtor rural nos juros de 30%. Nós vamos ter que esclarecer isso.

Assim é que se faz no Brasil. Fazem leis, reclamam das nossas leis, que não são obedecidas. E não é dinheiro do Brasil, mas do fundo dos cafeicultores e que não está sendo usado de maneira adequada. As cooperativas de crédito e o Banco do Brasil o utilizam, e os donos do dinheiro têm de pagar caro por um empréstimo de 30%. Nós precisamos rever e muito rapidamente essa maneira como é tratada, principalmente, a cafeicultura em Minas Gerais.

Sr. Presidente, rapidamente, para terminar, gostaria de pedir a V.Exa. só mais 30 segundos, porque o meu tempo está acabando.

Na madrugada de anteontem, nós ficamos acordados para assistir ao julgamento do nosso Governador Jackson Lago, no Maranhão. Eu tive oportunidade de ver e, como médico, tenho alguma dificuldade de entender as firulas jurídicas. Mas, na verdade, ali não se tomou nenhuma decisão. Aquela ação não foi julgada. Havia ali um conflito de entendimento de todos os juízes. E o mais sério: não houve uma prova sequer naquele processo. Eram 11 acusações. O Relator achou 5. Quanto a todos os outros Ministros que votaram, cada um fazia uma leitura pessoal de cada problema.

E, ao final, o que mais mostrou que foi uma decisão dúbia e, até certo ponto, envergonhada, foi a proposta, feita pelo próprio Tribunal, de dar um tempo para que se esgotassem as ações. É claro. A lei sempre permite. Mas, no caso específico do Governador da Paraíba, S.Exa. teve que propugnar por esse direito. Essa entrega desse tempo ao Governador Jackson Lago, ao Governo do Maranhão, é, na minha visão, uma predisposição, uma sensibilidade para que aquele processo não possa e não deva ser conduzido daquele jeito.

Tenho certeza absoluta de que, se bem defendido e se dando direito ao Governador, isso vai ser revertido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 37/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00
Publ.: DCN - 06/03/2009 - 309 SANDRA ROSADO-PSB -RN
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a SANDRA ROSADO (PSB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Quero iniciar as minhas palavras saudando a Exm^a Sr^a Senadora Serys Slhessarenko e o Exm^o Sr. Marconi Perillo. Quero ainda abraçar e saudar a Ministra Nilcéa Freire; agradecer ao Senador Presidente desta Casa, José Sarney, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; saudar a corajosa e brilhante mulher Mariza Gomes da Silva, exemplo para todas nós, mulheres brasileiras; as Senadoras Roseana Sarney e Rosalba Ciarlini; a Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Estefânia Viveiros, que, com muita honra, é nossa conterrânea do Rio Grande do Norte; Dr. Cezar Britto, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados; Exm^a Sr^a Maria Elizabeth Guimarães Rocha; Exm^{os} Srs. Embaixadores e demais representantes do Corpo Diplomático; Exm^{os} Srs. e Sr^{as} Procuradores, Desembargadores e Subprocuradores; companheiras Senadoras desta Casa e queridas companheiras da bancada feminina da Câmara dos Deputados; Srs. Deputados que aqui também se encontram, como coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados, hoje constituída



por 45 Deputadas, é uma honra trazer aqui a minha palavra nesta comemoração conjunta, Senado e Câmara, do Dia Internacional da Mulher.

Dirijo-me não apenas ao imenso contingente feminino do País, mulheres de todas as classes, raças e profissões, de todos os estratos socioeconômicos, casadas ou solteiras, mães de família, responsáveis pelo sustento e educação dos filhos; dirijo-me também aos homens, Parlamentares presentes, no sentido de convocá-los e também agradecer ao mesmo tempo o apoio que muitos têm dado às nossas causas, assim como chamá-los a participar cada vez mais da luta que ainda precisa ir muito mais longe.

Na iniciativa privada, no serviço público, na política, na sociedade de modo geral, nem sempre a mulher é avaliada por seus valores, preparo intelectual, lisura de caráter, experiência profissional, liderança, em sua forma peculiar de pensar o mundo e rebater as injustiças.

Na política, a representatividade da mulher brasileira ainda é baixíssima. Basta que se olhe para um único dado das últimas eleições municipais: apenas 9% das prefeituras, Sr^a Presidenta, foram conquistadas por mulheres num eleitorado constituído por 52% de mulheres eleitoras deste País. As mulheres não votam em mulheres? Não é tão simples o problema. As mulheres, com modesta consciência política e pouco acesso à política partidária local, é que não estão devidamente mobilizadas, como agentes e não pacientes do processo.

Em condições econômicas adversas, como as que agora se vislumbram, inclusive no Brasil, talvez pelos próximos dois anos, agravam-se, também, minhas preocupações com relação à mulher no mercado de trabalho. Sempre mais vulnerável, na crise, ela costuma ser a primeira e a mais apenada entre a classe trabalhadora. A tristíssima realidade é que, se há um homem e uma mulher demissíveis, recai quase fatalmente a "escolha de Sofia" sobre a mulher, poupando-se o homem.

Vale lembrar, Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, que, entre 1996 e 2006, segundo o IBGE, o número de mulheres chefes de família cresceu 79%, ao passo que o número de homens nessa situação aumentou não mais do que 25%.



Não quero dizer, em absoluto, que, para estes, é mais fácil o momento da demissão, porque sei que, para ambos os sexos, é igualmente sofrida a perda do emprego; quero dizer, apenas, que, mais do que nunca, é preciso que se usem critérios justos. A justiça que não tem sido feita à mulher brasileira torna-se hoje, mais do que nunca, um imperativo de ordem econômica, social e, sobretudo, humana.

Outro assunto que é preciso trazer à baila diz respeito à violência que continua a ser covardemente perpetrada contra a mulher, em especial na forma dos abusos sexuais, da exploração e da prostituição infantil, da pedofilia, dos crimes passionais. Pesquisa realizada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), em março de 2007, entre outras conclusões a que chegou, afirma que 51% dos entrevistados conhecem pelo menos uma mulher que já tenha sido vítima de agressão por seu companheiro.

A Lei Maria da Penha constitui um avanço formidável. Ela é a conquista de uma mulher corajosa, apoiada por outras mulheres corajosas, movidas pelo desejo de justiça, assim como pela consciência de que lhes cabia essa luta, a fim de que outras mulheres não fossem mais vitimizadas. Infelizmente, não produziu todos os resultados positivos que se esperam, pois esses implicam necessariamente uma mudança de mentalidade, o que decorre de um processo de longo amadurecimento da sociedade. Mas a sociedade, Sr. Presidente - o vizinho próximo, o amigo, os filhos adultos, as autoridades -, e, sobretudo, a própria mulher não podem ser contemplativas; cumpre denunciar, investigar, punir.

Por outro lado, o Pacto para o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, com previsão de R\$1 bilhão para a sua implantação, nos próximos quatro anos, está consolidado no Plano Plurianual 2008/2011 e contempla todas as ações estabelecidas na Lei Maria da Penha. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, tendo à frente a competente Ministra Nilcéa Freire, é a responsável pela coordenação das ações que envolvem dez ministérios. É desse conjunto de ações, mais as iniciativas, repito, de todos os cidadãos e cidadãs que chegaremos a um ambiente social mais equilibrado.



No mais, deixo a minha mensagem de otimismo e perseverança à mulher brasileira, empenhando-lhe a minha profissão de fé, a minha solidariedade e, acima de tudo, o meu compromisso.

Antes de concluir, quero parabenizar as agraciadas pela premiação, pelo Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, mas também quero registrar que todas as mulheres que foram aqui agraciadas tiveram um papel importante e decisivo nas suas áreas de atuação. Quero saudar a todas, mas muito especialmente a uma companheira que, tenho certeza, fez da sua vida a luta pelos meninos e meninas do Brasil, Neide Castanha, com quem tive a alegria de conviver durante a CPI que abordou a exploração do trabalho infantil. Quero saudar a Cléa Maria, a Elisa Lucinda, a Sônia Maria, a Dona Lily Carvalho Marinho e muito especialmente a Dona Ruth Cardoso, que nos deixou há pouco tempo, mas que deixou uma lição de vida extraordinária para o País.

E dizer, Presidenta, para concluir, que a Câmara dos Deputados, já que aqui estamos numa sessão em conjunto, também tem o seu prêmio que destaca as mulheres brasileiras, o Prêmio Carlota Pereira e já, na próxima semana, por intermédio das mulheres que compõem a Casa e do Presidente Michel Temer, nós vamos entregar o Prêmio Carlota Pereira a Cristina Buarque, Secretária de Mulheres do Estado de Pernambuco; a Gilce Maria, atuante das causas feministas, Vitória LesteLestL, empresária, que faz parte do serviço de voluntariado de assistência social; Lucinha Araújo, uma mulher também exemplo, uma mãe que perdeu o filho e que, através da fé e da perseverança, criou a ONG Sociedade Viva Cazuza, e a ex-Deputada Maria Elvira, política atuante e que também se destaca na nossa luta.

Então, quero parabenizar a todas as mulheres brasileiras pela luta que não pode cessar, que não pode parar. Continuemos, que nós venceremos!

Obrigada.(Palmas.)



Documento 38/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00
Publ.: DCN - 06/03/2009 - 317 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a JANETE PIETÁ (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Saúdo a Senadora Serys, na pessoa de quem saúdo todas as Senadoras, e agradeço muito à nossa querida atual Deputada Emilia Fernandes, que foi autora, em 1998, do projeto que institui o Diploma Bertha Lutz, que só se tornou resolução em 2001. Mas, veja, este tem sido um momento histórico nesta Casa.

E digo, Ministra Nilcéa Freire, que queremos mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres. E aí, reforma política já. Mas nessa reforma nós queremos financiamento público de campanha e, assim, teremos mais mulheres. Mas a lista que eu defendo será de, no mínimo, uma mulher e dois homens. E a mulher deve encabeçar a lista, e não ficar na rabeira dessa lista. Portanto, mais mulheres no poder e mais poder para as mulheres!

Nestes dois minutos que pedi, porque também tenho que ir para a minha cidade, gostaria de saudar todas as agraciadas e saudar as mulheres brasileiras, trabalhadoras, e, na pessoa destas, as seis milhões de mulheres empregadas domésticas, que nem sempre têm carteira assinada. Queria saudar, em especial,



a mulher quilombola, que hoje, muitas vezes, está perdendo direito ao seu espaço, à sua terra, às suas tradições.

Quero dizer que nós, mulheres, queremos ser donas do nosso destino. Para tal, temos que ter mais democracia. Somos 52% da população, e, na Câmara dos Deputados, apenas 8,47%. Somos apenas 45 mulheres das 513 vagas. Não estamos pedindo para ser 52%, mas o dia chegará em que seremos meio a meio, porque isso é democracia, isso é direito.

E quero prestar uma homenagem especial às quilombolas, saudando Givânia Maria da Silva, Coordenadora-Geral da Regularização das Terras Quilombolas.

(Palmas.)

Quero prestar uma especial homenagem a Márcia Ivone Closs, uma assessora minha que hoje não está entre nós, mas que muito lutou pelas mulheres.

(Palmas.)

Para finalizar, quero parafrasear Fernando Pessoa. Fernando Pessoa fez um poema em que começa dizendo - mas eu vou mudar - o seguinte: "Deus quer, o homem sonha, a obra nasce". E eu direi: Deus quer, a mulher sonha e a obra nasce.

Queremos mais democracia, mais liberdade, mais justiça, fim do preconceito e igualdade salarial já.

Muito obrigada.

(Palmas.)



Documento 39/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00

Publ.: DCN - 06/03/2009 - 323 NILCÉA FREIRE - MINISTRA CHEFE DA SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.--

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a MINISTRA NILCÉA FREIRE (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) - Quero apenas agradecer a generosidade e a gentileza da nossa Presidenta Serys Shessarenko neste momento, de conceder a palavra no final desta sessão. Eu queria parabenizá-la, juntamente com todo o comitê do Prêmio Bertha Lutz, pela escolha das agraciadas deste ano, às quais cumprimento com muito carinho, todas elas defensoras dos direitos de todas as pessoas e promotoras de direitos, cada uma no seu campo de atuação.

Eu queria aproveitar este momento para dizer que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, em 2007, na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, juntamente com as nossas 2.800 delegadas que participavam da conferência, tomou o tema "Mulheres, Poder, Democracia e Tomada de Decisão" como um dos eixos estratégicos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Portanto, a partir da nossa conferência, em 2007, e do lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as



Mulheres, em março de 2008, nós estamos trabalhando esse tema que será o tema central do nosso 8 de março, com as atividades que a Senadora Serys mencionava.

Lançaremos um filme com este nome sugestivo: "Reze para que o Diabo Vá de Volta ao Inferno", que trata da luta das mulheres da Libéria. É um documentário, num processo de construção da paz, país que vivia guerra civil há 14 anos. E a entrada dessas mulheres na luta permitiu que o país se transformasse, e hoje é dirigido pela primeira Presidenta negra em um país africano.

Teremos, na segunda-feira, o lançamento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que corresponde a uma demanda desta Casa, sob o ponto de vista do monitoramento das políticas públicas dirigidas às mulheres, com a incorporação do recorte de gênero nas políticas públicas gerais do nosso País e também a instituição do Prêmio Mais Mulheres, que este ano será instituído pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Nessa solenidade, contaremos com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. E, na terça-feira, o Seminário Mulheres, Poder e Democracia. Estaremos o dia inteiro lá no Palácio do Planalto, a partir das 9 horas da manhã, discutindo essa questão, bem como a análise de dados sobre as eleições de 2008 e a situação da ocupação de espaço de poder em todo o Brasil.

Queria, finalmente, lembrar - já que hoje foi o dia de os poetas e poetisas serem lembrados e aqui homenageados com a minha querida parceira Elisa Lucinda - Cora Coralina, que diz: "Em mim, todas as mulheres e cada uma delas merecem a nossa homenagem em toda sua luta, em toda sua diversidade".

Muito obrigada. (Palmas.)



Documento 40/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00

Publ.: DCN - 06/03/2009 - 313 THELMA DE OLIVEIRA-PSDB -MT

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRª THELMA DE OLIVEIRA (PSDB - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Srª Presidente Serys, Senadora pelo meu Estado, Mato Grosso, é uma honra tê-la presidindo esta sessão solene.

Eu gostaria de cumprimentar a Ministra Nilcéa e todas as demais Parlamentares que estão compondo essa Mesa.

Senhoras e senhores, representantes de entidades que também aqui se encontram, eu gostaria de iniciar a minha fala cumprimentando todas as agraciadas que aqui receberam o seu diploma e a homenagem desta Casa, mas eu queria, sobretudo, ressaltar Dona Ruth Cardoso, uma das homenageadas, in memoriam, com quem tive a honra de trabalhar quando Primeira Dama do Estado e implantar em Mato Grosso, em 29 Municípios, o Programa Comunidade Solidária, que foi um programa extremamente importante, porque possibilitava a cada Município discutir a sua vocação econômica e, através dessa discussão, levantar os projetos que poderiam garantir o desenvolvimento sustentável para aquele Município, tirando, assim, a população da pobreza.



Então, na pessoa dos familiares de Dona Ruth Cardoso, que aqui se encontram, eu gostaria de cumprimentar todas as demais agraciadas com o Prêmio Berta Lutz.

Senhoras e senhores, a luta das mulheres exerce papel fundamental na construção de sociedades mais igualitárias, justas e fraternas e não se podem dissociar os avanços e as conquistas da sociedade moderna da participação efetiva das mulheres em cada uma dessas lutas.

Ao longo dos últimos 150 anos, desde a trágica greve das operárias novaiorquinas pela redução da jornada de trabalho, avançamos muito. Conquistamos espaços importantes no mercado de trabalho e direitos específicos que a condição de mulher exige, como é o caso da licença-maternidade, apenas para citar um dos muitos avanços importantes dessa história de lutas.

A conquista do direito ao voto foi uma demonstração admirável do quanto podem e do quanto valem as mulheres. O desempenho dos mandatos, embora ainda em número muito aquém do que a sociedade necessita, só tem revelado que as mulheres, acima da média dos homens, sabem tratar com capacidade, responsabilidade, ética e amor à coisa pública.

Assim, a igualdade de gênero e a inclusão da mulher continuam sendo nossas principais bandeiras de luta. A igualdade salarial - aproveito para parabenizar a Senadora Serys pelo projeto que ela apresentou -, a igualdade no acesso ao emprego e aos cargos de direção, a inclusão da mulher, sobretudo na vida política e na gestão pública, entre outros desafios, devem ser meta constante, objetivo permanente a permear todas as nossas ações.

Mas a luta pela igualdade e pela inclusão da mulher brasileira em todas as instâncias de poder depende, sobretudo, da nossa participação na política, da nossa disposição para disputar as eleições.

Nunca é demais lembrar que nós, mulheres, somos a maioria do eleitorado. No entanto, das 513 cadeiras na Câmara Federal, apenas 46 são de mulheres, quer dizer, somos mais de 50% do eleitorado e menos de 9% dos Deputados Federais.



A participação da mulher na política é fundamental para que avancemos ainda mais no sentido de estabelecer legislação e políticas públicas que assegurem condições de cidadania plena à mulher.

Os partidos políticos têm papel relevante na formação e preparação de quadros políticos femininos e devem estimular a participação da mulher na militância partidária para que ocupe espaço relevante na vida pública.

O PSDB Mulher cumpre papel fundamental na luta pela igualdade e pela inclusão da mulher brasileira em todas as instâncias de poder. Nossa missão começa na organização interna do Partido e se estende para toda a sociedade, defendendo, articulando, conscientizando, preparando, qualificando e motivando a participação da mulher brasileira.

Para ampliar a participação da mulher na política é necessário reservar recursos para preparar nossas futuras detentoras de cargos eletivos, seja no âmbito do Legislativo, seja no do Executivo, em todos os níveis.

Reservar recursos e investir na mulher representa garantir condições iguais de disputa entre as candidaturas masculinas e femininas. Pensar em participação política é uma de nossas tarefas quando refletimos sobre a atual situação enfrentada pelas mulheres em nosso País.

Política e participação feminina são temas antigos e persistentes em nossa agenda. É preciso que tenhamos claro que para continuar avançando nas conquistas femininas só há um caminho: a participação da mulher nos centros de poder. A arma da mulher, hoje, é a política, é a sua participação nos processos eleitorais não apenas como eleitora, como cabo eleitoral, mas como candidata em todos os níveis.

Mulheres nos Parlamentos e à frente da administração pública promoverão as transformações que todas nós almejamos.

Lugar de mulher é na política, por isso, vamos à luta!

Muito obrigada. (Palmas)



Documento 41/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00
Publ.: DCN - 06/03/2009 - 318 ALINE CORRÊA-PP -SP
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a ALINE CORRÊA (PP - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Quero cumprimentar a Mesa, em nome da Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, e cumprimentar a Ministra Nilcéa Freire.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho apresentar as homenagens do meu partido às mulheres brasileiras. Todas as parlamentares, prefeitas e mulheres que lutam neste País, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em particular as agraciadas com o prêmio Bertha Lutz, nesta sessão solene do Congresso Nacional.

Seguramente, as eleitas bem representam as inúmeras mulheres que se destacaram na luta por uma sociedade mais justa, mais igual e mais solidária, em especial pela garantia dos direitos femininos e em favor da igualdade de gênero em nosso País.

Graças a essa luta determinada e constante, não há como negar os avanços e as conquistas do sexo feminino no Brasil, sobretudo a partir do século XX.



Senadora, estou tentando ser mais rápida, mas queria me referir à Cléa Anna Maria Carpi, à Neide Castanha, à Lily Marinho, à Sônia Maria Amaral Fernandes e, por fim, à Elisa Lucinda, que nos agraciou com sua poesia aqui nesta Casa.

Quero parabenizar o Conselho do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz, liderado pela brilhante Senadora Serys. Essas são seguramente, Senadora, dignas representantes das mulheres guerreiras do nosso País. Parabenizar também o Conselho pela decisão acertadíssima de homenagear, in memoriam, a ex-primeira-dama, a antropóloga Ruth Cardoso, que morreu no ano de 2008. D. Ruth, unanimidade nacional, criou o Conselho da Comunidade Solidária, com o propósito de "fortalecer pessoas e comunidades, estimulando suas potencialidades". Sem dúvida, uma lutadora incansável pela justiça social e igualdade de gênero neste País.

Parabenizo minhas colegas e companheiras da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, através da Deputada Sandra Rosado, que com muita competência está à frente da coordenação, obtendo, sim, muitos resultados: a presença e a voz da Bancada Feminina no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados; a criação de comissão especial para analisar a PEC nº 590/2006, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que assegura à bancada uma vaga na Mesa Diretora; e a elaboração, pelo Presidente Michel Temer, da Procuradoria das Mulheres.

É preciso aproveitar este momento para citar a necessidade da reforma política. Lutar contra a mercantilização da política, construir a cidadania com liberdade de homens e mulheres, na transformação do mundo e de suas vidas.

A participação política das mulheres representa a família e a casa do cidadão; representa um novo olhar na política brasileira.

É importante que esta união das mulheres continue forte no Parlamento e no Brasil.

Por fim, Senadora, na figura dessas ilustres mulheres que também espelham a luta feminina no Brasil, quero parabenizar todas as mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Parabéns a nós todas!

Meu muito obrigada.



(Palmas.)



Documento 42/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-14:09

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6554 FERNANDO FERRO-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Indignação do orador com a excomunhão, pelo Arcebispo de Olinda e Recife, D. José Cardoso Sobrinho, dos médicos responsáveis pela realização de aborto em menor vítima de estupro. Adoção, pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, de políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Transcurso do 192º aniversário da Insurreição Pernambucana. Participação do orador em seminário promovido pela Intersindical Nordeste, representativa dos urbanitários, em Recife, Estado de Pernambuco, para debate da lei de concessões do setor elétrico.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero homenagear as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, que será comemorado no 8 de março, mas não posso deixar de citar o caso da garota de 9 anos de idade, moradora de Recife, que, após ter sido vítima de estupro e ter engravidado, precisou sofrer intervenção médica para que a sua vida fosse salva. A propósito, cabe lamentar a atitude do Arcebispo de Olinda e Recife, D. José Cardoso Sobrinho, que, com rigor punitivo e visão burocrática, sem o sentido do



perdão e da generosidade, resolveu excomungar os médicos que fizeram a intervenção cirúrgica na menina, visando à preservação da sua saúde.

Não vejo no rigor com o médico e na punição do estuprador dessa garota, diante da situação em que ela ficou, a preocupação de perdoar ou de ensinar, bases do cristianismo. Por que essa violência? Por que essa atitude? Nesta hora, sentimos saudade de D. Hélder Câmara, religioso que pregava a generosidade e o perdão, porque hoje presenciamos atitude extremamente punitiva, inquisitorial, no que diz respeito a uma criança de 9 anos de idade que foi agredida por um estuprador, por cuja excomunhão ninguém gritou. No entanto, aos médicos que interferiram para tratar da vida da criança, que corre riscos numa cirurgia desse tipo, nenhuma menção se fez.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me reportar às mulheres de todo o Brasil, de todos os recantos: das empresárias que vivem nos grandes centros urbanos às quilombolas que perpetuam a cultura afrodescendente; às mulheres que lutam no campo; às mulheres que enfrentam os duros percalços da seca no sertão nordestino; às que representam o nosso povo nas Casas legislativas de todo o Brasil; às que dedicaram toda a vida à maternidade.

Quero igualmente me reportar aos homens que vivem o nosso tempo, que são companheiros, filhos, pais e netos dessas mulheres.

No dia 8 de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, quero salientar que a responsabilidade de transformação de uma sociedade e de erradicação de seus preconceitos é de todos, de homens e mulheres, sem distinção social, de credo ou de raça.

O Governo Lula tem criado mecanismos para estabelecer uma política voltada para a dignidade da mulher e para o combate à violência contra a mulher. O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado na 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, articula ações de 13 Ministérios e de Secretarias Especiais.

Quero também ressaltar a campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, que, desde o dia 31 de outubro de 2008, já recolheu mais de



25 mil assinaturas de cidadãos brasileiros que desejam o fim da violência contra a mulher.

Outro programa implementado pelo Governo Lula é o da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, que orienta mulheres em situação de violência. No ano de 2008, mais de 216 mil atendimentos foram realizados. Isso representa um aumento de 39% em relação ao mesmo período de 2007, quando foram atendidas 155 mil ligações.

A Lei Maria da Penha também é forte aliada nesta jornada. Em todo o País, são 415 as delegacias especializadas de atendimento à mulher; 126 centros de referência; 67 casas-abrigo; e 62 Juizados Especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher e Varas de Justiça adaptadas.

Tudo isso representa um avanço, senhoras e senhores, mas não significa que o trabalho está finalizado. Temos ainda muito trabalho pela frente. É preciso equiparar salários, diminuir o preconceito e respeitar as diferenças. Somente desta forma conseguiremos edificar uma sociedade justa e fraterna.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar os meus conterrâneos pernambucanos pela comemoração da data magna do Estado, 6 de março, da Revolução Pernambucana de 1817, a primeira manifestação republicana da história das Américas.

Se pensarmos que há 192 anos houve homens que lutaram contra o Império português em prol de um mundo mais justo e mais igualitário, poderemos enxergar a magnitude desta ação. Era uma época em que os moradores da então Província de Pernambuco precisavam pagar taxas para manter a iluminação pública do Rio de Janeiro, nova residência oficial da Família Real portuguesa. É bom lembrar que a Corte escolheu o Rio de Janeiro não por acaso: na Europa, o Exército de Napoleão conquistava e destronava os reis. Sentido-se oprimido e na iminência de perder a Coroa, D. João VI mudou-se para os trópicos. Oprimida, a Corte impunha duras taxas e numerosos impostos aos colonos brasileiros.

À medida que o calor das discussões e da revolta contra a opressão portuguesa aumentava, crescia também o sentimento de patriotismo dos pernambucanos, a



ponto de passarem a usar nas missas a aguardente no lugar do vinho, como forma de marcar a sua identidade.

O movimento, denominado Revolução Pernambucana, abrangeu amplas camadas da população, como militares, proprietários rurais, juizes, artesãos, comerciantes e um grande número de sacerdotes, chegando a ficar também conhecido como a "Revolução dos padres".

O primeiro movimento republicano das Américas teve 75 dias de sobrevivência. As tropas portuguesas reprimiram veementemente o movimento, executando seus líderes. O saldo final da repressão foi de 1.600 mortos e feridos e mais de 800 degredados.

O grande legado da breve República pernambucana foram suas ideias humanistas. Na sua lei orgânica, foi instituída junto com a República, a igualdade de direitos, a tolerância religiosa, a liberdade de imprensa e de consciência. São valores, senhoras e senhores, que lutamos até hoje para instituir.

Saúdo hoje os líderes do movimento em nome das ideias humanistas e democráticas: Pe. Roma, Frei Caneca, Cruz Cabugá, Vigário Tenório, Gervásio Pires, Abreu e Lima e Leão Coroador.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero exaltar a importância de um evento de que participei esta semana, em Recife. Trata-se da Intersindical dos Urbanitários, que reuniu líderes sindicais de diversos Estados nordestinos. Um dos temas discutidos foi a renovação de concessões de energia elétrica, prevista para 2015.

Entendo o setor de energia elétrica como estratégico para o desenvolvimento de um país. Assim sendo, é fundamental que o Estado siga no controle dessas operações.

O ano de 2009 promete ser intenso nessas negociações. O encerramento dos contratos vigentes vai trazer transtornos ao sistema elétrico do País, que precisa de mudanças na política tarifária e se atualizar frente à crise mundial e às distorções provocadas pela privatização da área de distribuição do setor elétrico no Governo FHC.



Fui Relator da proposta que instituiu o modelo vigente do setor elétrico brasileiro e acredito que o País segue no caminho certo para garantir segurança energética para as futuras gerações.

Congratulo-me com o Sindicato dos Urbanitários, do qual já fui dirigente, pela iniciativa de debater com os trabalhadores tal assunto. A prática do debate é sempre um instrumento de conscientização e de transformação de classes.

Obrigado.



Documento 43/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-14:18

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6563 MARIA HELENA-PSB -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Discriminação salarial praticada contra as mulheres no mercado de trabalho. Fortalecimento do movimento pela igualdade de gêneros no País.

A SRA. MARIA HELENA (Bloco/PSB-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada ano em que celebramos o Dia Internacional da Mulher é possível perceber o quanto a nossa sociedade vem evoluindo nas últimas décadas no que se refere à igualdade de gênero. O direito ao voto e a ampliação dos direitos civis das mulheres são conquistas relativamente recentes e nos mostram que temos muito o que comemorar, mas também revelam o quanto ainda precisamos trabalhar para alcançar a tão almejada igualdade entre os sexos.

No mercado de trabalho, a mulher continua sofrendo discriminação salarial mesmo quando ocupa cargos equivalentes aos dos homens. A verdade é que a mulher, diferentemente do homem, precisa demonstrar constantemente o seu valor, a sua capacidade de enfrentar uma jornada tripla de trabalho, que a sua atuação profissional não deixa nada a desejar se comparada à dos homens. Essa é uma



das maiores barreiras que enfrentamos e a que se tem mostrado mais difícil de superar. O Judiciário é talvez a maior exceção a essa regra, pois podemos observar que cada vez mais mulheres têm conquistado posições de destaque nessa esfera de Poder, justamente pelo fato de o ingresso na carreira ser por meio de concurso público e não exclusivamente de nomeações.

A participação feminina no mercado de trabalho tem sido particularmente afetada pela crise financeira que hoje o mundo enfrenta. Percebe-se que grande parte da força de trabalho demitida nos últimos meses pelas empresas é composta por mulheres.

Ainda assim, é importante destacar que o movimento pela igualdade de gênero nunca esteve tão fortalecido. Gradualmente, vemos que está ocorrendo uma mudança nos padrões de conduta no que se refere ao papel da mulher e à sua importância para a nossa sociedade. Esse processo pode ser lento, mas o que importa é que seja contínuo. E, pelas conquistas que já obtivemos, podemos, sim, nos considerar vitoriosas.

Celebremos, portanto, neste Dia Internacional da Mulher, os grandes avanços obtidos pelas mulheres em todo o mundo, na busca pela igualdade de direitos, e aproveitemos esta ocasião para reforçar a importância da participação de todos nessa luta.

Muito obrigada.



Documento 44/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-14:27

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6565 ANSELMO DE JESUS-PT -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, é com imensa satisfação que ocupo esta tribuna no dia de hoje para render homenagens a todas as mulheres do meu Brasil, pelo seu dia, apesar de entender que todos os dias são da mulher!

Espero que todos os povos nunca deixem de render esta justa homenagem às mulheres, no Dia Internacional da Mulher.

Nascido a partir da resistência das 129 trabalhadoras norte-americanas que, em 1857, foram assassinadas por reivindicar redução da jornada de trabalho e concessão da licença-maternidade, o Dia Internacional da Mulher pode hoje ser resumido em 2 palavras: "luta e coragem".

Que não pareça que se trata de um evento de afirmação de gênero, mas, sim, de justas reivindicações por melhores condições de trabalho, justiça e igualdade social. É uma data que mistura resistência e comemoração.

A cada geração as mulheres ficam mais independentes, suas conquistas se ampliam, e o universo feminino se afirma como realidade em todo o mundo.



É certo que as desigualdades ainda existem e permeiam as relações sociais e familiares, nas quais a violência doméstica persiste e vitima milhões de mulheres brasileiras. Daí por que datas como esta, Sr. Presidente, são importantes para que as reflexões se tornem vivas e mais profundas.

Este Dia Internacional da Mulher representa a bandeira de todos aqueles que respeitam e lutam pelo direito à vida e às diferenças entre os seres humanos.

Por tudo isso, quero parabenizar cada mulher deste País: trabalhadora rural; índia; seringueira; mãe; filha; ajudante do lar; policial civil; militar; juíza; advogada; empresária; e, em especial, as minhas companheiras Deputadas, as Senadoras e as funcionárias desta Casa, que somam forças com os Deputados na construção de um Brasil justo e igualitário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 45/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6590 VIGNATTI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Competência da Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, e da Presidenta do Chile, Michelle Bachelet. Apoio à candidatura da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à Presidência da República. Participação feminina no Partido dos Trabalhadores. Relevância da Lei nº 11.340, de 2006, a chamada Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência contra a mulher.

O SR. VIGNATTI (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é tempo de falar sobre as mulheres. A maioria das opiniões formuladas e dos debates feitos na tribuna desta Casa referem-se a este tema, e a imprensa começa a publicar índices e homenagens as mais diversas. Por isso, ouse ocupar este lugar para prestar minha homenagem pessoal às mulheres e deixar registrado o quanto devemos a elas e quantas são as lacunas políticas que ainda deixam discriminadas todas as mulheres, seja do Brasil, seja de qualquer outro lugar.

Neste mês de março, o Dia Internacional da Mulher nos faz lembrar as pioneiras dos movimentos feministas que buscavam mais dignidade e condições igualitárias



na sociedade. As 129 tecelãs que fizeram a primeira greve nos EUA pagaram suas lutas com a vida. Elas queriam a redução da jornada de trabalho, menos exploração e maior reconhecimento profissional.

Esses mesmos objetivos encorajaram mulheres e movimentos do mundo inteiro e hoje podemos observar que, mesmo em menor proporção, elas estão conseguindo, vencendo cada batalha, velhas e novas lutas.

É a participação da mulher na política que vai garantir as metas por elas reivindicadas: a qualidade de vida, a saúde digna, a boa escola para os filhos e o mesmo espaço dos homens para negociar cargos e salários, porque é na política que elas podem participar na decisão dos principais rumos da sua comunidade, da sua cidade e de seu país.

Temos alguns exemplos memoráveis que estão próximos a nossa realidade e devem ser citados como símbolo da vitória feminina. A Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, já conseguiu reduzir significativamente o desemprego em seu país, o endividamento do Estado e dos cidadãos e comemora o recorde nas exportações em 2008. Quem disse que mulher não sabe governar?

Outro exemplo de destaque na política, entre os tantos que poderíamos levantar, é o da Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, que luta por relações comerciais menos discriminatórias entre países, como fez quando visitou Cuba há menos de 1 mês e criticou o bloqueio dos EUA contra aquele país.

Esses são exemplos, Sras. e Srs. Deputados, que devem fundamentar e nos fazer refletir quando falamos em apoiar uma mulher também para ocupar o cargo maior deste País. Dilma Rousseff poderá, sim, ser a Chefe da Nação, comandar este País, onde a maioria de eleitores é formada por mulheres e onde o consumo maior vem do público feminino. Além disso, as maiores mazelas, como a violência, a exclusão social e a falta de respeito aos direitos individuais também é sofrido por elas.

A história de vida, de lutas contra as desigualdades e a competência com que conduziu e conduz o PAC, maior programa do Governo Federal, fazem Dilma persistir nesse ideal, a enfrentar essa batalha e mostrar que o Brasil, a exemplo de



países como a Argentina e o Chile, também está a frente nas discussões sobre igualdade de gênero e justiça social.

Ainda em âmbito nacional, podemos citar muitos exemplos de bravura, seriedade e responsabilidade com que essas mulheres conduzem seus cargos públicos. Entre elas minhas colegas Parlamentares Iriny Lopes, Maria do Rosário, Fátima Bezerra ou mesmo a Senadora Ideli Salvatti, sempre com muita participação e destaque nos assuntos da política nacional.

Mulheres que se uniram ao projeto do Partido dos Trabalhadores levantaram a bandeira de um país melhor e encontraram espaço no PT, único partido que possui em estatuto a cota mínima de 30% da participação de mulheres em todas as instâncias partidárias.

Na economia, são elas, as mulheres, que representam mais da metade da população brasileira que compram ou influenciam a compra de mais de 80% do total de produtos e serviços. E não são gastos apenas em áreas tradicionais como moda, alimentação e cosméticos, mas também em compras de alto valor, como automóveis, serviços financeiros, melhorias domésticas, eletrônica, de computadores e viagens.

Na doutrina jurídica, aplaudamos a Lei Maria da Penha, uma conquista de muitas Marias que sofrem caladas, muitas vezes dentro da própria casa, a violência e a exploração sexual.

Enfim, muitos são os exemplos de mulheres brasileiras e guerreiras, incansáveis em suas defesas e gritos por justiça e qualidade de vida.

Mas o principal: o que precisamos de fato é marcar o símbolo e as lutas do gênero feminino nos trabalhos que aqui pautamos, nas matérias que votamos e aprovamos, seja nas duas Casas do Congresso Nacional, seja nos Poderes Executivo ou Judiciário, neste mês de março e em todos os dias do ano, pois só assim poderemos alcançar a verdadeira missão deste Governo, que é fazer do Brasil um país realmente de todos.

Era o que tinha a dizer.



Documento 46/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:57

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6595 SUELI VIDIGAL-PDT -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizem que passado é passado. É verdade. Verdade também é que não se vive o presente, não se projeta o futuro sem se reportar ao passado. Às vezes, precisamos olhar para trás para guiar nossa direção. É como conduzir um carro de olho no retrovisor.

Hoje estou aqui, Sr. Presidente, para lembrar o passado e, enfim, comemorar o presente, o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, domingo, tão falado pelos meus pares.

A história nos reporta a 1857, Nova Iorque. Lutando por seus direitos, pela sua dignidade, pela valorização de seu trabalho, 130 mulheres morreram queimadas por pleitearem uma redução de carga horária de trabalho de 12 horas para 10 horas. Essa era a reivindicação. A luta e a coragem dessas mulheres permitiram que hoje sejamos homenageadas e tenhamos nosso dia no calendário.

Mas quero aproveitar e dizer que ser mulher é estar no calendário todos os dias quando acordamos para novos desafios.



Nós, mulheres, atentas que somos aos detalhes que embelezam a vida, queremos, sim, comemorar esse dia com bondade, amor e, sobretudo, com respeito e dignidade ao trabalho que desenvolvemos na nossa vida, no cotidiano e aqui, como Parlamentares.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Estendo meus cumprimentos a sua família, a sua esposa, as suas filhas, a todas as minhas colegas Parlamentares, Vereadoras do meu partido, funcionárias do meu gabinete, às outras funcionárias, enfim, às mulheres brasileiras acostumadas ao exercício diário da superação de obstáculos.



Documento 47/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-18:51

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6632 PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância do combate às desigualdades de gênero. Nota assinada pelo economista João Sicsú, Diretor de Política Macroeconômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, sobre a necessidade de mudanças nas políticas monetária e fiscal vigentes no País. Elogio ao Presidente do IPEA, Márcio Pochmann. Conveniência da redução nas taxas de juros vigentes no País.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, agradeço a V.Exa. a consideração que nos confere de ter acesso à palavra neste fim de tarde de quinta-feira.

No próximo domingo, 8 de março, serão realizadas em todo o mundo manifestações alusivas à passagem ao Dia Internacional da Mulher. Muitas já têm acontecido nos últimos dias e outras ocorrerão nos dias subsequentes a 8 de março.

Quero também dizer, Sras. e Srs. Deputados, que na manhã de hoje estive no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, numa audiência com o Presidente daquela instituição, o economista e Prof. Marcio Pochmann. Pudemos,



então, discutir as últimas publicações feitas pelo Instituto, sobretudo a nota lançada ontem, assinada pelo professor e economista João Sicsú, atual Diretor de Política Macroeconômica do IPEA, que defende profunda mudança nas diretrizes da política monetária e no uso da política fiscal hoje vigente no País, frente à crise que aflige vários setores da economia brasileira e tem atingido fortemente vários a economia mundial.

Quero parabenizar o Dr. João Sicsú, a Diretoria de Política Macroeconômica do IPEA e a gestão do economista Marcio Pochmann, pelo esforço que têm feito a partir da importante história de contribuições ao desenvolvimento que tem sido escrita neste País pelo IPEA, mas, sobretudo, pela oportunidade de inserir o Instituto no debate das alternativas para o desenvolvimento nacional.

E o que tem a ver a audiência que tivemos hoje no IPEA com as comemorações do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher?

A ligação está no relatório Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, concluído no ano de 2008, em que são apontadas as diferenças existentes entre homens e mulheres, homens brancos e negros, mulheres brancas e negras. Em todos os campos dos indicadores econômicos e sociais, essa disparidade é avassaladora quando comparamos, por exemplo, a situação das mulheres negras chefes de família em relação aos seus anos de escolaridade e à sua condição socioeconômica e as cidadãs que vivem nos meios urbano e rural.

Um dos dados mais estarrecedores é aquele que aponta 62% das mulheres que vivem no meio rural nunca se submeteram a exames preventivos de câncer de mama. As mulheres negras são as que percebem as piores remunerações e as mais baixas taxas de assinatura da carteira de trabalho no emprego doméstico.

Estamos aqui casando a proposta do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de promoção de drástica e profunda redução das taxas de juros, sinalizando, conforme foi publicado hoje, uma redução de quase 5,5% na Taxa SELIC, o que permitiria ao Governo Federal, em um ano, a economia de até 46 bilhões de reais do orçamento fiscal.

Mais do que justo. No momento em que os antigos fundamentos, considerados o supprassumo da verdade macroeconômica, foram desmascarados, porque eram



autênticos fundamentalismos macroeconômicos, é que vamos resgatar o Estado brasileiro, sua capacidade de investimento e de uso da política monetária e fiscal. Mas não para engordar as receitas das instituições financeiras que, no início, perderam rentabilidade e, depois, entraram numa situação de insolvência e algumas gigantes mundiais que começam a entrar na esfera da perda patrimonial e da absoluta falência.

Quero, portanto, parabenizar o economista Marcio Pochmann por sua gestão no IPEA, toda a Assessoria Técnica e o economista João Sicsú, que ontem ofereceram ao País um convite para o debate sobre a soberania, o desenvolvimento e o papel do Estado na promoção desse desenvolvimento, sobretudo neste momento de crise.

Mais uma vez quero dizer às mulheres de todo o Brasil, às militantes, às jovens, às adolescentes, às mulheres negras, às trabalhadoras rurais, às mulheres da periferias, às faveladas: lutem! Não há cidadania sem luta social. Não há cidadania sem participação popular.

É a mensagem que deixamos, solidários às lutas das mulheres de todo o mundo no transcurso do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 48/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-19:06

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6635 ROSE DE FREITAS-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Continuidade da discriminação e violência contra a mulher no País.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco/PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da satisfação em vê-lo presidindo esta sessão que antecede o Dia Internacional da Mulher, porque sempre relembro o carinho e a distinção do tratamento dispensado por V.Exa. a todas as suas companheiras de trabalho.

O Dia Internacional da Mulher, mais uma vez, merece ser lembrado pelas muitas conquistas e lutas travadas no Congresso Nacional, nas ruas, nos sindicatos e nas comunidades. Entre essas conquistas, merece destaque a relativa ao direito do voto, que completou 74 anos no dia 24 de fevereiro passado. Até então, estávamos impedidas de votar, de escolher um candidato e exercer o direito pleno da cidadania, como cabe a qualquer cidadão.

Apesar de termos muito o que comemorar, ainda precisamos lembrar uma trágica face que atinge o Brasil inteiro: a enorme violência que sacode lares, ruas e ambientes de trabalho - uma discriminação absurda, que considero quase cultural



e que precisa ser eliminada no País. Não há razão que justifique essa diferença de tratamento.

Nós nos reunimos muitas vezes aqui, Deputado, e falamos constantemente das nossas dificuldades para ascender a cargos importantes na Casa. Mas não podemos nos esquecer dessa outra face. Precisamos encontrar mecanismos adequados para acabar com a violência contra a mulher. Ainda não se instituiu uma cultura que, da escola aos lares, mude o comportamento da sociedade e ponha fim à enorme violência que acomete as mulheres neste País.

Falamos isso todo dia e sabemos que este desafio continua. É preciso promover a igualdade. Quando aceita conviver com a violência, a mulher perde não só a liberdade, mas também a cidadania, a capacidade de reconhecer os seus direitos como ser humano. Não podemos admitir culturalmente, nem por sofisma, que se diga que o homem é superior e diferente e, por isso, pode domina outro ser apenas pela sua condição feminina.

Então, Sr. Presidente, aqui fica a minha mensagem a todas as mulheres, especialmente a minha mãe, que criou 10 filhos e conhece de perto a face cruel da sociedade: a discriminação. Temos de acabar com a discriminação. E nós, mulheres, é que temos de dar o primeiro passo, não admitindo que sequer se trace qualquer gesto de discriminação ou violência no tratamento a nós dispensado no ambiente de trabalho, no lar ou na rua, por um filho, marido, irmão, companheiro, enfim, por quem quer que seja.

Vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher, sim, mas vamos, sobretudo, tomar a posição firme de que, daqui para a frente, nenhuma mulher neste País aceita conviver com a violência e com a discriminação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 49/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-18:06

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6620 FELIPE MAIA-DEM -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rapidamente, registro o transcurso do Dia Internacional da Mulher, cuja comemoração não deve se restringir, como disse uma jornalista do meu Estado, a festas, flores e discursos.

Sou um entusiasta da participação da mulher na iniciativa privada, nos empregos formais e na política. Por isso devo ressaltar alguns dados que me preocupam, como, por exemplo, a previsão da OIT de que a crise que ora atinge o País vai provocar a perda de aproximadamente 60% das vagas no mercado de trabalho das mulheres, e uma pesquisa da Confederação Sindical Internacional, com sede em Bruxelas, segundo a qual o Brasil ocupa a pior colocação no ranking das diferenças salariais entre os sexos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 50/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00

Publ.: DCN - 06/03/2009 - 302 MICHEL TEMER- PRESIDENTE DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS-PMDB -SP

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Quero tomar a liberdade de, em nome do Presidente José Sarney e da Sr^a Mariza Gomes da Silva, saudar todos aqueles que aqui se acham, já que as autoridades todas foram nominadas, e dizer, em rápidas palavras, pela importância do evento, que a mulher vem conquistando espaços no Brasil e no mundo.

De vez em quando, Presidente Sarney, releio os trechos da Bíblia em que se diz que a mulher foi responsável pela perda do Paraíso. É curioso, porque é uma interpretação equivocada da Bíblia a que leva a essa significação, porque, na verdade, ao longo do tempo, o que se verifica é que a mulher, ao lado do homem, ao lado do companheiro, do marido, na sociedade, ao lado dos filhos, é quem leva o homem ao Paraíso e não aquilo que, na verdade, preconceituosamente se faz e que de resto se estende por muitas religiões em que a mulher é colocada num plano secundário. Isso não acontece no Brasil e não acontece na maior parte do mundo. Ao contrário, o que tem ocorrido é uma participação efetiva da mulher.



Ainda ontem, Sr^a Senadora, Sr. Senador Marconi Perillo, Sr. Presidente Sarney, quando instalávamos lá na Câmara o início das solenidades da Semana Internacional da Mulher, dizíamos que todos nós praticamos gestos concretos para essa elevação. Eu tive a alegria cívica, Presidente Sarney, no Estado de São Paulo, há praticamente 20 anos, sendo Secretário de Segurança Pública, de criar a primeira Delegacia da Mulher, que deu um relevo muito grande à atividade da mulher na nossa sociedade, além de protegê-la das naturais agressões que muitas vezes o preconceito as leva a sofrer.

Aqui recentemente, nós acabamos de criar uma Procuradoria feminina na Câmara dos Deputados, porque temos, afinal, 46 Deputadas, número ainda insuficiente, tendo em vista o número de mulheres no País. Pela percentagem, nós homens deveríamos ocupar metade das cadeiras, e as mulheres, a outra metade; esse seria o critério da razoabilidade.

Então, nós cuidamos de trabalhar um pouco nessa direção, Presidente Cezar Britto, exata e precisamente para não ficar nas palavras, mas caminhar para a ação. Quando se trata de estabelecer a Procuradoria da Mulher, trata-se de um passo concreto. Quando resolvemos designar ou acolher, na reunião do Colegiado de Líderes da Câmara dos Deputados, uma representante da bancada feminina, foi mais um passo. E ontem, ainda, instalamos uma comissão especial, para examinar um projeto de emenda à Constituição da Deputada Luiza Erundina, que pretende fazer com que a mulher tenha uma presença efetiva nas Mesas Diretoras tanto da Câmara como do Senado. Portanto, foram gestos concretos não de elevação e de enaltecimento da figura da mulher, mas de reconhecimento, Senadora, da posição que a mulher ocupa na nossa sociedade.

Agradecendo a gentileza do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, que nos concede a palavra, em nome da Câmara dos Deputados, mas em particular da bancada feminina, que praticamente está toda presente aqui no Senado Federal, nesta sessão do Congresso Nacional, quero saudar as mulheres do Brasil e dizer que podem contar com o Poder Legislativo, que está sempre voltado para as grandes causas nacionais. E uma das grandes causas nacionais, daí a oportunidade desta sessão, é o enaltecimento da mulher brasileira.



Muito obrigado aos senhores e às senhoras. (Palmas.)



Documento 51/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-14:09

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6555 CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Cumprimento ao Deputado Fernando Ferro. Artigo Segurança pública e fraternidade, de Frei Betto, publicado pelo jornal Correio Braziliense. Transcrição de textos de autoria de Cássia Pinheiro, Maria das Graças e Berenice Bento, escritos por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Poema Com Licença Poética, de Adélia Prado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Fernando Ferro. Espero que S.Exa. não seja excomungado por suas palavras, porque agora, na Câmara, os pronunciamentos têm sido alvo de questionamento, de representação no Conselho de Ética, até o direito à palavra.

E por falar em Igreja progressista e sensível às dores do povo, Sr. Presidente, gostaria de registrar belíssimo artigo de Frei Betto, intitulado Segurança pública e fraternidade, publicado no jornal Correio Braziliense, em 27 de fevereiro de 2009. Nesse artigo, Frei Betto resgata as múltiplas formas da violência. Assim, é mais uma importante contribuição para a Campanha da Fraternidade deste ano.



Trago para os Anais da Casa uma síntese dessa lúcida análise. Diz o autor:

"(...) A CNBB aponta três tipos de violência predominantes no Brasil: a estrutural, que nega cidadania a uma parcela da população e discrimina os 'diferentes'; a física, como a tortura, a agressão à mulher, a exploração laboral e sexual de crianças; e a simbólica, mediante ameaças e constrangimentos, negação de informação e disseminação da cultura do medo.

Talvez a mais frequente e dissimulada seja a que ocorre dentro dos lares, desde maus-tratos a empregadas às brigas entre casais; a agressão à mulher e aos filhos; as dependências químicas; o descaso pelos idosos; a pedofilia indenunciada e recorrente.

Uma das formas de violência mais visíveis hoje é a ambiental, que promove o desmatamento e a poluição das águas e do ar, favorece a emissão de CO₂ na atmosfera e o aquecimento global; reduz a biodiversidade e as fontes de alimentos saudáveis. Há também a sutil, como alimentos transgênicos não identificados, embalagens perniciosas à saúde, produtos com substâncias químicas nocivas.

Os dados da CNBB mostram que indígenas e pequenos agricultores têm perdido suas terras e sido assassinados em decorrência de conflitos fundiários. 'Como não há limites, os que têm dinheiro se tornam proprietários da maior parte das terras; no outro extremo, quem não tem como comprar fica sem nada, sem lugar para trabalhar e para viver. Como surgem os sem-terra e os sem-teto organizados, exigindo seus direitos, nada mais fácil que cresça a acusação e a imagem de que são baderneiros e, no limite, terroristas, e que ela seja combinada com o sentimento geral de que a violência direta ou a repressão policial é o prêmio destinado a quem se rebela contra a própria sorte' (p. 185).

A violência não reside apenas em agressões evidentes. Ela se imiscui até mesmo no nosso modo de pensar e falar, no discurso que considera a paz resultado do equilíbrio de forças ('mais cadeias, mais repressão') e não fruto da justiça. Há ainda a violência da mídia que invade os lares com programas pornográficos, exaltando a imbecilidade, a ociosidade vã, o sucesso e a fama dos que transgridem as leis.



A CNBB propõe que o tema da segurança pública seja debatido em escolas, igrejas, fóruns, mídias. Sugere que se promova o diálogo com o poder público para a elaboração de programas, leis e políticas de segurança; que sejam organizados atos públicos em favor do tema; criem-se comissões de justiça e paz e de direitos humanos que possam acompanhar casos de violação desses mesmos direitos; denuncie e combata-se toda forma de trabalho escravo, de tráfico de pessoas, de exploração sexual, de violência doméstica.

Na prática de Jesus, três atitudes antiviolença se destacam: a humildade (fazer-se criança, Mateus 18, 4); o amor aos pobres e excluídos (Mateus 18,10 e 25, 31-40); o perdão (Mateus 18, 22). E o programa de justiça, capaz de engendrar a paz, contido no Sermão da Montanha (as bem-aventuranças, Mateus 5, 1-12). (...)"

E ainda, Sr. Presidente, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, guardo minhas próprias palavras e solicito a transcrição nos Anais dos textos de Cássia Pinheiro, Maria das Graças e Berenice Bento, mulheres que contribuem diariamente com o nosso mandato, e do poema Com licença poética, de Adélia Prado, sugestão de outra colega de equipe, Vera Lúcia Siqueira.

Agradeço a atenção.

TEXTOS A QUE SE REFERE O ORADOR

O exemplo de Rosângela

Cássia Pinheiro

Quando me pediram para escrever sobre o dia internacional da mulher, confesso que senti um friozinho na barriga, pois a frase "registre-se nos Anais da Casa" é bastante forte e amedrontadora.

Mas me deixei levar pelo entusiasmo e me deparei com uma cena vivida há 2 anos, nesta mesma época, em que Rosângela, uma linda e sorridente negra nos deixava.

Mulher negra, zona norte, pobre... Conseguiu ultrapassar as barreiras socialmente impostas com arma absolutamente infalível: meiguice e gentileza. Com sua luz interior, iluminou toda a sua família.



A serenidade da Rosângela, com quem tive o prazer de conviver por poucas semanas, me ensinou muito. E é esta mulher forte com ar infantil que eu quero homenagear hoje.

E por ser o dia da mulher gostaria de transcrever um bilhetinho recebido por nós, mulheres do mandato Chico Alencar em Brasília, nesta mesma ocasião em que comemorávamos esse dia e sofríamos coletivamente com a partida da Rô.

Força e delicadeza, luta e esperança, masculino e feminino, quando caminham juntos tornam a vida mais bela e dão outro sentido a nossa existência. Iniciativas como essa nos fazem acreditar que a sensibilidade não é um atributo exclusivo feminino. Evocando Rosângela, Chico nos transmitiu a força necessária para continuar..."

Nem só de flores

Maria das Graças

Sou do tempo em que éramos chamadas de mal-amadas ou sapatões, quando nos manifestávamos em defesa de nossa cidadania. Lembro perfeitamente dos gritos que ecoavam dos carros e das calçadas, quando seguíamos, em passeatas, nos históricos 8 de março.

Confesso que isso me incomodava, mas não amortecia minha disposição de seguir adiante e, juntamente com outras mulheres e homens, politicamente conscientes, avançar em nossas conquistas: maior reconhecimento da cidadania das mulheres, ampliação dos nossos espaços de participação política, empoderamento, implementação de políticas públicas sob a ótica de gênero, sobretudo no combate e prevenção à violência contra a mulher, maior equidade nas relações familiares, educacionais, profissionais, enfim, significativas mudanças nos padrões culturais nas relações sociais de gênero.

Hoje, passamos de mal-amadas para mulheres homenageadas. Somos recebidas com flores, e o mercado capitalista fatura bastante com as ofertas do Dia Internacional da Mulher. Adoro receber flores e presentes, de preferência muitos dias por ano... Mas não quero rosas ou presentes que sirvam só para enriquecer o



mercado e escamotear o protagonismo das mulheres nessa história de luta e conquistas.

O marketing em torno do Dia Internacional da Mulher tenta reduzir um marco histórico a mais um dia, como tantos outros. Tenta encobrir a importância das nossas conquistas, retira a visibilidade de nossas lutas e de uma realidade de discriminação e sofrimento que, apesar de bastante atenuada pelas conquistas de bravas mulheres, ainda nos atinge perversamente.

Sem igualdade de gênero, não tem justiça

Berenice Bento

Somos seres singulares, com biografias e experiências existenciais únicas. Sob o signo mulher há uma pluralidade de possibilidades de vivenciar esta condição de gênero: mulheres negras, brancas, doutoras, analfabetas, feministas, conservadoras, religiosas, atéias, líderes comunitárias.

No entanto, esta diversidade não diminui ou apaga as violências a que somos reiteradamente submetidas. Exclusão econômica, violência física, assédio moral, assédio sexual marcam o cotidiano de milhões de mulheres. A sociedade brasileira ainda é marcada pelo patriarcalismo, sistema de gênero que estabelece uma hierarquia perversa entre o masculino e o feminino.

Como explicar os sucessivos assassinatos de mulheres senão por uma ordem simbólica que confere à mulher uma posição inferior à do homem? O movimento feminista já apontou que a exploração de classe, as injustiças econômicas não esgotam, tampouco explicam outras formas de opressão, sendo a de gênero uma das mais poderosas e que tem maior capacidade de se reproduzir, pois está nas estruturas mentais inconscientes.

A luta por uma sociedade justa está radicalmente vinculada à defesa da igualdade de gênero, seja nos aspectos econômicos, seja nos sociais e políticos, que confira às mulheres a liberdade de decidir sobre seus corpos e seus destinos. Acho que esta é a lição maior do feminismo.

Com licença poética



Adélia Prado

Quando nasci, um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.

Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.

Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.

Não sou feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.

Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.

Inauguro linhagens, fundo reinos
dor não é amargura.

Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.

Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.



Documento 52/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6582 ROBERTO SANTIAGO-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher e do Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Relevância da Lei nº 11.340, de 2006, a chamada Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra as mulheres. Combate à violência e à impunidade de crimes praticados contra a mulher no País.

O SR. ROBERTO SANTIAGO (PV-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devemos monitorar a violência cometida contra as mulheres.

Com a aproximação do Dia Internacional da Mulher, cujo transcurso comemoramos em 8 de março, vem-nos à lembrança o dia 25 de novembro, dedicado à Não-Violência Contra a Mulher, desde o 1º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 1981.

Nobres colegas, sabemos que o dia 8 de março vive sob a sombra do dia 25 de novembro, pois, segundo a Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher brasileira sofre algum tipo de violência, seja sexual, seja física, seja algum tipo de humilhação.



Ainda é impossível, infelizmente, comemorar o Dia Internacional da Mulher sem registrar a violência que as vitimizam, às vezes com a morte e a inoperância de uma das melhores legislações do mundo de proteção à mulher, que é a Lei Maria da Penha, em vigor desde o dia 22 de setembro de 2006.

Além de as mulheres brasileiras, ou seja, nossas mães, avós, filhas, namoradas e esposas serem vítimas contumazes a cada 15 segundos, uma proporção ainda altíssima de mulheres é atacada.

No Brasil, ainda segundo dados da Fundação Perseu Abramo, uma em cada 5 mulheres já sofreu algum tipo de violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem.

Mas temos orgulho de ter a Lei nº 11.340, de 2006, que tem o nome de Maria da Penha em homenagem a uma mulher que não desistiu, até o fim, de buscar justiça para reparar as violências sofridas. Até aí, estamos de parabéns, mas descobrimos que existem apenas 339 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) no Brasil, onde há mais de 5.500 municípios.

E ficamos mais preocupados ainda quando se registra que, das 339 DEAMs, 54,9% ficam na Região Sudeste; 17,5% na Região Sul; 11,2% no Nordeste; 9,7% no Norte e 6,7% na Região Centro-Oeste.

Ou seja, as mulheres têm, teoricamente, o amparo legal. Mas falta a máquina pública, o Estado em ação, para protegê-las, o que confirma a impunidade e a continuidade de tristes casos que nos abalam sempre.

Não passa um dia sequer em que não sejamos informados pelos jornais, rádios e TVs dos espancamentos, assassinatos ou de algum tipo de humilhação sofrida pelas mulheres. Dentro das repartições públicas, nas empresas privadas, no campo, na cidade, não importa, em todos os lugares humilham nossas companheiras, numa escalada que aparentemente não tem fim e que nos preocupa porque, se as mulheres são vítimas, os homens são os principais agressores.

Nos ambientes de trabalho, por exemplo, há a nefasta prática do assédio moral, que se soma ao também nefasto assédio sexual, de todos conhecidos e que nos



constrange há décadas, especialmente depois que as mulheres passaram a ocupar cada vez mais espaços no mercado de trabalho.

Por meio do assédio moral, homens, na maioria, criam constrangimentos para suas colegas de trabalho, por meio de ameaças de toda ordem. As vítimas vivem aterrorizadas e são incapazes muitas vezes de reagir ao que aparentemente não tem consistência, por se tratar de atitudes maldosas, expressadas por intermédio de palavras inconvenientes ou pelo constrangimento no ambiente de trabalho.

O resultado de tanta humilhação e de tanta violência verbal e física são mulheres levadas a estados de exaustão física e mental, apresentando quadros de depressão, de angústia, de tristeza de viverem.

E o pior, nobres colegas, é que, se consultarmos a maioria dos homens a respeito dessa violência sistemática, temos certeza de que responderão que são contra. Afinal, onde já se viu apoiar a violência contra nossas mães, esposas, filhas e avós.

Mas o que faz a violência masculina contra as mulheres, intencional ou explosiva, predominar com tanto vigor, por tanto tempo, em todos os lugares imagináveis, nobres colegas, é a percepção combinada com a certeza absoluta da impunidade. Por isso, gostaria de aproveitar cada data dessas e exigir avanços. Vamos comemorar as conquistas vinculadas à liberdade feminina, mas não desistamos nunca de aproveitar essa liberdade para organizar os cidadãos e cidadãs para garantir respeito à integridade plena e humana das mulheres.

Vamos exercer o vigor da lei por meio de DEAMs espalhadas pelo Brasil todo, criar infra-estrutura de orientação psicológica, de assistência social e jurídica nessas delegacias.

Vamos criar um vetor educacional para mostrar aos jovens, dentro da escola, a importância de se respeitar nossas mães, mulheres, irmãs e namoradas durante toda nossa vida.

Porque muito mais do que leis adequadas, datas mundiais, como o Dia Internacional da Mulher, ou nacionais, como o 25 de Novembro, dedicado à Não-Violência Contra a Mulher, só teremos segurança para as mulheres quando os homens souberem que não sairão mais impunes das violências praticadas (a



qualquer justificativa) contra as nossas mães, esposas, filhas, avós, amigas e namoradas.



Documento 53/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6588 EUNÍCIO OLIVEIRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mulheres de todos os continentes comemorarão no domingo, 8 de maio, o Dia Internacional da Mulher, um marco histórico na luta pela conquista dos direitos civis, econômicos e sociais.

A ideia de instituição do Dia Internacional da Mulher ocorreu, inicialmente, na virada do século XIX, em decorrência do processo de industrialização e expansão econômica em marcha. Sucederam-se, a partir de então, manifestações de protesto, em grandes e pequenas cidades, em inúmeros países, contra as discriminações intoleráveis, que impunham à mulher condições de trabalho degradantes e salários reduzidos. Uma luta de muitos anos, ativa e obstinada, da qual vale lembrar, entre outros atos de rebeldia, os realizados em Nova Iorque, no final do século XVIII, contra as condições desumanas de trabalho nas fábricas de vestuário e da indústria têxtil. O protesto mais grave ocorreu na fábrica da Triangle Shirtwaist, em Nova Iorque, em 25 de março de 1911, no qual morreram 129 trabalhadoras, queimadas em uma dependência da fábrica, onde foram trancadas.



Muitos outros protestos ocorreram nos anos seguintes, destacando-se, entre eles, o de 1908, no qual 15 mil mulheres marcharam sobre a cidade de Nova Iorque, exigindo a redução do horário de trabalho, melhores salários, e o direito ao voto.

Veio, então, a ideia da instituição do Dia Internacional da Mulher, em 28 de fevereiro de 1909, nos Estados Unidos da América, com uma declaração do Partido Socialista da América a favor.

Mas a instituição definitiva do Dia Internacional da Mulher só ocorreu um ano depois, em 1910, quando da realização da 1^o Conferência Internacional sobre a Mulher, em Copenhague, iniciativa da Internacional Socialista, celebrada, um ano depois, por mais de 1 milhão de pessoas na Áustria, Dinamarca, Alemanha e Suíça.

Mas, no ocidente, as comemorações somente passaram a ocorrer com maior repercussão na década de 1960. Em 1975, a Organização das Nações Unidas - ONU, decidiu comemorar a Dia Internacional da Mulher no dia 8 de março.

A igualdade de direitos entre homens e mulheres em nosso País somente se deu com a Constituição de 1934, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1933/1934, que estabeleceu, no inciso I do art. 133 da Carta Magna o seguinte:

"Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas".

Vale lembrar que, nos trabalhos da Constituinte de 1933, a mulher brasileira teve participação de reconhecido destaque, com competência e sabedoria, sendo muito bem representada pela Deputada Carlota Queiroz, do Estado de São Paulo, e pelas suplentes, Deputadas Edith Dinorah da Costa Braga, do Estado do Ceará, Edith Mendes de Gama Abreu, da Bahia, Lydia de Oliveira, do Rio de Janeiro, e Bertha Maria Júlia Lutz, do Distrito Federal, hoje considerada pela maioria dos historiadores a líder incontestável do movimento de libertação feminina.

Com o passar dos anos, vieram novas e importantes conquistas no campo dos direitos políticos, civis, econômicos e trabalhistas. Com a promulgação da Constituição de 1988, foi ampliado, significativamente, o leque dos direitos da mulher, reconhecendo-se a sua condição de cidadã plena. Na Assembleia



Nacional Constituinte que elaborou a Carta Magna em vigor, a mulher brasileira esteve representada por 26 atuantes Parlamentares, que demonstraram não só amplos conhecimentos jurídicos, como também firme determinação de luta pela conquista de direitos civis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na celebração do Dia Internacional da Mulher, quero homenagear as grandes líderes do movimento mundial pelo pleno reconhecimento dos direitos de todas as mulheres, entre elas Esther Hobart Morris, pioneira do movimento feminista nos Estados Unidos da América do Norte, Estado de Wyoming, e primeira juíza de paz no mundo, em 1970; a Profa. Celina Guimarães Viana, primeira eleitora no Brasil; Bertha Lutz, pioneira do movimento feminista no Brasil; e também Alzira Soriano de Souza, primeira mulher eleita na América do Sul para o cargo de Prefeita do Município de Lajes, em 1929, no Rio Grande do Norte.

Quero também lembrar, com destaque especial, a Dra. Carlota Pereira de Queiroz, primeira Deputada Federal do Brasil, que, com seu reconhecido talento, prestou ao Brasil os mais relevantes serviços no exercício de seu mandato parlamentar. Quero ainda reverenciar a memória de minha conterrânea, a Dra. Auri Moura Costa, primeira juíza do Brasil, que, pela competência e conhecimentos jurídicos, tornou-se Desembargadora do egrégio Tribunal de Justiça do Ceará.

Hoje, a mulher brasileira exerce os mais eminentes cargos da República: no Supremo Tribunal Federal, no STJ e nos demais Tribunais Superiores, inclusive no Tribunal Militar. Até bem pouco, a Ministra Hellen Gracie exerceu a Presidência do Supremo Tribunal Federal - STF, tendo-se havido com extraordinária competência.

A mulher brasileira está representada ainda com reconhecido brilho nos 2 outros Poderes da República: no Legislativo e no Judiciário. No Congresso Nacional, é presença marcante na Câmara dos Deputados e no Senado da República. Nos Estados, vem atuando com brilhante desempenho nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, exercendo inclusive a Presidência dessas Casas Legislativas. No Executivo, estão à frente de Governos Estaduais e de Prefeituras



de capitais, como é caso de Luizianne Lins, Prefeita Municipal de Fortaleza, atualmente no exercício do seu segundo mandato, reeleita que foi, no ultimo pleito, com consagradora votação.

Nesse contexto, deve-se reconhecer, finalmente, que a mulher brasileira tem, hoje, também notável presença nos mais diversos setores da vida brasileira: nas universidades, na indústria, no comércio, nos postos de serviço, inclusive nos setores da segurança pública, nas forças armadas e em diferentes áreas, "criando entidades, procedimentos e espaços novos para atuar, engajando-se cada vez mais em movimentos que pretendem amplos e democráticos", heterogêneo para assinalar diferenças de classe, cor e credo, apartidário e autônomo.

São, assim, merecidas as comemorações que marcarão, no território nacional, o transcurso do Dia Internacional da Mulher. É certo que há, ainda, discriminações e violências contra as mulheres em todo o País, sobretudo as mais pobres e de escolaridade primária. Mas elas estão decididas a lutar contra tais abusos e, principalmente, contra a violência a que muitas delas são submetidas por seus companheiros.

Associando-me às comemorações que ocorrerão no domingo, dia 8, em todo o País, presto desta tribuna comovida homenagem à mulher brasileira, que tem sabido ser, dia a dia, a grande força propulsora do desenvolvimento nacional, fazendo-o com sabedoria, desvelo e sentimento conciliador.

Era o que tinha a dizer.



Documento 54/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-18:24

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6627 ULDURICO PINTO-PMN -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Urgente elucidação, pela Polícia Federal, de assassinatos ocorridos na região sul do Estado da Bahia. Inclusão do nome do orador em suposta lista de pessoas ameaçadas de morte. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. ULDURICO PINTO (Bloco/PMN-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores telespectadores da TV Câmara e internautas, estivemos hoje à tarde na Diretoria-Geral da Polícia Federal. Fomos recebidos pelo Delegado José Ricardo Botelho de Queiroz, que representava o Diretor-Geral.

Ele nos disse que o Decreto nº 6.044, da Presidência da República, que aprova a política nacional de proteção aos defensores dos direitos humanos, deve ser acionado. Estou encaminhando cópia deste pronunciamento para ser anexado ao ofício a ser dirigido à instituição.

Sr. Presidente, o jornal A Tarde, que tem a política de defesa dos direitos humanos como bandeira consciente, determinada e consistente, tem feito várias reportagens corajosas e transparentes, informando a sociedade baiana sobre a real situação em que se encontra o extremo sul do Estado, no que tange à



segurança pública, em especial sobre o caso do assassinato do ex-Deputado Estadual Maurício Cotrim, de sua esposa e de muitos outros. Esses fatos expõem a fragilidade da segurança.

Há um rosário de vidas ceifadas pela violência, e a impunidade impera. Lembro aqui o desaparecimento do jovem Rafael de Jesus, de 16 anos, em Teixeira de Freitas. Há 2 dias, outro jovem de 16 anos, Tiago de Jesus, foi assassinado na cidade de Eunápolis. Esses 2 jovens não eram parentes nem moravam na mesma cidade. Tinham apenas a mesma idade, a mesma condição de vida - eram pobres - e o mesmo sobrenome: Jesus.

Sr. Presidente, o caso do assassinato do ex-Deputado Maurício Cotrim e a sequência de crimes criaram um clima de terror. Uma suposta lista, comentada em todos os lugares, inclui o meu nome, o do Deputado Estadual Getúlio Ubiratan e o do Bispo da Diocese de Teixeira de Freitas e Caravelas, D. Carlos Alberto. O nome dessas 3 pessoas estariam na lista para serem executadas.

A situação é complicada. Não posso aceitar ter segurança pública, ter policiais do meu lado, pois a maioria da população dos bairros pobres não tem segurança. Não posso aceitar o fato de ter de andar armado, porque nunca usei arma. Não aceito usar arma. Seria dar um tiro na história da minha própria vida.

Hoje, nesta Casa, denuncio o assassinato em sequência dessas 6 pessoas, até agora sob o manto da impunidade.

Agradeço carinhosamente ao Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, também ameaçado de morte. S.Exa. é um símbolo da defesa dos direitos humanos. Estamos pedindo providências.

Há poucos instantes pedimos à Polícia Federal que acompanhasse as investigações. Essa situação não pode continuar. O assassinato da Sra. Regina Cotrim chocou a cidade de Teixeira Freitas, no extremo sul. Ela e outro empresário pediram proteção de vida ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Marcelo Nilo, e ao próprio Secretário de Segurança Pública. Os 2 foram mortos após ter seu nome incluído na famosa lista que inclui também o meu nome.



Então, estou solicitando audiência com o Ministério da Justiça para continuar nossa luta, para que a Polícia Federal deste País possa ajudar na apuração desses crimes que estão nos envergonhando e manchando de sangue a história de nossa região.

Sr. Presidente, estamos solidários com o Deputado Luiz Couto, no tocante à sua luta e também a esse grande trabalho em defesa dos direitos humanos. Sabemos que S.Exa. tem consciência do risco que está correndo. Também sei do risco que estou correndo. Mas vamos cumprir nosso dever, custe o que custar - até mesmo nossas próprias vidas.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, congratulo-me com todas as mulheres de nosso País pelo Dia Internacional da Mulher. Oito de março foi a data escolhida por retratar a luta das mulheres da indústria têxtil de Nova York, no século XIX, por condições iguais às dos homens, em relação a salário e jornada de trabalho.

Nessa data, condecoram-se essas guerreiras do dia-a-dia na construção de um mundo melhor.

A história da luta feminina por direitos iguais aos do homem é fator marcante da determinação inabalável que as mulheres de todo o mundo buscavam no século XIX.

As mulheres são fortes, acima de tudo, pois criam nossos filhos, cuidam de nós, homens, trabalham, estudam e ainda encontram um tempinho para cuidar da beleza, mostrando como são polivalentes.

Elas, hoje, participam das tomadas de decisões nas esferas políticas de nosso País. Há um número sempre crescente de representantes femininas do povo nas Assembleias Legislativas dos Municípios e Estados, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Nosso País tem hoje um quadro não muito agradável. Refiro-me ao aumento do número de mulheres na condição de chefes de família pelos motivos mais diversos: divórcio, falecimento do cônjuge, gravidez precoce etc.

Meu Estado, a Bahia, possui o maior número de mães chefe de família - o percentual chega a 43,8% das mulheres. Veem em seguida as cidades de Belém,



Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e outras. Isso demonstra que nossas mulheres não correm da luta e enfrentam as dificuldades com a cabeça erguida, sempre confiantes em que dias melhores virão.

Estudos têm indicado o crescente número de mulheres em cargos que antes eram reservados apenas aos homens. O resultado desses índices demonstra claramente que elas têm-se saído muito bem.

Nós, homens, não deixamos de perceber diariamente toda a beleza que as mulheres trazem consigo, todo aquele mistério profundo inerente a elas, seu poder intuitivo.

Nós as respeitamos e as veneramos. Não as pressionamos por nada. Não queremos que mudem jamais. Qual presente de Deus foi mais valioso do que a mulher?

Mas o que realmente temos de relatar é que as conquistas da mulher moderna ainda passam por entraves velados. Por exemplo, na iniciativa privada, até hoje há diferença entre os salários de homens e mulheres.

Essa situação é por demais injusta e desigual, pois, como nossa Carta Magna determina, somos todos iguais, independentemente de sexo, cor, religião, idade. Então, devemos promover uma política voltada para a inserção da mulher em todas as esferas de atuação profissional.

Sabemos que só teremos uma sociedade justa quando todos forem realmente tratados com igualdade de direitos e oportunidades de trabalho. Devemos equilibrar urgentemente a oportunidade de trabalho entre homens e mulheres e fazer uma reflexão profunda sobre essas diferenças.

Lembremos as conquistas das mulheres no século passado, ocorridas no dia 24 de fevereiro de 1932, criando um marco na história da mulher brasileira. Nessa data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistaram, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Como sou médico, também me preocupo com a saúde das mulheres. Temos índices alarmantes de mulheres com câncer de colo de útero, endometriose,



câncer de mama e outras patologias que levam à morte rapidamente e de maneira dolorosa.

Devemos implementar políticas mais eficazes na prevenção dessas doenças, pois elas não escolhem classe social para atacar. Esse é um problema de todos nós. Hoje, reconhecemos que as mulheres são iguais em tudo, inclusive na habilidade de votar, trabalhar ou mesmo governar um país. Mas jamais podemos esquecer o que esse reconhecimento custou.

Essa busca por igualdade começou com a inestimável Bertha Maria Júlia Lutz, nascida em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical Adolfo Lutz.

É conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Estas devem a ela a aprovação da legislação que lhes outorgou o direito de votar e serem votadas.

Seria injusto não falar sobre Bertha Lutz. Houve no Senado sessão do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, para entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz às mulheres de destaque nacional, em diversas áreas de atuação, coroando a atuação das mulheres na luta pela igualdade em todos os níveis.

Não estaremos devaneando se pensarmos na possibilidade de, em um futuro próximo, ter na liderança do País uma mulher como Presidenta da República, demonstrando um avanço social sem precedentes na sociedade brasileira.

Ao encerrar meu pronunciamento nesta tarde, desejo às mulheres vitória em suas buscas por igualdade e parablenizo-as por essa data tão importante em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 55/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00

Publ.: DCN - 06/03/2009 - 314 ELISA LUCINDA CAMPOS GOMES--
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a ELISA LUCINDA CAMPOS GOMES - Muito agradeço ao Senador Casagrande, porque, desde que entrei neste Parlamento hoje, eu estava sonhando com este momento. Quer dizer, eu sou da palavra, então fico querendo falar. (Risos.)

É uma Casa, para mim, de amigos: tenho uma parceria com a Ministra Nilcéa; minha querida capixaba, foi minha colega; como Rita Camata, estudamos na mesma universidade, na mesma sala de aula, fizemos jornalismo. Mas, o que eu quero - vou ser rápida - é dizer um poema que traduz muito o que venho fazendo neste País, no Rio de Janeiro, que é a base do meu trabalho, na Casa Poema, cuja vocação é ensinar a poesia desse jeito coloquial às crianças, principalmente as de escolas públicas que não têm acesso à literatura como formação do indivíduo, como construção do cidadão.

Recentemente, em uma comunidade do interior do Espírito Santo, minha terra natal, tenho feito um trabalho lá junto às crianças, e um deles, de 13 anos, disse-me: "Agora estou mais seguro para falar até com as meninas. Estou diferente".



Claro, está dominando a própria palavra! Está se construindo como cidadão através da língua mater.

Bom, então, vou dizer este poema, que não é meu - mas depois vou dizer um pequenininho, Senadora Serys, mas vai ser rápido, você vai gostar. O primeiro é um poema do Antonio Vieira, não o Padre, que traduz exatamente tudo o que eu acho que deve acontecer neste País.

Vamos lá.

A Poesia

A nossa poesia é uma só
Eu não vejo razão pra separar
Todo o conhecimento que está cá
Veio trazido dentro de um só mocó
E, ao chegar aqui, abriram o nó
E foi como se ela saísse do ovo
A poesia recebeu sangue novo
Elementos deveras salutareos
Os nomes dos poetas populares
Deveriam estar na boca do povo

Os livros que vieram para cá
O Lunário e a Missão Abreviada
A donzela Teodora e a fábula
Obrigaram o sertão a estudar
De repente começaram a rimar
A criar um sistema todo novo
O diabo deixou de ser um estorvo
E o boi ocupou outros lugares
Os nomes dos poetas populares
Deveriam estar na boca do povo



No contexto de uma sala de aula
Não estarem esses nomes me dá pena
A escola devia ensinar
Pro aluno não me achar um bobo
Sem saber que os nomes que eu louvo
São vates de muitas qualidades
Os nomes dos poetas populares
Deveriam estar na boca do povo

A escola devia ensinar
O aluno devia bater palma
Saber de cada um o nome todo
Se sentir satisfeito e orgulhoso
E falar deles para os de menor idade
Os nomes dos poetas populares.

(Palmas.)

Quero que saibam que esse é um projeto da minha vida mesmo. Quero que cada vez mais a poesia ocupe o seu lugar de formadora neste País, cuja cultura oral é fortíssima.

Vou terminar, então, com um poema meu, chamado "Credo". Vamos lá! Ele mesmo vai dizer a que veio:

Credo

De tal modo é, que eu jamais negá-lo poderia:
sou agarrada na saia da poesia!



Para dar um passeio que seja, uma viagem de carro, avião ou trem, à montanha, à praia, ao campo, uma ida a um consultório com qualquer possibilidade, ínfima que seja, de espera, passo logo a mão nela pra sair.

É um Quintana, uma Adélia, uma Cecília, um Pessoa
ou qualquer outro a quem eu ame me unir.

Porque sou humano e creio no divino da palavra, pra mim é um oráculo a poesia!
É meu tarô, meu baralho, meu tricot, meu i ching, meu dicionário, meu cristal clarividente, meus búzios, meu copo d'água, meu conselho, meu colo de avô, a explicação ambulante para tudo o que pulsa e arde.

A poesia é síntese filosófica, fonte de sabedoria, e bíblia dos que, como eu, crêem na eternidade do verbo, na ressurreição da tarde e na vida bela.

Amém!

(Palmas.)

Parabéns para nós!



Documento 56/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00

Publ.: DCN - 06/03/2009 - 319 PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, minhas companheiras.

Eu só queria aproveitar a presença da D. Lily para dar a ela um recado que veio lá do Acre. Mas queria saudar nossa Mesa, na pessoa da nossa Ministra Nilcéa Freire.

É muito bom estar aqui. Os discursos são maravilhosos, retratam o dia-a-dia da mulher brasileira, nossas dificuldades. Contudo, senti falta aqui dessa coisa da mulher trabalhadora rural, ribeirinha, seringueira, essas mulheres que estão batalhando no dia-a-dia.

(Palmas.)

E, como amazônica, como uma legítima filha de seringueira, não poderia deixar de vir aqui e fazer uma homenagem à D. Lily. D. Lily, por intermédio da Fundação Roberto Marinho, financia o Projeto Poronga, no Acre. Poronga é uma homenagem àquela nossa lamparina, de seringueiro, que serve para clarear a estrada e, por que não dizer, para clarear a nossa vida.



O projeto que D. Lily financia no Acre - o Projeto Poronga - alfabetiza centenas e centenas de ribeirinhos seringueiros na zona rural acreana, na sua maioria mulheres. E, no dia da formatura, foi lido um bilhete de uma daquelas que haviam sido alfabetizadas. O bilhete foi lido desta forma, em um tom afirmativo: "Francisco, fui estudar. A janta tá no fogão. Se quiser comer, esquentá".

Aí, a Senadora Marina Silva pediu para ler o bilhete e disse: "Eu acho que essa mulher quis escrever diferente. E ela leu o bilhete de uma forma mais carinhosa: 'Francisco, fui estudar. O jantar está no fogão. Se estiver com fome, esquentá'".

Então, acho que esse é o jeito de homenagearmos as diversas facetas das mulheres nos seus momentos, no seu dia-a-dia, nas suas dificuldades, esse nosso jeitinho de resistir, inclusive, aos problemas e às dificuldades matrimoniais, que acabamos tendo de driblar, para estarmos aqui.

Uma homenagem às mulheres ribeirinhas, seringueiras. Às vezes, quando entro nos seringais do Acre, pego a estrada ou um barco, olho aquelas mulheres com uma vida tão difícil, com uma mão tão calejada, com um rosto tão enrugado, ainda tão novas, sem a oportunidade que temos de passar um pó compacto, um batom, mas elas estão lá, resistindo. Olho para elas, Serys, e fico pensando: essas mulheres, para terem tanta resistência, só podem estar lendo, todos os dias, Clarice Lispector e indo para frente do espelho, para repetir aquela frase que Clarice gostava de dizer: "Eu sou mais forte do que eu".

Então, é isto: uma homenagem a essas mulheres. E tantas outras foram aqui homenageadas e rasgaram os véus da história, para que pudéssemos estar aqui agora, ocupando uma tribuna como esta, falando em nome de mulher, em nome de resistência.

Parabéns a todas nós, mulheres companheiras. Obrigada.

(Palmas.)



Documento 57/100

002.3.53.N Sessão Extraordinária - CN 05/03/2009-00:00
Publ.: DCN - 06/03/2009 - 327 REBECCA GARCIA-PP -AM
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a REBECCA GARCIA (PP - AM. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, estamos aqui reunidos para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Gostaria de usar o tempo a mim destinado para fazer um apelo: vamos ocupar o espaço que é nosso na política brasileira.

É preciso. O mundo inteiro tem líderes femininas subindo ao poder. Nos Estados Unidos, derrotada por Barack Obama nas prévias, Hilary Clinton foi chamada pelo adversário para o segundo cargo mais importante na hierarquia do Governo norte-americano, a Secretaria de Estado, de onde Henry Kissinger ganhou influência mundial e o Prêmio Nobel da Paz de 1973.

Nós, mulheres brasileiras, precisamos planejar o futuro. De nada adiantaria, hoje, se surgisse uma grande líder, capaz de concentrar o voto feminino, que é maioria, sem uma mudança anterior na correlação de gênero no Senado, na Câmara Federal, nas Assembléias Estaduais, Câmaras Municipais, Prefeituras e Governos Estaduais. Não adianta uma vitória isolada.



A mulher precisa ocupar espaço na política brasileira porque é mais organizada e tem tudo para se transformar no principal artífice do desenvolvimento nacional.

Transcrevo um trecho do livro "Pós-Guerra, uma história da Europa desde 1945", do escritor inglês Tony Judt:

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, a perspectiva da Europa era de miséria e desolação total. Fotografias e documentários da época mostram fluxos patéticos de civis impotentes atravessando paisagens arrasadas, com cidades destruídas e campos áridos. Crianças órfãs perambulam melancólicas, passando por grupos de mulheres exaustas que reviram montes de entulho. Deportados e prisioneiros de campos de concentração, com as cabeças raspadas e vestindo pijamas listrados, fitam a câmera, com indiferença, famintos e doentes.

Nesse livro, um resgate completo da história europeia depois da Segunda Guerra, fica claro que o velho continente, no lado dos vencidos e dos vencedores, foi completamente arrasado. Varsóvia, capital da Polônia, foi dinamitada, casa por casa, rua por rua, pelo exército alemão em retirada. Londres teve mais de 70 por cento das residências destruídas. Mais de 19 milhões de civis europeus não-combatentes foram mortos.

Clement Attler, que derrotou esse grande estadista que foi Winston Churchill, em 1945, resumiu o que precisava ser feito: "Cidades bem construídas e planejadas, além de parques e campos para a prática esportiva, casas e escolas, fábricas e lojas".

Os brasileiros que visitam a Europa, hoje, costumam voltar de lá falando maravilhas. As ruas são bem calçadas e limpas; o transporte coletivo urbano e interurbano ou internacional, rodoviário ou ferroviário, é perfeito; as estradas são um verdadeiro tapete; a história pulsa nos museus e monumentos; as cidades, casa por casa, parecem sempre novas e estão sempre bem cuidadas.

O que poucos lembram é que tudo isso foi construído após a Segunda Guerra Mundial. Quando os Aliados puseram fim à loucura de Hitler, pouco do que era a Europa ficou de pé.



Como se deu esse milagre? Os Estados Unidos emprestaram, a dinheiro de hoje, em torno de 250 bilhões de dólares, através do Plano Marshal, e tudo foi reconstruído.

Só mais um dado histórico importante: as mulheres, ao final da Segunda Guerra Mundial, eram 20 milhões a mais que os homens no continente.

A Europa, companheiros e companheiras, é um exemplo a ser seguido.

Qual País, mais que o Brasil, precisa de "cidades bem construídas e planejadas, além de parques e campos para a prática esportiva, casas e escolas, fábricas e lojas", como resumiu Clement Attler?

A mulher precisa levar para a política brasileira sua capacidade de planejamento e economia, para ajudar o País a alcançar esse objetivo.

O Brasil precisa de nós, companheiras. Os homens que hoje combatem a corrupção neste País, que são poucos, embora valentes, precisam de mais mulheres ao lado deles, lutando para executar e transformar nossa terra num local desenvolvido e com alta qualidade de vida, para nós e nossos filhos.

A Europa levantou e se tornou exemplar em apenas 50 anos. A mulher na política é capaz de iniciar um processo em que o Brasil se levante, afaste a corrupção e construa uma nação à altura da riqueza que produz.

Parabéns pelo Dia Internacional da Mulher. A luta é nossa. O Brasil merece. Parabéns a todas nós.

Senhor Presidente, gostaria de solicitar que esse discurso seja divulgado pelo programa A Voz do Brasil e pelos demais órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada!



Documento 58/100

025.3.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2009-19:00

Publ.: DCD - 06/03/2009 - 6635 LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Adoção, por parte da Mesa Diretora, de providências acerca da situação de funcionários dos restaurantes da Casa. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dizer que, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, fui procurado por alguns funcionários dos restaurantes desta Casa fechados por falta de pagamento de salário, segundo a informação que tivemos.

Peço, então, à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados que verifique essa situação e também, quando das licitações, se a empresa tem ou não condições de ser contratada, porque elas prometem muito e, no final, não cumprem o estabelecido. É importante que as licitações prevejam um serviço de qualidade. A atual situação dos restaurantes da Casa efetivamente revela que é preciso cuidar disso, porque outras empresas, quando o contrato termina, não são mais aproveitadas e, então, deixam de pagar direitos sociais e trabalhistas, e o pessoal



fica a ver navios. Então, peço a V.Exa. que verifique a situação e tome as providências necessárias.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero homenagear as mulheres. E quero lembrar especialmente a mulher agricultora, que trabalha para criar seus filhos, colocando toda a sua energia para lhes dar uma vida digna; a mulher que tem filhos e filhas viciados em drogas, vítimas do narcotráfico, pelo sofrimento por que passam, e as mães cujos filhos estão nas cadeias, filhos que elas vão visitar com a consciência e a fé de que um dia sairão do caminho do erro. Quero também homenagear as mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas que foram abandonadas pelos maridos, que foram para outros lugares e não voltaram mais.

É a homenagem que faço pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 59/100

026.3.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2009-09:33

Publ.: DCD - 07/03/2009 - 6788 OSÓRIO ADRIANO-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Reportagem sobre a fome veiculada pelo programa Fantástico, da TV Globo.
Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. OSÓRIO ADRIANO (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como bem disse a nossa querida e ilustre Deputada Perpétua Almeida, causou-nos a maior impressão a citada reportagem que vimos domingo no Fantástico. A única ressalva que faço é que a minha admiração, a minha surpresa, a minha preocupação não decorreu do fato de que no Jordão não se tenha um chuveiro. Seria bom que se tivesse, porque, como disse a Deputada, ao tomar banho de cuia, uma hora pode vir junto uma cobra ou coisa assim. Mas isso não é importante, Deputada, pois, como V.Exa. disse, é costume na Amazônia.

Sr. Presidente, preocupou-me muito mais ver aquela mãe - menciono isto na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher -, com a panela vazia, dizendo "hoje não tenho o que botar dentro dessa panela", e as crianças do lado. O que vão fazer? Apenas ferver a água, pois é o limite até onde podem ir.



Ora, Sr. Presidente, nosso País, especialmente de uns anos para cá, anda numa grande ganância, que vimos criticando aqui quase todos os dias. É PAC daqui, PAC dali, muita conversa. E aquelas crianças? Não há PAC para elas, nem para aquelas famílias? Será que não sobram uns vinténs para investir naquele local ou na Amazônia da minha querida Deputada Perpétua Almeida? Será que não se pode prestar algum tipo de socorro?

Segundo S.Exa., pode-se chegar a Jordão num pequeno avião, a que, logicamente, aquelas famílias pobres não têm acesso, e de barco, em viagem de 7 dias, Sr. Presidente. Sete dias de barco! E se for uma emergência? A pessoa morre, morre mesmo.

É a isso que me refiro, ilustre Deputada, a fim de colaborar com V.Exa., ao ver essa pobreza pelo Brasil afora. Toma-se conhecimento somente quando uma televisão, uma rádio, um jornal fazem uma reportagem, mostram a realidade para todos nós que estamos bem confortáveis e tranquilos aqui, na Capital da República. Sempre reclamando, mas tranquilos.

É lá, Sr. Presidente, que o Governo tem que ir através do PAC. Fala-se muito nisso aqui. Há até uma candidata que baseia sua candidatura nessas 3 letras. É o PAC daqui, PAC dali. Onde está o PAC da Amazônia?

É uma vergonha, Sr. Presidente, para nós. Aqueles brasileiros, sim, são os verdadeiros heróis. Graças a eles, temos garantidas as nossas fronteiras. Eles são os verdadeiros heróis. Eles, sim, precisam de muitas coisas. Não têm um campo de aviação, não têm direito a educação, não têm nada. É pobreza total, é miséria. Realmente, ficamos muito tristes!

Sr. Presidente, quero prestar minha homenagem às mulheres.

Vamos comemorar o Dia Internacional das Mulheres, uma data maravilhosa, no próximo dia 8.

Quem não se lembra dos antepassados, especialmente das nossas mães? Perdi minha mãe há muitos anos. Tive a felicidade de tê-la presente até os 99 anos de idade e guardo no meu coração a lembrança dela, sinto o seu carinho até hoje. Não sou muito novinho, mas não me esqueci jamais! Todos os dias, com pequena



dificuldade, lembro-me dela. Todos nós nos lembramos de nossas mães, as maiores representantes das mulheres.

Quero deixar registrado, com estas breves palavras, a nossa tristeza de ver que em nosso País ainda há mães que mostram uma panela e dizem: "Hoje, não tenho nada para botar dentro dessa panela".

No entanto, a propaganda oficial mostra outro tipo de situação, que aqui, por exemplo, não temos mais fome. Quanto à criação de fundos, tudo bem, até concordo, mas precisamos ir mais fundo no combate à pobreza. Temos de dar educação a essas crianças. Podem tomar banho do jeito que quiserem: de cuia, de chuveiro, etc., mas não precisam passar fome, nem ficar sem acesso a educação.

Aqui fica, Sr. Presidente, minha homenagem às mulheres não só do nosso País, mas de todo o mundo, pela dedicação e pelo que realmente representam para todos nós.

Ainda em relação às mulheres, aqui, no nosso Parlamento, somos 513 Deputados que representam todos os Estados, mas a desproporção de gênero continua muito grande: para um total de 513 Deputados, 45 Deputadas. Nesse tocante, é preciso que as mulheres também queiram participar da defesa dos seus direitos, e não ficar esperando apenas que os homens venham ajudá-las.

Deixo este brado às mulheres do nosso País: venham participar e igualar esses números. O Brasil precisa das mães e das mulheres do País.

Muito obrigado.



Documento 60/100

026.3.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2009-09:15

Publ.: DCD - 07/03/2009 - 6784 RICARDO QUIRINO-PR -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Reportagem sob o título 19% das brasileiras agredidas, publicada pelo jornal Correio Braziliense. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial às Parlamentares e às servidoras da Casa. Dados da Organização das Nações Unidas - ONU sobre a feminização da pobreza.

O SR. RICARDO QUIRINO (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu subo a esta tribuna para fazer uma homenagem às mulheres. Não é possível deixar passar um momento tão importante como este. Mas quero fazer uma homenagem crítica e social.

Início este discurso citando reportagem do jornal Correio Braziliense, publicada no caderno Brasil, sobre a violência contra as mulheres.

Ontem, aqui no Distrito Federal, nós fomos sobressaltados com mais um caso de violência. Um agente de segurança disparou sua arma contra a companheira. Infelizmente, apesar da promulgação da Lei Maria da Penha, a violência contra as mulheres não diminuiu.

A reportagem diz o seguinte:



"Dezenove por cento das entrevistadas relataram já ter sido agredidas dentro de casa, na maioria das vezes pelos maridos, namorados ou companheiros. Na última edição do mesmo levantamento, em 2007, esse índice havia sido de 15%".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres estão se informando sobre a Lei Maria da Penha. Mas o Governo tem de fazer algo diferente, investir numa política que faça os homens conhecerem essa lei. Segundo a reportagem, mais de 40% da mulheres conhecem ou já ouviram falar da Lei Maria da Penha, um índice alto. Agora, o trabalho de educação tem de ser feito junto aos homens, aos maridos. Temos de promover reuniões e um grande trabalho com eles, para que saibam o que a lei pode trazer para eles, e nem sempre são benefícios, a fim de que coloquem a cabeça no lugar.

Sr. Presidente, na comemoração do Dia Internacional da Mulher, registro meu reconhecimento a todas as servidoras desta Casa, que, com tanto zelo e dedicação, têm contribuído para o bom andamento dos serviços da Câmara dos Deputados. Cumprimento também todas as nossas colegas Deputadas e Senadoras, que, com sensibilidade, razão e competência, são motivo de orgulho para o Congresso e o Brasil. Estendo minhas homenagens a todas as mulheres brasileiras e de modo especial as do Distrito Federal, as quais represento.

Sr. Presidente, esse é um marco para toda a sociedade, independentemente de sexo ou gênero. Afinal, todo aquele que reconhece as raízes de sua existência tem motivos para homenagear a mulher.

E qual é a origem dessa homenagem? A história nos revela que, em 8 de março de 1857, 129 operárias de uma fábrica, em Nova Iorque, após entrarem em greve para reivindicar igualdade de salários com os homens e redução na jornada de trabalho, foram enclausuradas e tiveram a vida ceifada por um incêndio, uma coisa totalmente lamentável. Esse término de vidas fez nascer uma luta em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Passados 152 anos, esse longo percurso histórico permitiu muitas conquistas. Realmente, muita coisa mudou. Porém, muito ainda resta a fazer.

Por todo o mundo, nas empresas, nos Governos, nas embaixadas, vemos mulheres ocupando espaços importantes, em verdade ainda muito pequenos em



relação ao universo masculino, mas sem dúvida relevantes, cravando assim na história seus nomes, que ecoam pelo tempo e ecoarão ainda mais.

Eu gostaria de falar apenas sobre as mulheres que venceram. Na Câmara dos Deputados há uma exposição de mulheres vencedoras. Mas falar apenas sobre as vitoriosas é uma injustiça com aquelas que estão lutando e não conseguiram ainda chegar a algum lugar. Vou falar sobre as vitoriosas, citá-las como exemplo para as futuras gerações, mas não podemos esquecer a imensa maioria que vive nas camadas mais pobres de nossa sociedade, sem acesso a educação, cultura, lazer e até a uma condizente higiene pessoal, algo tão inerente à natureza feminina.

Talvez se lhes perguntarmos sobre o Dia Internacional da Mulher respondam que o seu dia é todo dia de ser mulher, mãe, trabalhadora, responsável pelos afazeres domésticos, misturados muitas vezes à amargura da luta pela sobrevivência em meio ao desrespeito e ao sofrimento.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiros que nos veem pela TV Câmara, a Carta Magna reza que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". A realidade, porém, é bem diferente para muitas mulheres brasileiras. Quando a pobreza se acentua, elas são as primeiras vítimas. Dados da Organização das Nações Unidas sobre a concentração de renda e a feminização da pobreza - o aumento da pobreza entre as mulheres - revelam que, no mundo, elas detêm somente 10% da renda, não obstante realizarem 60% das horas de trabalho.

Ainda sobre o trabalho, lembro aquelas que são violadas em seus direitos sociais e trabalhistas e muitas vezes se calam e morrem social e espiritualmente em seu silêncio a fim de resguardarem seus empregos.

Isso é muito triste. Quantas mulheres, Deputado Veloso, são violadas em seus direitos, sofrendo assédio sexual e moral, e se calam, porque dependem do emprego. Para resguardar a ocupação e levar o necessário para dentro de casa, elas acabam morrendo naquela situação.

Lembro, de modo especial, as mulheres negras, incansáveis lutadoras que ainda vivem sob a sombra do preconceito e sob a violação dos direitos. Daí, pergunto:



onde estão essas mulheres negras nas grandes empresas, nos telejornais, nas novelas, nos filmes e nas mais altas esferas do Poder? De acordo com o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, entre 2007 e 2008 o rendimento dos homens brancos era 200% superior ao rendimento das mulheres negras. Esse é o resultado de uma dupla discriminação.

Lembro aquelas que sofrem com a violência verbal e física onde mais deveriam ser acolhidas, Deputado Veloso. V.Exa. disse que nossas mãos foram feitas para abraçar, para cuidar das mulheres. infelizmente, as mãos que mais agriem são as dos companheiros e maridos, dentro de casa, onde elas deveriam ser acolhidas, respeitadas. É onde há uma violação brutal dos direitos à dignidade da mulher, diante de um machismo inaceitável para qualquer época, ainda mais em pleno século XXI.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nobre Deputado Nelson Marquezelli, sobre a mulher, muita coisa mudou, muito se alcançou, muito se avançou. Por isso, crendo em mais conquistas, finalizo com um grande voto de esperança para o futuro de todas as mulheres do Distrito Federal e do nosso imenso Brasil. Quem sabe, nessa crença, possamos ver, em breve, uma mulher ocupar o mais alto posto do Governo do nosso País.

Ao encerrar o meu pronunciamento, agradeço ao Presidente a paciência e faço uma menção de apoio à mãe de uma menina que, infelizmente, teve que fazer aborto, como noticia a imprensa. São essas mulheres que não podemos esquecer no dia de hoje.

Parabenizo todas as mulheres, especialmente essa mãe e essa menina, que ainda não podemos chamar de mulher, pois só tem 9 anos. Gerar uma criança nessa idade é um absurdo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 61/100

026.3.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2009-09:24

Publ.: DCD - 07/03/2009 - 6786 PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Promoção da Semana da Mulher. Luta da oradora pela garantia dos direitos da mulher. Combate à discriminação contra as mulheres no País. Homenagem à memória de heroínas brasileiras. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Poema Mulher, de Ana Coralina.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (Bloco/PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, saúdo a todos.

Aproveito que esta semana já está se encerrando para lembrar que nos próximos dias os Parlamentares desta Casa e das diversas Assembléias Legislativas do Brasil vão se referir ao dia 8 de março, ao mês de março ou à Semana Internacional da Mulher.

O Deputado Nilson Mourão, do Acre, brincava agora há pouco, dizendo: "Este é o momento em que todos os homens fazem suas declarações e prestam seus arrependimentos. Mas, depois, a vida segue seu curso normal".

É verdade. Por isso, a grande maioria das mulheres compreende que o dia 8 de março, a Semana da Mulher ou o mês de março é um momento que vai além das comemorações e das declarações. Para nós, é um momento de muita peleja e



insistência para que possamos garantir os direitos reais e uma vida melhor para as mulheres do Brasil e do mundo. Insistimos na defesa e na conquista dos nossos direitos não porque achamos que as mulheres têm que ocupar mais espaço do que os homens. Não. Precisamos dessa peleja porque o reconhecimento da mulher como cidadã leva, em alguns países, anos e até milênios.

O Brasil já avançou um pouco nisso. Mas ontem, numa sessão solene, ainda reclamávamos porque as mulheres recebem salários menores do que os homens, e pela situação de pobreza. As mulheres têm a cara da miséria no mundo, têm a cara da negritude, têm a cara da pobreza! São essas as questões que colocamos. Ontem, uma companheira Parlamentar disse que, às vezes, por ser negra, ela sofre uma discriminação a mais. Imaginem o que sofre a mulher negra e pobre! Precisamos debater e encarar essa situação.

Por tudo isso, o dia 8 de março, a Semana Internacional da Mulher, vai além das comemorações, das congratulações, das flores e dos abraços. Queremos muito isso no dia-a-dia, mas queremos aproveitar esse período para reafirmar o que já se conquistou e, ao mesmo tempo, continuar na briga, continuar lutando pelo que ainda precisamos conquistar no Brasil.

Compreendemos que só teremos sossego no Brasil, e no planeta, quando cada mãe, ao acordar, tiver o que dar a seu filho no café da manhã - quando mora nas cidades -, ou quebrar o jejum, quando mora nos seringais. Só teremos sossego quando cada mulher, na hora do almoço, puder dar o que comer a seu filho; quando puder, na hora do jantar, dar o que comer a seu filho; quando conseguirmos fazer com que cada mulher possa ver seus filhos no banco de uma escola. São essas as conquistas a que também nos referimos como importantes para o Brasil e para o mundo.

Agora há pouco discutia com meu amigo, o Deputado Osório Adriano, sobre a reportagem veiculada pelo Fantástico que se referiu a Jordão, uma das cidades com menor IDH do País. Reconhecemos isso. Quando assumimos o Governo, Deputado Osório Adriano, tínhamos 3 cidades no Acre naquelas condições. Já conseguimos melhorar as condições de duas, e queremos resgatar a situação do Jordão. Mas há coisas naquela matéria que não adianta, não se vai conseguir



mudar, porque têm a ver com a cultura das crianças, das mulheres e dos homens. O fato de quem mora no Jordão não tomar banho de chuveiro, para nós é natural. Até os 14 anos, eu também não sabia o que era um chuveiro, porque eu tomava banho de rio, eu tomava banho de cuia. E a água corrente daqueles igarapés da Amazônia é infinitamente mais limpa do que a água que chega às torneiras de milhares de brasileiros. É muito mais limpa. Então, isso tem a ver com a cultura, tem a ver com os nossos costumes.

Queremos que as mães do Brasil inteiro possam ter tranquilidade para criar seus filhos. Mesmo num seringal da Amazônia, que possam colocar seu filho na escola e receber incentivo para continuar plantando o açaí, o buriti, a castanha, o patuá, a melancia, o abacaxi, a banana, as nossas frutas. Queremos, também, que as mulheres que moram nas cidades tenham oportunidade de colocar o chuchu, a beterraba e a cenoura na mesa para seus filhos. Cada um com os seus costumes, mas todos com a oportunidade de ter uma vida melhor e mais saudável.

Sr. Presidente, costume dizer que não podemos esquecer nosso passado. Portanto, antes de encerrar, quero lembrar as mulheres do Brasil e do mundo que rasgaram os véus da História para que pudéssemos estar aqui hoje discursando, cobrando, reivindicando, como Olga Benário e Anita Garibaldi, que são, para mim, referências de luta das mulheres no mundo. Quero lembrar, também, Sr. Presidente, Angelina Gonçalves, cuja história o povo brasileiro não conhece - poucas das mulheres acreanas conhecem -, mulher, estrela e referência da Revolução Acreana.

Por diversas vezes, contei que o Acre declarou sua independência e foi país por 6 meses. Não nos considerávamos bolivianos, porque não éramos; e o Brasil não nos queria aceitar como parte deste País. Assim, declaramos nossa independência, e por 6 meses fomos a República Independente do Acre. Para que conquistássemos nossa independência, nossa liberdade, uma mulher desempenhou um importante papel, enfrentando o exército boliviano naquele momento: Angelina Gonçalves.

É importante lembrarmos esse gás, essa energia, essa força que envolveu Angelina Gonçalves naquela hora, que lhe deu coragem para pegar em armas e



enfrentar o Exército boliviano. Essa mesma força envolve as mulheres brasileiras que hoje brigam para colocar mais comida na mesa, para seus filhos; que brigam por um índice de saúde melhor nos hospitais brasileiros; brigam por uma educação melhor nas nossas cidades. Queremos continuar com esse mesmo ímpeto, com esse mesmo espírito.

Sr. Presidente, quero fazer referência às mulheres do nosso Brasil, da Amazônia brasileira, as ribeirinhas, as seringueiras, as trabalhadoras rurais, as indígenas, para que elas também sejam valorizadas.

As mulheres que moram nas cidades, normalmente, têm reivindicações diferentes das que fazem as mulheres que moram nos seringais da Amazônia e as trabalhadoras rurais. Essas querem ter direito à terra, querem ter direito a plantar, querem ter direito de continuar botando na mesa dos seus filhos aquilo que faz parte da sua cultura, aquilo que faz parte do seu dia-a-dia.

Portanto, quero homenagear todas as mulheres do Brasil. Que possamos, com muita disposição, continuar na luta, brigar por uma sociedade mais igualitária, em que homens e mulheres convivam em harmonia. Mas que as mulheres continuem conquistando o seu espaço.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 8 de Março, quando as reflexões se voltam para as mulheres, vejo a importância de este Parlamento ter um momento especial em que possamos debater tão relevante assunto.

As estatísticas, as impressões e o que se acha no cotidiano das famílias brasileiras dão conta de que as mulheres têm conquistado espaços no mercado de trabalho, em cargos de chefia, com destaques em diversas áreas sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 8 de Março, quando as reflexões se voltam para as mulheres, vejo a importância de este Parlamento ter um momento especial em que possamos debater tão relevante assunto.



Entretanto, Sr. Presidente, é ainda pouco, mas muito pouco em vista das reais necessidades das cidadãs deste País. Os números apontam para um crescente aumento de violência, discriminação e preconceito, o que prejudica o avanço das mulheres nas áreas de seus interesses.

Por isso, Senhoras e Senhores, há perguntas neste 8 de Março: qual a melhor ação que pode ser feita? Quais as reais necessidades? Enfim, por que as mulheres lutam?

A luta por reconhecimentos, pela garantia dos direitos elementares e pelo incentivo à participação ativa na sociedade são bandeiras que se materializam em várias reivindicações dos movimentos de mulheres.

Nobres pares, entidades ligadas aos movimentos de mulheres apontam 3 eixos focalizados nas bandeiras de lutas atuais: a descriminalização do aborto; a garantia dos direitos das mulheres no mundo do trabalho, especialmente no contexto da crise financeira mundial; e a defesa por mais recursos e políticas para mulheres.

Cada 8 de Março é único, e este em especial guarda algumas peculiaridades. Os movimentos de mulheres e toda a sociedade lidam com a possibilidade de instalação de uma CPI no Congresso Nacional sobre a questão do aborto . A causa é a intensificação da criminalização das mulheres que decidem pela interrupção da gravidez. Este debate precisa ser feito com tranquilidade, sem paixões ou preconceitos. A razão, com o olhar para as questões sociais do País devem dar maturidade e responsabilidade a este assunto.

Senhoras e Senhores, estamos em meio a uma crise mundial do sistema financeiro, que aponta para uma grande crise do modelo de desenvolvimento capitalista. Ressalte-se neste quadro a desigualdade, a diferença salarial entre homens e mulheres. O DIEESE tem mostrado que dentre os trabalhadores que perdem emprego pela crise financeira a maioria são mulheres.

Ainda é grande o número de mulheres sem qualquer documentação civil e, portanto, com enormes bloqueios de acesso aos seus direitos individuais. Com isso, mantêm-se em crescente precariedade a atenção à saúde pública, à educação, ao acesso à moradia, saneamento e segurança pública. E a violência



sexista não diminui. Ao contrário, aumenta, em especial sobre mulheres jovens e adolescentes.

Parlamentares, é necessário, e providencial, lançarmos um olhar às milhares de mulheres que fazem o cotidiano deste País. A preocupação constante em garantir o pão na mesa para os filhos, o zelo com o futuro destes e a busca pela construção de um lar harmonioso são características dessas valentes brasileiras.

Na Amazônia, onde as florestas têm seus mitos e suas lendas, registro aqui o mito da Mãe da Mata. Diz-se que A Mãe da Mata é uma entidade lendária que aparece sempre da mesma forma: envolta em um manto com o rosto parcialmente coberto, sentada em um tronco de árvore à beira da mata. É uma espécie de duende da floresta; ela tem um pássaro sempre a sua disposição que avisa a Mãe da Mata sobre o perigo de caçadores. O pássaro fica sempre na árvore mais alta da mata, e, ao detectar a presença de caçador, voa e pousa em cima da cabeça da Mãe da Mata. Ela rapidamente abana o seu manto como um sinal de perigo iminente e todos os animais são obrigados a fugir e se esconder. A Mãe da Mata também pune com rigor aqueles que ousam agredir a floresta.

Assim são as mães, assim são as mulheres que garantem a segurança nos seus lares. Assim são as mulheres que em todos os cantos do Brasil protegem os direitos coletivos, as conquistas sociais, as garantias de espaços na sociedade.

Hoje, na sessão solene, fizemos o reconhecimento de importantes mulheres. São lanternas de proa que abrem caminhos para que outras mulheres possam alcançar a cidadania, elevar a autoestima e auxiliar na construção de dias melhores.

Senhoras e Senhores, entretanto, quero render uma homenagem a todas as mulheres anônimas, que não têm grande visibilidade e que, no dia-a-dia cumprem importante papel na sociedade: são as caixas de loja, as catadoras de lixo, as enfermeiras, as policiais, as domésticas, as motoristas de ônibus, as garis, e tantas e tantas mulheres que fazem parte do nosso cotidiano e trazem na sua vivência uma grande lição: a lição de serem mulheres honradas, dignas, lutadoras e construtoras de um novo dia.

Cora Coralina, uma das nossas grandes poetisas, diz no seu poema Mulher



Não sei... Se a vida é curta
Ou longa demais para nós.
Mas sei que nada do que vivemos
Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser:
Colo que acolhe,
Braço que envolve,
Palavra que conforta,
Silêncio que respeita,
Alegria que contagia,
Lágrima que corre,
Olhar que acaricia,
Desejo que sacia,
Amor que promove.
E isso não é coisa de outro mundo.
É o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela
Não seja nem curta
Nem longa demais.
Mas que seja intensa,
Verdadeira, pura... Enquanto durar
Muito obrigada!



Documento 62/100

026.3.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2009-09:12

Publ.: DCD - 07/03/2009 - 6783 MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização do 5º Encontro Nacional dos Aposentados da Receita Federal do Brasil, em Fortaleza, Estado do Ceará. Solicitação aos Deputados de empenho no atendimento às demandas da classe.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Nelson Marquezelli, que neste instante, como membro da Mesa, dirige os trabalhos desta sessão matutina, inicio o pronunciamento de hoje, a exemplo do que fez o Deputado Veloso, com brilho excepcional, prestando homenagem à mulher brasileira, cujas prerrogativas e direitos V.Exa., eu e mais de 500 companheiros que integraram a Assembléia Nacional Constituinte fizemos inserir na Carta Cidadã, da qual me honro de haver sido o segundo signatário, antecedido apenas pelo grande brasileiro Ulysses Guimarães.

Portanto, no transcurso do Dia da Mulher, quero reiterar nosso testemunho de admiração e respeito. Esperamos que todas aquelas prerrogativas que na sua configuração generalizada integraram a Lei Maior brasileira se desdobrem também na legislação infraconstitucional, a fim de que reconheçamos sempre a



colaboração decisiva e inestimável da mulher brasileira, que tem prestado seguidamente, diuturnamente, relevantes serviços ao nosso povo e naturalmente às outras nações dos mais diversos continentes.

Sr. Presidente, é com grande satisfação que anuncio desta tribuna a realização do V Encontro Nacional dos Aposentados da Receita Federal do Brasil, acontecimento patrocinado pela UNAFISCO Sindical - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que se realizará em Fortaleza nos próximos dias 11 a 14 de março. Para esse evento foram convidados diversos Parlamentares e alguns técnicos, que apresentarão ideias e projetos, cujo conteúdo será obviamente de suma relevância para a classe.

Ressalto a importância desse encontro, cuja efetivação ocorre a cada 2 anos e que se vem constituindo num importante elemento destinado a corrigir distorções verificadas e ao constante aperfeiçoamento dos direitos de ex-servidores integrantes da carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e respectivos dependentes, assim como a revisar algumas prerrogativas adquiridas e que foram parcial ou integralmente conspurcadas.

Esse encontro tem uma característica toda especial: com a criação da Super-Receita faz-se também necessária a integração dos aposentados da antiga Secretaria da Receita Federal com os colegas oriundos da Previdência Social, que, a partir de então, passaram a constituir uma única classe, com interesses comuns. Os aposentados e pensionistas tiveram a paridade, a integralidade e a isenção da Previdência reconhecidos por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, através do art. 40, § 4º, da Constituição brasileira. Em seguida, com o transcorrer do tempo, tal paridade deixou de existir, bem assim o direito de isenção da contribuição previdenciária. Hoje, a paridade foi restabelecida, através de nova forma de remuneração da classe dos auditores fiscais, que é o subsídio. Porém, em decorrência da quebra de cláusula pétrea da Constituição Federal, art. 40, pelo Judiciário, os aposentados e pensionistas voltaram a contribuir para a Previdência.



Sras. e Srs. Deputados, a razão dos encontros periódicos é justamente rediscutir os direitos conquistados, procurando mantê-los, assim como proporcionar uma aproximação entre ex-colegas, rever companheiros e amigos e proporcionar um relacionamento fraterno. Os acontecimentos políticos e econômicos que rondam os funcionários públicos exigem que os aposentados e pensionistas de todo o Brasil estejam permanentemente atentos ao sonho de uma velhice tranquila e com a necessária segurança de que direitos sociais sejam uma realidade.

Finalizando, Sr. Presidente Nelson Marquezelli, quero concitar os Srs. Deputados a que habitualmente recebam e atendam com a maior veemência essas categorias e seus representantes, para que os diversos interesses sejam preservados, pois o passado, em prol da Nação, dá-lhes o direito a um tratamento de respeito e de admiração por parte de toda a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.



Documento 63/100

026.3.53.O Sessão Ordinária - CD 06/03/2009-09:03

Publ.: DCD - 07/03/2009 - 6783 VELOSO-PMDB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ocupação de funções e cargos públicos por mulheres no País. Repúdio às agressões contra a mulher.

O SR. VELOSO (Bloco/PMDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Nelson Marquezelli, é com muita honra e alegria que venho a esta tribuna sob sua presidência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 8 de março, comemora-se o Dia Internacional da Mulher, data das mais importantes.

A mulher é lembrada todos os dias, todo o ano. A mulher é, indubitavelmente, uma força. Várias mulheres se destacaram no passado. Falo de heroínas como Ana Nery, Joana Angélica, Maria Quitéria, Princesa Diana, Princesa Isabel e tantas outras.

O dia 8 de março é uma data em que todos nós, homens, devemos comemorar também, porque devemos, acima de tudo, respeitar, amar, dar carinho às mulheres, uma vez que toda mulher merece amor e carinho.

A mulher é tão importante para nós que na palma das nossas mãos há um M de mulher.



Infelizmente, minha mãe já faleceu, mas não a esqueço dia nenhum, principalmente nesta data tão importante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, graças a Deus, hoje as mulheres ocupam diversas funções e cargos. Há Ministras, promotoras, desembargadoras, advogadas, defensoras públicas, médicas, veterinárias, dentistas, psicólogas, fisioterapeutas, enfermeiras, assistentes sociais, administradoras de empresas, secretárias, secretárias do lar, taquígrafas - as nossas taquígrafas, que nos atendem tão bem na Câmara, e também as do Senado e de outras instituições -, professoras, pedagogas, garçonetes, funcionárias públicas, aeromoças, Governadoras, Prefeitas, Deputadas, jornalistas, radialistas.

Sr. Presidente, anunciamos aqui várias funções e cargos que as mulheres ocupam, mas há 2 funções importantes que elas ainda não exerceram. Primeiro, é preciso haver igualdade, e temos que ter uma mulher presidindo a Câmara dos Deputados. Também temos que ter uma mulher comandando os destinos do País, seja ela quem for.

Agradeço ao Presidente Nelson Marquezelli a concessão de mais 1 minuto para a conclusão do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, sou advogado e várias vezes atuei na área criminal. Quantas e quantas vezes, em minha cidade, fui à delegacia acompanhando mulheres que foram maltratadas, espezinhadas, lesionadas por homens. Temos, acima de tudo, de valorizar a mulher. Nós nascemos de uma mulher, e a ela devemos todo o nosso afeto, todo o nosso carinho, toda a nossa amizade.

Deputada Perpétua Almeida, no dia 8 de março, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher, peço a nossa mãe, a Virgem Maria, mãe de Jesus, que abençoe todas as mulheres brasileiras.

Sr. Presidente, nós temos, acima de tudo, o dever de não espezinhar, de não maltratar, de não lesionar a mulher. Nossas mãos não foram feitas para lesionar, bater ou agredir nenhuma mulher. Nossas mãos foram feitas para abraçar nossas mães, nossas filhas, nossas esposas. Nossas mãos foram feitas para levar a todas as mulheres flores, amor, dedicação, carinho.



No dia 8 de março, Deputada Perpétua Almeida, quero pedir, como sempre faço, que a Virgem Maria derrame sobre todas as mulheres suas bênçãos. Ela, a mãe de Jesus, hoje e sempre, e especialmente no dia 8 de março, abençoará todos os lares.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.



Documento 64/100

028.3.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2009-15:27

Publ.: DCD - 10/03/2009 - 6917 PEDRO WILSON-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Concessão, pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, da Comenda Berenice Artiaga às Profas. Helenides Mendonça e Eduvirgens Carlita de Andrade, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, embora todo dia seja dia das mulheres, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, presidida pelo Deputado Helder Valin, com a presença dos Deputados Mauro Rubem, Luís Cesar Bueno, Humberto Aidar e de toda a bancada de Deputadas e Deputados goianos, realizará uma sessão especial na noite de hoje, para homenagear para as Profas. Helenides Mendonça e Eduvirgens Carlita de Andrade, da Universidade Católica de Goiás — — UCG, nossas amigas, com a Comenda Berenice Artiaga, pelos relevantes serviços prestados à comunidade goiana.

Quero parabenizar a Assembleia Legislativa pela justa homenagem, o Reitor Wolmir Amado e a comunidade universitária, que se sente homenageada na pessoa das duas companheiras.



Destaco que a Profa. Dra. Helenides Mendonça é pró-reitora de graduação da Universidade Católica de Goiás. Goiana, de Morrinhos, ela é psicóloga graduada pela UCG, mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Goiás e doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília — UnB. Docente dos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu em Psicologia da UCG, desde 1988, ocupou por vários mandatos o cargo de diretora de Departamento de Psicologia, sendo coordenadora desse curso por vários anos; pró-reitora de desenvolvimento institucional; pró-reitora interina de pós-graduação e pesquisa; e, atualmente, pró-reitora de graduação.

Ela coordena o Grupo de Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Saúde (GEPOTS) da Universidade Católica de Goiás; participou da fundação do Conselho Regional de Psicologia do Estado de Goiás, onde foi conselheira; é pesquisadora com várias publicações na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho; e desenvolve estudos sobre Cultura e Saúde do trabalho, além de atividades ligadas à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. A professora é merecedora da homenagem, e suas publicações tem sido fatores humanos no trabalho, com foco para temas como: justiça organizacional, valores sociais, atitudes e comportamento organizacional, estratégias de enfrentamento de problemas laborais, burnout, estresse e bem-estar no trabalho.

A Profa. Carlita Andrade, igualmente merecedora da justa homenagem, é mestre em Educação — Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas. Também goiana, de Porangatu, fez seu curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia Santo Tomás de Aquino, em Uberaba, Minas Gerais MG (1965/68), e o curso de Especialização em Planejamento e Administração de Sistemas Educacionais (1975/76). Foi vice-diretora do Instituto de Educação Doutora Ana Braga, de Porangatu (1969/70); vice-diretora do Curso Ginásial Auxiliar de Enfermagem São Vicente de Paula, de Goiânia (1971/72); diretora do Colégio Assunção, em convênio com o Estado, em Goiânia (1973); fundadora e diretora da Escola Estadual de 1º Grau São Cristóvão, de Goiânia (1972/78); diretora do Colégio Pré-Universitário de Goiânia (1972/77); e Coordenadora do Programa



Itinerante de Graduação na região da Diocese de Goiás — convênio UCG/UFG/Secretaria Estadual de Educação (1981/2000).

Além dessa vasta folha de serviços e atuação, Carlita integrou o Conselho Estadual de Educação (1986/2000); coordenou do Programa Educação e Cidadania, da UCG (1981/2002); participou do Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas da UCG (1984/85); coordenou o Programa Cultural da UCG (1986/2000); dirigiu o Departamento de Educação da UCG, por 4 mandatos (1982/86 e 2003/2010); e foi pró-reitora de extensão da UCG (1998/2001). Também foi assessora e coordenadora das escolas das redes municipal, estadual e conveniada, em 18 Municípios da Diocese de Goiás — convênios entre UCG e Diocese (1981/2002). É representante de cátedra da UNESCO, na Região Centro Oeste (2000/2009), e professora em várias instituições de ensino médio e superior, tendo realizado cursos em diversas áreas do conhecimento e ministrado cursos na área de formação de professores.

Sr. Presidente, é redundância desnecessária fazer elogio a essas duas extraordinárias mulheres goianas, Helenides e Carlita, mulheres da cultura, da educação, das ciências e da pesquisa, que tão bem representam a mulher de Porangatu, de Morrinhos, de Goiânia, de Goiás e do Brasil.

Nesse Dia Internacional da Mulher, nada mais justo do que essa homenagem prestada pela Assembleia Legislativa do Estado a essas valorosas companheiras da Universidade Católica de Goiás, que, em 2009, completa 50 anos de muita educação e cultura no Centro-Oeste brasileiro, do cerrado de tanta biodiversidade. Salve Carlita, professora e amiga, companheira da educação brasileira de Paulo Freire, Florestan Fernandes, Dom Helder Câmara, Dom Fernando, Dom Tomás, Dom Antonio Dom Washington e de Wolmir, Olga, Moura, Marcelinho, Edivaldo, João, Veridiana, Isadora, Elza, Leda, Bethânia, Helenides, Elizane, Betânia, Sandra, Tereza, Vilma, Graziela, João, Adélia, Sueli, Vildinho, Nonato, Marcos, Sônia, Elias, Albane, Cris, Ivana, Heloísa, Cláudia, Virgínia, Adelson, Fernando, Maria Helena, Clélia, Malu, Eli, Mindé, Eliana, Alda, Vicentinho, Ana, Ruy, Rita, Enita, José, Paulo, Lenir, Carolina, Genilda, Lina, Pedro, Célio, Isa, Heloísa, Aparecida, Woldenz, Laura, Dario, Lúcia, Carminha.



Salve Sempre Carlita e Helenides!

Salve Carlita de Antônia e amigos e de irmãos e irmãs de Goiás, Tocantins, Piauí, Ceará, Minas Gerais, Rio e todo o Brasil. Salve Carlita Dominicana, Franciscana e Jesuíta, da UCG, do Lar São José, de colégios de Porto Nacional e Santana, da Cidade de Goiás. Carlita de Porangatu e Goiânia e do mundo da fé, da educação, da cultura, do trabalho e do ensino-aprendizagem para a juventude brasileira dos séculos XX e XXI. Carlita de Pirenópolis, da Vila Nova, do PT, da educação libertadora.

Salve Carlita, merecedora de todas as homenagens, pela amizade e solidariedade humana. Salve Eduvirgens Carlita de Andrade, de centenas de sobrinhos, primos, irmãos, tios, colegas e companheiros de jornada pela educação, sua dedicada autenticidade social goiana. Salve Carlita, com a medalha de honra e do saber colocado a serviço da vida.

Viva Carlita, Na Assembleia Legislativa e em todos os lugares de sua profícua existência! Viva Carlita, mulher, educadora, amiga, sempre presente com seus bombardões da vida, sempre desejada com dignidade e fraternidade. Viva Carlita em nossos corações, em anseios e esperanças de construção de um País onde a paz seja fruto da justiça social, da cidadania, da democracia, da liberdade e da solidariedade.

Vida longa para Carlita! Muitas realizações, hoje e sempre.

Homenagem justa e oportuna a Carlita, sua família, seus colegas e amigos, nessa sua rica existência, uma vida de trabalho e serviço pela humanidade.

Viva Carlita!

Sr. Presidente, peço a divulgação nos meios de comunicação da Casa desta homenagem às Profas. Eduvirgens Carlita de Andrade e Helenides Mendonça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendido.



Documento 65/100

028.3.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2009-14:24

Publ.: DCD - 10/03/2009 - 6900 GERALDO RESENDE-PMDB -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 1910, o dia 8 de março — Dia Internacional da Mulher — tem servido de referência para a realização de debates, conferências e reuniões em vários países. O objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual.

Minhas palavras para reverenciar essa data são simples. Como é simples a homenagem que presto hoje, embora carregada de todo o sentimento de reconhecimento do papel das mulheres na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Seria redundante falar aqui de suas conquistas e de sua contribuição nos novos rumos da história da humanidade. Por isso, tomo a liberdade de fazer desse Dia Internacional da Mulher um ato de homenagem.

Por primeiro, faço um cumprimento especial às mulheres Parlamentares. Nossas companheiras, parceiras de trabalho no Congresso Nacional. Pela atuação firme, inteligente e sensível, engrandecendo os debates e contribuindo cada vez mais na consolidação de nossa democracia.



Gostaria ainda de lembrar algumas mulheres pioneiras, que romperam as barreiras de seu tempo e estabeleceram uma nova ordem. Em nome dessas mulheres, pela sua luta e pela sua coragem, faço minha homenagem a todas as mulheres.

Mulheres como Chiquinha Gonzaga, que em 1885 foi a primeira mulher no Brasil a reger uma orquestra. Como Rita Lobato Velho, que 2 anos depois obteve o título de médica. Como a nadadora Maria Lenk, que em 1932, com 17 anos, foi a primeira atleta brasileira a participar de uma Olimpíada.

A Assembléia Constituinte de 1933 elegeu 214 Deputados e apenas 1 mulher: Carlota Pereira de Queiroz. Era um marco, o início da participação das mulheres no Parlamento brasileiro.

São tantos exemplos de luta e determinação que corro o enorme risco de cometer injustiças. Não poderia, no entanto, deixar de citar Alzira Soriano de Souza, a primeira Prefeita eleita no Brasil; Maria Ester Andion Bueno, a nossa tenista que conquistou os 4 torneios do Grand Slam; Eunice Michilles, a primeira mulher a ocupar uma vaga de Senadora da República.

A escritora Nélida Piñon, a primeira mulher a comandar a Academia Brasileira de Letras. A nossa Raquel de Queiroz. A dupla Jaqueline e Sandra, que pela primeira vez conquistou para o Brasil a Medalha de Ouro no vôlei de praia. A nadadora Fabiana Sugimori, portadora de deficiência visual, foi para Sidney, Austrália, em 2000 e trouxe a medalha de ouro nos 50 metros livres.

Quando volto os olhos para o nosso Estado, é impossível deixar de lembrar a Profa. Olívia Enciso, primeira Vereadora eleita em Campo Grande, Deputada Estadual, incansável defensora da educação e que estaria completando 100 anos agora em 2009. Em minha Dourados querida, tenho o exemplo de Adiles Torres, mulher determinada, exemplo de coragem e perseverança que orgulha a todos nós douradenses.

Nas conquistas, nas vitórias, nas lutas dessas bravas mulheres brasileiras, presto aqui a minha homenagem e o meu reconhecimento a todas as mulheres. Àquelas que, com seu trabalho diário, cotidiano e anônimo emprestam garra e coragem. E transformam os rumos da nossa civilização.



Muito obrigado.



Documento 66/100

028.3.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2009-14:48

Publ.: DCD - 10/03/2009 - 6911 DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Sucesso da campanha nacional de vacinação contra a rubéola, realizada pelo Ministério da Saúde. Excelência da atuação do Ministro José Gomes Temporão. Realização de seminário sobre a participação do Brasil no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Solicitação ao Governo Federal de liberação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC destinados aos setores de saúde pública e saneamento básico. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Avanços democráticos ocorridos na Libéria. Críticas à proposta de reforma tributária aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com alegria que venho a esta tribuna para falar sobre uma grande conquista da saúde pública brasileira: o sucesso da vacinação contra a rubéola. O Ministério da Saúde conseguiu, com o apoio das Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais, vacinar 67 milhões de brasileiros contra a rubéola.



Na última terça-feira, dia 3, o Brasil entregou à OMS (Organização Mundial de Saúde) e à OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde) o relatório da Campanha Nacional da Vacinação contra a Rubéola. O documento será utilizado para a análise da eliminação da doença e da Síndrome da Rubéola Congênita no País.

O Ministério da Saúde realizou a maior campanha de vacinação contra a rubéola já realizada no mundo ao imunizar, nos últimos 5 meses, mais de 67,2 milhões de pessoas. A meta foi ultrapassada e alcançou 95,79% da população-alvo.

"Mais uma vez, o Brasil serve de exemplo ao mundo por demonstrar a importância do compromisso político para executar as estratégias globais e regionais necessárias para eliminar uma doença", afirmou Diego Vitoria, representante da OPAS/OMS que entregou ao Ministro da Saúde um certificado atestando os excelentes níveis de cobertura vacinal alcançados durante a campanha.

Até 2010, os países do continente americano devem eliminar a rubéola e a síndrome da rubéola congênita, conforme acordo internacional firmado com a OPAS. A rubéola é uma doença grave quando atinge as mulheres grávidas. Os bebês ao nascer podem ter problemas como surdez, cegueira e retardo mental. De acordo com o Ministro Temporão, "essa é uma conquista que tem de ser comemorada e dividida com toda a população brasileira. É um feito histórico e que aponta o Brasil para o caminho da eliminação da circulação do vírus no país".

Os dados do Ministério da Saúde mostram que foram vacinadas mais de 34,8 milhões de mulheres, com 98,4% de cobertura. Entre os homens, o número de vacinados chegou a 32,4 milhões, alcançando o índice de 93,1% desse segmento da população. No grupo de 12 a 19 anos de idade, foram alcançadas altas coberturas precocemente, chegando a 108,44%. Nesse caso, há duas explicações: a estimativa de público-alvo se deu sobre uma base populacional defasada ou foram imunizadas pessoas com idade próxima ao limite fixado pela campanha. Já no grupo de 20 a 39 anos, o percentual de cobertura ficou muito próximo do preconizado: 94,45%. No tocante às regiões brasileiras, as coberturas chegaram, no Nordeste, a 98,98%; no Norte, a 97,0%; no Centro-Oeste, a 98,8%; no Sudeste, a 94,0%; e, no Sul, a 92,9%.



A previsão é a de que, até meados de 2009, o País esteja livre da doença e, no fim do ano, tenha eliminado a Síndrome da Rubéola Congênita (SRC), transmitida da mãe para o filho, durante a gravidez. "O reconhecimento internacional, certificado por um comitê indicado pela OPAS, será efetivado após 12 meses sem evidência da circulação do vírus da rubéola, de acordo com critérios epidemiológicos pré-estabelecidos", afirma o Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson Oliveira Penna.

A campanha, Deputado Átila Lins, gigantesca, teve os seguintes números: 67,2 milhões de pessoas vacinadas; 84 milhões doses de vacinas (R\$ 135,2 milhões); 90 milhões de seringas e agulhas (R\$ 8,9 milhões); 220 mil pessoas mobilizadas, entre voluntários e servidores da saúde; 10 aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB); 41 mil carros; 600 barcos; R\$ 3,4 milhões para a compra de caixas térmicas; R\$ 1 milhão para bobinas de gelo reutilizáveis; R\$ 2,3 milhões em treinamento, supervisão e assessoria; R\$ 2 milhões em materiais impressos; R\$ 19 milhões em campanha publicitária.

Sou médico de crianças. Quando a mulher pega rubéola, no primeiro trimestre da gravidez, a doença pode atingir o feto, o que chamamos de rubéola congênita, e provocar lesão cardíaca ou surdez. Antes o Brasil vacinava apenas as mulheres, mas os técnicos do Ministério estudaram a matéria e chegaram à conclusão de que tinham de vacinar os homens também. Houve uma resposta espetacular. Eles também se vacinaram.

Esse foi um trabalho espetacular, que temos de cantar em verso e prosa e parabenizar o Ministro Temporão, o Dr. Gerson, que comanda a área de vigilância em saúde, e os Estados e Municípios.

Para continuarmos sendo vitoriosos em campanhas como essa, precisamos manter acesa a luta por mais recursos para a saúde. Precisamos recompor os valores que foram prometidos no final do ano passado, bem como regulamentar a Emenda Constitucional 29, de 2000.

Registro ainda que hoje, às 15h, será realizado um seminário, no Brasil 21, sobre os 25 anos do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Avançamos



muito nessa área, mas é preciso muito mais. O seminário será uma avaliação desse programa, e o Ministro Temporão é quem vai abri-lo.

Terceiro ponto: O Ministério da Fazenda tem de liberar o dinheiro do PAC destinado às áreas de saúde e saneamento. No meu Estado, onde esteve a Ministra Dilma Rousseff, serão aplicados milhões de reais. Nós a aplaudimos por essa iniciativa. Boa parte dos projetos já estão contratados e outra parte não, porque há problemas estruturais na FUNASA do Rio Grande do Sul. Mas os recursos não estão sendo liberados, e os Prefeitos e a população estão cobrando dos Deputados que passam por essas cidades.

Sr. Presidente, ontem foi o Dia Internacional da Mulher. A desigualdade tem nome: idade, gênero e raça. As mulheres representam quase a metade da população economicamente ativa; ganham 30% a menos; a cada 20 segundos uma mulher é agredida no seu lar ou na rua, mais no lar; há muitas mulheres analfabetas. Precisamos avançar mais.

Ontem houve a apresentação de um filme sobre a melhora democrática na Libéria. Minha esposa assistiu ao filme e se emocionou; foi numa cerimônia oficial. Parece que o filme está passando nos cinemas. Eu vou assistir. As mulheres estão virando o jogo na Libéria. O depoimento do filme é dramático e fantástico.

Parabéns à mulheres Deputadas, que se movimentam e se organizam neste Congresso, e a todas as organizações de mulheres do Brasil inteiro. Vocês devem nos puxar - a nós, homens -, para ajudá-las a avançar.

Para encerrar, lembro que há uma ameaça ao avanço das mulheres. Eu me refiro à proposta da reforma tributária aprovada na Comissão Especial. Peço a todos os Deputados e Deputadas deste plenário para estudarem o que significa para a rede de proteção social essa reforma proposta pelo Governo. E o Deputado Sandro Mabel, Relator da proposta da reforma tributária, a piorou. Aliás, S.Exa. é brilhante, um empresário batalhador e inteligente, viajou pelo mundo inteiro, bem assessorado. Essa proposta, queridas e queridos Deputados, desmonta o financiamento frágil da rede de proteção social, acaba com as contribuições. Tudo vira imposto. Aí, o doente, a mulher com câncer, a pequena empresa, o desempregado, o aposentado, a educação fundamental, meu caro Deputado



Fernando Nascimento, terão que disputar dinheiro com as grandes corporações públicas; terão que disputar dinheiro com o sistema econômico, com os grandes grupos industriais. Até não discuto o mérito da proposta, mas nós teremos que disputar recursos para a seguridade na mesma vala comum das outras áreas. Eu diria que a seguridade está sob o fio da navalha.

Eu tenho certeza de que nós, Deputados e Deputadas - Deputada Rita Camata, V.Exa. é uma defensora dessa área há mais de 20 anos, foi Constituinte e ajudou a construir a rede de proteção social na Constituinte de 1988 -, não vamos nos omitir.

Reforma tributária, sim, mas com justiça social!

Muito obrigado.



Documento 67/100

028.3.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2009-18:12

Publ.: DCD - 10/03/2009 - 6942 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Balanço da situação das mulheres no Brasil e no mundo, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Estabelecimento de política pública de proteção à mulher. Participação no Seminário Mais Mulheres no Poder: uma questão da democracia, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Mobilização de movimentos sociais em favor da garantia de direitos das mulheres, no Estado do Rio Grande do Norte.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, já se vão mais de 150 anos daquele triste episódio que originou a comemoração do dia 8 de março. Um espaço de tempo bastante largo, suficiente para que possamos fazer um balanço da situação das mulheres no Brasil e no mundo inteiro, desde aquele dia em que operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e reivindicaram melhores condições de trabalho: redução na carga diária de trabalho de 16 para 10 horas diárias, equiparação de salários com os homens e tratamento digno no ambiente de trabalho. Reprimidas com violência, essas mulheres foram trancadas na fábrica e 130 tecelãs morreram carbonizadas.



A data, definida em convenção realizada na Dinamarca em 1910 e oficializada pela ONU em 1975, objetiva homenagear as operárias massacradas e alertar para a violência decorrente das diferenças entre mulheres e homens, seja na esfera pública, seja no espaço privado do lar.

Nos anos 80, o processo de redemocratização trouxe as mulheres para a esfera pública. As mobilizações por saúde, moradia e educação, pautaram a época. O acesso à educação levou as mulheres a disputar postos de trabalho, ao custo de uma segunda jornada: o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Dados da PNAD mostram a linha ascendente das mulheres chefes de família. De 29,2% em 2005, passou para 35,48% em 2007. Contudo, mesmo tendo maior escolaridade, elas recebem salários inferiores aos dos homens, uma discriminação sem justificativa que evidencia a desigualdade de gêneros. Quando teremos igualdade no mercado de trabalho?

É verdade que podemos comemorar avanços e conquistas importantes. No entanto, fica a pergunta: apesar de todas essas conquistas, Deputado Nilson Mourão, no campo do trabalho, da educação e da política, a igualdade de gênero, de fato, chegou? É uma realidade concreta do dia-a-dia das mulheres? Entendo que não. Como falar de igualdade de gênero, Deputado Eduardo Valverde, no campo do mercado de trabalho, se persiste a desigualdade salarial?

Mulheres de todas as classes sociais e níveis de escolaridade, cotidianamente, são vítimas de violência física, sexual e psicológica. A imprensa mostra os maus-tratos e o assassinato de mulheres de todas as faixas etárias, muitas vezes por seus parceiros. Em que pese a importante conquista que foi a aprovação da Lei Maria da Penha, fruto do debate nesta Casa, que contou com a fundamental participação do Governo do Presidente Lula, da Ministra Nilcéa Freire, da bancada feminina e dos movimentos sociais espalhados pelo Brasil afora, a violência ainda é uma chaga presente no cotidiano da vida das mulheres.

A Lei Maria da Penha veio, em boa hora, coibir esses crimes. No primeiro ano de sua vigência, foram instaurados mais de 10 mil processos, mas, muitas vezes, a ausência dos suportes definidos pela Lei Maria da Penha, como a instalação e o bom funcionamento das casas abrigo, deixa as mulheres em situações de



violência sem alternativa para sua segurança. Por isso, a Lei Maria da Penha precisa ser acoplada a uma série de medidas, com vistas a tornar sua implementação algo não só eficiente, mas também ágil.

No campo da política, cabe perguntar: a igualdade de gênero existe? Claro que não. E esta Casa é uma demonstração disso. Até hoje nenhuma mulher participou da sua Mesa Diretora. Representamos mais da metade da população brasileira, mas somos apenas 46 Deputadas entre os 513 membros da Câmara dos Deputados. Entre os 81 senadores, há 10 mulheres. Enfim, as mulheres continuam sub-representadas nos espaços de poder, de decisão política. E essa desigualdade compromete a nossa democracia, que supõe a equidade.

Pesquisas revelam que 75% da população consideram que no campo da política, as mulheres são mais honestas do que os homens; 88% acham que elas se preocupam mais com o social, 76% afirmam que atendem melhor à população. Apenas 0,4% considera que a política não é lugar para as mulheres.

Em sendo tão positiva a imagem das mulheres, por que isso não se expressa em representação nos espaços de poder? A política, mais uma vez, é a solução. Para vencer a sub-representação das mulheres é preciso vencer a resistência dos partidos em indicar mulheres. Houve mudança na população, falta, porém, mudar as regras gerais de hierarquia dos partidos políticos. A reforma política será um espaço importante para investir na participação política das mulheres. A construção do debate público evidenciará o quanto necessitamos de avançar no tema.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero saudar os movimentos sociais, que, mais uma vez, se mobilizam em todo o País. Do meu Estado, ressalto entidades como o Fórum de Mulheres, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Marcha Mundial e a Central de Movimentos Populares, entre outras, que, desde a semana passada e, em especial, neste final de semana, realizaram diversas atividades relacionadas com o Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

Com o tema Mulheres construindo a cidade como espaço de direitos, mulheres e homens norte-rio-grandenses que defendem a igualdade de gênero e o respeito



aos direitos das mulheres saíram às ruas do centro de nossa Capital e se mobilizaram para reivindicar a garantia dos direitos das mulheres.

Durante as mobilizações, o movimento de mulheres apresentou à Gestora municipal documento com as propostas da 2ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres e do Fórum Natal Sustentável.

Na quinta-feira, dia 5, foi realizada a Caminhada das Mulheres pelas ruas de Natal. No mesmo dia, a Governadora anunciou a publicação de decreto sobre a constituição da comissão estadual que vai elaborar o Plano Estadual de Política para as Mulheres.

Com isso, o Estado do Rio Grande do Norte será contemplado no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. E, na semana passada, estivemos com a Ministra Nilcéa Freire, que nos confirmou a informação.

O que isso significa? Significa que, sendo contemplado nesse plano nacional de enfrentamento da violência contra as Mulheres, o Estado receberá mais recursos. E esses recursos servirão para aparelharmos as delegacias especializadas no atendimento à mulher e construirmos mais delegacias, casas abrigo e centros de reabilitação dos agressores e de referência em assistência social.

Sras. e Srs. Deputados, é necessária a implementação de uma política pública que se traduza em rede de proteção social às mulheres. Por isso minha alegria de ter participado ativamente da mediação para que o Rio Grande do Norte fosse contemplado no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Essas mobilizações continuarão no Estado ainda esta semana, com uma série de atividades. O principal objetivo é chamar a atenção não só de gestores públicos, mas também de toda a sociedade para a importância de se assegurar direitos a todas as mulheres, sobretudo aquelas mais discriminadas, como as pobres e negras.

Foram importantes os avanços conquistados pela mulheres no último século, mas muito ainda temos a percorrer para garantir, de fato, a igualdade de gênero, principalmente no mercado de trabalho e nos espaços de poder. Nós, mulheres, ainda somos desrespeitadas em nossos direitos trabalhistas e, repito, sub-



representadas nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, apesar de sermos maioria na população e no eleitorado.

São desafios que nos instigam a intensificar a mobilização social no sentido de garantir a cidadania plena a todas as mulheres. Somos tantas, e, ao mesmo tempo, tão poucas nos espaços de poder. Temos de mudar isso. E aí está a reforma política, uma boa oportunidade para este Parlamento rever essa dívida social e histórica que tem com as mulheres brasileiras.

Por fim, Sr. Presidente, registro que logo mais participarei de seminário promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, cujo tema, muito atraente e pertinente, é Mais mulheres no poder: uma questão de democracia. O Presidente Lula, D. Marisa Letícia e a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, também estarão lá, e várias mulheres serão homenageadas.

O debate de temas como Por que mais mulheres no poder? e A participação das mulheres nas eleições 2008 será importante para, cada vez mais, fortalecermos a luta pela tão sonhada igualdade de gênero.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



Documento 68/100

028.3.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2009-17:09

Publ.: DCD - 10/03/2009 - 6932 FLÁVIO DINO-PCDOB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Debate, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de propostas sobre a ampliação da participação feminina nos partidos políticos. Criação da Secretaria Municipal da Mulher, em Caxias, Estado do Maranhão.

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos que nos assistem, também venho falar aqui do Dia Internacional da Mulher. Tive oportunidade de apartear a Deputada Rose de Freitas, mas neste momento, preliminarmente, quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento e todos quantos os aqui emitidos nesses dias, da maior importância.

Venho aqui dizer exatamente que a luta por paz, justiça e igualdade transita, sim, pela luta das mulheres. Portanto, os direitos da mulher, o respeito à diferença e a ruptura do ciclo perverso de desigualdade não são tarefas acometidas só pelas representantes femininas deste Parlamento. Na verdade, é uma luta de mulheres e de homens por uma sociedade mais justa, e transita pelo pleno atendimento das reivindicações históricas dos movimentos liderados pelas mulheres, inclusive



pelas mulheres Parlamentares, aqui tão bem representadas, infelizmente não com a quantidade necessária.

Sr. Presidente, sou Relator, nesta semana, de alguns projetos muito importantes na Comissão de Constituição e Justiça. Vamos debater, por exemplo, projeto do Deputado Luiz Carlos Hauly que pretende a adoção de cotas, não apenas para as candidaturas de mulheres nos partidos, tal como já existe, mas também cotas entre os eleitos, garantindo, assim, além da qualificação, a quantificação adequada da representação feminina nos Parlamentos, em todos os níveis.

Foi com esse espírito que participei de 3 eventos comemorativos do Dia Internacional da Mulher.

No primeiro, assinei manifesto de homens contra a violência que tem como vítimas as mulheres.

No segundo, promovido ontem, domingo, em minha cidade, São Luís, participei da abertura da Semana Municipal da Mulher, sob a coordenação da Vereadora Rose Sales, do PCdoB de São Luís. Ali estavam representadas várias entidades. Muitos Vereadores e lideranças da nossa sociedade proclamaram mais uma vez a adesão do povo de São Luís a essas causas. Portanto, meus cumprimentos à Vereadora Rose Sales, às companheiras do PCdoB e da CTB, que organizaram o evento e a sequência da programação, que se estenderá por toda esta semana.

Finalmente, nobres pares, quero me referir às comemorações na querida cidade de Caxias, liderada pelo Prefeito Humberto Coutinho. Na última sexta-feira, participei da instalação da Secretaria Municipal da Mulher, a primeira e única do Maranhão, que certamente servirá de referência para que essa experiência positiva se espalhe e se espraie para outras cidades do Maranhão e de outros Estados.

Quero cumprimentar e parabenizar, com muita ênfase e entusiasmo, a Deputada Estadual Cleide Coutinho, Primeira-Dama do Município, responsável pela concepção do projeto, juntamente com a Secretária Municipal da Mulher, a ex-Vereadora Ana Lúcia Ximenes. Sob a liderança de Ana Lúcia e da Deputada Cleide, tenho a convicção de que a Secretaria Municipal da Mulher prestará



grande serviço à comunidade caxiense e servirá de exemplo para outras cidades do nosso Estado, inclusive para a Capital.

Finalmente, quero me referir à presença dos parceiros nesse importante projeto, na pessoa da Delegada da Mulher da cidade de Caxias, Dra. Carla Chaves. Muitos deles engajam-se na construção do Centro de Referência e Atendimento à Mulher, chamado de Mais Mulher, espaço de atendimento multiprofissional e interdisciplinar da mais alta qualidade. Participei da inauguração do centro e tenho certeza de que as mulheres caxienses terão atendimento com a qualidade que merecem, pois os direitos proclamados na lei devem ser vivenciados na prática.

Apenas para aquilatar a importância desse centro de referência, no dia 5, véspera de sua inauguração, 9 atendimentos foram realizados, infelizmente. Mas tenho a convicção de que, ao ter seu funcionamento continuado, a violência diminuirá na cidade de Caxias e ele servirá de grande exemplo para as demais cidades do nosso Estado.

Muito obrigado.



Documento 69/100

028.3.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2009-17:12

Publ.: DCD - 10/03/2009 - 6933 LAERTE BESSA-PMDB -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de redução da maioridade penal para 16 anos de idade e de agravamento de penas para autores de crimes violentos. Necessidade de fortalecimento das instituições policiais para redução da criminalidade no País. Conveniência de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 184, de 2007, referente às Polícias Judiciárias da União e dos Estados. Apelo ao Governador do Distrito Federal de nomeação de técnicos penitenciários.

O SR. LAERTE BESSA (Bloco/PMDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, cumprimento e parabenizo todas as mulheres do Brasil pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, ontem.

Cumprimento especialmente as mulheres de Goiânia e de Goiás, em nome da minha querida mãezinha, Melany Bessa, a quem mando um grande beijo, e as mulheres de Brasília, a nossa querida Capital, cidade que guardo no meu coração há 25 anos, em nome da minha esposa, Lucimary Oliveira Bessa.

Sr. Presidente, vou mudar um pouco de assunto. Passarei para a área de segurança pública, que hoje está incomodando bastante o nosso País. Vou falar,



principalmente, dos crimes ocorridos nos últimos 10 dias, em São Paulo e no Rio de Janeiro, vitrines disso.

Antes, quero falar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Recentemente, participei de um debate na TV Câmara a respeito do Estatuto. Parece-me que não ficou muito claro o meu posicionamento. Fui procurado por algumas pessoas, que me indagaram a respeito da atual situação, principalmente a respeito da criminalidade. Digo a todos que houve mal-entendido. Não sou contra o Estatuto da Criança e do Adolescente; sou contra os delinquentes que praticam crimes, abocanhados nessa benesse que existe no Estatuto — os menores de 16 e 17 anos de idade que estão cometendo crimes.

Durante o debate, fiz com que todos entendessem que apenas era contra o malfeitor, o delinquente que pratica crime. Mesmo porque, em Brasília, onde fui Diretor da Polícia Civil durante 22 anos, criei mais 1 Vara da Criança e do Adolescente; 1 delegacia para reprimir basicamente o crime praticado pela criança e pelo adolescente; 1 delegacia inédita no País, a DPCA — Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. Fui o primeiro no País a criar essa delegacia, que se destina a proteger aquelas crianças vítimas da sociedade, principalmente nos casos de pedofilia. Com tal delegacia, obtivemos avanço muito grande nesse tipo de investigação. Delegadas e policiais competentes, com cursos de formação na área, abrilhantaram o trabalho da Polícia Civil do Distrito Federal na área de investigação da pedofilia.

Mas por que sou contra os delinquentes? Porque acho que a maioria penal tem de ser de 16 anos. Hoje, um cidadão de 17 ou 18 anos de idade é altamente esclarecido e bem informado. Já se passaram 7 décadas da criação do Código Penal, com o qual foi instituída a maioria aos 18 anos de idade. Setenta anos se passaram. Temos de mudar isso, pois um adolescente daquela época não é igual ao de hoje. O adolescente de hoje é bem informado, tem acesso à Internet, é muito esclarecido; então, tem condições de assumir seus atos plenamente.

Por que precisamos baixar a maioria penal? Porque a sociedade já não aguenta mais esses pseudomenores praticando crimes violentos em todo o País, dos quais se tem notícia todos os dias pelos jornais.



O que mais poderíamos apresentar sobre isso? Hoje, o adolescente que pratica crimes está ligado a quadrilhas organizadas para assumir a autoria do crime e tirar o foco dos verdadeiros chefes. É o que acontece principalmente no Distrito Federal.

Quero dizer também que o Código Civil já resolveu o problema da maioridade civil. Há alguns anos, a maioridade civil era de 21 anos; baixou para 18 anos de idade. O art. 5º do Código Civil resolve esse problema. Portanto, por que não? Temos de acabar com a demagogia barata, Sra. Presidenta.

Hoje se fala em plebiscito sobre a maioridade penal. Isso não é necessário. Basta que o Governo faça uma pesquisa simples para verificar que 99% do povo brasileiro querem a redução da maioridade penal.

A PEC nº 48, de 2007, do Deputado Rogerio Lisboa, é muito boa e resolve o problema tranquilamente! Podemos de imediato partir para solucionar essa questão muito importante para o País.

Sou também a favor do aumento da pena para a pessoa que pratica crime violento. Por exemplo: crime contra o patrimônio, latrocínio. Como pode um reincidente em latrocínio receber pena de 3 anos somente?

O Sr. Flávio Dino - Deputado Laerte Bessa, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. LAERTE BESSA - Perfeitamente, colega Flávio Dino.

O Sr. Flávio Dino - Deputado Laerte Bessa, primeiramente, quero homenagear V.Exa. pela qualidade da sua presença neste Parlamento. Nós 2 temos como área de especialização a segurança pública e, em razão disso, participamos de muitos debates sobre o tema. Esta é a riqueza da vida, da sociedade e desta Casa: o pluralismo. Já fizemos acordos muito importantes aqui e, respeitadas as nossas diferenças de visão, V.Exa. e eu viabilizamos a aprovação de 29 projetos de lei sobre segurança pública. Também quero destacar que a sua perspectiva e a sua experiência profissional tiveram papel importante na aprovação de tais projetos. Em segundo lugar, quero cumprimentar V.Exa. pela oportunidade do seu pronunciamento, tendo em vista que o tema da Campanha da Fraternidade deste ano é Fraternidade e Segurança Pública. Em terceiro lugar, precisamos de fato aprofundar o debate sobre os pontos que V.Exa. aborda. Por exemplo: em relação



ao Estatuto da Criança e do Adolescente, V.Exa. e eu temos uma divergência. V.Exa. aqui defende a revisão do Estatuto, quando me parece, respeitosamente, ser mais importante tratarmos de cumpri-lo na sua inteireza. V.Exa., por ter ocupado a Chefia da Polícia Civil do Distrito Federal, sabe que, infelizmente, ainda faltam muitos instrumentos para que o Estatuto da Criança e do Adolescente funcione em sua plenitude, inclusive com relação à dimensão repressiva já existente. Então, quero cumprimentá-lo e sublinhar que essa diferença de entendimento com relação às teses que V.Exa. defende — particularmente sobre a maioria penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente — reforça a qualidade do seu pronunciamento e a necessidade de aprofundarmos o tema nesta Casa, para que ele seja deliberado em consonância com o desejo da maioria do nosso povo. Parabéns a V.Exa.!

O SR. LAERTE BESSA - Muito obrigado, Deputado Flávio Dino. O seu posicionamento é muito importante para mim, principalmente por ser V.Exa. um juiz federal que, nesta Casa, contribui muito para a nossa segurança pública. V.Exa. lembrou projetos de 2007, sobre os quais refletimos durante todo o ano. Com certeza, enriquecemos muito o Código de Processo Penal, sobretudo o inquérito policial, dando-lhe agilidade.

Muito me orgulha ter trabalhado com V.Exa., especialmente pela competência e pelo conhecimento com que coordenou o nosso grupo de trabalho em algumas ocasiões.

Sr. Presidente, no momento, preocupa-me a atuação dos repressores na área de Direito Penal. O menor de 17 anos de idade é um criminoso em potencial. Que fique claro que não estou atacando diretamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sou a favor dele, mas sou contra delinquentes que praticam crimes usufruindo da benesse que o Estatuto dá em relação à menoridade penal.

Pensem a curto prazo. Temos de trabalhar a curto prazo em prol da sociedade, já que os crimes estão acontecendo. Como citei, se um menor comete o crime de latrocínio e se trata de reincidente, podemos decidir quanto à sua recuperação? Trata-se de algo muito complicado, principalmente quando diz respeito àqueles que praticam crimes contra o patrimônio.



Sou a favor de que essas medidas sejam tomadas paralelamente à redução da maioria penal. Além disso, é preciso que se promova um trabalho social para que os menores não se envolvam em crimes. Não sou radical apoiador da redução da maioria, sem olhar o lado da prevenção. Precisamos levar em conta a prevenção.

A propósito, preocupam-me muito os constantes ataques que a mídia tem feito às Polícias Civil, Militar e Federal, como se fossem as culpadas pelos altos índices de violência no Brasil.

Quero dizer aos nobres Deputados aqui presentes e à nossa Presidenta que a Polícia tem feito o seu trabalho. Deputado Átila Lins, V.Exa. sabe quem comete crime hoje no Brasil? O presidiário. São os presidiários que estão cometendo crimes no Brasil hoje. Por que culpar a Polícia, se ela prende 1, 2, 3 vezes? Que culpa a Polícia tem nisso, se o presidiário é solto pelas benesses da Lei de Execução Penal e do Código de Processo Penal?

Em relação ao assalto a condomínios que estão acontecendo em São Paulo — parece-me que, de ontem para hoje, foram 4 — , graças a Deus a Polícia atuou muito bem, magnificamente, prendendo aproximadamente 10 assaltantes. Posso afirmar com certeza que esses 10 presos são reincidentes; são presos que estão em liberdade pelas benesses da lei: liberdade condicional, sursis, indulto, remissão de pena, progressão de pena. Isso tudo beneficia o bandido e é contrário à sociedade. Estou lutando aqui a favor da sociedade.

Sei que também temos de trabalhar na prevenção, mas infelizmente a Polícia não ressocializa o preso.

Ouçó o Deputado Átila Lins.

O Sr. Átila Lins - Deputado Laerte Bessa, V.Exa. aborda um tema preocupante para todos nós. V.Exa. se referiu há pouco à lei do menor e do adolescente e a essa mudança da idade para punição penal. Confesso a V.Exa. que sou de acordo. Se hoje o menor de 16 anos pode votar e dirigir, por que não pode ser punido pelos crimes que eventualmente pratique? Ao contrário disso, ele está sendo acionado por todas as organizações criminosas para atuar, porque a punição é mínima em função do Estatuto da Criança e do Adolescente. Há vários



projetos sobre o tema tramitando na Casa. V.Exa. acompanha muito bem isso, pois é da área, atua nesse setor, é preparado e competente. Saúdo V.Exa. por esse trabalho. Sabemos que há vários projetos tramitando nesta Casa para reduzir a maioria penal. Acho que é uma coisa que vai acontecer, porque não pode mais continuar o noticiário corrente de que menores atuam na criminalidade. Quanto ao problema dos presidiários, V.Exa. tem razão. Não há espaço nas penitenciárias, nos presídios. São soltos rapidamente e voltam a praticar os mesmos crimes pelos quais foram presos. Como frisou V.Exa., os crimes estão sendo cometidos por presidiários. Esse é um tema preocupante. É dever do Estado dar condições tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar e à Polícia Federal para que façam esse combate, essa repressão, já que só a prevenção não tem dado os resultados que esperávamos. Parabéns pelo discurso!

O SR. LAERTE BESSA - Obrigado, Deputado Átila Lins. O posicionamento de V.Exa. contribui muito para o meu discurso.

V.Exa. abordou um ponto importante: o índice de criminalidade no País é alto.

No Distrito Federal, também há uma crise de sequestros-relâmpago. Sabemos quem pratica esses crimes em Brasília, Deputados Átila Lins e Antonio Feijão. São menores infratores. Há um surto. Todos já passaram pela delegacia de menores, pela Delegacia de Atendimento ao Adolescente. A maioria é de menores de 16 e 17 anos.

Vamos deixar a sociedade ser penalizada? Temos de fazer algo aqui para melhorar esta situação. A maioria penal tem de ser reduzida para 16 anos. A população não suporta mais a atual situação.

Em contrapartida, a minha preocupação também é com a retirada de atribuições da Polícia. Há 20 anos, em 1988, trabalhava na 14ª Delegacia, do Gama, e diariamente registrava 7 ocorrências criminais. Com a Constituição de 1988, quando se retirou o mandado de busca da autoridade policial, a criminalidade aumentou. Por quê? Porque acabou o imediatismo. Antes, acontecendo o crime, o delegado ia à residência em que se encontrava a res furtiva e a apreendia. A ação da Polícia era imediata. Agora não: para apreender a res furtiva na casa de um assaltante, de um ladrão, o delegado tem de ir ao juiz, que vai consultar o



Ministério Público para ver se isso será autorizado ou não. E aí já se passaram 3, 4, 5 dias. É tempo suficiente para que a res furtiva desapareça, e o crime fique insolúvel.

As ocorrências de crime contra o patrimônio cresceram mil por cento. Hoje, lá no Gama, na mesma delegacia em que trabalhava, são registradas 70 ocorrências de crime contra o patrimônio por dia. Antes eram 7; agora, 70. Podem argumentar que a população aumentou, mas lá no Gama a população não aumentou. Pelo contrário: diminuiu. Com a criação de Santa Maria, as ocorrências criminais do Gama diminuíram.

Então, hoje digo com certeza que, com a retirada do mandado de busca da autoridade policial, as ocorrências de crime contra o patrimônio aumentaram em mil por cento.

Recentemente, restringiram o uso de algemas. A Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal regulamentou o uso de algemas, instrumento de trabalho do policial. Como vamos fazer, Sra. Presidenta, com a Polícia algemada e o bandido solto? Querem acabar com a Polícia?

Até entendi o posicionamento do Supremo a respeito da execução pública. Realmente estava demais. Sou até a favor, já que, ao apresentar o Projeto de Lei nº 3.938, no final de 2008, solicitei o posicionamento da Comissão de Segurança Pública para que pudéssemos solidificar a regulamentação do uso de algemas pelo policial.

Não podemos aceitar que o policial fique parado. Se ele algemar um bandido — e o policial jamais algema um cidadão, mas apenas bandido, delinquente —, depois tem de responder a um processo por abuso de autoridade. O Ministério Público é useiro e vezeiro em fazer isso. Se o policial, no uso de suas atribuições, comete um deslize, qualquer que seja, o Ministério Público apresenta denúncia contra ele. Que motivação tem o policial para trabalhar hoje? Por isso a violência está explodindo em nosso País. Se não tomarmos providências, como vamos ficar?

Cito também a Súmula Vinculante nº 14, do STF, que permite a retirada do inquérito policial de todas as informações colhidas, para serem repassadas aos advogados.



Deputado Antonio Feijão, V.Exa. já pensou na situação em que informações obtidas por meio de escuta telefônica, em investigação sobre tráfico de drogas — é claro que, no caso do tráfico de drogas, o principal instrumento usado hoje é a escuta telefônica, a interceptação telefônica — , têm de ser passadas para o advogado do bandido? Como vamos fazer inquérito desse jeito, entregando o ouro ao bandido? É complicado o nosso País.

Se investirmos na segurança pública — Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros — , vamos fazer um bem à sociedade. O Ministério Público não cresceu depois de 1988, quando lhe foi dada autonomia financeira e administrativa? O Ministério Público se tornou o quarto Poder do nosso País. Por que não dar autonomia financeira e administrativa à Polícia? Temos de investir na Polícia e não tirar poderes dela. A Polícia nos protege! O Delegado de Polícia tem a mesma formação do Promotor de Justiça.

A PEC nº 184, de 2007, de minha autoria, prevê a autonomia financeira e administrativa da Polícia. Espero que seja colocada na pauta do plenário este ano. É muito importante para o crescimento da nossa instituição a aprovação da proposta da Lei Orgânica das Polícias e da PEC nº 184, que vai retirar da base dos Governadores a ingerência em delegacia de Polícia para investigar desafetos. Nos Estados acontece isso. Não digo tanto no Distrito Federal, mas nos Estados acontece isso. Um político vai ao Governador e diz: "Tem de tirar aquele delegado porque ele não quis fazer uma investigação particular para mim". O Governador tira porque depende do voto do político. É uma vergonha isso. O nosso País tem de acabar com isso. Se não acabarmos com isso, vai piorar cada vez mais a violência.

Não adianta ficar falando aqui o tempo todo dos caminhos para a recuperação disso porque os gerenciadores do nosso País não olham para esse setor que se chama segurança pública com carinho, como deveria ser olhado.

Não viria à tribuna falar sobre segurança pública durante o Grande Expediente se não fosse uma preocupação que temos hoje. Ou atacamos de frente a bandidagem, o crime organizado, ou vamos ficar reféns deles, porque eles têm tudo. Como disse, eles têm o inquérito policial; são eles que estão coordenando o



inquérito policial por intermédio do advogado. É um absurdo isso! Se não tomarmos providências, vai piorar muito, Sra. Presidenta.

(O microfone é desligado.)

O SR. LAERTE BESSA - Peço mais 1 minuto, para encerrar, Sra. Presidenta.

Quero só fazer um anúncio. Amanhã vai haver uma reunião com os agentes penitenciários do Distrito Federal. É preocupante essa reunião porque os nossos policiais do sistema penitenciário estão enfrentando dificuldades muito grandes. O déficit de policiais é muito grande para o cuidado de 7.500 presos.

Estou preocupado e peço ao Governador do Distrito Federal que nomeie os técnicos penitenciários urgentemente, para que eles possam fazer frente a esta situação e ajudem a tomar conta do presídio que até agora é o melhor do Brasil, mas amanhã pode não ser.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Fátima Bezerra) - Cumprimento V.Exa., Deputado Laerte Bessa.



Documento 70/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-14:40

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7052 VALDIR COLATTO-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Assunção pela Deputada Íris de Araújo ao cargo de Presidenta Nacional do PMDB. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Reeleição do orador para a Presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária. Crise financeira da agropecuária brasileira. Caráter político da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST. Matéria O circo de Carlos Minc, veiculada pela revista Dinheiro Rural.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro evento muito importante que aconteceu na Câmara dos Deputados: o Deputado Michel Temer transmitiu o cargo de Presidente Nacional do PMDB à Deputada Íris de Araújo, nossa 1ª Vice-Presidenta.

Uma mulher dirigir o maior partido do País é um fato inédito, e esta é uma homenagem que faz o PMDB ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no último dia 8. Com certeza, a Deputada Íris de Araújo vai mostrar a força, a garra, a participação, o prestígio, as propostas e a ética das mulheres — e trabalhamos muito esses aspectos nesta Casa — e fará um grande trabalho à frente do partido.



Quero, então, desejar sucesso a S.Exa. nessa empreitada, que será marcante no meu PMDB, o maior partido do Brasil, como também para as mulheres que buscam o seu lugar no mundo político, o que, com certeza, fazem com muita competência.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que, na semana passada, fui reeleito Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, composta por 207 Deputados e 36 Senadores. Neste ano, a Frente pretende produzir um trabalho em defesa da agricultura, da pecuária e da produção brasileira, buscando, neste momento de emergência, o apoio do Governo para o setor.

O Governo já socorreu os bancos — e, no Brasil, os bancos cobram os maiores juros do planeta. A propósito, lembro que precisamos trabalhar seriamente essa questão, pois somente quando os juros baixarem, a crise será menor. Foram os bancos que criaram essa crise e agora tornam refém o setor produtivo, porque restringem o crédito de todas as maneiras. Não há crédito para exportação, nem para o custeio da lavoura, nem para a pecuária, nem para a suinocultura, que está em estágio falimentar.

Precisamos da intervenção do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que, aliás, não teve culpa nenhuma no episódio da manifestação que as mulheres camponesas fizeram na entrada do Ministério da Agricultura. Se há um Ministério que trata de reforma agrária é o Ministério de Desenvolvimento Agrário, não o Ministério da Agricultura. Portanto, elas estavam no prédio errado. Os coordenadores desse movimento deram o endereço errado para o Via Campesina e para o MST.

É preciso que o Ministério do Desenvolvimento Agrário atenda aos pedidos, que, tenho certeza, não se referem à terra, uma vez que no Brasil, hoje, para a reforma agrária, já existem 77 milhões de hectares desapropriados para 1 milhão de pessoas. Tudo o que se planta neste País está distribuído em 55 milhões de hectares, que produzem 140 milhões de toneladas de alimento, 200 milhões de cabeça de gado, além de suínos e aves. E, nesse caso, são 5,6 milhões de famílias.



Hoje, portanto, o movimento é político e não mais por terra. O Governo precisa prestar atenção nisso para saber o que realmente está por trás do MST.

O que a Frente Parlamentar quer, por sua vez, é terra e renda para os agricultores tradicionais.

Em Santa Catarina, a predominância é de pequenos agricultores: 85% dos proprietários têm menos de 15 hectares. Quando se instala um cidadão em assentamento de reforma agrária, saem 10 agricultores, por falta de uma política agrícola do Governo que traga renda a esses produtores.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que a Frente Parlamentar da Agricultura, além de outras atividades, vai buscar a implantação do Código Ambiental Brasileiro, para que possamos ter uma lei ambiental nacional, um sistema guarda-chuva que dê linhas gerais, e que os Estados façam o seu zoneamento econômico-ecológico e atendam à questão ambiental.

Vamos apresentar esse projeto e queremos o apoio desta Casa para que isso aconteça.

Quero também registrar matéria publicada na revista Dinheiro Rural, intitulada O circo de Carlos Minc. O próprio Ministro invadiu uma fazenda dizendo que era área de preservação, reserva legal ou área de conservação. Na verdade, S.Exa. entrou na fazenda errada e, com trator, derrubou casas. Foi, realmente, um circo que o Ministro armou.

Para concluir, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. seja registrada nos Anais da Casa a referida reportagem da revista Dinheiro Rural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Cumprimento V.Exa. pela reeleição para a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária

REPORTAGEM A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 71/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7081 GORETE PEREIRA-PR -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Arbitrariedades praticadas por fiscais do IBAMA na fiscalização de fazendas de criação de camarão em cativeiro nos Estados do Ceará, do Maranhão e do Piauí. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial às nordestinas. Impacto da crise financeira mundial sobre as mulheres trabalhadoras no Brasil. Baixa representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, a respeito da participação de mulheres nas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Comissões Temáticas das 2 Casas do Congresso Nacional. Aplausos ao Presidente Michel Temer pela promoção da participação de Deputadas no Colégio de Líderes. Participação de Deputadas na Comissão Especial destinada à avaliação da crise econômico-financeira mundial.

A SRA. GORETE PEREIRA (PR-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de membro da Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura e da Comissão Especial que analisa o PL nº 3.960/2008, que cria o Ministério da Pesca, manifesto a minha preocupação com



as denúncias de prática de arbitrariedades por fiscais federais do IBAMA durante ação realizada na última semana do mês de fevereiro, que embargou fazendas de criação de camarão em cativeiro no Ceará, no Maranhão e no Piauí.

O documento sobre a operação de fiscalização foi encaminhado ao meu gabinete pelo Deputado Flávio Bezerra, meu conterrâneo, e considero importante elucidar os fatos delatados pelas Associações Cearense de Criadores de Camarão (ACCC), Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), de Criadores de Camarão do Delta do Parnaíba (ACCDP) e dos Carcinicultores da Costa Negra (ACCN).

No momento em que debatemos os efeitos da crise financeira mundial sobre o trabalho e o emprego, chamo a atenção desta Casa para o ocorrido nos Estados do Ceará, do Piauí e do Maranhão, tendo em vista as consequências negativas da ação para o Nordeste.

De acordo com o Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 88% dos empregos diretos da carcinicultura são ocupados por trabalhadores de baixa ou nenhuma escolaridade, integrados principalmente pela mão-de-obra feminina, essa que no auge das exportações representou 14% dos empregos do setor.

A pesquisa revela também que o Ceará só utiliza 11,29% de sua área potencial para o exercício da carcinicultura. Mesmo com baixo índice de aproveitamento, os Municípios de Aracati e Acaraú geram cerca de 5.500 empregos diretos, correspondendo a 9,8% e a 6,7% da população das cidades, respectivamente.

É inegável que a carcinicultura é uma atividade consolidada na Região Nordeste, com viabilidades técnica, econômica, social e ambiental comprovadas, e participa ativamente na mitigação dos problemas de pobreza, fomentando negócios e gerando renda e emprego para trabalhadores rurais.

O agronegócio do camarão cultivado vem assumindo importância crescente na Região Nordeste, que já conta com 1.200 produtores, classificados como pequenos (71%), médios (24%) e grandes (5%), que juntos exploram 19.715 hectares de viveiros, gerando 50 mil empregos e receita da ordem de 700 milhões de reais - dados de 2008.



A capacidade para a geração de renda e divisas dessa atividade foi demonstrada pela análise da produção entre os anos de 1997 (3.600 toneladas) e 2003 (90.190 toneladas). As exportações correspondentes cresceram de 2,8 milhões de dólares (1997) para 226 milhões de dólares (2003), sendo totalmente originadas no Nordeste. A carcinicultura ocupa o segundo lugar na pauta dos produtos primários exportados e contribuiu com 55% das exportações do setor pesqueiro brasileiro no referido ano.

Vale registrar que os fundamentos que asseguram a convivência harmônica da carcinicultura com o meio ambiente equilibrado, que desmistificam as acusações de danos ecológicos, segundo o documento desprovidas de embasamento técnico-ambiental, que estão referenciados no trabalho Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais da Carcinicultura Brasileira: Mitos e Verdades (Rocha, 2005).

Sr. Presidente, a atividade é alternativa viável para o desenvolvimento do Ceará e demais áreas costeiras do Nordeste. Portanto, ocupo esta tribuna para cobrar do IBAMA e da Polícia Federal postura mais condizente com a realidade e para alertar as instituições para a necessidade de atuarem com cautela ao cumprir suas funções institucionais. Em Chaval, Estado do Ceará, por exemplo, após notificação, uma senhora de 62 anos de idade passou mal e teve de ser levada às pressas ao hospital municipal.

É deplorável que produtores de uma atividade organizada do setor pesqueiro brasileiro sejam submetidos a barbáries como esta. O nosso apelo é no sentido de evitar demandas judiciais de elevados gravames pecuniários para os produtores, que já convivem com o ônus de produzir no meio rural, sem se referir aos danos morais advindos de episódios como o de Chaval.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, venho cumprimentar as cearenses, as nordestinas, enfim, as brasileiras, por sua história de lutas e, ao mesmo tempo, manifestar a preocupação da bancada feminina desta Casa, e a minha em particular, com o impacto da crise econômica mundial sobre as mulheres trabalhadoras do Brasil.



O fato é que a crise iniciada nos Estados Unidos, no segundo semestre de 2008, já lança seus tentáculos assustadores sobre nações de todas as partes do mundo, inclusive sobre o Brasil. Gerada no seio da especulação e da superprodução de crédito, ela ameaça os trabalhadores e mais ainda as trabalhadoras, já espoliadas, marginalizadas, preteridas e aviltadas nas relações de trabalho.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação das mulheres em quase todos os países é semelhante: do total da população que está trabalhando, elas correspondem a 40% e recebem cerca de 60% do salário dos homens, mesmo exercendo jornada de trabalho 13% superior, considerados o trabalho remunerado e o trabalho doméstico. Ademais, as mulheres representam 70% da população em situação de pobreza absoluta do mundo; apresentam taxas de desemprego históricas: 91,8 milhões de mulheres não tinham trabalho em 2007; concentram-se em trabalhos mal remunerados, temporários ou eventuais, sem proteção social; e são as principais vítimas de violência e de assédio sexual no local de trabalho.

Hoje, a crise se acentua, o desemprego cresce em todo o mundo, e a OIT avalia que o número de desempregados pode chegar a 230 milhões até o final deste ano. Desse total, não há dúvida, a maioria será de mulheres, Sr. Presidente.

No Brasil, os meses de novembro e dezembro mostraram que, a despeito das prontas ações do Governo para o enfrentamento da crise, o desemprego já apresenta a sua marca nefasta. Recentemente, as mais de 4 mil demissões anunciadas pela EMBRAER apontaram para a realidade que não queríamos ver se instalar aqui: de um lado, as empresas que não querem abrir mão de seus lucros; de outro, os trabalhadores indefesos, ameaçados.

Neste cenário de demissões e ataques aos direitos sociais, as mulheres são as mais atingidas, seja porque estão, em sua maioria, em setores da economia que apresentam as condições mais precárias, seja pelo conceito equivocado de que a renda da trabalhadora agrega-se à do companheiro, numa clara ignorância de que, em muitos casos, é ela a chefe da família.

No Brasil, dados do Censo 2000 indicam que, naquela ocasião, a mulher era a responsável por 1 de cada 4 domicílios, e essa presença era maior na minha



região, o Nordeste, na qual, por causa da migração dos maridos, a esposa acaba sendo responsável pela casa e pelos filhos. Uma situação desoladora, assustadora.

Porém, em detrimento disso e de muitos outros fatores, Sr. Presidente, as mulheres brasileiras continuam ganhando menos que os homens e continuam sendo preteridas para exercer funções de comando. Exemplo claro disso é o baixíssimo número de mulheres no Parlamento: não chegamos a 10% nesta Casa, nobres colegas! Outro: a nossa ausência nas instâncias de representação, tanto da Câmara quanto do Senado Federal. Se aqui são defendidos os interesses do povo, aqui precisam estar mais mulheres para fortalecer a luta, para promover a igualdade de gênero neste País.

Nesse sentido, a bancada feminina luta pela aprovação da PEC nº 590/06, que garante a participação das mulheres na Mesa Diretora e nas Comissões Temáticas das 2 Casas do Congresso.

Aliás, quero cumprimentar o Presidente Michel Temer por sua disposição em colocar o item na pauta de votações e também por ter incluído, recentemente, a voz feminina no Colégio de Líderes da Casa.

Certamente, com representação garantida no Parlamento, a voz das mulheres brasileiras será ouvida e norteará políticas de enfrentamento das questões que lhes tiram a dignidade, em especial em momentos de crise como o que vivemos atualmente.

Por essas e outras tantas razões, a bancada feminina no Congresso Nacional quer que as comemorações deste Dia Internacional da Mulher sejam marcadas pela discussão sobre a crise econômica e seus efeitos sobre a população feminina.

Aliás, já foi criada na Câmara Comissão Especial para examinar e avaliar a crise econômico-financeira mundial. Eu, que cobre a presença das mulheres nesse debate, fui indicada pelo meu partido, o PR, para integrá-la.

Assim queremos comemorar o Dia Internacional da Mulher, Sr. Presidente. Conclamo os nobres pares a se unirem à bancada feminina nesta empreitada.

Muito obrigada.



Documento 72/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-14:04

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7039 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do 2º aniversário de fundação da Casa do Mandato no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Inauguração da Casa do Mandato no Município de Itaquaquecetuba. Presença do Prefeito Municipal de Guarulhos, Sebastião Almeida, na Câmara dos Deputados. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da oradora na abertura do Seminário Mais Mulheres no Poder: uma questão de democracia, promovido pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Inclusão de mulheres no processo de reforma política, especialmente de mulheres negras. Palestra proferida pela oradora sobre o tema Mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres, e sobre o 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, na sede da União dos Aposentados de Guarulhos. Participação da Parlamentar na inauguração do 1º Centro de Reposição de Enzimas da Grande SP, iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP.) - Sr. Presidente, Deputado Edinho Bez, Sras. e Srs. Deputados, março é o mês da mulher. No dia 8 de março, completou 2 anos a Casa do Mandato, na cidade de Guarulhos, onde moro, que possui 1,3



milhão de habitantes. Comemoramos a data com a abertura, dia 6, da exposição Mulheres, da artista plástica Gisele Ulisse.

Setenta convidados compartilharam conosco da celebração do aniversário da Casa do Mandato, um espaço de defesa dos direitos da mulher e do Município.

Nesse mesmo dia, inaugurei, no Município de Itaquaquecetuba, carinhosamente chamado Itaquá, a segunda Casa do Mandato. Itaquá, que faz divisa com Guarulhos, possui 350 mil habitantes e é muito carente.

Instalada na Estrada da Água Chata, 590, Parque Piratininga, a Casa ficará sob a responsabilidade do ex-Vereador Edson Moura, que, além de morar na região, conhece bem as necessidades da população local.

Fiquei muito feliz por ter inaugurado a Casa de Itaquá e, assim, atender aos muitos pedidos que, durante as várias reuniões realizadas na região, ouvi da população, de Vereadores e de líderes da comunidade, que também comparecerem à inauguração. Essa será mais um espaço a ser utilizado para a realização de debates, cursos de qualificação, entre outras atividades.

Gostaria de ressaltar que o Prefeito Municipal de Guarulhos, Sebastião Almeida, está presente na Casa, e neste momento conversa com o Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é uma semana rica: celebrar o 8 de março, Dia Internacional da Mulher é sempre uma ocasião para encontros, debates, conversas. É parte desses eventos que também quero registrar neste pronunciamento.

Ontem, participei da abertura do Seminário Mais Mulheres no Poder: uma questão de democracia. É sempre bom participar de mais uma iniciativa do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, dirigida pela Ministra Nilcéa Freire, em prol da igualdade. As discussões do seminário reforçaram minha compreensão de que uma reforma política realmente democrática tem de ser norteada por critérios de inclusão das mulheres, das mulheres negras em particular, no universo da política. Temos de ter mais democracia. Por isso, reforma política já.



Mas, em nossa reforma, queremos financiamento público de campanha e lista fechada. A lista que defendo terá, no mínimo, uma mulher e 2 homens, e a mulher deve encabeçá-la. Portanto, mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres. Somos 52% da população, e, na Câmara dos Deputados, apenas 8,47%. Somos apenas 45 mulheres no universo de 513 Parlamentares. Chegará o dia em que seremos meio a meio, porque isso é democracia, isso é direito.

Também quero registrar que, no último fim de semana, fiz uma palestra na União dos Aposentados de Guarulhos sobre esse mesmo tema: Mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres. A palestra, em homenagem ao transcurso do Dia Internacional da Mulher, contou com um público de mais de 200 pessoas, entre elas a Presidenta do Fundo Social de Solidariedade, Lurdes Almeida. Discutimos a evolução dos direitos da mulher, a luta das tecelãs que reivindicaram melhores condições de trabalho e que deram origem ao Dia Internacional da Mulher, a Lei Maria da Penha e a baixa representatividade das mulheres na política.

Também falei sobre o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que tem como finalidade promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Após a palestra, houve a apresentação do coral da Igreja Batista da Cidade Seródio e a realização de chá para as mulheres.

Particpei ainda da Inauguração do 1º Centro de Reposição de Enzimas da Grande SP, promovida pela Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos, que funciona nas dependências do Hospital da Criança.

A partir de agora, os portadores de mucopolissacaridoses (MPS), uma doença metabólica causada por deficiência enzimática, não precisarão mais se deslocar até o Hospital das Clínicas ou Hospital São Paulo para receber tratamento. As crianças com MPS nascem sem alterações clínicas, mas logo nos primeiros meses de vida a doença começa a se manifestar de forma progressiva, causando problemas visuais, ósseos, cardiopulmonares, deformações faciais, aumento de baço e fígado, baixa estatura, podendo haver retardo mental e regressão neurológica.



Segundo Regina Próspero, Presidenta da Associação Paulista dos Familiares e Amigos dos Portadores de Mucopolissacaridose - APMPS, a maioria dos pacientes morre antes de completar 8 anos de vida. "Com a terapia enzimática, a expectativa de vida pode ser semelhante à de uma pessoa sadia". Ela tem um filho de 19 anos portador da doença, que iniciou o tratamento aos 13 anos. Ele voltou a escutar, recuperou a mobilidade e cursa o segundo ano de Direito.

Além das 5 crianças atendidas pelo Centro de Enzimas e seus familiares, participaram da inauguração a geneticista Ana Carolina de Paula, responsável pelo setor, a Diretora do HC, Heloisa Helena Sampaio Ferreira de Castro, o Secretário de Saúde, Carlos Derman, e a adjunta Teresa Pinho Tashiro, entre outros profissionais da área.

Obrigada, Sr. Presidente.



Documento 73/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:08

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7060 WALDIR MARANHÃO-PP -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da mulher na vida social, econômica e política do País.

O SR. WALDIR MARANHÃO (PP-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Líderes de partido, nobres Deputadas e Deputados, 8 de março, uma data especial em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Mais do que homenagens merecidas, deve-se refletir sobre sua condição na sociedade, ainda marcada por traços de exploração e dominação.

Assumindo diferentes papéis e desempenhando as mais variadas funções, as mulheres têm conquistado espaços na vida social, embora ainda não suficientes para a superação da discriminação a que são submetidas.

Um desses espaços tem sido sua inserção no mundo do trabalho, o que, mesmo sendo muitas vezes para satisfazer suas necessidades básicas, se tem constituído um passo importante para a remoção desses obstáculos.

A todas as mulheres e, em particular, às mulheres trabalhadoras e/ou empreendedoras do nosso País, eu dedico esse dia.



Ressalto a mão-de-obra da mulher negra há séculos; não remunerada, mas já utilizada, nunca deixou de atuar como mão-de-obra, passando, na sua imensa maioria, da escravidão ao subemprego. Ressalto também as mulheres operárias no início do século passado que trabalhavam em condições subumanas, sem direito a férias e descanso semanal remunerado.

Sabe-se que com o desenvolvimento acelerado da industrialização a partir da década de 1950 vem o acirramento das contradições sociais e a necessidade de as mulheres, fossem de classe média ou baixa, ingressarem no mercado de trabalho mais intensamente como forma de contribuir para a composição da renda familiar.

Houve, a partir desse período, um aumento significativo da participação da mulher na população economicamente ativa. Segundo o IBGE, em termos absolutos, a presença feminina no mercado de trabalho passou de 6 milhões, em 1970, para 18,5 milhões em 1985 e para 22,8 milhões em 1990. Esse é um dado que deve ser considerado, apesar dos obstáculos ao seu ingresso no mercado de trabalho — a competição masculina, as diferenças salariais, a dupla jornada de trabalho e a baixa remuneração, dentre outros.

A participação da mulher na população economicamente ativa aumentou 2,5%, em 2003, contra 1,6% dos homens, segundo o IBGE. Porém, a taxa de atividade feminina no mercado de trabalho permaneceu inferior à masculina, 50,7% contra 72,9%. Mesmo com uma média de tempo de estudo superior à dos homens, as mulheres não têm conseguido refletir essa instrução nos salários, pois ganham 30% a menos que os homens.

Com a crise econômica e a reestruturação produtiva, há uma tendência voltada para o empreendedorismo, onde a mulher também se insere, havendo um aumento de 29%, em 2000, para 46%, em 2003.

A superação desses obstáculos implica no esforço conjunto de toda a sociedade. Nesse direcionamento, o Partido Progressista tem contribuído através de discussões no Movimento Mulher Progressista, que pauta sua participação na vida social, política e econômica do País.



Esse espaço necessário vem demonstrar que estamos abertos ao diálogo e sensíveis à causa, no sentido de reconstruirmos relações sociais onde todas as condições possam ser democraticamente construídas e igualmente compartilhadas.

Muito obrigado.



Documento 74/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7067 NELSON BORNIER-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Considerações sobre a participação feminina na sociedade, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, domingo passado foi o Dia Internacional da Mulher. Os dados do Brasil e do mundo mostram grandes progressos nos campos da educação, do trabalho e até da política. Nos idos dos anos 50, no Brasil, o marido e os filhos mais velhos comiam em primeiro lugar e recebiam a melhor parte da comida; as mulheres, mães e filhas, aguardavam que eles terminassem para depois começarem a comer. Em público, esperava-se que as mulheres ficassem quietas e em segundo plano.

São constatações simplesmente escandalosas para os dias atuais. Mas essa foi a realidade por muito tempo. Hoje, em muitas áreas, as mulheres brilham mais do que os homens. O desempenho das meninas na escola é superior ao dos meninos. Em várias profissões, as mulheres dominam, como é o caso dos médicos, dentistas, advogados, arquitetos e juízes do Trabalho.



Ao contrário dos países da Europa e do Japão, onde as moças não querem ter filhos, as mulheres brasileiras continuam ativas nesse campo. O Brasil tem mais de 46 milhões de mães. A média de filhos por mulher caiu bastante nas últimas décadas, mas, ainda assim, elas estão repondo as gerações que se vão.

Em certas faixas etárias, a taxa de fecundidade é tão alta que constitui um problema social. Para cada 100 adolescentes, em 1980, havia 8 filhos. Hoje, saltou para mais de 9 filhos. Entre as meninas pobres, a média é ainda mais alta. Nas favelas do Rio chega a 26 filhos.

O número de mães solteiras aumentou de 2,7% para 16,4% no período considerado. Isso tem grandes repercussões, embora há que se reconhecer que muitas mulheres vêm optando deliberadamente pela "produção independente".

Nesse campo houve verdadeira revolução de valores. Até o final dos anos 50, o relacionamento sexual entre homens e mulheres se baseava no engajamento amoroso de longa duração.

Na década de 60, o mundo assistiu, atônito, à separação entre sexo e casamento. O sexo foi atrelado à sinceridade dos parceiros, e não necessariamente ao matrimônio. Hoje em dia, o casamento vem-se separando da família. Muitas crianças são criadas por parceiros não casados e que não pretendem casar-se. No período de 1970, 1975, a proporção de mães isoladas saltou de 7,5% para 17,5%.

Resta saber qual será o impacto dessa revolução nos produtos dos novos relacionamentos - os filhos. Para a mulher, já se sabe: sobrecarga de trabalho. Cerca de 30% das mulheres que trabalham são chefes de domicílios e vivem sós com os filhos, sem cônjuge. Muitas são aposentadas e continuam trabalhando para sustentar a família.

A mulher vive mais do que os homens. Para cada 100 mulheres idosas (60 anos e mais), há apenas 82 homens. Em 1991, as idosas eram 7,8% da população. Hoje são mais de 10%.

Mas o que elas fazem com mais anos de vida? Muitas desfrutam o amor em família. Outras, amargam a solidão. Isso porque a mulher, quando enviúva, raramente casa novamente. O homem, sistematicamente, recasa.



As viúvas que moram com filhos e noras (ou genros) têm uma vida apertada. Na ausência das filhas e noras que trabalham fora, muitas delas assumem a administração da casa e os cuidados das crianças. Em inúmeros casos, elas contribuem financeiramente com suas aposentadorias e pensões. Ou seja, os anos extras das mulheres não são fáceis.

Então, o que comemorar no Dia Internacional da Mulher? Não se pode ignorar o avanço que as mulheres alcançaram em matéria de educação e profissão, assim como no campo dos direitos individuais. Mas, mesmo nessas áreas, a caminhada é longa para se chegar a uma situação de maior igualdade.

As mulheres têm demonstrado garra e competência. O que resta ser feito depende muito de os maridos e companheiros aceitarem nova divisão do trabalho, na qual os homens passem a dividir com as mulheres, de maneira mais equânime, as tarefas do lar e os cuidados com as crianças. Os que prometeram isso deram belo presente a suas mulheres nesse dia festivo.

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, está intimamente ligado aos movimentos feministas que buscavam mais dignidade para as mulheres e sociedades mais justas e igualitárias. É a partir da Revolução Industrial, em 1789, que estas reivindicações tomam maior vulto, com a exigência de melhores condições de trabalho, acesso à cultura e igualdade entre os sexos. As operárias dessa época eram submetidas à um sistema desumano de trabalho, com jornadas de 12 horas diárias, espancamentos e ameaças sexuais.

Dentro desse contexto, 129 tecelãs da fábrica de tecidos Cotton, de Nova Iorque, decidiram paralisar seus trabalhos, reivindicando o direito à jornada de 10 horas. Era 8 de março de 1857, data da primeira greve norte-americana conduzida somente por mulheres. A polícia reprimiu violentamente a manifestação, fazendo com que as operárias refugiassem-se dentro da fábrica. Os donos da empresa, junto com os policiais, trancaram-nas no local e atearam fogo, matando carbonizadas todas as tecelãs.

Em 1910, durante a II Conferência Internacional de Mulheres, realizada na Dinamarca, foi proposto que o dia 8 de março fosse declarado Dia Internacional da Mulher em homenagem às operárias de Nova Iorque.



Para você que busca no dia a dia sua independência, sua liberdade, sua identidade própria; que luta profissional e emocionalmente para ser valorizada e compreendida; que a cada momento tenta ser a companheira, a amiga, a "rainha do lar"; que batalha incansavelmente por seus próprios direitos e também por um mundo mais justo e por uma sociedade sem violências; que resiste aos sarcasmos daqueles que pejorativamente a chamam de feminista liberal e que já ocupa um espaço na fábrica, na escola, na empresa e na política; para essas que têm a capacidade de gerar outro ser, temos o dever de gerar alternativas para que a ação criadora realmente ajude outras mulheres a conquistarem a liberdade de ser. Era o que tinha a dizer.



Documento 75/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7071 ANTONIO BULHÕES-PMDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela passagem do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, não poderia furtar-me de subir à tribuna para oferecer às brasileiras de todos os lugares, de todas as raças e de todos os estratos socioeconômicos a manifestação do meu pessoal apreço e da minha solidariedade à luta que travam em torno de uma justíssima afirmação como cidadãs, trabalhadoras, mães e mantenedoras do lar e da prole.

Especialmente a mulher brasileira é dona de uma fibra que não conhece limites, na lida diária. A rotina que leva exige-lhe uma força física e moral que em nada corresponde ao estereótipo do sexo frágil. Ao contrário, nobres colegas, a mulher constitui um gênero de perseverança e bravura autênticas. O que os insensíveis não conseguem perceber é a forma de mesclá-las à esperança que as brasileiras não perdem, assim como nunca perdem o desejo de sonhar. É justamente desse amálgama que tiram a sua força, nas muitas funções que acumulam, tanto as que assumiram no mercado de trabalho quanto todas as demais a elas impostas por



mecanismos culturais injustos e não raro perversos, cheios de preconceito, injustiça, coação, violência e desamparo.

Há um traço de heroísmo nesses papéis. Em cada mulher que os desempenha vejo uma digna sucessora de Joana Angélica e Maria Quitéria, envolvidas nas guerras de consolidação da independência, na Bahia; ou de Bárbara Heliodora, a "Bárbara Bela", do Inconfidente Alvarenga Peixoto, havendo também ela contribuído para o movimento que seria o primeiro levante do Brasil contra o domínio português; ou ainda de Anita Garibaldi, que lutou ao lado do marido, Giuseppe Garibaldi, na Revolução Farroupilha.

O trabalho árduo, bem como o exercício constante que realiza na defesa de direitos que lhe são inerentes habilita a mulher a uma participação na sociedade em níveis muito superiores aos existentes hoje, em todas as áreas, em todas as esferas de poder, em todos os níveis administrativos, seja no setor público ou no privado.

Sou defensor de que é preciso que haja mais mulheres na política regional, no Parlamento, nos cargos de direção de órgãos públicos e de empresas privadas. E o faço por uma questão de justiça.

Não entro no mérito dos fatores determinantes das peculiaridades entre os sexos feminino e masculino, porque essa é uma discussão que nem a ciência conseguiu até hoje levar a termo. Importa, isto, sim, que Deus, o Criador, fez diferentes Seus filhos e filhas, para que fôssemos complementares, como homens e como mulheres. É nessa complementaridade que nos devemos admirar e respeitar.

Parabéns à mulher brasileira pelo seu dia!

Muito obrigado.



Documento 76/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-16:36

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7098 PEDRO WILSON-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Repúdio à repressão praticada contra o Movimento de Mulheres Camponesas no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente no Município de Candiota. Realização do 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em Brasília, Distrito Federal. Saudações às mulheres camponesas ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marco Maia, quero dizer a V.Exa. que ontem e hoje, no Rio Grande do Sul, o Movimento de Mulheres Camponesas sofreu uma repressão muito grande, principalmente no Município de Candiota, onde mulheres camponesas foram presas, arrastadas para os camburões.

A Comissão de Direitos Humanos, por intermédio do seu Presidente, o Deputado Luiz Couto, tentou falar com a ilustre Governadora, mas S.Exa. não se dispôs a conversar.

Portanto, nossa solidariedade às mulheres camponesas, que lutam para que o Brasil tenha o que a terra pode dar.

Quero aqui manifestar júbilo pelo 10º Congresso Nacional da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, saudando o seu Presidente, Manoel



José dos Santos — o Manoel da Serra — , os homens e as mulheres da agricultura familiar, trabalhadoras e trabalhadores do campo. Cumprimento também o Sr. Elias D'Ângelo, Presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado de Goiás, assim como todas as federações, pela luta em prol da reforma agrária, da agricultura familiar, do PRONAF, da produção e da economia solidária, tão bem liderada aqui pelo ilustre Deputado Eudes, do Ceará.

Estamos nessa luta na qual as mulheres camponesas, no Rio grande, estão sendo pressionadas e presas porque lutam pela terra, terra que Deus deu para todo mundo, e não só para meia dúzia de pessoas.

Por isso, hoje, às 18h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nosso grande Deputado da Constituição Cidadã, vamos ter a discussão sobre os movimentos sustentáveis com distribuição de renda e cidadania para trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A CONTAG já tem 40 anos de luta e, junto com a CUT, com os sindicatos e com o movimento social, representa a força dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo.

Nossa saudação à CONTAG pela realização do seu 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Cumprimentamos a direção da CONTAG e as federações estaduais que lutam pela terra, pela água, pela agricultura familiar, que realmente alimenta o povo brasileiro. A agricultura familiar representa 70% da mão-de-obra empregada e é responsável por grande parte da produção rural que vai para a mesa dos brasileiros.

Sr. Presidente, nossa solidariedade às mulheres camponesas que transformaram o Dia Internacional da Mulher em um dia de luta, luta pelos seus direitos e por cidadania.

Por isso eu gostaria de manifestar apoio às camponesas do Rio Grande do Sul, Estado de V.Exa., e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que realmente luta pela democracia e pela cidadania.

O Presidente Lula está lutando para que tenhamos um Brasil mais justo e mais fraterno.



É com muita honra que quero saudar a CONTAG, ao lado da CUT e de todos os que querem uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Esse congresso discutirá o campo, a cidade, a agricultura familiar e a segurança alimentar do povo brasileiro. Viva a CONTAG!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Agradeço ao Deputado Pedro Wilson as suas palavras. V.Exa. tem razão, pois temos vivido, principalmente o Estado do Rio Grande do Sul, alguns problemas relacionados com a atuação dos movimentos sociais, assunto esse que esta Casa, em alguma medida, terá que tratar no próximo período.



Documento 77/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-14:58

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7056 DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização do 10º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. DANIEL ALMEIDA (Bloco/PCdoB-BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para prestar minha homenagem aos participantes do 10º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, que acontece entre os dias 10 e 14 de março, no auditório Ulysses Guimarães, em Brasília.

Início saudando, na pessoa do Presidente da CONTAG, Manoel José dos Santos, as federações estaduais, sindicatos e em especial os 3,2 mil delegados eleitos nas plenárias estaduais de todo o País, que juntos estão realizando esse exitoso Congresso.

Este encontro sintetiza o esforço de milhões de pessoas que procuram encontrar os caminhos de uma vida digna, baseada no resultado de seu trabalho e na solidariedade que ele proporciona. Temas como os impactos da crise financeira internacional na agricultura brasileira, a implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária, as políticas públicas de saúde e educação do Governo Federal



para o campo e o fortalecimento da agricultura familiar serão pautas centrais dos debates.

Durante os 5 dias do evento, será discutido o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este projeto começou a ser concebido em 1995 e foi aprovado no 7º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em 1998.

Ele tem como pontos fundamentais a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, a defesa dos direitos trabalhistas, a ampliação e consolidação de políticas sociais e a valorização de espaços públicos para, com isso, garantir, uma melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

O objetivo maior dessa proposta é criar condições para um desenvolvimento sustentável da economia brasileira, baseado na redefinição das relações entre o campo e a cidade, de tal forma que as questões da segurança alimentar e do equilíbrio ecológico sejam tratadas no contexto de uma real valorização do trabalho e dos trabalhadores.

A luta por um maior investimento em educação, sobretudo em melhor qualificação profissional, reinserção de trabalhadores que perderam o emprego, vinculação de financiamentos públicos à proteção social e ambiental, respeito à jornada de trabalho e à legislação trabalhista, cumprimento de acordos coletivos e respeito à presença dos sindicatos nos locais de trabalho, entre outras, são ações e propostas que, no seu conjunto, focalizam o aprofundamento das conquistas sociais verificadas nos últimos anos. Conquistas que, se, por um lado, criaram novo paradigma de atuação do Estado em relação aos trabalhadores rurais, por outro lado, ainda estão muito longe de alcançar os padrões mínimos de valorização e dignidade do trabalhador brasileiro.

Sabemos, Sras. e Srs. Deputados, que a luta do povo do campo é árdua, e enfrenta todo tipo de obstáculos, desde a violência direta, como o assassinato de centenas de líderes sindicais, até a propaganda ideológica enganosa e a reação conservadora no Congresso Nacional. Daí a importância de organizações como a CONTAG.



A CONTAG, fundada em dezembro de 1963, no Rio de Janeiro, lutou muito para sobreviver e para se consolidar, enfrentando todo tipo de adversidades.

Graças à luta dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais, ao empenho de seus líderes e ao engajamento dos seus militantes, a CONTAG conseguiu transformar-se em um dos principais agentes da luta pela emancipação social e política da classe trabalhadora brasileira, especialmente dos que moram no campo.

Hoje a entidade reúne 27 federações e 4 mil sindicatos, que, juntos, representam 20 milhões de trabalhadores rurais brasileiros.

Temos a consciência de que, mesmo com os avanços conquistados ao longo dos anos e com as mudanças trazidas pelo Governo Lula, ainda existem, hoje, no Brasil, mais de 250 mil famílias de trabalhadores sem terra, acampados na beira das estradas.

É muito triste detectar que as dimensões continentais do nosso País escondem uma imensidão de terras ociosas. Por outro lado, ainda somos obrigados a conviver com o absurdo e a desumanidade de vermos tantas famílias sobrevivendo embaixo de lonas, sem poder cultivar seu próprio alimento.

Saudamos a Lei nº 11.718, de 2008, que deu maior segurança ao trabalhador assalariado, e a Lei nº 11.326, de 2006, que criou o Programa Nacional de Agricultura Familiar. Foram avanços importantes, mas que, por si só, são insuficientes.

Em termos de legislação, ainda prossegue a luta pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que pune com desapropriação da terra as empresas que utilizarem trabalhadores em condições análogas à da escravidão. Quero inclusive fazer um apelo a esta Casa para que conclua a apreciação dessa matéria.

Outro aspecto que não podemos deixar de registrar são as disparidades, que ainda ocorrem na distribuição dos recursos públicos. Atualmente, 80% dos créditos destinados à agricultura ficam com o agronegócio (cerca de R\$65 bilhões), enquanto a agricultura familiar (PRONAF) fica com apenas R\$13 bilhões. Essa equação precisa ser redefinida.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em termos de reforma agrária é preciso avançar mais. Os avanços estão modestos. Por exemplo: enquanto, segundo o INCRA, em 2006 tivemos 127 mil famílias assentadas, em 2007 foram apenas 65 mil famílias.

No caso dos agrocombustíveis, essa nova fronteira de investimentos para o Brasil, há fortes indícios de que o modelo do biodiesel não repetirá os erros da produção sucroalcooleira, quando os trabalhadores permaneceram à margem dos benefícios produzidos pela venda de etanol. Ou seja, estamos no meio de uma transição em que observamos avanços e retrocessos, vitórias e derrotas por parte dos movimentos sociais.

As disparidades de renda e oportunidades ainda são enormes no Brasil. Ao lado de empresas milionárias, que utilizam técnicas sofisticadas e agressivas ao meio ambiente, vivem milhões de trabalhadores em condições precárias, sem acesso a serviços de qualidade à saúde e à educação. A concentração da propriedade, da renda e do patrimônio ainda está entre as maiores do mundo.

Por tudo isso, reitero meu apoio às lutas travadas pelas lideranças dos trabalhadores rurais, que terão no 10º Congresso da CONTAG uma grande oportunidade para somar forças e aprimorar as estratégias que utilizarão para lutar por uma vida digna para todos.

Parabéns à CONTAG e a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil! Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero celebrar o Dia Internacional da Mulher, ocorrido no domingo, dia 8 de março. Mais do que um simples evento festivo, o Dia Internacional da Mulher se caracteriza, desde sua origem, como data de luta, debate e reivindicação, tanto no Brasil como no exterior. Este ano não é diferente, pois ainda resta muito a fazer pela equidade de gênero. Mas entre nós também existem, felizmente, alguns avanços a assinalar, em especial os obtidos após a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Maria da Penha.

Criado em 1910, em homenagem a operárias mortas alguns anos antes numa fábrica norte-americana, o Dia Internacional da Mulher foi oficializado pela Organização das Nações Unidas em 1975. Assim, sua existência praticamente



coincide com o período de despertar e posterior recrudescimento das demandas femininas e de vitórias importantes como o voto, o acesso ao mercado de trabalho, a igualdade de direitos, entre muitas outras.

Sabemos, entretanto, que muitas dessas conquistas, mesmo quando amparadas em lei, demoram a se efetivar.

O Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008, divulgado pela ONU, adverte que a desigualdade de gênero continua a ser disseminada e está profundamente arraigada em muitas culturas. Por isso, mulheres e meninas constituem três quintos do 1 bilhão de pessoas mais pobres do mundo; as mulheres representam dois terços dos 960 milhões de adultos que não sabem ler; e as meninas equivalem a 70% dos 130 milhões de crianças que não frequentam a escola.

No Brasil, a terceira edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, lançada em dezembro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com outros organismos, também traz evidências de que muitos problemas permanecem.

Embora tenham, em média, maior escolaridade do que os homens, as mulheres ainda não conseguiram sequer uma inserção igualitária no mercado de trabalho. Ao contrário, diz o estudo, a dificuldade de acesso a esse mercado começa cedo para a população feminina: em 2007, menos de 70% das jovens de 16 a 17 anos estavam empregadas, contra mais de 81% dos rapazes.

As mulheres são maioria no trabalho doméstico, na produção para o próprio consumo e no trabalho não remunerado, enquanto os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada ou como empregadores.

Na remuneração, a desvantagem das mulheres tem sido sempre comprovada. Há poucos dias, veio a público documento da Confederação Internacional de Sindicatos afirmando que, entre 24 países, o Brasil é o que apresenta maior variação salarial por gênero: aqui, as mulheres recebem, em média, 34% menos do que os homens.

Aliás, a discriminação ultrapassa os limites profissionais e continua na própria casa: conforme o IPEA, enquanto as mulheres de 16 anos ou mais dedicam, em



média, mais de 27 horas por semana aos afazeres domésticos, os homens ocupam menos de 11 horas semanais nessas atividades.

Além da dificuldade maior para entrar no mercado de trabalho, da remuneração menor, da dupla jornada caracterizada pelos afazeres em casa, a mulher tem sido, ao longo do tempo, o alvo principal da violência doméstica, crônica e repetitiva, em geral denominada maus-tratos.

Análise realizada pelo Ministério da Saúde nos 35 Municípios considerados mais violentos indicou que 72% dos casos de maus-tratos tinham mulheres como vítimas. Já uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostrou que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil.

Em Salvador, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) registrou 733 ocorrências só no primeiro mês deste ano. Isso significa que 22 mulheres, em média, são agredidas diariamente na capital baiana.

Preocupado com essa situação, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. No ano passado, o Superior Tribunal de Justiça tornou-a ainda mais eficaz, ao garantir a continuidade da ação penal contra o agressor mesmo que a vítima desista da representação.

É claro que a lei sozinha não tem o poder de acabar com a violência, mas os resultados positivos já aparecem. Legalmente amparadas, as vítimas estão perdendo o medo e, em consequência, o número de chamadas para a Central de Atendimento à Mulher aumentou 32% no ano passado, em comparação com 2007. A busca de informações sobre a Lei Maria da Penha cresceu 245%.

Não é uma vitória definitiva, mas é um grande passo. O mesmo se pode dizer da ampliação da licença-maternidade para 180 dias, por enquanto beneficiando principalmente as funcionárias públicas, mas que acabará se tornando comum também no setor privado.

Assim, com reivindicações e conquistas, estamos assinalando mais um Dia Internacional da Mulher.

Parabéns a todas as mulheres! E continuemos, juntos, na luta contra qualquer forma de discriminação.

Muito obrigado.



Documento 78/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-14:06

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7040 FLÁVIO BEZERRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial às marisqueiras cearenses.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mulheres do Brasil, todos sabem que em 8 de março é comemorado o Dia Internacional da Mulher. Mas será que todos sabem qual o real motivo dessa comemoração? Não se trata de mera data comercial, não é uma oportunidade de movimentar as lojas: existe um fato histórico que justifica a celebração.

Em 8 de março de 1857, mais de uma centena de operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque se mobilizaram na primeira greve conduzida apenas por mulheres. Elas reivindicavam melhores condições de trabalho que, à época, eram sub-humanas, incluíam agressões físicas, sexuais e uma jornada muito extensa.

As mulheres daquela fábrica reivindicavam a diminuição da jornada de trabalho que era de 10 horas diárias. Para que fossem ouvidas, os afazeres foram interrompidos. A resposta dos patrões e da polícia foi muito violenta e fez com que as mulheres se aprisionassem no estabelecimento. As operárias foram trancadas



na fábrica, que foi incendiada, causando a morte de todas elas - foram carbonizadas.

O Dia da Mulher se tornou oficial em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, e não se firmou apenas como uma data de presentes e propagandas, mas como uma proposta de debate e de reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, seus avanços e as formas de desvalorização que ainda insistem em persistir.

Claro está que, deixando de lado efeitos especiais, diferenças há; porém, equivocam-se aqueles que sustentam ainda hoje a dicotomia sexo forte e sexo frágil. Rotular a mulher de sexo frágil é tornar-se culpado de difamação, afirmava Gandhi.

Durante séculos, as mulheres tiveram de conviver com uma condição inferior, causada por uma divisão de trabalho que sempre as desfavoreceu. Poucas tinham acesso a uma educação melhor, cabendo à maioria o fardo da maternidade.

A celebração do 8 de março se tornou uma das mais fortes tradições do movimento popular e revolucionário em todo o mundo e um dos mais importantes símbolos da luta de libertação da classe operária e de todos os oprimidos da terra.

A mulher é a principal fonte de conceitos, cultura e sentimentos, ela é a condutora principal da sociedade, que ainda hoje depende dela para a maioria das funções cotidianas. Hoje, participar dessa homenagem é valorizar o sacrifício de uma mulher que não só trabalha, mas se divide entre casa, família e faculdade.

É por isso que hoje venho a esta tribuna parabenizar todas as mulheres do Brasil pelo seu dia, em especial as mulheres cearenses, costureiras, rendeiras, tapioqueiras, marisqueiras, pescadoras, que vivem nas praias auxiliando seus maridos na economia familiar, arriscando suas vidas dentro dos manguezais, enfim, as mulheres empreendedoras de meu Ceará.

Parabéns a todas!

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.



Documento 79/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:18

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7065 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Baixa representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Anúncio, pelo Presidente da República, de transformação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no Ministério de Políticas para as Mulheres. Apoio ao estabelecimento de cotas para candidatura de mulheres em pleitos eleitorais. Aplausos ao Presidente Michel Temer pela apresentação de projeto de criação da Procuradoria da Mulher. Contrariedade à decisão do Arcebispo de Recife e Olinda, Dom José Cardoso Sobrinho, de excomunhão de médicos e demais envolvidos em aborto realizado em menor vítima de estupro.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiras e companheiros, há poucos instantes, a exemplo de vários Parlamentares — mulheres e homens — , também tive oportunidade de fazer um breve registro acerca da passagem do Dia Internacional da Mulher, comemorado no último domingo, dia 8 de março. Volto à tribuna para continuar falando do mesmo assunto. Primeiro, para destacar a importância da data. Muito mais que comemorativa é uma data em que a



sociedade brasileira e de inúmeros países do mundo inteiro podem discutir e refletir acerca da situação da mulher hoje.

É óbvio que conquistamos muitos direitos. A cada dia, a nossa luta persistente tem feito com que possamos conquistar mais espaços. Entretanto, ainda temos longo caminho a percorrer. Acho que o exemplo mais claro disso é o fato de sermos a metade da população, a metade dos eleitores, mas ocuparmos apenas 8% das cadeiras do Parlamento. Será que não temos capacidade? Será não temos interesse político? Nada disso. É que ainda pesa uma carga cultural machista muito grande sobre as mulheres, que são extremamente atarefadas.

Falamos muito da dupla jornada de trabalho. Costumo dizer, porém, que não temos uma dupla, mas uma tripla jornada de trabalho, porque, além de dividirmos a tarefa do sustento da família, somos obrigadas a não dividir as tarefas domésticas, porque estas devem ser feitas quase que na totalidade exclusivamente por mulheres. Os homens, na sua grande maioria, não dividem tais tarefas com as mulheres.

Além disso, muitas vezes, Deputado Silas Câmara, são as mulheres obrigadas a cuidar sozinhas dos filhos pequenos, porque o pai não "leva jeito para ensinar a tarefa, o dever de casa", "o pai não leva jeito para dar comida" — e isso sobrecarrega as mulheres.

É por isso, caros colegas, que a nossa representação só ocupa 8% das vagas do Parlamento brasileiro.

Em segundo lugar, quero destacar a importância das medidas anunciadas recentemente pelo Presidente da República no sentido de transformar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em Ministério de Políticas para as Mulheres para, como disse o próprio Presidente da República, atender a uma antiga reivindicação do movimento feminista neste Brasil.

Esse assunto tem de ser trabalhado porque, se assim não for, não trará nenhuma consequência. Há muito tempo, logo após uma Conferência Internacional das Mulheres, aprovamos aqui lei que estabeleceu cotas para as mulheres nas campanhas eleitorais. À época, muitos perguntavam: "Mas vocês não brigam por igualdade, então, agora, vão querer algo a força? Querem um percentual



reservado para mulheres?". É verdade, queremos, sim, porque diferentes não podem ser tratados de forma igual.

Até que a mulher conquiste seu espaço, ela tem de ser tratada de forma diferente e, muitas vezes, tem de receber privilégios, até ocupar o espaço que lhe é de direito.

Apresentei à Casa projeto de lei que penaliza duramente o partido político que não cumprir a cota. E precisamos aprovar essa proposta, Deputada Jô Moraes, para que se efetive a lei de cotas em nosso Brasil.

Mais uma vez, quero cumprimentar o Presidente Michel Temer por apresentar o projeto de resolução que cria a Procuradoria da Mulher, que não vai funcionar para as Deputadas, mas para além do Parlamento brasileiro, propondo ações e fazendo estudos acerca da situação da mulher.

Sras. e Srs. Deputados, não posso deixar de também falar do caso da menina de 9 anos, que teve de se submeter a uma intervenção de interrupção de gravidez, razão por que o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, excomungou a equipe médica e a mãe da criança. Tenho certeza que Deus não está perdoando o Arcebispo.

Não sou daquelas de frequentar a Igreja todos os dias, apesar de ter sido batizada e crismada, mas sou daquelas que procura fazer as coisas certas, fazer tudo sem prejudicar o próximo. E o que diz a Lei de Deus é que a sociedade tem de ser igual, que todos têm o mesmo direito.

Segundo o Arcebispo, por maior que tenha sido o crime, o estuprador não está excomungado, ao contrário da mãe e dos médicos — e isso, que é notícia no mundo inteiro, infelizmente, mancha o nosso País e mancha a imagem da Igreja Católica.

Para concluir, quero ler trecho de artigo de uma jornalista francesa a respeito desse episódio, que foi objeto de reportagens em vários jornais da França — e nenhum deles apoiou a postura do Arcebispo de Olinda e Recife.

Diz o artigo:

"Há certos dias em que o silêncio é a melhor saída. Cadê o respeito e a proteção à vida dessa garota, dessa menina de 9 anos de idade, que nem tamanho, que nem



peso, que nem corpo tem, que sofreu uma agressão brutal? A igreja não deveria ter dito o que disse, mas teria de amparar, assim como toda a sociedade, teria de acolher essa criança com todo o carinho, com todo o amor, não só de mãe, mas carinho e amor humano, que é do que precisa essa menina e tantas outras que sofrem diariamente estupro e todo o tipo de violência e assédio".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Documento 80/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7071 VALADARES FILHO-PSB -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de iniciar este pronunciamento pedindo todo o destaque para nossas colegas Deputadas, cuja história de luta para chegar onde estão nos reporta ao final do século XIX, onde mulheres lutaram com bravura e determinação por seus direitos.

Em 28 de fevereiro de 1909, houve o primeiro Dia Nacional da Mulher, nos Estados Unidos da América, patrocinado pelo Partido Socialista Americano. No ano seguinte, na reunião da Internacional Socialista (organização global de partidos social democratas, socialistas e trabalhistas fundada em 1889), foi instituído o Dia da Mulher.

A origem do Dia da Mulher tem de ser compreendida em meio à ascensão das lutas operárias do final do século XIX e início do século XX, quando discussões teóricas no campo socialista as convocavam à participação política e tomava corpo a luta pela libertação da mulher.



Ao falar de movimentos com mulheres, não poderia deixar de destacar a luta das minhas colegas do PSB, em vários aspectos, em defesa da mulher.

Na pessoa da minha colega Deputada Sandra Rosado, coordenadora da bancada feminina desta Casa, presto minha homenagem a todas as Deputadas que, juntamente com S.Exa., se empenham no aperfeiçoamento das leis brasileiras com o intuito de trazer melhorias econômicas, sociais e políticas para as mulheres em âmbito nacional.

Gostaria de destacar a Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, de autoria da minha colega Deputada Luiza Erundina, que assegura a presença de pelo menos uma mulher nas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como na direção das Comissões.

Com isso, gostaria de destacar a grande participação das Deputadas do PSB na luta a favor da igualdade de gênero.

Na próxima sexta-feira, dia 13 de março, o diretório do PSB em Sergipe homenageia mulheres cujas trajetórias de vida se confundem com a do próprio partido; mulheres que contribuíram não só para o crescimento do partido, mas também para a evolução da sociedade sergipana.

Por fim, na figura de minha mãe, Ana Luíza Valadares, mulher que se notabilizou na luta política e social, especialmente em meu Estado, homenageio todas as mulheres deste País.



Documento 81/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-14:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7048 SANDRA ROSADO-PSB -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Convite aos Parlamentares para participação na solenidade de abertura da exposição Mulher criando e fazendo artesanato. Baixa representatividade feminina nos cargos políticos do País. Importância da adoção de medidas de combate à violência contra a mulher.

A SRA. SANDRA ROSADO (Bloco/PSB-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados, hoje constituída de 45 Deputadas, tenho a grande honra de trazer a minha palavra com referência às comemorações do Dia Internacional da Mulher, transcorrido em 8 de março, a que demos início na semana passada e prosseguiremos durante toda esta semana. Inclusive logo mais, às 15h, será aberta a exposição Mulher criando e fazendo artesanato, para a qual convido V.Exa. e os demais Parlamentares.

Dirijo-me não apenas ao imenso contingente feminino do País, mulheres de todas as classes, raças e profissões, de todos os estratos socioeconômicos, casadas ou solteiras, mães de família, responsáveis pelo sustento e educação dos filhos; dirijo-me também aos homens, sobretudo os Parlamentares presentes, para



agradecer o apoio que têm dado às nossas causas, assim como para chamá-los a participar cada vez mais dessa luta, que ainda precisa ir muito mais longe.

Na iniciativa privada, no serviço público, na política, na sociedade de modo geral, nem sempre a mulher é avaliada por seus valores - preparo intelectual, lisura de caráter, experiência profissional, liderança, sua forma peculiar de pensar o mundo e rebater as injustiças.

Na política, a representatividade da mulher brasileira é baixíssima. E, para atestar isso, basta que se olhe para um único dado das últimas eleições municipais: apenas 9% das Prefeituras foram conquistadas por mulheres, num eleitorado constituído de maioria feminina, cerca de 52%. As mulheres não votam em mulheres? Não é tão simples responder a isso. As mulheres, com modesta consciência política e pouco acesso à política partidária local, é que não estão devidamente mobilizadas como agentes - não pacientes do processo.

A mulher é importante em todas as atividades, em todas as tarefas que desempenha, mas é muito importante que as brasileiras comecem a se conscientizar da relevância do seu papel na política. Não podemos mais aceitar que, nas Câmaras Municipais, nas Prefeituras, nas Assembleias Legislativas, nesta Casa e no Senado Federal sejamos tão poucas. Somos apenas 8,4% de Parlamentares mulheres, diante de uma maioria masculina, situação que, como disse, não reflete a realidade brasileira.

Em condições econômicas adversas, como as que agora se vislumbram, inclusive no Brasil, talvez pelos próximos 2 anos, agravam-se também minhas preocupações com relação à mulher no mercado de trabalho. Sempre mais vulnerável, em época de crise, ela costuma ser a primeira e a mais apenada entre a classe trabalhadora. A tristíssima realidade é que, se há um homem e uma mulher demissíveis, recai, quase que fatalmente, a "escolha de Sofia" sobre a mulher, poupando-se o homem.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que, entre 1996 e 2006, segundo o IBGE, o número de mulheres chefes de família cresceu 79%, ao passo que o número de homens nessa situação aumentou não mais do que 25%. Não quero dizer, em absoluto, que, para estes, é mais fácil o momento da demissão, porque sei que, a ambos os



sexos, é igualmente sofrida a perda do emprego; quero dizer apenas que, mais do que nunca, é preciso que se usem critérios justos. A justiça que não tem sido feita à mulher brasileira torna-se hoje, ainda mais do que em outros tempos, um imperativo de ordem econômica, social e, sobretudo, humana.

Outro assunto que é preciso trazer à baila, nobres colegas, diz respeito à violência que continua a ser covardemente perpetrada contra a mulher, em especial na forma de abusos sexuais - que inclui a exploração e prostituição infantil, a pedofilia - e de crimes passionais.

Pesquisa realizada pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), em março de 2007, entre outras conclusões, afirma que 51% dos entrevistados conhecem pelo menos uma mulher que já tenha sido vítima de agressão por seu companheiro.

A Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340, de 2006, constitui formidável avanço. Essa lei é fruto da luta de uma mulher corajosa, apoiada por outras mulheres corajosas, movidas pelo desejo de justiça e pela consciência de que lhes cabia esse embate, a fim de que outras mulheres não fossem mais vitimizadas. Infelizmente, a norma legal não produziu todos os resultados positivos esperados, pois esses implicam necessariamente uma mudança de mentalidade, o que decorre de longo processo de amadurecimento da sociedade. Mas a sociedade, Sr. Presidente - o vizinho próximo, o amigo, os filhos adultos, as autoridades - e, sobretudo, a própria mulher não podem ser contemplativas; cumpre-lhes denunciar, investigar, punir.

Por outro lado, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com previsão de R\$1 bilhão para a sua implantação, nos próximos 4 anos, está consolidado no Plano Plurianual 2008-2011 e contempla todas as ações estabelecidas na Lei Maria da Penha. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, tendo à frente a Ministra Nilcéa Freire, é a responsável pela coordenação das ações previstas no pacto e que envolvem 10 Ministérios. É com esse conjunto de ações, mais as iniciativas, repito, de todos os cidadãos e cidadãs, que chegaremos a um ambiente social de mais equilíbrio.



Abraço ainda todas as companheiras desta Casa e as convido - e também os homens solidários à nossa luta - para participarem dos atos que vamos realizar durante esta semana.

E, por fim, quero homenagear a brava mulher brasileira: corajosa, destemida, determinada. Tenho certeza de que, no ano que vem, poderemos dizer que conquistamos mais espaço. Quem sabe nas próximas eleições tenhamos mais mulheres nesta Casa?

No mais, Sras. e Srs. Deputados, deixo a minha mensagem de otimismo e perseverança à mulher brasileira, empenhando-lhe a minha profissão de fé, a minha solidariedade e o meu compromisso.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras, pela luta que não pode cessar.

Continuemos!

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 82/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-16:34

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7098 CELSO MALDANER-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, da Campanha da Fraternidade de 2009, sob o tema Fraternidade e Segurança Pública. Assunção da Presidência Nacional do PMDB pela Deputada Íris de Araújo.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de deixar registrado o meu respeito e admiração pelas mulheres desta Casa e por todas as mulheres, pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Faço referência a uma grande heroína catarinense, Anita Garibaldi, e à mulher que marcou o Brasil com sua história de vida e deu nome à lei que alterou o Código Penalbrasileiro, possibilitando que agressores de mulheres, no âmbito doméstico ou familiar, sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Falo da Sra. Maria da Penha.

Quero homenagear todas as mulheres que, com bravura, coragem e o mesmo espírito livre de Anita, transformam a sociedade. Essas mesmas mulheres que, com ternura, afeto e sensibilidade, educam seus filhos, cuidam de seus lares, se dedicam aos pais, mães, amigos. São todas, bravas Anitas e Marias,



conquistadoras, batalhadoras, buscando territórios, lugares, alcançando, por meio de inquestionável competência, seus espaços. Deixo ainda registrado meu respeito às mulheres que se dedicam a trabalhos sociais, voluntários, como as da Rede Feminina de Combate ao Câncer, as mulheres agricultoras, as profissionais liberais.

É pertinente também, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registrar que a Campanha da Fraternidade de 2009, cujo texto base trata de Fraternidade e Segurança Pública, está abordando todo tipo de violência no campo, no trânsito, contra a natureza. Está tratando da violência provocada pelo racismo e, finalmente, da violência contra a mulher, contra as crianças, violência que se expande nos lares, com a exploração sexual infantil ou com o tráfico de pessoas. Infelizmente, o desrespeito e a violência contra a mulher são marcas de nossa história, e feliz é a sugestão de que para enfrentar as diversas manifestações de violência no Brasil é preciso romper resistências sociais e abordar o tema como um fenômeno social, como um conjunto de comportamentos que podem e devem ser modificados.

A falta de oportunidade é a via mais rápida para que os índices de criminalidade, violência e exploração contra as mulheres aumentem. Por outro lado, a participação plena da mulher na sociedade pode retrain os números alarmantes que se somam à feliz constatação de que hoje as mulheres são maioria.

Quero, antes de finalizar este discurso, parabenizar minha companheira de partido, Íris de Araújo, pela sua condução à Presidência do PMDB, partido com o maior número de Parlamentares desta Casa. Filiada desde 1980 ao partido, Íris vem a se destacar e a fazer história como a primeira mulher a presidir a legenda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encerro minha homenagem convidando todos para uma reflexão sobre o importante papel das mulheres, e dedico esta mensagem á D. Amélia Magnanti, Rosimar e Caroline Maldaner.

Muito obrigado.



Documento 83/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7084 CARLOS ALBERTO LERÉIA-PSDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial às goianas. Oportunidade de reafirmação de metas alcançadas pelas mulheres no País.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna parabenizar todas as
mulheres do Brasil pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A data, 8 de março, que se tornou marco histórico de resistência das
trabalhadoras que morreram queimadas dentro de uma fábrica por reivindicar
redução na jornada de trabalho, deve ser tomada como base de inspiração na luta
pelos direitos e de reflexão sobre o crescimento e a superação feminina na
sociedade brasileira.

A causa é incessante e deve ser retomada sempre que houver diferenças sociais
e negativas, como a diferença de salário para o exercício da mesma função entre
homens e mulheres. Por outro lado, temos de rechaçar a abordagem machista de
que o Dia Internacional da Mulher é uma ingênua guerra dos sexos, entre a
sensibilidade feminina e o racionalismo masculino. Pensar desse modo demonstra



não só falta de informação, mas também postura política equivocada, já que reduz o problema da dominação social de uma minoria a mera disputa particular entre os sexos.

E vou mais além: essa data simboliza justamente a luta e a conquista da igualdade de direitos. Não se pode dizer que se trata de uma luta do passado. Apesar dos muitos avanços verificados durante o século passado, subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher. Nos últimos tempos, a figura feminina vem galgando novas posições, transpondo obstáculos e rompendo velhos preconceitos. O valor da mulher não abrange somente o fato de ser a precursora da família, mas também engloba todos os anseios do ser humano em alcançar um ideal e a aspiração de posições, sem desfazer aquele elo de magia que envolve a personalidade feminina.

A data é considerada momento de reafirmação de todas as metas alcançadas pelas mulheres até os dias atuais. Hoje, breve balanço mostra que as mulheres já conquistaram certa igualdade em relação aos homens, sobretudo no mundo do trabalho. Atualmente, posições de destaque na política e em empresas são comuns.

Tratar como frágil o sexo feminino é errado. A mulher demonstra que pode superar qualquer obstáculo e preconceito. Basta olhar ao redor para vê-las nas Forças Armadas ou na Presidência de alguns países. Hoje, enquanto as mulheres escalam o poder, os homens estão direcionando suas atividades para o lar. As tarefas diárias da casa e o cuidado dos filhos já não são mais atividades típicas de uma mulher. Ambos os sexos estão ocupando espaços alijados pelo preconceito. Com toda essa evolução, felicito as mulheres brasileiras, em especial as mulheres goianas, e espero que a reflexão e a festa não marquem apenas o dia 8 de março, mas também todos os dias do ano.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 84/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7085 RATINHO JUNIOR-PSC -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras. Participação feminina no mercado de trabalho, na política e em segmentos produtivos do País. Necessidade de equiparação salarial entre homens e mulheres. Importância de aprovação da Lei Maria da Penha destinada ao combate à violência doméstica contra as mulheres. Necessidade de universalização do atendimento de qualidade às crianças em creche; de realização de investimentos maciços na educação da juventude brasileira e de implementação de políticas públicas eficientes destinadas ao atendimento integral à criança. Apresentação do Projeto de Lei nº 4.335, de 2008, sobre a criação de banco nacional de DNA destinado ao cadastramento de acusados por prática de crimes sexuais.

O SR. RATINHO JUNIOR (Bloco/PSC-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero prestar uma homenagem especial a todas as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expresso minha admiração e meu respeito às guerreiras que abrem caminho e apontam a direção a ser seguida por todos nós; às trabalhadoras que contribuem para o desenvolvimento do País; às mães, que conseguem dar o equilíbrio à família; às



representantes de classe, que norteiam aspirações e conquistas, enfim, a todas as mulheres do Brasil.

A celebração desta data tão importante coloca em evidência questionamentos que nos levam a uma reflexão profunda sobre os avanços que efetivamente contribuíram para a redução da nossa histórica desigualdade entre homens e mulheres, mas também exige uma avaliação precisa das ações que naufragaram e dos obstáculos que ainda têm de ser superados até que a sociedade brasileira alcance uma condição de justiça e equilíbrio.

Os avanços são inquestionáveis, com a mulher cada vez mais presente nas decisões importantes em todas as áreas do conhecimento. A cada dia mais atuante no mercado de trabalho, na política e em praticamente todos os segmentos produtivos, a mulher vê aumentar sua participação de forma qualitativa e quantitativa na sociedade. No curto tempo de apenas 25 anos, de 1983 a 2008, houve um acréscimo de mais de 25 milhões de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, número muito superior ao do sexo masculino.

As mulheres vêm desempenhando um papel mais destacado do que os homens no crescimento da população trabalhadora, pois ocupam suas funções mais bem preparadas, por meio de estudos, qualificação profissional e especialização. Segundo o IBGE, a taxa de analfabetismo é menor entre as mulheres e o número de anos de estudo é, em média, maior do que o dos homens.

Mesmo com todas essas credenciais, a discrepância salarial entre homens e mulheres foi reduzida em apenas 10%, entre 1996 e 2007. Vale destacar que o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008, elaborado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aponta que o vencimento médio dos homens brancos em todo o País, em 2006, era 53% superior ao rendimento das mulheres brancas e 200% superior ao rendimento das mulheres negras. É estarrecedor constatar que cada homem branco é cotado em valor econômico ao equivalente a 3 mulheres negras.

Com esses números, no atual ritmo de redução das desigualdades, o Brasil levaria cerca de 87 anos para conseguir equiparar salários de homens e mulheres, conforme a pesquisa Retrato das Desigualdades de Renda e Raça, realizada pela



Secretaria Especial de Política para Mulheres, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM. Não é difícil concluir que, para a mulher negra, esse tempo seria ainda mais longo e o caminho mais espinhoso.

Essa gritante diferença salarial entre gêneros e a falta de reconhecimento da capacidade feminina impedem a mulher de ascender aos mais altos postos, tanto na iniciativa privada quanto no setor público. As injustiças persistem e se agravam quando ocorrem dentro do próprio gênero. Afinal, e o que é mais cruel, as oportunidades são desiguais também entre brancas e negras.

As mulheres negras pertencem ao grupo que sofre a maior opressão dentro da população trabalhadora. Invariavelmente, são destinados a elas os piores postos de trabalho e as menores remunerações. Até a taxa de desemprego entre as negras é muito superior à verificada nos demais grupos.

Sr. Presidente, a despeito desta triste situação, quero ressaltar mais uma grande conquista dos últimos anos. Trata-se da aprovação da Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta lei tem mudado o perfil da realidade de lares brasileiros. As denúncias contra os agressores aumentaram, a punição é muito mais pesada e a consciência social atingiu um novo grau de maturidade.

Entretanto, o Estado não tem conseguido dar um amparo adequado às mulheres agredidas, às vítimas que não podem mais voltar para casa e àquelas que continuam sendo perseguidas após os registros das ocorrências.

E o que tem sido feito para impedir os episódios de violência que ultrapassam o limite da racionalidade? São inúmeros casos, tratados muitas vezes como frias estatísticas, de mulheres assassinadas por maridos ciumentos ou namorados desajustados. Alguns se tornam emblemáticos e provocam comoção nacional. Em um deles, a vítima foi a adolescente Eloá, sequestrada e morta pelo ex-namorado em um apartamento de São Paulo. Em outro episódio, uma menina de 9 anos, estuprada pelo padastro, em Recife, teve de se submeter a um aborto, por correr risco de morte.



Essas tragédias estão associadas, sem dúvida, ao pensamento machista de que a mulher, desde a infância, é vista como objeto sexual ou escrava da vontade do homem. Essa dominação destrutiva possibilita a ocorrência de agressões, a exploração sexual de crianças e adolescentes, sequestros e assassinatos de mulheres de todas as faixas etárias, de bebês a idosas.

Nobres colegas Parlamentares, essa realidade precisa ser mudada com a máxima rapidez. É preciso universalizar o atendimento de qualidade às crianças que utilizam as creches e investir maciçamente na educação de nossos jovens, além de implementar políticas públicas eficientes para o atendimento integral à criança. No outro extremo, é importante aprimorar a legislação com o fim de punir com absoluto rigor os criminosos que vitimam filhas, mães e donas de casas inocentes. Mas também é necessário encontrar mecanismos que coíbam as ações de criminosos e agressores machistas.

Procuramos dar nossa contribuição ao fortalecer o debate e apresentar propostas. Nesse sentido, tivemos a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei nº 4.335, de 2008, que dispõe sobre a criação de um banco nacional de DNA para o cadastramento de acusados em crimes sexuais. O objetivo é evitar a reincidência de crimes sexuais, pois entendemos que a criação de um banco de DNA facilita significativamente a identificação de criminosos e a elucidação de casos que hoje não apresentam solução.

Por fim, Sr. Presidente, ainda que ocorram tantos percalços nessa luta contínua pela redução das desigualdades, não podemos deixar de reiterar nossas homenagens a todas as mulheres. Cada uma, com sua parcela de sensibilidade e amor, contribui para melhorar a vida na família, na comunidade e em todo o mundo. Que o Dia Internacional da Mulher seja o símbolo das grandes vitórias do gênero feminino e também do fim da dominação masculina.

Obrigado.



Documento 85/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:52

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7090 MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização, pelo Congresso Nacional, de sessão solene por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Editorial O dia mundial da mulher, publicado pelo jornal Correio Braziliense.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Congresso Nacional, na quinta-feira passada, realizou sessão solene destinada a comemorar o transcurso, por antecipação, do Dia Internacional da Mulher, sob a Presidência de José Sarney, tendo ao seu lado o Deputado Michel Temer, além de numerosas Parlamentares pertencentes à nossa bancada feminina.

Nos diversos pronunciamentos ouviram-se manifestações de reconhecimento ao esforço despendido pelo Parlamento nacional com vistas a assegurar direitos e prerrogativas da mulher, especialmente a partir da promulgação da Carta Cidadã de 5 de outubro de 1988 e, a seguir, da legislação infraconstitucional, da qual a prova mais significativa é a Lei nº 11.340, de 2006, conhecida por Lei Maria da Penha, exemplo que foi a mesma de resistência a agressões sofridas e que, hoje, a mantêm em uma cadeira de rodas, mas sem deixar de defender os direitos humanos, com determinação, firmeza e coerência inigualáveis.



Na última sexta-feira, dentre os vários Deputados que se manifestaram sobre o evento, tive ensejo de testemunhar, igualmente, a minha homenagem ao acontecimento, secundado por inúmeros colegas, em sessão presidida por Nelson Marquezelli e Rose de Freitas. Valendo ressaltar, também, as intervenções de Chico Lopes, Pedro Fernandes, Nilson Mourão e Veloso, dentre outros.

Anteontem, o Correio Braziliense, em sua Editoria de Opinião, fez publicar magnífico editorial, cuja transcrição ora requero a fim de que passe a compor o presente discurso, numa reverência à mulher de todos os continentes, especialmente as do nosso País.

Eis, Sr. Presidente, a íntegra da aludida matéria:

"O dia mundial da mulher

Não é apenas coincidência que o Dia Internacional da Mulher, hoje celebrado em todo o mundo, transcorra no Brasil em meio a verdadeira comoção nacional. Grávida de gêmeos do padrasto que a estuprou, uma menina de 9 anos teve de ser submetida a aborto induzido para livrá-la de grave risco à saúde. Logo, o episódio resvalou para o centro de controvérsia ético-religiosa depois que o arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, excomungou todos os envolvidos na realização do ato abortivo. Apesar da atoarda em torno do caso, a violência sexual contra meninas é fato corriqueiro entre nós.

Questão há mais de 20 anos em discussão no Brasil e pertinente à órbita de interesses das mulheres, o aborto permanece tipificado como crime na legislação. Não é punível, todavia, se a gravidez resulta de estupro, conforme sanciona o artigo 128, II, do Código Penal. Mas, como se vê na situação específica da criança de 9 anos, a reparação médica da violência (amparada na lei) não é admitida em nome de dogmas confessionais. Também muitos preconceitos da espécie se ocultam nas teias das relações sociais com a mesma carga reprovadora.

O episódio retrata apenas uma das faces da discriminação contra as mulheres. São condutas que tomam, de regra, a forma de agressões físicas e psicológicas, sujeição a rotinas de humilhação e subserviência, castração de vontades e contenção dos espaços de liberdade. Mais grave é que as afrontas à dignidade



ocorrem, em grande parte, no âmbito familiar, quase sempre configuradas por lesões corporais.

No Brasil, não há estatísticas aptas a compor quadro geral da situação da mulher. Mas se sabe, conforme inquérito do Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que a legislação de todos os países, em maior ou menor intensidade, consagra a discriminação. A pobreza atinge 70% das mulheres. São do sexo feminino duas em cada três crianças sem acesso à educação. Em território brasileiro, o panorama pode não ser tão cáustico, mas ainda está longe de mostrar-se à altura do respeito aos direitos femininos na extensão exigida pelas Nações Unidas.

Apesar de tudo, é fato que houve avanços consideráveis. Embora em espaços ainda exíguos, as mulheres há muito passaram a exercer consultorias e postos de direção no serviço público e na iniciativa privada. Muitas têm alcançado cadeiras nas instituições legislativas. Porém, no Brasil como em outras nações — até mesmo nos Estados Unidos — , a maioria ganha salário inferior ao dos homens.

Por efeito de campanha nacional de uma mulher surrada pelo marido até ficar hemiplégica — Maria da Penha — , lei que tomou o seu nome (Lei nº 11.340/2006) criou amplas normas de defesa contra suplícios sofridos na esfera familiar, sobretudo por parte de companheiros e maridos. Mas é indispensável que o amparo via imposição legislativa siga em frente. Urge estender às mulheres os direitos econômicos e sociais deferidos aos homens. Mas não basta. Para usufruí-los, cumpre, por exemplo, universalizar o acesso dos filhos à pré-escola e às creches, condição para que possam ausentar-se de casa a fim de ocupar empregos dignos e bem remunerados."

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Parabenizo o Deputado Jofran Frejat pelo belíssimo pronunciamento que fez no Grande Expediente, tratando de temas relevantes para nosso País.



Documento 86/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-14:28

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7049 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Baixa representatividade feminina nos cargos políticos do Brasil. Eleição da Deputada Íris de Araújo para a Presidência Nacional do PMDB.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, fiquei sensibilizada com o pronunciamento que V.Exa. fez em homenagem às mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, no último domingo, 8 de março.

Agradeço aos colegas a gentileza de me cederem a vez - e isso se deve, tenho certeza, ao fato de que compreendem a importância e, mais do que isso, a necessidade da luta pela emancipação feminina. Afinal, uma sociedade não pode ser considerada emancipada se nela a mulher não participa com igualdade de todos os processos, seja na política, seja no mundo do trabalho, seja na comunidade, seja nas lutas sociais.

Infelizmente, como disseram a Deputada Sandra Rosado, competente Coordenadora da bancada feminina, e a Deputada Maria Helena, somos apenas 8% dos Parlamentares do nosso País. Na Câmara há 513 Deputados, mas



somente 45 são mulheres, o que significa dizer que não só alguma coisa, mas muita coisa está errada neste País.

Neste momento, cumprimento todas as mulheres brasileiras - e voltarei durante toda a semana a falar do assunto - por sua luta e sua persistência em superar desafios, porque é assim que conquistamos a igualdade.

Em especial, quero cumprimentar a Deputada Íris de Araújo, que na manhã de hoje assumiu a Presidência Nacional do PMDB, partido que tem o maior número de Parlamentares do nosso País.

Cumprimento também o PMDB por escolher a Deputada Íris de Araújo para ocupar posição tão importante na política: a presidência de um partido de tanta expressão. Seu nome ficará sem dúvida alguma na história das mulheres, na nossa luta pela ocupação de espaços.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Receba a Deputada Íris de Araújo também os parabéns da Mesa.



Documento 87/100

029.3.53.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2009-15:26

Publ.: DCD - 11/03/2009 - 7067 SILAS CÂMARA-PSC -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras nas pessoas das Prefeitas Maria das Dores Oliveira Munhoz e Maria Barroso da Costa, respectivamente, dos Municípios de Boca do Acre e Pauini, Estado do Amazonas. Descaso da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC com a homologação de aeroportos em Municípios amazonenses. Aplausos ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pelo início das obras de pavimentação da BR-317 e pelo empenho na recuperação das BRs-319 e 174, no Estado. Realização por órgão da Casa de audiência pública para debate do registro sindical de colônias de pescadores no País. Criação do Ministério da Pesca.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/PSC-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros do Brasil inteiro que nos acompanham pela TV Câmara e pela Rádio Câmara, ocupo esta tribuna neste Pequeno Expediente, primeiro, para registrar a importância do Dia Internacional da Mulher. E quero abraçar todas as mulheres do Brasil, nas pessoas das Prefeitas Maria das Dores Oliveira Munhoz e Maria Barroso, da Calha do Rio Purus, no meu Estado do Amazonas, Prefeitas dos Municípios de Boca do Acre e Pauini, que demonstraram a coragem da mulher ao disputar a eleição e se elegerem Prefeitas



de cidades importantes do estratégico Estado do Amazonas, que são cidades da Calha do Rio Purus.

Quero também, Sr. Presidente, registrar a preocupação com a integração do meu Estado, que tem aeroportos na maioria dos Municípios e que, infelizmente, não pode ter uma interligação aérea em razão da falta de sensibilidade da ANAC para a homologação dos aeroportos. Já vi vários companheiros, Deputados Federais do meu Estado, ocuparem a tribuna para fazer esse registro.

Também aproveito a oportunidade para parabenizar o Ministro Alfredo Nascimento pela começo do asfaltamento da BR-317, pela mobilização em torno das BRs-319 e 174, o que demonstra o compromisso com a integração por parte de quem conhece a região do Estado do Amazonas.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que estamos animados com a possibilidade da audiência pública que será feita, na próxima semana, para discutir, de forma definitiva, o registro sindical das colônias de pescadores de todo o Brasil. Há de haver respeito a esse segmento de trabalhadores que ganhou a atenção do Presidente Lula na criação de um Ministério específico para essa classe que coloca a alimentação na mesa de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.



Documento 88/100

032.3.53.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2009-15:36

Publ.: DCD - 12/03/2009 - 7407 MARCELO SERAFIM-PSB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate a preconceitos e discriminações contra as mulheres no País. Importância da conquista do direito de voto pela mulher brasileira. Elaboração de políticas públicas em prol da mulher.

O SR. MARCELO SERAFIM (Bloco/PSB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Estado do Amazonas, quero fazer uma justa homenagem a todas as mulheres brasileiras por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

O 8 de Março remonta ao ano de 1857, quando operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, como, por exemplo, a redução na carga diária de trabalho para 10 horas; elas eram submetidas a 16 horas de trabalho diário.

Elas pediam também, Sras. e Srs. Deputados, equiparação de salários com os homens. As mulheres chegavam a receber um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho. Além disso, as mulheres queriam tratamento digno e respeito no ambiente de trabalho.



A manifestação, Sr. Presidente, foi brutalmente reprimida, com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente, 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, Sr. Presidente, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram na fábrica, em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas.

Sr. Presidente, ao ser instituída essa data, não se pretendia apenas comemorar. Hoje acontece muito mais. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe, um dia terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nessa história.

Quanto às conquistas das mulheres brasileiras, Sras. e Srs. Parlamentares, podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nessa data, foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo.

É bem verdade que as mulheres conquistaram muitas coisas, mas ainda há muito a se percorrer, Sr. Presidente. Por exemplo, as recentes pesquisas têm apontado que no Brasil o número de mulheres como chefes de famílias tem aumentado nas últimas décadas. O aumento da pobreza e as dificuldades de sobrevivência nas cidades têm gerado arranjos familiares alternativos, nos quais o papel das mulheres tem sido prioritário no sustento da casa e na criação dos filhos. Além disso, cada vez mais as mulheres brasileiras participam do mercado de trabalho e continuam acumulando a maioria das tarefas domésticas.



Sr. Presidente, outro problema diz respeito às diferenças salariais entre gêneros. Nesse sentido, as reivindicações do século XIX persistem: as mulheres inseridas no mercado de trabalho têm salários ainda muito aquém dos salários dos homens. Portanto, a discussão está aberta neste Parlamento. Cuidemos de nossas mulheres. Temos que, urgentemente, nos debruçar sobre a elaboração de políticas públicas voltadas a essas questões, para que, entre outras coisas, possamos dirimir esse quadro de mulheres chefes de famílias que precisam trabalhar para o sustento familiar e que têm as mesmas tarefas domésticas de sempre.

Por fim, quero deixar meu abraço, Sr. Presidente, meu respeito, meu carinho e toda a minha devoção à mulher brasileira: mãe, esposa, guerreira do cotidiano. Parabéns pelo Dia Internacional da Mulher! Estamos juntos na luta pela igualdade de direitos.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste discurso nos órgãos de comunicação desta Casa e no programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 89/100

032.3.53.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2009-14:40

Publ.: DCD - 12/03/2009 - 7395 LUIZ ALBERTO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Construção pela PETROBRAS de plataformas de perfuração de poços de petróleo no Estado da Bahia. Participação da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, no seminário Mulher, Poder e Democracia, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Tentativa de investigação da vida pessoal da Ministra pelo Delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese a torcida da Oposição, PSDB e DEM, para que a crise financeira internacional quebre o Brasil, o Governo do Presidente Lula segue promovendo grandes investimentos.

Registro 2 grandes projetos na Bahia, além daqueles anunciados pelos Deputados Geraldo Simões e Nelson Pellegrino: o da PETROBRAS, que construirá no estaleiro de São Roque, no Município de Maragogipe, na foz do Rio Paraguaçu, 2 grandes plataformas autoeleváveis de perfuração de petróleo, com investimento aproximado de 700 milhões de dólares; e os 3 grandes estaleiros que serão construídos na mesma região da foz do Rio Paraguaçu, denominada Polo da Indústria Naval da Bahia, com investimento aproximado de 4 bilhões de reais,



onde serão gerados cerca de 12 mil empregos diretos e quase 20 mil empregos indiretos.

Por meio de um esforço conjunto do Governo do Estado da Bahia, do Governo Federal e, particularmente, da PETROBRAS, ocorrerá, no próximo dia 27, a aula inaugural do curso de formação dos técnicos que irão operar esses investimentos, principalmente das plataformas da PETROBRAS, promovido pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural — PROMIMP.

Como eu disse no início, embora haja a torcida da Oposição para que o Brasil mergulhe na crise — e parece que ela está torcendo por isso — , esses grandes investimentos gerarão emprego, equilibrando o desenvolvimento regional. O Norte e notadamente o Nordeste do Brasil vivem historicamente dificuldades para se inserirem no Projeto Nacional de Desenvolvimento, mas isso começa a ocorrer com as ações do Presidente Lula.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, salientar que, durante sua visita à Bahia, na sexta-feira, a Ministra Dilma Rousseff, além de fazer o anúncio de investimentos na via expressa Baía de Todos os Santos, em razão da proximidade do 8 de março, o Dia Internacional da Mulher, participou de um seminário com quase mil mulheres, para debater o tema: Mulher, Poder e Democracia.

Na ocasião, S.Exa. expressou, como fez no encontro promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, aqui em Brasília, que vem sofrendo um grande preconceito.

Como todos tomamos conhecimento, a revista Veja publicou matéria sobre as bisbilhotagens do Delegado Protógenes, que afirmou ter investigado a vida pessoal da Ministra Dilma Rousseff. O que também se configura numa forma de discriminação e preconceito. S.Exa. informou aos jornais que, quando os homens a acusam de ser uma mulher dura, ela responde que tem um comportamento comum ao dos homens, mas que eles nunca são considerados homens duros. E arremata dizendo que é uma mulher dura rodeada de homens meigos.

Sr. Presidente, querem impedir o debate político, que poderá gerar, pela primeira vez no Brasil, uma mulher dirigindo os destinos do País, uma Presidenta, como já ocorre em vários outros países. S.Exa. afirmou que o preconceito contra as



mulheres, os negros e os índios está sendo combatido com as políticas do nosso Governo, e ela, no cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, é um exemplo típico de capacidade em gestão pública.

Muito obrigado.



Documento 90/100

032.3.53.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2009-15:38

Publ.: DCD - 12/03/2009 - 7427 RENATO AMARY-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Medidas necessárias para o combate aos efeitos da crise financeira mundial sobre a economia brasileira. Papel do Congresso Nacional na discussão e apresentação de proposições destinadas ao enfrentamento da crise. Compromisso do PSDB com o desenvolvimento do País.

O SR. RENATO AMARY (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ortiz, grande tribuno de Guaratinguetá, do Vale do Paraíba e do Estado de São Paulo, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar meu pronunciamento com foco na posição do Brasil em relação à atual crise econômica mundial, faço um parêntese para, em tempo, deixar aqui minha homenagem a todas as mulheres brasileiras, lembrando o Dia Internacional da Mulher, comemorado no último domingo, dia 8 de março.

Hoje venho à tribuna para, com serenidade e seriedade, buscar contribuir com a discussão da crise econômica internacional e das medidas que podem afetar seus efeitos sobre o Brasil.

Primeiramente, há que se reconhecer, lamentavelmente, a expressiva magnitude da desaceleração que o Brasil hoje observa.



De fato, os dados do Produto Interno Bruto recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denotam uma expressiva retração da produção brasileira, da ordem de 3,6% em relação ao trimestre anterior, quando se efetua o cálculo que elimina dos dados os efeitos das sazonalidades típicas da série.

Quanto ao emprego, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam para uma redução importante dos postos de trabalho formais, em face do saldo de 655 mil empregos formais perdidos no mês de dezembro, que representam uma redução de 2,1% em relação ao mês anterior no nível de emprego com carteira assinada. Trata-se do pior resultado desde maio de 1999, quando teve início a série histórica do CAGED.

No que se refere às contas externas, as alterações ocorridas sobretudo no último trimestre de 2008 são expressivas, especialmente na conta financeira do balanço de pagamentos, que considera os investimentos externos líquidos efetuados no País. Naquele trimestre, o fluxo de investimentos estrangeiros apresentou um resultado negativo que atingiu 5,4% do PIB. Desde o terceiro trimestre de 1998, em plena crise da Rússia, às vésperas da crise cambial de janeiro de 1999, essa conta não apresentava resultado tão negativo.

Trata-se de dados preocupantes. Contudo, uma análise isenta deve contemplá-los de forma mais pormenorizada.

Quanto ao Produto Interno Bruto, é evidente que a velocidade com que fomos atingidos pela crise impressiona, demonstrando uma retração de expressiva magnitude. Todavia, já há analistas que apontam críticas para um ajuste estatístico utilizado especificamente para o cálculo do PIB do último trimestre de 2008, que gerou a retração divulgada de 3,6%. Esses analistas argumentam que, embora a metodologia preveja a possibilidade desse ajuste, esse procedimento não é utilizado desde 1996, já há 12 anos, e que, sem ele, o número não seria dessa forma ruim, podendo estar mais próximo de muitas expectativas que apontavam uma retração menor, entre 2,2% a 2,6%, números sem dúvida ruins, mas não tanto quanto 3,6%.



Apenas quando forem apurados os próximos resultados das contas nacionais se compreenderá se o fator de excepcionalidade foi ou não adequado, conforme depreendemos de declarações do Coordenador de Contas Nacionais do IBGE ao jornal Valor Econômico, em reportagem publicada hoje, 11 de março, por aquele veículo de comunicação.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Renato Amary, V.Exa. me permite um aparte?

O SR. RENATO AMARY - Pois não, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Gostaria de cumprimentar V.Exa. pela apreciação que começa a fazer da crise financeira que atingiu todos os Continentes e que agora está incidindo significativamente na economia brasileira. Coincidentemente, a presença de V.Exa. na tribuna cerca-se não apenas da expectativa nacional, mas sobretudo do anseio que se tem da redução da taxa de juros, pois logo mais, às 16h (estamos muito próximos desse horário), o COPOM deverá anunciar expressivo decurso na fixação da taxa SELIC - esperamos que realmente haja. Portanto, o discurso de V.Exa. tem também este signo de rara oportunidade, porque coincide com a manifestação daquele órgão, que é superintendido pelo Banco Central. Meus cumprimentos a V.Exa. pelo magnífico discurso.

O SR. RENATO AMARY - Obrigado, meu querido decano, Deputado Mauro Benevides. Esperamos que esses juros caiam, pelo menos, 2% a 2,5%, o que ainda não é bom.

Mas gostaria de tecer outras considerações. No âmbito específico da indústria automobilística, Sr. Presidente, realmente houve um arrefecimento, mas os números divulgados pela imprensa no último mês já indicam que o setor está retomando sua atividade, embora em patamar mais reduzido. Ademais, as vendas de veículos novos no mercado nacional, em janeiro de 2009, apontaram um crescimento de 1,5%, em comparação com dezembro de 2008.

De forma geral, muito embora a produção industrial como um todo tenha sido reduzida, os dados do varejo não indicam, ao menos por ora, uma redução contundente.



Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostraram leve retração, da ordem de menos de 1,6%, para o período compreendido entre setembro e dezembro de 2008 (último dado disponível), que, ainda assim, ocorreu após período de expressiva expansão das vendas no varejo, de cerca de 15,1%, observada nos 12 meses anteriores.

No que se refere às contas do nosso balanço de pagamentos, a conta corrente - que compreende os saldos das balanças comerciais e de serviços e os pagamentos de juros, lucros e dividendos - apresenta um déficit moderado de 1,4% do Produto Interno Bruto no último trimestre de 2008. Contudo, há que se ressaltar que a atual crise atinge não apenas os países que apresentam déficits, mas também aqueles que apresentam superávites em conta corrente. Assim, a manutenção de superávites externos não se revela como garantia contra a crise. Ademais, o fato de contarmos com um câmbio flutuante permitirá que, ao longo do tempo, as cotações respondam aos desequilíbrios nas contas externas, de forma que novo patamar de equilíbrio seja alcançado.

De todo modo, quanto à saída de investimentos externos do País, é importante destacar que essa perda de capitais esteve concentrada em investimentos em ativos financeiros, eminentemente de caráter especulativo, e não em investimentos diretos, que, aliás, vêm mantendo desempenho favorável.

A propósito, o último bimestre de 2008 apresentou o maior índice de investimentos estrangeiros diretos daquele ano, atingindo 4% do PIB, valor bem superior à média observada nos últimos 5 anos.

Ao contrário do que ocorre no exterior, o Sistema Financeiro Nacional está sólido, bem capitalizado e provisionado. No que se refere ao crédito doméstico, os dados do Banco Central mostram uma expansão contínua, apesar da crise. Com efeito, em janeiro de 2007 a concessão de crédito no mercado interno ao setor privado atingia 30% do PIB. Em janeiro de 2008, chegou a 34% do PIB e agora recentemente, em janeiro de 2009, esse indicador chega à marca de 40,3% do PIB, com cerca de um terço dessa expansão direcionada ao setor privado industrial.



Por outro lado, houve efetivamente uma retração em relação ao crédito externo. No período de setembro de 2007 a agosto de 2008, o volume médio de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) totalizou 186 milhões de dólares por dia útil, ao passo que a média diária em janeiro de 2009 foi de apenas 113,9 milhões de dólares por dia útil, denotando uma retração de 39% dessas operações.

Contudo, recentes informações divulgadas pela imprensa apontam que, de acordo com o Presidente do Banco Central do Brasil, as concessões de crédito no País já retornaram aos níveis anteriores à crise financeira. De acordo com suas afirmações, a redução do crédito externo foi um dos canais por meio do qual a crise afetou o Brasil, motivando atuações da autoridade monetária para suprir essa carência, inclusive com oferta de recursos das reservas internacionais para substituir o crédito externo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o aspecto essencial a destacar é que há de se ter prudência, ponderação e serenidade na análise dos dados que se nos apresentam. Essa é a atitude responsável a ser adotada, de modo a evitar a disseminação de qualquer sentimento de pânico junto à sociedade brasileira.

É evidente que esta é a mais grave crise experimentada pela economia mundial nos últimos 75 anos, mas é também importante lembrar que o Brasil ainda não está em recessão ou em deflação, apresentando, ao contrário, um período de redução de seu crescimento.

Não seria evento inesperado que, em um mundo cada vez mais globalizado, as economias passem por ciclos econômicos cada vez mais sincronizados, especialmente quando choques relevantes ocorrem nos países desenvolvidos, que representam uma expressiva parcela da economia mundial.

Assim, grande parte do crescimento brasileiro nos próximos anos dependerá de forma significativa, embora não exclusiva, da recuperação do desenvolvimento econômico mundial. Contudo, essa constatação evidentemente não diminui a importância das medidas que podem ser adotadas internamente para atenuação dos efeitos da crise sobre o Brasil.



A esse respeito, não podemos deixar de destacar a capacidade de recuperação da economia brasileira. Algumas vezes nos esquecemos, mas recentemente vivenciamos diversas crises graves, e em todas elas nossa economia reagiu de forma exemplar. Passamos pela crise da Ásia, em 1997; pela da Rússia, em 1998; pela cambial, ocorrida em janeiro de 1999, da qual o País rapidamente se recuperou, a despeito dos cenários mais pessimistas que eram traçados à época; pela crise do 11 de setembro, em 2001; pela da Argentina e pela grave crise de confiança atravessada no período eleitoral, em 2002.

Não foram crises amenas. Ainda assim, o Sistema Financeiro Nacional manteve-se sólido, graças, em grande medida, ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER e ao Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES, implementados no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Também o povo brasileiro, trabalhador e otimista, sempre colaborou com o processo de recuperação da economia. Atualmente vemos, pelas reportagens de jornais, que o brasileiro voltou a dar seu "jeitinho" especial para contornar a crise.

Vivemos num País com um sistema financeiro robusto. O Brasil contempla diversas oportunidades à frente em virtude do enorme potencial de nosso mercado interno, de nosso parque industrial sólido e competitivo, de nossa diversificada pauta de exportações destinada a uma multiplicidade de parceiros comerciais.

Após um período de acentuada queda nas cotações internacionais de diversas commodities, já se vislumbra uma recuperação em seus preços, melhorando, assim, nossas perspectivas. Além disso, é sempre importante destacar que as descobertas referentes à área do pré-sal, que apontam para reservas que podem chegar à ordem de 50 a 80 bilhões de barris, abrem a perspectiva concreta de o País se tornar um importante participante no mercado mundial de petróleo nos próximos 10 anos. A exploração de tamanha riqueza propiciará um enorme estímulo para a reativação de nossa indústria naval e de toda a sua cadeia de fornecedores.

Ainda no setor de energia, a possibilidade de manutenção de elevadas metas de utilização de biocombustíveis nos Estados Unidos pode significar a existência de



um promissor mercado para o etanol, representando um importante espaço para todos os produtores brasileiros e, conseqüentemente, para toda a cadeia que viabiliza essa produção.

O Sr. Lobbe Neto - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. RENATO AMARY - Pois não, Deputado Lobbe Neto.

O Sr. Lobbe Neto - Quero cumprimentá-lo, Deputado Renato Amary, Vice-Líder da nossa bancada, que desenvolve um grande trabalho no ITV de São Paulo, no PSDB. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, não em tom alarmista, mas com a preocupação daquele que já foi executivo na cidade de Sorocaba, um grande Prefeito e que vê com preocupação a arrecadação caindo e os municípios começando a ter mais dificuldades. Esperamos que, a partir do momento em que se investiu o Presidente do Banco Central de Ministro... É claro, o Banco Central não é autônomo. Já houve uma reunião com o Presidente Lula, o Ministro Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Espero que o Presidente tenha orientado para que o COPOM diminua os juros em mais de 2%. Está na mão do Presidente. Esperamos que isso aconteça. Obrigado.

O SR. RENATO AMARY - Muito obrigado, Deputado Lobbe Neto.

Ouçõ o Deputado Cláudio Diaz.

O Sr. Cláudio Diaz - Deputado Amary, quero parabenizá-lo não só pelas considerações, mas pela preocupação que demonstra como homem público envolvido com este País e que, acima de tudo, lhe presta um serviço, dando a todos nós, com o seu exemplo, motivação no sentido de que o Brasil não pode apenas fazer como foi feito há poucos dias, uma grande reunião em Brasília, com a presença do Presidente da República e de alguns Prefeitos, enquanto os municípios morrem à míngua. V.Exa., que foi um extraordinário gestor, que deu uma nova vida à cidade de Sorocaba, sabe muito bem e tem a receita para tudo isso. Portanto, Deputado Amary, parabênizo V.Exa. pela sua luta. Acima de tudo, sou seu súdito e fiel companheiro, porque V.Exa. nos inspira tudo que é de bom na política, pela sua postura e seus atos.

O SR. RENATO AMARY - Obrigado, Deputado Cláudio Diaz, um grande combatente pelas coisas do Rio Grande do Sul e do Brasil nesta Casa de leis.



Concedo o aparte ao Deputado Eduardo Gomes.

O Sr. Eduardo Gomes - Deputado Renato Amary, apenas ressalto o seu pronunciamento nesta tarde, que é muito importante para este Plenário. Quem tem costume de acompanhar aqui as sessões sabe que, fosse outro o resultado do PIB brasileiro ou a avaliação sobre a crise, que antes era apenas uma marola, este plenário estaria cheio de Líderes do Governo, defendendo e fazendo propaganda. O pronunciamento de V.Exa. chama todos os Deputados à responsabilidade e a uma avaliação mais séria sobre a crise que o País atravessa, especialmente os municípios brasileiros, assunto que vou tecer no meu pronunciamento do Grande Expediente, que será apenas um modesto acompanhamento do seu pronunciamento. Quero parabenizar V.Exa., que já foi Prefeito por duas vezes, que tem competência e sabe o que está falando, chamando a atenção desta Casa para esse tema tão importante.

O SR. RENATO AMARY - Obrigado, Deputado Eduardo Gomes, homem do Tocantins, que enriquece e enobrece a nossa Casa.

Continuando, adicionalmente, o Brasil reúne condições de estabilidade econômica, institucional e política que o faz especialmente atrativo para os investidores. Temos a mais plena confiança de que, tão logo este momento agudo da crise internacional seja vencido, os capitais externos se voltarão a países com grandes possibilidades de investimento. Nesse contexto, o Brasil se destacará como destino preferencial.

Dessa forma, Sr. Presidente, este período de crise está de fato se convertendo num momento de extrema importância para nossa história econômica, pois revela à comunidade internacional a maturidade demonstrada por nosso País na manutenção das mais responsáveis políticas econômicas, mesmo nos períodos mais turbulentos.

Exatamente por esse motivo, é crucial, neste momento, evitar a adoção de ações que, na ânsia de melhorar a situação do País, acabem por prejudicá-lo. Referimo-nos à iniciativa de estabelecer licenças prévias de importação, que chegou a vigorar por curto período de tempo e que apenas contribuiu para levar à



comunidade internacional a suspeição de que outras medidas de questionável eficácia não estejam descartadas nos recônditos do Governo.

Nesse contexto, quero destacar que o Poder Legislativo pode e deve dar a sua importante e necessária contribuição. A propósito, desejo aqui destacar que considero louvável a recente criação da Comissão Especial que terá como objetivo principal a formulação de ações contra os reflexos da crise econômica internacional no Brasil.

Efetivamente, o Parlamento é o foro privilegiado para a discussão dos grandes temas nacionais, o embate entre ideias, a busca do consenso e a formulação de propostas. No debate acerca da crise econômica mundial, o papel do Congresso Nacional não se limita meramente a apreciar e aprimorar as iniciativas do Poder Executivo. Ao contrário, esta Casa tem todas as condições de apresentar proposições do mais elevado nível, para o que pode inclusive contar com a participação do seu corpo técnico, que congrega um grande número de mestres e doutores, especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento.

Não há como minimizar as dificuldades de avançarmos em extensas reformas em meio a um ambiente de crise. Este é um momento oportuno para trazeremos à pauta o debate público que permita o entendimento dos motivos pelos quais as reformas previdenciária, trabalhista e tributária devem ser efetuadas, ainda que de forma gradual.

Mas podemos avançar além dos debates. Há muito o que ser feito, mesmo que não se considere, neste momento, a alteração de nosso ordenamento constitucional. Com efeito, alterações na legislação infraconstitucional podem ser responsáveis pelo aprimoramento gradual dessas legislações, enquanto uma reforma abrangente não for concluída.

No campo tributário, ICMS, IPI, PIS e COFINS incidem sobre a venda de bens de capital, mas não permitem ao adquirente o crédito integral e imediato na apuração de seus respectivos tributos. No caso do IPI, PIS e COFINS, essa correção pode ser feita por meio de lei ordinária, e no caso do ICMS, por lei complementar.

Quanto ao custo da mão de obra, a contratação formal de empregados sujeita-se ao pagamento de uma série de contribuições do empregador ao INSS, ao Sistema



S, FGTS, além de outros encargos previdenciários e trabalhistas. A correção dessa distorção depende, igualmente, de alteração na legislação ordinária, muito embora, nesse caso, a questão transcenda a órbita tributária, pois envolve direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários.

A ameaça de redução do emprego nesse ambiente de crise é, todavia, um estímulo importante para a apreciação de propostas infraconstitucionais que confirmam, de maneira geral, um aprimoramento à nossa legislação trabalhista, tema que não pode ser adiado. Apenas a pesada incidência sobre a folha de pagamentos, de mais de 20%, é usualmente apontada como uma das principais causas do emprego informal, havendo propostas de substituição da sua arrecadação por tributos sobre o faturamento, por exemplo.

A redução da carga tributária deve ser buscada a todo custo. Não obstante, de acordo com dados da Receita Federal divulgados no último mês de dezembro, a carga tributária bruta bateu novo recorde em 2007, último ano com dados disponíveis, atingindo 34,79% do PIB, ante 33,51% em 2006. Trata-se de uma expansão de 1,28% do PIB, que corresponde a um aumento na arrecadação de nada menos que 109,5 bilhões de reais, com efeitos amplamente negativos sobre a economia brasileira, atravancando a ampliação dos investimentos e da produção.

Contudo, é importante apontar que, conforme indicado, é possível a obtenção de ganhos de eficiência econômica mediante a alteração da legislação tributária, ainda que, lamentavelmente, venha a ser mantida a carga tributária.

É também oportuno recordar que o próprio fator previdenciário foi originário de uma reforma infraconstitucional. Não se deve deixar de ressaltar que é necessário cautela na apreciação de projetos que, em vez de corrigir os desequilíbrios de longo prazo, terminam por agravá-los.

Além desses temas, é crucial aprofundar alterações microeconômicas diversas, de maneira a reduzir as barreiras aos investimentos no País, estabelecendo, inclusive, marcos regulatórios que confirmam segurança jurídica aos investidores.

De toda forma, Sr. Presidente, não queremos aqui, evidentemente, esgotar as inúmeras propostas que podem ser adotadas por esta Casa sem que se inicie um



processo tortuoso e, por isso mesmo, demorado de alterações de dispositivos constitucionais, em um processo que pode não ser compatível com a urgência das medidas legislativas que se fazem necessárias neste momento.

Esse processo será certamente enfrentado não apenas no âmbito da Comissão Especial que tratará da crise, mas também pelas diversas Comissões temáticas e pelos Parlamentares da Casa.

A mensagem primordial a ser transmitida ao País é a de que estamos engajados em oferecer propostas efetivas para atenuar os efeitos da crise econômica internacional sobre o Brasil. O PSDB, como Oposição, estando comprometido com o desenvolvimento do Brasil, continuará a atuar de forma legítima e responsável, apresentando nesse processo os dados e os argumentos quanto aos aspectos que podem e devem ser aprimorados como resultado da ação parlamentar, que deve ser exercida em todos os momentos da vida democrática.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ortiz) - Só nos deu satisfação ouvi-lo, nobre Deputado.



Documento 91/100

033.3.53.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2009-14:18

Publ.: DCD - 13/03/2009 - 7669 RENATO MOLLING-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.821, de 2008, sobre a participação feminina em entidades de representação civil. Saudações às Parlamentares, Prefeitas Municipais e Vereadoras.

O SR. RENATO MOLLING (PP-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para prestar meus cumprimentos a todas as companheiras brasileiras, que foram homenageadas no último domingo, 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Retomo hoje em plenário a origem da data em homenagem às mulheres. Nesse dia, no ano de 1875, operárias têxteis de Nova Iorque entraram em greve ocupando a fábrica para reivindicar a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, onde ocorreu um incêndio e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Diante do breve relato da tragédia que originou a data, percebemos alguns progressos, com aquisição de direitos políticos, bem como uma maior participação em entidades políticas e sociais.



No entanto, apesar desses avanços, muito espaços ainda estão por serem ocupados pelas mulheres para que possamos, de fato, assegurar a igualdade de tratamento e de condições, conforme prevê nossa Constituição.

Com o intuito de cooperar na construção de um aparato institucional mais igualitário, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.821/08, que torna obrigatória a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição de entidades de representação civil.

O projeto tem por objetivo permitir que um maior número de mulheres venha a participar da composição de entidades de representação civil, tais como OSCIPs, sindicatos, fundações, associações e organizações similares. A proposição já passou pela Comissão de Seguridade Social e Família, tendo recebido parecer favorável da Deputada Aline Correa. Encontra-se atualmente na Comissão de Constituição e Justiça, sob apreciação do Deputado João Campos.

Assim, ao mesmo tempo em que presto a devida homenagem ao papel da mulher na sociedade brasileira, ressaltando a necessidade de ampliação da participação da mulher no contexto político e social, conto com o apoio de meus nobres pares para a aprovação desse projeto de lei.

Finalizo, enfim, parabenizando as nobres Deputadas e Senadoras do Congresso, pelo trabalho desenvolvido, bem como as Prefeitas e Vereadoras que assumiram recentemente o mandato. Não posso também deixar de prestar minha homenagem àquelas mulheres que não fazem parte da vida pública, mas contribuem diariamente para a construção de um Brasil melhor.

Essas eram as minhas considerações.



Documento 92/100

033.3.53.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2009-15:42

Publ.: DCD - 13/03/2009 - 7701 LEANDRO VILELA-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Assunção da Presidência do PMDB pela Deputada Íris de Araújo. Realização de sessão solene em homenagem à mulher pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

O SR. LEANDRO VILELA (Bloco/PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para 10 horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.



Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem as mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, por meio de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas.

Ao ser oficializada esta data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual. O esforço é para tentar diminuir e, quem sabe, um dia terminar com o preconceito e a desvalorização da mulher. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência masculina, jornada excessiva de trabalho e desvantagens na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nesta história.

Podemos dizer que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nesta data foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo.

Marco das conquistas das mulheres na história:

- 1788: o político e filósofo francês Condorcet reivindica direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres;
- 1840: Lucretia Mott luta pela igualdade de direitos para mulheres e negros dos Estados Unidos;
- 1859: surge na Rússia, na cidade de São Petersburgo, um movimento de luta pelos direitos das mulheres;
- 1862: durante as eleições municipais, as mulheres podem votar pela primeira vez na Suécia;
- 1865: na Alemanha, Louise Otto cria a Associação Geral das Mulheres Alemãs;
- 1866: no Reino Unido, o economista John S. Mill escreve exigindo o direito de voto para as mulheres inglesas;
- 1869: é criada nos Estados Unidos a Associação Nacional para o Sufrágio das Mulheres;



- 1870: na França, as mulheres passam a ter acesso aos cursos de medicina;

1874: criada no Japão a primeira escola normal para moças;

1878: criada na Rússia uma universidade feminina; - 1901: o Deputado francês René Viviani defende o direito de voto das mulheres.

Preciso registrar um fato expressivo na política nacional, que ocorreu dia 10 de março último, em Brasília: pela primeira vez na história, uma mulher assume a Presidência do PMDB nacional. E para orgulho dos goianos, Iris de Araújo, Deputada Federal e Primeira-Dama de Goiânia, é a contemplada para ocupar honroso cargo. Em solenidade bastante concorrida, na sede do partido, no Congresso Nacional, Iris de Araújo reafirmou compromisso firmado juntamente com o Presidente Michel Temer: o de trabalhar pelo fortalecimento do maior partido da República.

Iris de Araújo é um símbolo da política de Goiás. Sempre dedicada às causas sociais, tem história na inclusão social em nosso Estado. Portanto, ao me referir ao Dia Internacional da Mulher, quero agora cumprimentar o PMDB nacional por permitir a ascensão de Iris de Araújo ao seu comando, ela, que seguramente vai percorrer o País inteiro defendendo a bandeira do partido e pregando desenvolvimento e justiça social.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás realizou, segunda-feira, 9 de março, sessão especial que prestou homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Ao todo, 74 mulheres de destaque em suas áreas de atuação da sociedade goiana receberam a Comenda Berenice Artiaga. Nós, goianos, nos orgulhamos de ter, na Assembléia Legislativa, 7 dos 41 Deputados: Isaura Lemos, Mara Naves, Betinha Tejeta, Adriete Elias, Cilene Guimarães, Flávia Morais e Vanuza Valadares. Temos também 3 brilhantes mulheres integrantes da bancada Federal de Goiás: Senadora Lúcia Vânia, e as Deputadas Federais Iris de Araújo e Raquel Teixeira. Neste momento, quero saudar todas as mulheres, na pessoa da goiana, ainda viva, Berenice Teixeira Artiaga, que foi a primeira mulher a se eleger Deputada Estadual no Brasil, em 1950. Por conta da tradição política que fez dela a primeira



Parlamentar estadual do País, Berenice Artiaga foi homenageada pela Assembléia Legislativa de Goiás.

Em 1950, a política em Goiás dividia-se entre PSD e UDN. De um lado, os Ludovicos; de outro, os Caiados. Seu marido, o militar e político Getulino Artiaga, era muito ligado a Pedro Ludovico e disputava a reeleição como Deputado Estadual pelo PSD. Porém, num comício, em Nova Aurora, foi assassinado a 20 dias das eleições. Então, o PSD decidiu lançar sua candidatura em lugar do marido morto. E Berenice Artiaga, natural de Santa Cruz de Goiás, foi eleita.

D. Berenice reelegeu-se Deputada em 1954, permanecendo na Assembléia Legislativa até 1958. Casou-se novamente, mudou-se para Brasília, viveu 11 anos com o novo marido e ficou de novo viúva aos 50 anos. Não teve filhos do segundo casamento. Com Getulino Artiaga teve 3: Índio, Indiara e Ibirá.

As mulheres precisam ocupar maior espaço na política. Ainda é pequena a participação feminina em cargos públicos, eletivos ou não. É horas de as mulheres deixarem apenas de ser cabos eleitorais e tomarem a frente nas disputas políticas. Em Goiás, por exemplo, dos 246 Prefeitos, temos apenas 17 mulheres ocupando as Prefeituras.

A sociedade quer maior espaço para as mulheres na vida pública.

Muito obrigado.



Documento 93/100

033.3.53.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2009-15:42

Publ.: DCD - 13/03/2009 - 7704 EMÍLIA FERNANDES-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Retrospecto de conquistas femininas ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Presença, na Casa, da Presidenta Regional do Fórum de Mulheres do MERCOSUL. Conclusões do Encontro Internacional de Mulheres, realizado na fronteira do Brasil com o Uruguai. Carta encaminhada aos Parlamentares do Congresso Nacional, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a respeito da desativação de escolas itinerantes do Movimento pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Homenagem póstuma ao Deputado Adão Pretto.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, com muito prazer retorno à tribuna desta Casa neste momento.

É importante que o povo brasileiro, que nos assiste, saiba que, nesta Casa, tendo em vista que somos 513 Parlamentares, bastante diferente do Senado, onde permaneci 8 anos como Senadora, a participação dos Srs. Parlamentares por um tempo mais expressivo - hoje estou aqui podendo utilizar de 25 minutos - é feita por um sorteio. E eu, que estou há menos de 1 mês nesta Casa, já tive a honra e o prazer de ser sorteada e trazer novamente a nossa mensagem aos



Parlamentares, principalmente ao povo brasileiro e ao povo do Estado do Rio Grande do Sul.

É lógico, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que as nossas considerações se dão, como já fizemos há alguns dias, sobre o Dia Internacional da Mulher, que nós vivemos no mês de março. Nesse contexto, nós gostaríamos de dizer que, neste ano, mais uma vez, mulheres do mundo inteiro e de todas as partes do Brasil participaram de inúmeros eventos, palestras, programas, atos públicos, buscando dar visibilidade às questões relacionadas com as mulheres.

Mas também se falou muito da Lei Maria da Penha, que veio para fazer o enfrentamento à violência contra a mulher, e também da desigualdade salarial. Analisamos a crise econômica que vive o nosso País e quais as repercussões na vida das mulheres, a garantia dos direitos das mulheres trabalhadoras. Porque sabemos que as mulheres também são atingidas profundamente por essa crise. Portanto, de que forma nós poderíamos garantir os direitos e avançar cada vez mais naqueles desafios que são importantes e necessários, num país onde a maioria da sua população é de mulheres?

Constantemente, nós perguntamos o que, por exemplo, a Lei Maria da Penha está acrescentando no contexto brasileiro, não apenas na vida das mulheres, na vida das famílias, mas também na vida de homens e de mulheres neste País. Essa lei veio, primeiro, para dar um grande alerta e um basta à violência; segundo, para dar força, energia e coragem àquelas mulheres que ainda sofrem qualquer tipo de violência. E quando falamos em violência, temos de repetir sempre: não se trata apenas da violência física. Porque existem várias formas de violência: psicológica, moral...

Aquelas mulheres que, silenciosas, ainda enfrentam esse problema sozinhas agora precisam saber que neste País há uma lei que dá garantias para que elas quebrem o silêncio, criem coragem, denunciem e busquem resgatar, acima de tudo, a sua autoestima e o seu valor enquanto cidadã e enquanto mulher.

A Lei Maria da Penha veio também para chamar os homens, Srs. Parlamentares, colegas Deputados, para fazer uma reflexão. Aliás, a igualdade que nós defendemos, a democracia que nós queremos neste País não é uma democracia



de alguns, não é uma participação de alguns ou de algumas. Defendemos que este País, que se levanta como nação, que se afirma com a soberania de país que é observado de todos os lados do mundo, como país que busca incorporar, além da política econômica, até de resistência diante dessa grande crise internacional, as políticas sociais como compromisso de Governo, mas, muito mais do que isso, chama a sociedade brasileira e os Poderes Constituídos para que o enfrentamento à violência, a garantia da igualdade entre gênero, raça e etnia seja uma política de Nação...

Então a Lei Maria da Penha veio para fazer uma grande reflexão e transformar para melhor a vida dos homens, mas, principalmente, das mulheres brasileiras.

Temos, sim, Sr. Presidente, que aplaudir a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, desde o primeiro ano do Governo do Presidente Lula. Aliás, tive a honra de ser convidada pelo Presidente, naquele ano de 2003, para que organizássemos, estruturássemos aquela Secretaria Especial com status de Ministério. Ali nós definimos as grandes linhas junto com o Presidente Lula e com todos os Ministros das diferentes Pastas.

Pois agora, depois de fortalecer, avançar e implementar muitas questões que são levadas adiante por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, dos movimentos feministas e de mulheres que existem, de tantos e valorosos movimentos que realmente têm contribuído para a elaboração dessa pauta, o Presidente da República vem, nas festividades do Dia Internacional da Mulher, e apresenta uma proposta: a sua disposição política de transformar essa Secretaria definitivamente em Ministério de Políticas para as Mulheres.

Podem ter certeza, Sras. e Srs. Parlamentares, eu que trabalho com o Fórum de Mulheres do MERCOSUL... Diga-se de passagem, é até importante registrar que se encontra hoje aqui visitando o Congresso Nacional, e logo após fará uma palestra no Ministério Público do Distrito Federal, a Presidenta Regional do Fórum de Mulheres do MERCOSUL, que é de um país irmão, o Uruguai, que vem também fazer essa interlocução com as mulheres. Porque hoje a discussão entre as mulheres vai além das nossas fronteiras. Temos muitas pautas em comum.



Por isso posso trazer a V.Exas. o que vi, ouvi e recolhi inclusive do grande encontro internacional chamado pelas Centrais Sindicais do Cone Sul que se realizou no dia 8 de março passado na fronteira do Brasil com o Uruguai. Estive lá e posso dizer que houve momentos de diálogo, de fala, de ver o rosto das pessoas, das mulheres pedindo justiça para crimes impunes que aconteceram naquela fronteira. Vi também mulheres denunciando as consequências dessa crise que abalou. Elas colocaram, de forma muito clara, as origens do modelo neoliberal que se impôs ao Brasil e a outros países do mundo inteiro e que trouxe, em consequência, esta grande crise que atinge várias nações, fazendo que haja desemprego, tornando precário o trabalho, colocando em risco direitos das classes trabalhadoras.

Denunciaram o modelo de sociedade instituído em vários países, eis que penaliza as mulheres, que as trata, muitas vezes, como mercadoria, que permite a violência sexista, que permite uma jornada de trabalho ainda superior à dos homens - no contexto que se estava fazendo de grande avaliação -, que permite que as mulheres recebam 30% a menos do que os homens, embora fazendo as mesmas tarefas.

Lembro que as mulheres estão estudando mais, estão chegando às universidades, e que, nos concursos, são muito bem classificadas. Mas nos empregos que não são por concurso vemos que as mulheres dificilmente ocupam os espaços de chefia, com garantia de salários melhores.

O ato público de luta das mulheres do Cone Sul foi realizado exatamente na fronteira seca do Brasil com o Uruguai. É a cidade de minha origem. Vejo o Sr. Deputado que também foi Senador. S.Exa. sempre me ouvia falar no Senado na fronteira do Brasil com o Uruguai, Santana do Livramento, onde fui Vereadora por 3 mandatos.

Sabemos que é uma região onde os problemas são muito parecidos, principalmente os que se abatem sobre crianças, meninas, mulheres, no que se refere ao turismo sexual, ao tráfico de mulheres, ao trabalho escravo e precário, à prostituição, à violência doméstica, inclusive com certo grau de impunidade. Exatamente por se tratar de uma fronteira, é fácil as pessoas ficarem impunes,



passarem de um lado para outro, o que às vezes realmente dificulta o trabalho mais efetivo de busca por justiça.

Outra questão muito importante também foi abordada: a necessidade de se efetivar a implantação dos juzgados especiais de atendimento às mulheres, como previsto na Lei Maria da Penha. A lei por si só não faz as transformações. Temos que olhar e ver o que a lei precisa: centros de atendimento à mulher, casas-abrigo para mulheres em situação de violência, os juzgados especiais para valorizar e respeitar aquela mulher que quer fazer sua denúncia.

Pregou-se muito a questão da ética, da democracia, da liberdade, da valorização dos direitos humanos, das crianças, dos jovens, dos idosos, das pessoas portadoras de deficiência, dos homossexuais. Tudo isso ficou numa carta das mulheres do Cone Sul, que foi elaborada naquela fronteira durante esse grande evento, no dia 8 de março, com 16 bandeiras de luta e reivindicações.

Não vou ler os 16 pontos aqui, porque há outros Parlamentares que querem fazer suas manifestações, mas peço à Taquigrafia que depois transcreva integralmente nos Anais da Casa os 16 itens que as mulheres colocam em relação a estabelecimentos de indicadores de geração de emprego para as mulheres, salários, equidade de gênero na contratação de funções e ascensão profissional, trabalhadores domésticos, trabalhadores rurais, para que tenham oportunidades e mais direitos garantidos, a exemplo de outros trabalhadores; e reivindicam políticas afirmativas em todos os países do Cone Sul, da América Latina, que coíbam discriminação de raça, gênero e etnia, e que os jovens possam ter formação educacional integral.

Precisamos desenvolver no País leis que garantam a maternidade, a licença-paternidade, porque sabemos que há diferenças em todos os países. Tudo isso foi colocado, com vistas à possibilidade de os países trabalharem integralmente.

Há um ponto que considero fundamental que foi registrado entre os 16 pontos: a instituição de um protocolo de extradição comum para tratar dos casos de violência sexista nas áreas de fronteira. Sobre isso os países, nossos Governos, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério das Mulheres têm que dialogar urgentemente com outros países, para que se construa uma política, uma



legislação comum que garanta que um assassino de uma mulher, como o que matou há pouco mais de 1 mês em Santana do Livramento, não desapareça dentro dos outros países, porque as regiões de fronteira favorecem.

Isso não se pode fazer. É preciso pensar coisas comuns para a afirmação de políticas que reforcem o respeito aos direitos humanos de todas as pessoas, em especial das mulheres.

A questão da reforma agrária foi muito reclamada também; políticas públicas para agricultura familiar. Enfim, também houve grande clamor para que se fizesse ainda este ano, talvez o próprio Parlamento brasileiro - Câmara dos Deputados, Parlamento do MERCOSUL -, um encontro das mulheres do MERCOSUL com Prefeitas, Vereadoras, Deputadas Federais, locais de todos os países do MERCOSUL e do Cone Sul.

O Sr. Valdir Colatto - Permite-me V.Exa. um aparte?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Por favor.

O Sr. Valdir Colatto - Gostaria de pedir permissão para falar em vosso pronunciamento no Grande Expediente, Deputada Emília Fernandes, do PT do Rio Grande do Sul. Quando se fala das mulheres, da Lei Maria da Penha, do MERCOSUL, desse movimento que hoje se instala no MERCOSUL, que é o Parlamento do MERCOSUL, do qual tenho alegria de fazer parte representando o meu partido, o PMDB, com certeza V.Exa. também vai levar seus préstimos, sua inteligência e seu conhecimento, na condição de fronteira com o MERCOSUL, no Rio Grande do Sul, para que possamos fazer um trabalho também da mulher no MERCOSUL, que já está presente aqui no Brasil para trabalhar esse processo. Parabéns pela clareza de seu pronunciamento! Tenho certeza de que esta Casa terá em V.Exa. uma líder que vai levar para frente esse movimento, no sentido de trazer grandes benefícios às mulheres do Brasil e, com certeza, a toda a sociedade brasileira, onde a mulher participa ativamente, inclusive na política. Parabéns pelo seu pronunciamento! Com certeza, V.Exa. terá um grande trabalho pela frente e o fará com muita dignidade e competência.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Muito obrigada, Deputado. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.



Gostaria, logicamente, de reafirmar o meu compromisso e a minha disposição de trabalho junto com as questões do MERCOSUL, não apenas por ter integrado a Comissão do MERCOSUL nos 8 anos em que fui Senadora pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas exatamente pelo que V.Exa. disse aqui: pela minha vivência da realidade, mais de 50 anos vivendo diretamente na região da fronteira, dialogando com o Uruguai, a Argentina, o Paraguai, por intermédio do movimento de mulheres e dos Parlamentos.

Tudo isso nos faz acreditar cada vez mais na importância da integração dos nossos povos, não apenas a integração econômica, aduaneira, a meu ver importantíssima, mas uma integração cultural, em que cidadãos e cidadãs ajudem a construir dias melhores para as pessoas que vivem nos diferentes países da nossa América Latina e do MERCOSUL.

Sr. Presidente, preciso abordar ainda 2 pontos que considero importantes. Um deles, como os Srs. Parlamentares sabem, é que temos vivido no Rio Grande do Sul um momento que, de certa forma, preocupa-nos profundamente. Recentemente, foram fechadas escolas itinerantes em 8 Municípios do Rio Grande do Sul, e elas atendiam aproximadamente 2 mil famílias.

É importante que se diga que as escolas itinerantes foram criadas no Governo do então Governador Antônio Britto, em 1996. S.Exa. governou o Rio Grande do Sul de 1995 a 1998.

O ex-Governador assegurou o direito - o que foi amplamente aplaudido - de as crianças do ensino fundamental estudarem. Sabemos que o movimento dos sem-terra, os acampamentos, os assentamentos, têm uma mobilidade e uma característica que precisa ser olhada com certa atenção.

Então, o então Governador Antônio Britto e o Conselho Estadual de Educação autorizaram o funcionamento de escolas itinerantes nos assentamentos. Agora, a atual Governadora resolveu fechar essas escolas. De certa forma, isso causará um grande transtorno e prejuízo do ponto de vista educacional, porque as crianças tinham professoras qualificadas e disponibilizadas pelo Governo do Estado, que conhecem a realidade daqueles locais, daquela vida e daquelas bandeiras históricas, que são respeitadas, e que precisamos respeitar porque é uma questão



de direito à terra, à reforma agrária, à plantação, à produção de alimentos e ao combate à fome. Estamos profundamente preocupados com essa decisão tomada pela Governadora.

Sr. Presidente, também recebemos um documento, assinado pela Sra. Marina dos Santos, que é da Direção Nacional do MST. Essa mulher conhece e acompanha esse trabalho. Nós, particularmente, conhecemos cada um dos 8 Municípios que possuem essas escolas itinerantes. É importante dizer que, em 2008, o próprio Ministério Público e a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul realizaram um acompanhamento e uma fiscalização nas escolas itinerantes do Estado. Em novembro do ano passado, o Ministério Público elaborou um termo de ajuste para que fosse apresentado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ficam juntando forças para desmontar um trabalho que o próprio Governo do Estado e o povo brasileiro sempre reconheceram e valorizaram.

O trabalho realizado nessas escolas foi reconhecido e premiado - vejam a incoerência - tendo sido levado para os Estados do Paraná, de Santa Catarina, Goiás e Alagoas. Não se trata de alguma coisa ilícita nem ilegal nem muito menos sem qualificação. Trata-se de coisa séria. Só falta daqui a alguns dias alguém dizer que as aldeias indígenas não precisam mais de escola, que os quilombos não precisam mais de escola, ou que eles estão apenas fazendo cabeças diferentes. Não, eles não estão fazendo só cabeças diferentes. É a educação de qualidade que forma cidadãos e cidadãs e garante aquilo que há de mais sagrado, que é o estudo para as crianças.

Há assentamentos que estão a 50 quilômetros da mais próxima escola pública. A Governadora quer, agora, deslocar todas as crianças para os Municípios. Isso é impossível! Só para se ter uma idéia, o custo financeiro das escolas itinerantes, no Rio Grande do Sul, é de 16 mil reais. E a estimativa só do Município de São Gabriel, que é vizinho à minha cidade, onde passo sempre e conheço muito bem, é de que o Município, incorporando as 330 crianças que vêm dos assentamentos que estão ali próximos, teria que alocar 45 mil reais a mais de recursos.

O Sr. Vicentinho - Sra. Deputada, solicito um aparte.



A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Com muita honra, concedo um aparte a V.Exa. Então, veja, Deputado, essas reflexões o Congresso Nacional precisa fazer. Por isso fico muito feliz de receber seu aparte.

O Sr. Vicentinho - Deputada Emília Fernandes, estava no meu gabinete com o nosso querido Deputado Estadual Cândido, do nosso partido em São Paulo, e assistíamos à sua exposição. Fiz questão de vir aqui para, primeiro, parabenizá-la pelo pronunciamento em defesa da vida, da educação de qualidade, da educação inclusiva. Mas eu queria dizer que lamentamos muito pela perda do nosso irmão e companheiro Adão, que se sentava aqui a meu lado esquerdo, sempre muito presente, comprometido com a luta da classe trabalhadora. Deus o levou, sabemos disso. E V.Exa. assume o lugar do companheiro Adão nessa circunstância, que nem a senhora queria, nenhum de nós queria. Por isso, minha companheira, se assim posso chamá-la, porque somos da mesma bancada, V.Exa. é um exemplo para todos nós, pela sua luta em defesa da dignidade humana, como Ministra da Secretaria da Mulher, como Senadora da República. E, agora, como Deputada Federal, V.Exa. fortalece esta bancada neste mês de março, o mês da mulher. Tenho certeza de que o Rio Grande do Sul, os homens e as mulheres, estão muito bem representados por V.Exa. E por isso, irmã - desculpe o tratamento que dou, e me permito a isso -, minha irmã querida, seja muito bem-vinda, muita boa sorte, e vamos juntos construir este novo Brasil, ao lado do Presidente Lula. Obrigado.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Muito obrigada, colega, amigo e companheiro Deputado. A palavra de V.Exa. é muito importante, bem como o registro que fez inicialmente com relação ao nosso grande líder, grande representante da classe trabalhadora, não apenas do Rio Grande, mas do Brasil todo, nosso Deputado Adão Pretto. O seu falecimento nos surpreendeu e doeu muito. Nos deixa saudades. Já fizemos uma grande homenagem para ele aqui. E não nos cansamos de repetir: não pretendemos ser iguais. Mas temos, sim, como tem V.Exa., como têm todos os integrantes, homens e mulheres do Partido dos Trabalhadores, que levar adiante as bandeiras de luta, de resistência, aguerridas, audazes, que ele realmente detinha.



Então, esse registro eu o incorporo ao meu pronunciamento. E, sem dúvida, a palavra de V.Exa. no momento em que estamos refletindo sobre o momento em que vive o Brasil com a crise, e como fica a situação dos trabalhadores, a palavra de V.Exa. tem o tom realmente de mestre. Muito obrigada.

Eu me encaminho para as conclusões, Sr. Presidente, pedindo também que seja incorporado ao meu pronunciamento, em anexo, o documento datado de 5 de março de 2009, o Ofício nº 013, de 2009, que é endereçado não somente a esta Parlamentar, mas aos Srs. Parlamentares do Congresso Nacional. Então, eu até pediria que, depois, todos que quisessem conhecer mais essa realidade das escolas itinerantes lessem esse documento, que vem das mãos de uma mulher lutadora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Nós concluímos, dizendo que acreditamos que este País vive, sem dúvida, um novo momento histórico. A crise está aí, mas não nos enfraquece as forças e a coragem porque estamos em outro momento.

As políticas de sustentação, as políticas sociais, as políticas de enfrentamento à crise, o compromisso deste Governo e deste Congresso Nacional não devem jamais ser diferente de buscar alternativas e não de fazer apenas a crítica pela crítica. Nós estamos construindo um novo país, e o Brasil precisa de cada um dos brasileiros, homens e mulheres, independentemente das cores partidárias.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo da Fonte) - Parabenizo a Deputada Emília Fernandes pelo grande pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A ORADORA



Documento 94/100

034.3.53.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2009-10:15

Publ.: DCD - 14/03/2009 - 8021 MAINHA-DEM -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Reconhecimento da atuação parlamentar do Deputado Mussa Demes. Defesa de unificação das datas das eleições brasileiras. Apoio à implantação do orçamento impositivo. Atraso na implementação do Programa Luz para Todos no Estado do Piauí. Contribuição do Programa Bolsa-Família para a redução da miséria entre a população piauiense. Potencialidades agrícolas e turísticas do Estado. Expectativa de início das obras da Ferrovia Transnordestina no Piauí. Queda no repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Transcurso dos 186 anos da Batalha do Jenipapo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Anúncio de apresentação de Proposta de Emenda à Constituição que proíbe o Governo de isentar os impostos compartilhados com os municípios.

O SR. MAINHA (DEM-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos escutam pelo Rádio Câmara ou nos acompanham pela TV Câmara, para mim, este momento é muito importante, é um momento ímpar que me honra muito. Pela primeira vez, ocupo a tribuna desta Casa representando o povo brasileiro, especialmente o povo do Piauí.

Sr. Presidente, assumi o mandato em novembro, em substituição ao Deputado Mussa Demes. Depois que cheguei e comecei a me inteirar do funcionamento da



Casa, a conversar com diversos colegas, percebi a grandeza, o valor do Deputado Mussa Demes na Câmara dos Deputados, principalmente pelo trabalho que desenvolveu em prol do sistema tributário brasileiro - foi grande tributarista - na Comissão de Finanças, na qual sempre atuou. De maneira muito justa, o plenário da Comissão de Finanças foi denominado Plenário Deputado Mussa Demes.

Cheguei em momento tumultuado, de eleição para Presidente da Câmara dos Deputados. Um Vice-Presidente eleito renunciou para se defender. No Senado, o Diretor-Geral teve de renunciar ao seu cargo para se defender. E a sociedade cobra de nós Deputados, do Poder Legislativo, reformas e ações que, por si sós, são muito difíceis, principalmente a reforma política, a reforma previdenciária e a reforma tributária.

São reformas, Sr. Presidente, que não são consensuais. Cada Deputado tem uma aspiração, tem um desejo, tem uma vocação política, tem um interesse, e as reformas acabam não acontecendo, perdem-se os prazos e as coisas continuam como estão, nada muda.

Cito aqui, rememorando, uma crise política que o Brasil enfrentou na Legislatura passada, a famosa crise do mensalão. Todos os indícios mostravam Deputados sendo corrompidos na mudança de partido, a fim de integrarem partidos ligados ao Governo.

Naquela época, discutiu-se muito a necessidade de reforma política. Mas nada aconteceu, apenas uma singela proibição de distribuição de brindes e de showmícios.

Uma vez que temos prazo, penso que no momento precisamos concentrar nossos trabalhos para, enfim, realizar essas reformas de que o Brasil tanto precisa. É muito sacrificante para a administração pública, para nós políticos, eleição de 2 em 2 anos.

Não sou a favor da prorrogação de mandato, mas todos sabemos - eu que fui Prefeito sei - que a administração não dá continuidade normal a suas atividades no período eleitoral. Esta Casa fica praticamente deserta, os trabalhos cessam tanto na eleição de Deputado, Governador e Presidente, como na eleição de



Prefeito e Vereador. Então, acho que a primeira providência e o ato mais importante dessa reforma política seria a unificação das eleições.

Naquela época, discutiu-se muito a mudança de partido, e nós aqui não regularizamos esse assunto. Aconteceram absurdos no Piauí, Municípios passaram a funcionar com apenas 5 Vereadores.

Em razão de consulta do nosso partido, o Tribunal Superior Eleitoral determinou que o mandato pertence ao partido. E é isso que também entendo. Até sofri a consequência desse entendimento porque fui, no Piauí, um dos Deputados mais votados. Proporcionalmente, nesta Casa, eu estaria na lista dos mais votados, mas como a legenda do meu partido não me deu condição, não fui eleito, porque o mandato realmente pertence ao partido.

Nessa eleição da Câmara, discutiu-se muito o orçamento impositivo, que não vejo mais ser discutido ou comentado com tanto vigor aqui. O que acontece, na realidade, é que não pode, de maneira nenhuma, um Poder se sobrepor a outro. Temos de ter equilíbrio, o Poder Legislativo tem de ser independente. Mas enquanto o orçamento não for impositivo no que se refere às emendas parlamentares, jamais, ou muito dificilmente, esta Casa conseguirá ser independente, não ser sujeita ao Poder Executivo.

E explico o motivo. A maioria da população dos Estados, principalmente os nordestinos, Estados pobres, não acompanha a vida cotidiana do Deputado. Não sabe se o Deputado está apresentando muitas proposições, não sabe se o Deputado está fazendo um bom trabalho. O que a população percebe, lá no interior, é se o Deputado está sendo uma ponte do Governo Federal com o Governo Municipal para conseguir recursos para o Município, para a região, para o povoado.

O Deputado pode ter aqui um desempenho legislativo brilhante, mas corre o risco de sequer ser reeleito na sua base se não conseguir a realização de obras de infraestrutura. Essa é a nossa realidade.

A atuação legislativa do Deputado, para que não sofra retaliações, nem veja sacrificados recursos importantes e legítimos que efetivamente contribuem para o



desenvolvimento da região que representa, fica sujeita, muitas vezes, ao interesse de Governo.

No Piauí, por exemplo, a população é desinformada, porque diversas residências nem sequer têm energia. Há 4 anos foi lançado no Estado o Programa Luz para Todos, com o objetivo de atender 130 mil famílias, mas atendeu apenas 30 mil. O nosso Estado é o que está mais atrasado. Isso porque houve problemas na aplicação de recursos, com a construtora Gautama, enfim, as obras não aconteceram. Em muitas localidades, foram colocados apenas os postes de iluminação. Famílias que compraram televisão ou liquidificador ou foram presenteadas pelos filhos que moram em São Paulo com eletrodomésticos não podem usá-los, porque estão à espera de eletrificação há 3 anos.

Aproveito para cobrar da ELETROBRÁS e dos Governos Federal e Estadual agilidade no Programa Luz para Todos, tendo em vista que não há justificativa para sua implantação estar tão atrasada no nosso Estado.

O que está bom no Piauí é o Bolsa-Família. Mais de 60% das famílias piauienses recebem esse benefício, que serve para amenizar a miséria de famílias que nem sequer têm o básico. Esse programa foi defendido por mim desde a época em que fui Presidente da Associação dos Prefeitos do Piauí. Em conversa com o ex-Ministro e hoje Deputado Paulo Renato, S.Exa. me disse da dificuldade de implantar esse programa. Naquela época, houve o lançamento do Programa Bolsa-Escola, que exigia a presença escolar e a vacinação da criança, bem como do Bolsa-Renda, que atendia principalmente às regiões nordestinas em estado de calamidade devido à seca. Houve ainda o lançamento do Programa Vale-Gás, cujo cadastro foi feito por nós Prefeitos.

Hoje, o Governo Federal estipulou o critério social para o recebimento do Bolsa-Família. Numa das últimas reuniões, a Ministra Dilma Rousseff declarou que o Bolsa-Família é a cara do Nordeste.

Na qualidade de piauiense, sabedor de que meu Estado é o mais pobre da Federação e possui o menor PIB do Nordeste, posso dizer que o Piauí tem grande potencial. No sul do Estado, de mais 6 milhões de hectares de terras, apenas 10% são utilizadas para a agricultura. Somos detentores do maior lençol freático do



mundo em semiárido, que é a região seca vista nas novelas e nas minisséries, como em Grande Sertão: Veredas. Nas regiões de Picos e Itainópolis produz-se mel e pó de carnaúba.

O nosso Estado possui grande potencial turístico. O Delta do Parnaíba é o maior do mundo e temos sítios arqueológicos cujas pinturas comprovam que o primeiro homem da América esteve em São Raimundo Nonato.

O Piauí precisa de obras de infraestrutura para se desenvolver e não ser o campeão do Programa Bolsa-Família. Não que eu seja contra o Bolsa-Família. Quem não quer ter direito ao Bolsa-Família? Até quem não precisa quer. A imprensa local divulgava que advogávamos contra esse programa. No entanto, somos a favor do crescimento do nosso Estado.

A Ferrovia Transnordestina, que deverá ligar o interior do Nordeste ao Porto de Pecém, no Ceará, e ao Porto de Suape, em Pernambuco, está parada, como há pouco me dizia o Deputado Roberto Magalhães. Há mais de 5 anos se anuncia no Piauí a construção dessa ferrovia. O último anúncio feito foi o de que as obras iriam começar em abril - só espero que não seja 1º de abril. Espero que seja dada continuidade a essa ferrovia importante para o Estado do Piauí.

Muitas vezes a população mais humilde não entende essas grandes obras e prefere receber o Bolsa-Família, cujo atendimento é imediato e pessoal.

O Piauí tem saída para o mar, mas não temos porto, nem porto seco em Teresina. Por isso, faremos nesta Casa cotidianamente apelo para que o Governo Federal priorize uma política de combate à desigualdade, uma vez que o Nordeste é desigual do resto do Brasil. Nós temos 50% da população mais pobre e analfabeta. E o Piauí é o Estado mais pobre da região mais pobre do País.

Sr. Presidente, no domingo, logo cedo, irei a Joca Marques, ao aniversário de Edilberto Marques, Prefeito da cidade, localizada à beira do Rio Parnaíba e cujo IDH é 0,6, o menor coeficiente. É a menor Prefeitura do Piauí, um Município novo. Não sei qual é a mensagem de esperança que podemos levar ao Prefeito Edilberto Marques.

Li no jornal Meio Norte, do Piauí, que o FPM caiu 38,8% em consequência da crise, da ruptura que aconteceu em outubro. O PIB brasileiro caiu 3,8% no último



trimestre de 2008, o que foi para os cofres dos Municípios, principalmente os nordestinos, em especial os piauienses, que têm no FPM sua principal renda, 90% do total. Com a queda da arrecadação do Imposto de Renda, do IPI, esses Municípios ficaram em situação difícil, devido à sua estrutura administrativa. O Governo agiu corretamente ao isentar o IPI para estimular o consumo da indústria automobilística, mas não poderia ter retirado esse imposto daqueles pequenos Municípios, que sobrevivem dos recursos do FPM.

O nosso partido não é contra a isenção de impostos, nem contra as medidas adotadas pelo Governo Federal, mas temos de nos posicionar quando ele toma medidas que sacrificam os pequenos e pobres Municípios brasileiros, que dependem efetivamente dessa riqueza. O Governo tem suas reservas, sabe onde cortar a gordura.

Estamos apresentando a nossa primeira PEC, que proíbe o Governo de isentar de impostos compartilhados com os Municípios. Pode isentar de outras contribuições, que são da alçada do Governo Federal. Nesse sentido, peço o apoio de todos os Srs. e Sras. Deputados.

Aproveito ainda para informar que hoje estarei com o Ministro da Saúde na cidade de Campo Maior. S.Exa. quer instituir a Contribuição Social da Saúde - CSS. Por que não se cria o IS, o Imposto da Saúde, para compartilhar com os Municípios?

Na verdade, o Governo Federal tem a vocação de criar contribuições, que não partilha com os Municípios. O pacto federativo é muito injusto, deixa sempre os Municípios reféns do Governo Federal. Prefeito que fui e municipalista que sou, vou advogar a tese municipalista. Eu tenho certeza de que tudo aquilo que pode ser resolvido em escala pequena é feito com mais eficiência do que quando administrado em escala maior. Por isso sou a favor dos recursos municipalizados, de maior centralização dos recursos no poder local, onde mora o cidadão.

Sr. Presidente, meu tempo quase se exauriu. Apesar de a sexta-feira ser o dia em que há nesta Casa menor número menor de Parlamentares, uma vez que muitos estão nas suas bases exercendo suas atividades políticas, para mim foi importante ter vindo para cá nesta sexta-feira, mesmo sendo uma sexta-feira 13, data de que



muitos supersticiosos não gostam. Faço meu primeiro pronunciamento na Casa exatamente nesta sexta-feira, dia 13 de março.

Devo dizer que não se pode falar em independência do Brasil, ocorrida em 7 de setembro, sem que se faça menção ao dia 13 de março. Para que o Brasil se tornasse independente, foram necessárias a força e a coragem dos piauienses. Não se pode contar a história da Independência sem passar pelas veredas que ligam Oeiras ao nosso litoral, na cidade de Parnaíba.

A história não registrou, foi omissa. Mas houve um acordo entre D. João e D. Pedro I para que o rei voltasse a Portugal - como de fato voltou, levando muitas divisas, muitas riquezas -, mas continuasse controlando aqui no Brasil o Estado do Grão-Pará, então formado pelo Piauí, pelo Maranhão e pelo Pará.

Cumprindo-se o acordo, foi mandado ao Brasil o Comandante de Armas chamado Coronel Fidié - homem de muito preparo, que lutou nas guerras napoleônicas -, para dominar o Grão-Pará e, assim, manter sob o domínio de Portugal uma parte do Brasil, aquela que era uma das mais importantes regiões de criação de gado, que exportava mais de 15 mil cabeças, um montante bem considerável à época. E havia uma ligação comercial com a Europa, pois as mercadorias escoavam pelo porto de São Luís, bem próximo.

Foi a bravura dos homens e mulheres do Piauí que não favoreceu esse acordo feito entre D. João e D. Pedro I.

Quando Fidié, no dia 12 de março, estava numa fazenda próxima à cidade de Campo Maior, Alexandre Nery Pereira, Francisco Inácio da Costa, João da Costa Alecrim, José Antônio da Cunha Rebelo Cardoso, José Francisco Miranda Osório, José Marques Freire, Luís Sousa Fortes Bustamante Menezes, Luís Rodrigues Chaves e Simplício José da Silva arremeteram cerca de 2 mil homens para lutar contra os portugueses. Eram escravos, Vereadores, peões, agregados, comerciantes que se prepararam para barrar o exército de Fidié, que vinha com cavalaria e armas de guerra.

Os piauienses, munidos apenas de pedras, facões e espingardas de caça - espingardas de futuca, como se diz no Piauí -, enfrentaram os 700 soldados de Fidié. Evidentemente pela inexperiência militar, perdemos 700 homens no dia 13



de março. Mas o próprio Coronel Fidié percebeu a bravura das mulheres piauienses, que estimularam os homens a não aceitar pacificamente o domínio português. Aquela se transformou numa das batalhas mais importantes da história brasileira, a Batalha do Jenipapo, que hoje será lembrada na cidade de Campo Maior, em solenidade que contará com a presença de diversas autoridades.

Com certeza, a ação das mulheres piauienses - e aproveito para homenagear todas as mulheres pelo transcurso do 8 de março - deve ser sempre lembrada, em razão da posição política assumida à época e dos reflexos em nossa vida e na história do Piauí.

Encerro este discurso homenageando o Piauí, Estado aguerrido, de grande potencial e que tem uma bonita história. Mas não o faço antes de lembrar outro grande herói piauiense, ainda vivo, que para mim ainda continua lutando pelos ideais da Batalha do Jenipapo. Falo sobre aquele que lutou para que o Piauí sempre recordasse sua história, patrocinando uma lei que colocou a data de 13 de março na bandeira do Estado: o Deputado Homero Castelo Branco.

Voltaremos às nossas atividades em nosso Estado, o Piauí, convicto de que neste ano de 2009, ao nos juntarmos aos 512 Deputados, com muita vontade exerceremos nossa função e tornaremos este um ano proveitoso para o Brasil, para esta Casa, para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento do nosso País.

Eu sou do Democratas, um partido de oposição na Casa. Atenderei ao comando do nosso partido, às nossas bandeiras da liberdade e da igualdade e tentarei fazê-lo cada vez mais forte, sem querer de forma alguma criar dificuldades, atrapalhar ou fazer oposição sistemática ao Governo Federal.

Sr. Presidente, exercerei meu mandato com a independência de quem não tem cargo, a independência de um Deputado que não faz conchavo e pode criticar o Governo e reivindicar, mas também pode apoiar e elogiar aquilo que o Governo faz corretamente, sempre exercendo nossa função de fiscalizar antes de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Deputado Mainha, é uma satisfação ouvir V.Exa. pela primeira vez nesta Casa e saber de sua experiência, principalmente, na questão do municipalismo.



Devo dizer que também fui Prefeito e defendo o municipalismo. Nesta Casa tramita, por exemplo, um projeto segundo o qual o Governo Federal deseja, com o chapéu dos outros, fazer graça: pretende diminuir o Imposto de Renda. Não somos contra essa diminuição, mas é desse imposto que se originam os recursos que vão para os Prefeitos. Isso somente prejudicará os Prefeitos, que já estão falidos.

Esperamos aqui, junto com V.Exa., fazer um grande trabalho.



Documento 95/100

037.3.53.O Sessão Ordinária - CD 17/03/2009-15:12

Publ.: DCD - 18/03/2009 - 8392 JOVAIR ARANTES-PTB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer especial referência ao Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente no mês de março. Certamente essa é uma data em que muitas mulheres de repente se questionam: "Ora, mas todo dia é dia da mulher".

Sim, todo dia é o dia da mulher, assim como também é dia de todos - homens, mulheres, crianças. Porém, devido às suas características extraordinárias, um dia especial dedicado à mulher é merecido e deve ser visualizado, como oportunidade para o debate de suas conquistas e direitos e como demonstração de carinho a pessoas tão distintas.

A mulher é a grande responsável pelos frutos mais relevantes de nossas vidas: nossos filhos, netos, sobrinhos... e também à nossa própria existência, pois todos nós somos filhos.



Digo isso no intuito de expressar quão grande e relevante é o papel da mulher em nossa vida. Sem esquecer, porém, de seu extraordinário desempenho na sociedade.

Muitas cravaram seu nome na história do País na defesa de direitos essenciais ao exercício da cidadania. E, com certeza, novos nomes vão surgir, trilhando esse caminho de lutas e conquistas por reconhecimento e espaço.

Existe ainda uma luta por uma causa que é de todos nós. Refiro-me aos esforços empreendidos contra a violência feminina, lamentável realidade que contraria os princípios da vida, liberdade e dignidade humana, que espero ver superada, para, então, vivermos em um mundo mais justo, livre das desigualdades e violências.

Com essas palavras, registro minha humilde e sincera homenagem a todas as mulheres, pessoas por natureza dotadas de muita luz e que a espiritualidade divina sabiamente temperou com a delicadeza da maternidade e a força da superação, necessária para enfrentar as dificuldades históricas de uma cultura marcadamente machista, de forma a garantir a igualdade de posições nos diversos ramos profissionais da sociedade.

Parabenizo todas as mulheres que, frente ao Poder Público, empreendem uma luta diária para a melhoria de sua qualidade de vida e para eliminar qualquer tipo de violência da vida familiar em nosso país.

De maneira especial, felicito todas as Deputadas e Senadoras brasileiras que, no Congresso Nacional, trabalham na defesa dos interesses de seus Municípios e Estados.

Felicito ainda as nobres Prefeitas, Vice-Prefeitas, Primeiras-Damas e Vereadoras de meu Estado de Goiás, que, com coração e razão, desenvolvem um grande trabalho no âmbito municipal, e todas as mulheres brasileiras.

Muito obrigado.



Documento 96/100

040.3.53.O Sessão Ordinária - CD 19/03/2009-15:09

Publ.: DCD - 20/03/2009 - 8724 MARCOS ANTONIO-PRB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de redução de preconceitos e de valorização da mulher. Conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras. Persistência da desigualdade de gênero no País. Baixa representatividade feminina na Câmara dos Deputados. Estudo realizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a respeito da participação da mulher em incubadoras e parques tecnológicos.

O SR. MARCOS ANTONIO (Bloco/PRB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Não poderia eu deixar de manifestar meu júbilo pelo transcurso da data, pelo muito que já conquistaram as mulheres brasileiras, como também de alertar para a necessidade de que se amplie o debate sobre as questões de gênero, para que, num esforço coletivo, façamos diminuir - quem sabe terminar - o preconceito e a desvalorização da mulher que tanto nos envergonham.



É verdade que há conquistas a comemorar, Sr. Presidente. As mulheres brasileiras já chegaram à Presidência do Superior Tribunal de Justiça, aos Ministérios, a tantos outros cargos de relevo no Poder Público, e já se fala numa candidatura feminina à Presidência da República. No mercado de trabalho, especialmente em áreas que requerem maior estudo, as mulheres têm sido número cada vez maior. Há poucas décadas, poucos anos talvez, isso seria impensável.

Poderíamos citar aqui inúmeros exemplos, mas a citação, nesse caso, nos faria incorrer em injustiças, pois, felizmente, o número de mulheres que conseguem ascender socialmente têm aumentado dia após dia.

A despeito desses inúmeros exemplos de mulheres que estão abrindo novos caminhos, ocupando cargos importantes no mercado de trabalho, na política, os casos de sucesso feminino ainda figuram como exceções. Importantes exceções, é verdade, porque, afinal, não fosse o aumento das exceções, as regras jamais seriam mudadas.

Há situações que requerem reflexão, nobres colegas, porquanto são indicativos claros de que ainda falta muito para comemorarmos a equidade de gênero do Brasil. Por exemplo, aqui nesta Casa, os números cresceram, mas o contingente de Parlamentares do sexo feminino está longe de espelhar a sociedade que representamos. Hoje, elas são menos de 10% do total de Deputados e mais da metade da população do Brasil. Houve avanços, mas é muito pouco.

De certo modo, isso confirma que as mulheres que conseguem destaque no País ainda são minoria. Afinal, aqui está a representação da sociedade brasileira.

Há indicativos de que isso deve mudar, felizmente. Dados da Fundação Carlos Chagas apontam que, no que diz respeito ao comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nas últimas décadas, observa-se um crescimento vigoroso e persistente. Se em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, chegamos a 2008 com 60% delas em plena atividade.

Mesmo tendo de conciliar, muitas vezes, dupla jornada, a mulher brasileira não tem fugido à luta, e um número cada vez maior delas tem conquistado sucesso profissional.



Por exemplo, no cenário da inovação tecnológica e empreendedorismo do Brasil, uma área onde tradicionalmente predominaram os homens, as mulheres vêm conquistando espaço cada vez maior.

Estudo feito pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ITCP/COPPE/UFRJ, com dados coletados entre julho e setembro de 2008, em 300 entidades, indicou que 48,6% das mulheres atuam em incubadoras e parques tecnológicos, ocupando cargos de chefia, e 13%, cargos administrativos. A faixa etária média varia de 25 a 35 anos e 41,8% das profissionais são casadas. Do universo pesquisado, 48,1% são mães e 51,9% não têm filhos.

Em outras palavras, temos um empreendedorismo de batom no País, Sr. Presidente, o que pode indicar profundas transformações na sociedade brasileira no que diz respeito à inserção das mulheres no mercado de trabalho e, também, um processo de mudanças de comportamentos dos papéis masculinos e femininos diante das novas transformações produzidas nas relações de trabalho, nobres colegas.

Como se vê, há avanços, mas muita luta ainda há de ser travada, para que as conquistas amadureçam, as exceções se ampliem e as regras sejam alteradas.

Esse é o desafio que se apresenta para a nossa sociedade como um todo, não apenas para os movimentos de mulheres, nobres colegas.

Em particular, é dever de cada um de nós, representantes do povo brasileiro, lutar rumo à consolidação de um marco normativo mais igualitário e rumo à transversalização da igualdade de gênero nas políticas públicas, de forma que a questão dos direitos de cidadania das mulheres e as condições para seu exercício constituam questões centrais de democracia e não sejam apenas questões das mulheres.

De minha parte, esse é o compromisso que assumo, em homenagem às mulheres, a quem cumprimento hoje pelo transcurso do seu Dia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Documento 97/100

040.3.53.O Sessão Ordinária - CD 19/03/2009-15:09

Publ.: DCD - 20/03/2009 - 8720 ALINE CORRÊA-PP -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Balanço das conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras. Descumprimento de preceitos constitucionais atinentes à igualdade de gênero no País. Maior participação da mulher no meio político-eleitoral. Compromisso do Presidente Michel Temer de instalação da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, sobre a participação feminina nas Mesas Diretoras do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Comissões Temáticas. Apresentação pelo Presidente da Casa de projeto de criação da Procuradoria Especial da Mulher. Relevância do Projeto de Resolução nº 8, de 2007, de autoria da Deputada Elcione Barbalho, referente à criação da Comissão dos Direitos da Mulher.

A SRA. ALINE CORRÊA (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje trago a minha palavra de homenagem a todas as mulheres brasileiras pela passagem de sua data comemorativa, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher.



A cada ano, essa efeméride oferece uma ocasião especial para fazermos um balanço das conquistas e refletirmos sobre os obstáculos ainda existentes para alcançar a igualdade de gênero.

É lamentável que, embora a nossa Carta Constitucional de 1988 consagre, em seu art. 5º, que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" e que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", e a despeito de avanços e conquistas provenientes da organização do movimento feminista e da construção de instrumentos nacionais e internacionais de proteção, as desigualdades de gênero tenham-se aprofundado e a verdadeira igualdade continue a ser apenas uma aspiração.

Vivemos intensamente um universo de desigualdades! No mundo do trabalho, as mulheres seguem sendo as mais exploradas, seja pela dupla jornada de trabalho, seja pelas ocupações sem proteção social e direitos trabalhistas. Além disso, continuam percebendo menor remuneração (segundo a Confederação Sindical Internacional, o salário médio das mulheres no Brasil é 38,5% inferior ao dos homens nos mesmos cargos, quase o dobro da diferença salarial observada globalmente).

A violência sexista não diminui. Ao contrário, aumenta, em especial junto às mulheres jovens e adolescentes.

E mais, a cultura política hegemônica continua produzindo obstáculos e interdições à participação das mulheres na política - um monopólio dos homens.

Diante de tudo isso, Sr. Presidente, mais do que nunca é preciso que as mulheres ocupem espaços de representatividade política para fazer chegar a crítica à desigualdade nos círculos de poder - círculos que têm o condão de fazer as mudanças tão cobradas pela sociedade. É preciso romper os limites da democracia política brasileira impostos às mulheres!

Na verdade, a baixa representatividade das mulheres no poder é uma das contradições da democracia ocidental. Os pleitos recentes nos apontam que as mulheres são subrepresentadas no campo da política. Uma situação que não é exclusiva do Brasil: há somente 18,2% de mulheres legisladoras no mundo, segundo a ONU.



Entre 192 países analisados pela União Parlamentar Internacional, em 2008, o Brasil obteve uma constrangedora 146ª (centésima quadragésima sexta) posição no ranking mundial de participação feminina em casas legisladoras.

Nas nossas eleições municipais de 2008, as mulheres formaram quase 52% do eleitorado e somente 21,2% das candidaturas. De todos os Prefeitos eleitos, somente 9% eram mulheres, e de todos os Vereadores eleitos, só 12,5%. Em 2006, as mulheres foram 11,1% dos Governadores, 13,6% dos Senadores, 8,7% dos Deputados Federais e 11,7% dos Deputados Estaduais.

Então, chega-se à conclusão de que a democracia sofre de problemas estruturais. É bem claro que a legislação eleitoral e o atual modelo político não favorecem a participação das mulheres. Não há dúvida de que o poder se concentra em mãos masculinas! As mulheres são preteridas na política!

Apesar de mais de uma década de nosso sistema de cotas para o sexo minoritário nas listas eleitorais (Lei nº 9.504, de 1997), os partidos não cumprem as regras e não sofrem nenhum tipo de penalidade, pois a única sanção prevista por lei é impedir que os partidos completem os 30% reservados para mulheres com candidatos homens.

Daí a necessidade de uma reforma que logre resgatar a expressão da democracia direta e da democracia participativa, reduzindo as desigualdades políticas e equalizando as condições de participação político-eleitoral. É preciso rumar a uma situação de maior inclusão política! É necessária a adoção urgente de ações efetivas de incentivo à entrada feminina na política!

Nesse sentido, devo dizer: esta Casa tem-se empenhado, deliberando e procurando avançar em temas sensíveis nas questões relativas à mulher. Assim, uma clara demonstração de que a Câmara dos Deputados considera como prioridade a conquista da igualdade entre mulheres e homens nas atividades políticas, econômicas e culturais do País foi o compromisso assumido pelo Presidente Michel Temer de instalar, no presente mês de março, Comissão Especial para avaliar a PEC 590, de 2006. De autoria da Colega Deputada Luiza Erundina, a PEC garante a participação das mulheres na Mesa Diretora e nas Comissões temáticas das duas Casas do Congresso.



Senhores, a aprovação dessa PEC dependerá de intensa negociação. A bancada feminina nesta Casa, liderada pela excepcional Deputada Sandra Rosado, honrada guerreira do Parlamento Nacional, está pronta para o embate. Todas as integrantes da bancada - tenho certeza de que posso falar em nome das 44 Deputadas desta Casa - respeitam e reconhecem o empenho despendido pela Líder Sandra Rosado para que essa PEC seja aprovada.

Não só pela iniciativa referida, devo enaltecer o belo trabalho de nosso Presidente Temer, que, ainda no sentido de avançar nas questões relativas à igualdade, apresentou, no mês passado, projeto para criar, no âmbito desta Casa, a Procuradoria Especial da Mulher.

A proposta prevê que essa Procuradoria terá a importante função de fiscalizar a execução de programas federais relacionados a mulheres e promover pesquisas sobre a sua situação no País. Além disso, encaminhará a órgãos competentes denúncias sobre a violência e a discriminação da mulher.

Anda no tocante ao tema, das muitas proposições em tramitação nesta Casa, destaco o Projeto de Resolução nº 8, de 2007, de autoria da colega Deputada Elcione Barbalho, e o seu substitutivo, na relatoria do Deputado Sandes Junior, que cria, no âmbito desta Casa, a Comissão dos Direitos da Mulher, uma nova trincheira de combate, na esfera do Poder Legislativo, contra as mazelas sociais que atingem a mulher.

Portanto, Sr. Presidente, encerro meu pronunciamento desejando que o 8 de março deste ano sirva também para chamar a atenção para a subrepresentação política das mulheres, situação que compromete o sistema democrático como um todo.

Espero que, em breve, a inércia que mantém estagnada a proporção de mulheres eleitas em nosso País seja rompida! Espero, sinceramente, que nas próximas eleições haja mais mulheres eleitas!

É o meu desejo! É o desejo das mulheres brasileiras!

Muito obrigada.



Documento 98/100

047.3.53.O Sessão Ordinária - CD 25/03/2009-15:58

Publ.: DCD - 26/03/2009 - 9645 FERNANDO NASCIMENTO-PT -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Prepotência do posicionamento da direção da Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A — EMBRAER, diante dos pedidos de revisão da demissão de funcionários. Apoio à luta das mulheres em busca da igualdade de gênero. Realização pelo Congresso Nacional de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Retrospectiva das conquistas femininas na sociedade brasileira. Atuação de órgãos do Governo Federal no combate ao racismo.

O SR. FERNANDO NASCIMENTO (PT-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro, nesta tarde, a minha indignação à forma pela qual a EMBRAER tem-se posicionado desde o episódio da demissão coletiva, no último fevereiro, em que o Brasil contabilizou acima de 4 mil trabalhadores sem empregos. Em audiência pública realizada no dia de hoje pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, o Vice-Presidente daquela empresa, Sr. Júlio, reforça a postura unilateral com que vem atuando a EMBRAER e dificultando quaisquer relações de negociação, seja com os trabalhadores, seja com os sindicatos representativos da categoria. Algo que me chama a atenção é a ênfase que a presidência daquela empresa dá à crise financeira, como sendo o elemento motor e pivô da demissão.



Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentarei requerimento ao Ministério do Trabalho para audiência com representantes daquela empresa, Parlamentares e sindicatos representativos.

O Brasil não pode acompanhar tamanha ação da EMBRAER, quando o próprio Governo Federal garante apoio e financiamentos necessários para que os trabalhadores sejam mantidos em seus postos, sem serem atingidos pelo reflexo da crise financeira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para reafirmar minha estima à luta das mulheres pela igualdade de gênero.

A defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

Organizar, representar no sindicato, dirigir numa perspectiva classista a luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo, do setor público e privado, dos ativos e inativos.

O Governo Federal vem desenvolvendo ações na direção da promoção de igualdade de oportunidades a grupos e populações socialmente excluídas, por meio da disseminação, do fortalecimento institucional e da articulação de políticas públicas que promovam a diversidade e a eliminação de todas as formas de discriminação.

O Ministério do Trabalho e Emprego tem impulsionado ações e apoios estratégicos a essas políticas, com a finalidade de contribuir para a consolidação de uma política nacional integrada de inclusão social e redução das desigualdades sociais com geração de trabalho, emprego e renda, promoção e expansão da cidadania.

O Congresso Nacional realizou, dia 5, uma sessão solene em homenagem às mulheres brasileiras por ocasião do Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

A sessão foi marcada por muita comoção e contou com a participação de mulheres que sintetizaram o sentimento e o desejo de uma sociedade que reconheça e valorize integralmente a importância da mulher na vida política,



econômica, educacional, social e familiar do País, com o prêmio que homenageou mulheres que se destacaram nas lutas sociais e políticas do País.

A sessão contou ainda com a premiação de 5 mulheres com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2009.

O Prêmio Bertha Lutz, que homenageou mulheres que se destacam nas lutas sociais e políticas do País, foi criado em 2001.

Cada vez mais avança a presença das mulheres no mercado de trabalho, mas elas ainda ocupam as funções mais precárias e ganham menos que os homens. A situação é pior para as mulheres chefes de família com filhos, cuja ocupação de maior inserção é o emprego doméstico, de baixa formalização e salários menores. No biênio 2007/2008, o desemprego para o público feminino recuou de 23,1% para 22,9%, mas apresentou taxa superior ao masculino de 16,9%, confirmando a desigualdade de gênero no País. Os números fazem parte do estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE, com dados da Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego — PED da Região Metropolitana do Recife.

Uma pesquisa do DIEESE mostra que, no total, a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, com 34,7%, é porque pressionam menos em busca de emprego do que as casadas com e sem filhos. Mesmo assim, a presença masculina é majoritária, com 63,3% de participação.

Independente dos arranjos familiares, os estudos mostram que, no que se refere à renda, as mulheres ainda perdem, sim, para os homens.

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendemos que a informação é a ferramenta fundamental para qualificar nossa luta e avançar em nossas reivindicações.

Após anos de lutas e mobilizações, a sociedade civil brasileira atingiu vitórias significativas na busca pela igualdade racial. Havia pouca compreensão por parte do sindicalismo de que a luta racial é parte da luta sindical. Também do lado empresarial havia omissão em tratar a desigualdade e o desconhecimento das discussões em âmbito internacional — em especial nas matrizes das empresas



multinacionais das ações de diversidades e inclusão da população negra e das mulheres.

Hoje há maior institucionalização, especialmente em âmbito federal, no combate às desigualdades raciais e de gênero, com a criminalidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres — SPM. A temática da igualdade de oportunidades e o combate ao racismo e a outras discriminações são transversais na Secretaria de Direitos Humanos.

O Ministério Público do Trabalho também se apresenta como um ator-chave nesse processo. Com o Programa CORDIGUALDADE, tem provocado uma reação positiva das empresas na promoção da igualdade no emprego.

O empresariado brasileiro, após anos de omissões e reprodução das desigualdades sociais e raciais existentes, é pressionado para a importância de conectar-se ao cenário atual de mudanças, inclusão social e combate às desigualdades.

Com o propósito de avaliar e discutir a participação das mulheres no mercado de trabalho, foi realizado o seminário Reflexões e Lutas Contemporâneas: Mulheres e Desigualdades no Mundo do Trabalho. O evento contou com a participação expressiva de mulheres de Pernambuco e de outros Estados representantes do movimento sindical, feministas, e do Poder Público. Nas intervenções foram debatidas as lutas das mulheres, sobre igualdade, desemprego, direitos de trabalho, violência e a falta de políticas públicas. Além disso, elas comentaram sobre o cenário de Pernambuco, que vive um momento de desenvolvimento econômico forte com o estaleiro, a refinaria, o polo de poliéster, a fábrica de resina plástica, entre outros investimentos incorporados ao sistema econômico do Estado. Logo depois, economistas e a Supervisora do DIEESE/PE, Jackeline Natal, apresentaram o perfil e a inserção das mulheres no mercado de trabalho em âmbito nacional e, principalmente, na Região Metropolitana do Recife. As mulheres estão mais presentes nos setores de serviço e comércio, os quais representam os segmentos de maior absorção de mão de obra na economia. No entanto, os números apontam que cerca de 265 mil mulheres na RMR, em sua



maioria, não têm qualquer acesso aos direitos trabalhistas e à proteção social. A situação tende a agravar-se se levarmos em conta que a proporção de residências chefiadas por mulheres aumenta a cada ano. No turno vespertino, a Deputada Estadual Teresa Leitão (PT) fez a abertura do evento. Ela ressaltou a importância da reflexão do tratamento da mulher no mercado de trabalho. Para compor a Mesa estiveram presentes Bethânia Ávila e Verônica Ferreira (SOS Corpo), Ana Paula Maravalho (Observatório Negro de Pernambuco) e a Márcia Ramos (Coordenadora Estadual da União Brasileira de Mulheres).

Reitero ainda, Sr. Presidente, meu apoio e minha admiração à luta das mulheres por seus direitos.



Documento 99/100

049.3.53.O Sessão Extraordinária - CD 26/03/2009-10:42

Publ.: DCD - 27/03/2009 - 10024 MARIA LÚCIA CARDOSO-PMDB -MG
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. MARIA LÚCIA CARDOSO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cada dia mais mulheres chegam ao mercado de trabalho. Os índices de pesquisas apontam para um crescente contínuo da presença feminina nas áreas de nossa sociedade. Assim, mais e mais mulheres ocupam vários cargos e exercem suas competências de acordo com eles. Contudo, as pesquisas apontam também para um baixo índice de mulheres ocupando cargos de liderança, significando que na nossa sociedade, embora a presença da mulher seja crescente em todas as áreas, a liderança como um todo ainda é competência masculina.

Hoje muito desta ideia já é agregada ao reconhecimento da capacidade feminina para exercer várias competências em múltiplas dimensões, onde é visível a capacidade da mulher em ser "multimulher", pois o sexo, até então frágil, consegue lidar com várias situações ao mesmo tempo sem perder o foco e a visão do todo. Esta capacidade de lidar com várias situações e sustentar vários papéis ao mesmo tempo é assunto muito discutido e também foco de várias pesquisas.



O que permite que a mulher seja tão completa em si mesma, tão profunda e tão ampla em sua capacidade de se expressar e de manifestar suas ações é sua força feminina que é gestadora no sentido de construção. Desta forma, a partir deste entendimento, nos é possível compreender que o mistério do poder feminino é uma força que é natural, pois se encontra por toda e em toda a natureza.

Assim, a mulher é como a natureza que também pode ser reconhecida como "mulher", pois é "mãe", portanto, feminina. A mãe natureza é multi em tudo, pois sua força está presente em tudo ao mesmo tempo. Na natureza, a árvore não para seu ciclo de crescimento para que a montanha possa crescer; não para de dar flores para que somente os frutos possam nascer; o rio não para de correr para que a noite possa nascer. A natureza é contínua em seu todo e consegue manter-se sustentada mesmo exercendo todas as suas funções, que reconheço serem múltiplas. A mãe natureza gesta e pare ao mesmo tempo, de forma contínua, para que nossa existência seja sustentada, e assim são as mulheres. Por isso são capacitadas para sustentarem muitas coisas ao mesmo tempo.

Pensando que a natureza é nossa origem e sendo "mãe" é feminina, posso dizer que a liderança feminina é a origem e que essa origem é natural. Dessa forma, penso ainda que as mulheres são as grandes líderes que se abrem espontaneamente para a passagem, através de si mesmas, da continuidade da vida e da existência, pois, afinal, todos nós, homens ou mulheres, nascemos do ventre da mãe, fomos nutridos pelo leite da mãe e aprendemos os primeiros passos e as primeiras palavras através de seu comando. Por mais que se questione, a liderança natural é feminina.

Infelizmente, hoje, a maioria das mulheres está afastada da natureza, da mãe, do feminino, da maternidade e da capacidade gestadora natural e pensa que necessita ser igual aos homens para poder mostrar suas capacidades e provar que é capaz de liderar, conduzir, direcionar, sustentar e nutrir. Por que a mulher precisa se masculinizar e competir pelo lugar que pela lei natural da origem é de seu natural direito?

Competição e disputa é tendência masculina que os homens de hoje herdaram dos ancestrais mais primitivos, não é essência feminina, pois a mulher é



agregadora, é sustentadora, é comunicadora, é nutridora e possui uma grande capacidade de ver a parte e o todo o que lhe dá também as condições de ser grande empreendedora e excelente planejadora.

Além de chefes de família, nós mulheres lideramos empresas, organizações, movimentos sociais e estamos ocupando nosso espaço político partidário. Também estamos mostrando à população que temos propostas inovadoras e somos mais sensíveis às necessidades da família.

Entretanto, diante de inúmeros fatores, que inclui questões econômica e cultural, ainda estamos longe de termos traduzido nossas intenções em votos. Somos maioria dos eleitores no País, mas as mulheres, infelizmente, ainda não votam em nós.

A saída para este impasse passa pela necessidade de reconstruir a imagem do feminino através da força feminina. É desta forma que conseguiremos retornar a liderança à sua origem: que é o feminino. Que este Dia Internacional da Mulher possa reverter muitas ações positivas às causas femininas e possa contribuir para a sustentabilidade da melhoria da qualidade existencial das mulheres em todo nosso planeta.

Deixo como mensagem de presente a você, mulher brasileira, neste nosso dia, que ser mulher é muito especial, tão especial que é ser como a natureza: mãe, nutridora, sustentadora, impulsionadora, amorosa, paciente, persistente, visionária, agregadora, e que o mundo se move e é sustentado pela força das mulheres, que por centenas de milhares de anos nunca se cansaram de ser as "multimulheres" de cada ciclo de tempo.

Para você, "multimulher" e líder natural, feliz Dia Internacional da Mulher!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine a divulgação de meu pronunciamento pelos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



Documento 100/100

189.3.53.O Sessão Ordinária - CD 04/08/2009-15:26

Publ.: DCD - 05/08/2009 - MÁRCIO MARINHO-PR -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Papel social desenvolvido pelos Conselhos Tutelares Municipais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher Negra.

O SR. MÁRCIO MARINHO (PR-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou abordar um tema que considero da maior relevância para o Brasil, de modo geral, e para o Estado da Bahia, em particular.

Refiro-me aos Conselhos Tutelares, órgãos imprescindíveis para lidar com a importante questão das crianças e dos adolescentes do País.

Os Conselhos Tutelares surgiram com a criação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Essa lei é conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

A definição de criança e adolescente, segundo o ECA:

"Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre 12 e 18 anos de idade."

No Brasil, os Conselhos Tutelares são órgãos municipais destinados a zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Sua competência e organização estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos art. 131 a 140.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Márcio Marinho, V.Exa. me permite um aparte?



O SR. MÁRCIO MARINHO - Tem V.Exa. o aparte.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Márcio Marinho, no momento em que V.Exa. aprecia no seu pronunciamento o Estatuto da Criança e do Adolescente, desejo dizer a V.Exa. que fiz, ainda no período de julho, um breve pronunciamento em que me reportei a esse acontecimento, destacando que esse debate, na Constituinte, quando V.Exa. ainda não ilustrava esta Casa como agora, foi tema sempre presente - a situação da criança e do adolescente - juntamente com outros segmentos da sociedade, como o idoso, o índio, o negro, a mulher e o deficiente. Todos eles consubstanciaram aquilo que, sapientemente, Ulysses Guimarães denominou de Carta Cidadã. V.Exa. se reporta, neste instante, ao transcurso de mais um aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, solidarizo-me com V.Exa. pela sua manifestação, certo de que ela enaltece um diploma legal que tem surtido efeito. Merece ser cumprido integralmente, como preceituam as normas, os dispositivos e os artigos nele constantes. Cumprimento V.Exa. pelo discurso.

O SR. MÁRCIO MARINHO - O Conselho Tutelar é composto por 5 membros, eleitos pela comunidade, para acompanhar as crianças e os adolescentes e decidir, em conjunto, que medida de proteção cabe em cada caso. Devido ao seu trabalho de fiscalização de todos os entes de proteção - Estado, comunidade, família -, o Conselho goza de autonomia funcional, não tendo nenhuma relação de subordinação com qualquer outro órgão do Estado.

Para ser conselheiro tutelar, a pessoa deve ter mais de 21 anos, residir no Município e ter reconhecida idoneidade moral. Mas cada Município pode criar outras exigências para a candidatura a conselheiro, como, por exemplo, portar carteira nacional de habilitação ou ter nível superior.

As atribuições do Conselho Tutelar estão definidas no art. 136 do ECA.

"Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;



III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder".

Não posso deixar, também, de fazer um comentário sobre as competências do Conselho Tutelar. Vejamos o que diz o ECA sobre isso:

"Aplicam-se às atividades dos membros do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições legais, os parâmetros de competência destinados às atividades da autoridade judiciária." (ECA, art. 147)

A competência do Conselho Tutelar para prestação de serviços à comunidade é o seu limite funcional (conjunto de atribuições definidas no ECA) e seu limite territorial (local onde pode atuar). Nos casos onde atuam mais de um Conselho Tutelar, os conflitos de competência entre eles serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), à luz das disposições de lei municipal. Assim, de acordo com a extensão territorial, a população e a complexidade dos problemas sociais do Município, a comunidade



local poderá definir em lei a criação de um único Conselho Tutelar, que centralize todo o atendimento municipal, ou de vários Conselhos Tutelares, com áreas geográficas de atuação claramente definidas.

A competência para o exercício das atribuições dos Conselhos será determinada pela delimitação territorial definida em lei.

O Conselho Tutelar foi elaborado para separar, na atribuição dos juizes de menores, a função assistencial da função judicante. A função judicante, própria da Justiça, resolve conflitos com base na lei. Já a função assistencial trata de receber, estudar e encaminhar casos de natureza puramente assistencial.

O grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente optou pela doutrina da proteção integral das Nações Unidas e, portanto, decidiu separar as funções judicante e tutelar na Justiça de Menores, resgatando o verdadeiro papel da Magistratura.

A decisão de que o Conselho Tutelar fosse eleito pelos cidadãos partiu da vontade política de que ele não fosse um conselho tutelado. Sua função consiste em receber, estudar, encaminhar casos, atuando com base no exercício de 2 poderes: o poder de requisitar serviços e o poder de peticionar ao Ministério Público, caso a requisição de serviços não seja atendida, cabendo ao Ministério Público ingressar na Justiça da Infância e da Juventude com ação civil pública.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Paes de Lira.

O Sr. Paes de Lira - V.Exa. está abordando um assunto extremamente importante para o País: exatamente a legislação que trata dos cuidados com a criança e a juventude, a criança e o adolescente, mesmo quando se enquadra o caso do adolescente infrator. Eu não poderia deixar de registrar que recentemente foi aprovada, nesta Casa de leis, uma alteração extremamente importante e bastante abrangente, que modifica até com certa profundidade o Estatuto. Dois dispositivos, Deputado, foram aprovados nessa ocasião, a meu ver, caminhando contra a maré do cuidado necessário em relação ao adolescente infrator. A primeira delas é a permissão de visita íntima, que vai causar mais casos de paternidade indesejada, ou seja, a paternidade enquanto o adolescente está recolhido, da mesma forma como acontece com o preso nos presídios. A outra situação é a permissão



indiscriminada de visitas de crianças no seio dessas unidades de reeducação, que põe a criança ainda em tenra idade em contato, às vezes, com adolescentes infratores que merecem cuidados especiais, devido à gravidade dos fatos praticados. Eu não acredito, Deputado - e me associo à sua preocupação com a importância dessa legislação -, que esses dispositivos atendam às necessidades do País no que se refere ao tratamento da criança e do adolescente. Por essa razão, votei contra esse dispositivo e até pretendo apresentar uma proposta de modificação assim que a lei for efetivamente editada. Muito obrigado pela sua permissão de contribuir com o seu discurso.

O SR. MÁRCIO MARINHO - Eu é que agradeço, Deputado. Quero incorporar o aparte de V.Exa. ao nosso discurso, Deputado Lira.

O Sr. Eudes Xavier - Deputado Márcio, quero saudar V.Exa. pelo pronunciamento e dizer que todas as capitais dos Estados, na minha opinião, terão de apoiar cada vez mais a infraestrutura dos Conselheiros Tutelares. Muitas vezes, os Municípios não dão as condições reais para que o papel do Conselheiro possa ser exercido, e exercido com visão republicana, sem partidarização, sem relação de tutela. Por isso acho muito importante o pronunciamento de V.Exa. em defesa de milhões de conselheiros neste Brasil, que precisam do nosso apoio, das Prefeituras e dos Governos Estaduais para disporem de todo o equipamento necessário. Muitas vezes, à meia-noite, de madrugada, não há como acionar o conselheiro, que não tem condições para cumprir o seu papel. Parabêniso V.Exa. pelo exato pronunciamento. Todo apoio aos conselheiros tutelares do País! Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO MARINHO - Nobre Deputado, incorporo o aparte de V.Exa. ao meu discurso.

Em meu Estado, numa audiência, numa sessão especial, batemos nessa tecla. Falávamos sobre as partes estrutural e operacional dos Conselhos Tutelares. Se não houver, por parte dos Prefeitos, dos gestores públicos, essa preocupação com um órgão que lhes tem dado grande contribuição nas demandas - sabemos quais são -, essa condição de atenção, de manter o combustível, o automóvel, o telefone será difícil.



Por outro lado, tem de haver essa preocupação também por parte do próprio Ministério Público e da sociedade, que sabem que aquele órgão foi criado para essa demanda. É evidente que eles irão bater à porta do Conselho Tutelar.

Mas aí está o foco da questão: como fazer o trabalho? Os Conselhos Tutelares têm enorme boa vontade, sabem de sua responsabilidade e fazem seu trabalho com prazer. Tanto é assim que muitas vezes tiram dinheiro do próprio bolso para colocar combustível na Kombi quando da diligência de uma denúncia.

Enfim, a preocupação de V.Exa. é salutar e por isso incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

O Conselho Tutelar é uma instituição típica da democracia brasileira, que resultou da Constituição de 1988. Naquele momento de reconstrução democrática da vida nacional, nossa democracia deixou de ser apenas representativa para se tornar, também, uma democracia participativa. O art. 1º da Constituição Federal determina: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

O Conselho Tutelar tornou-se, por esta via, uma das primeiras instituições da democracia representativa, tornando-se o equivalente, no Direito da Criança e do Adolescente, ao que representa o PROCON (Proteção e Defesa do Consumidor) no Código do Consumidor, ou seja, um órgão garantidor da exigibilidade dos direitos assegurados nas normas internacionais, na Constituição e nas leis voltadas à população infanto-juvenil.

A capacitação prévia dos conselheiros tutelares e a fiscalização do processo de seleção democrática pelo Ministério Público são as garantias com que hoje os cidadãos brasileiros contam para assegurar o compromisso ético, a vontade política e a competência técnica exigidos para uma verdadeira política de promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil em nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais senhoras e senhores, com base nesse raciocínio, podemos concluir que a capacitação prévia dos conselheiros tutelares é importante e deve ser aprimorada cada vez mais.

Para finalizar, não posso deixar de falar de outro tema de extrema importância, pelo qual também tenho um carinho muito especial. Refiro-me às mulheres



negras, não só do Brasil, mas também de todo o mundo. É por isso que quero lhes prestar a minha homenagem pela passagem do Dia Internacional da Mulher Negra, comemorado no último dia 25 de julho.

A luta do segmento negro da sociedade brasileira em busca de igualdade de oportunidades e pelo fim da discriminação é uma batalha cotidiana, que não admite descanso. Essa luta é ainda maior e mais incessante no caso das mulheres negras. São elas as maiores vítimas das iniquidades e da discriminação racial e social em nosso País.

Essa mulher trabalhadora, irmã, esposa e sobretudo mãe é, como nos mostram as estatísticas, a mantenedora única em milhares de famílias, a solitária guerreira de seus lares e educadora de filhos. Ainda assim não tem merecido por parte do Estado e da sociedade organizada a atenção devida. De todos os segmentos que compõem a nossa miscigenada organização social, a mulher negra sempre foi, e infelizmente continua sendo, a mais ínfima casta de nossa estratificada ordenação social. É a mulher negra que detém os menores salários nas empresas, é ela a maior vítima do desemprego, que possui a menor escolaridade, os maiores índices de violência física e psicológica. É ainda a mulher negra a mais acometida pelas "doenças da pobreza": malária, hantavirose, dengue, doença de Chagas, leishmaniose e desnutrição.

Oprimida pelo gênero, raça e etnia, é a mulher negra o exemplo da perseverança, da esperança e do amor, da força sobre-humana que a move e que a todos inspira.

Sr. Presidente, ao terminar meu pronunciamento, agradeço ao Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira. Os 2 temas a que me referi são muito importantes, porque os gestores têm de se ater aos problemas de seus Municípios.

Nós, que sempre trabalhamos com questões sociais, hoje temos conhecimento de várias denúncias de abuso em relação à criança e ao adolescente. E, quanto à estrutura, voltarei a me referir a ela posteriormente.

Quando estou no gabinete, tenho visto os conselheiros preocupados. Eles reclamam da estrutura dada ao trabalho. A sociedade cobra - e é seu dever fazê-lo - que haja, por parte dos Conselhos Tutelares, uma manifestação positiva no



que diz respeito ao combate à violência contra a criança e o adolescente. No entanto, como podem fazer isso se os Prefeitos das capitais, das grandes cidades, também não têm essa preocupação?

No meu Estado, cerca de 150 Municípios ainda não dispõem de um Conselho Tutelar. Poderia estar sendo preparada essa eleição para que, nessas cidades, sejam criados os Conselhos, e, assim, junto com os gestores, administrem as demandas da sociedade.

Ora, aí vem nossa provocação: até quando os gestores deixarão de criar nos seus Municípios os Conselhos Tutelares, a fim de que possam garantir o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, a proteção à criança e ao adolescente?

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e aos Deputados que me apartearam.

Muito obrigado.